

Giovani Balbinot

QUÁ COMANDO MI

**Coronelismo na região colonial italiana:
práticas de cooptação e coerção
cel. Agilberto Atílio Maia no município de Guaporé (1912-1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de doutor em História sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo
2018

RESUMO

Esta tese de doutorado objetiva analisar, através da atuação do cel. Agilberto Attílio Maia, no município de Guaporé, as práticas de cooptação, de coerção e a formação da rede de compromissos que sustentaram os coronéis atuantes na região de colonização italiana durante as três primeiras décadas do século XX. Analisando a trajetória desse indivíduo em especial, estranho à região, que se eternizou à frente da direção da Intendência municipal entre 1912 e 1937. Desejamos delinear o perfil do coronel que atuou nessa região percebendo as peculiaridades e similaridades adequadas à realidade colonial com o coronelismo manifestado nas demais regiões do Rio Grande do Sul e no restante do Brasil. Ao mesmo tempo, buscamos abranger a inserção dos imigrantes e os descendentes na dinâmica política do Estado durante o período borgista, descartando análises simplórias que orbitam comentários de “massas de manobra”, mas sujeitos conscientes e ativos mesmo que nesse momento com limitado horizonte político de ascensão. Para esses objetivos, analisaremos as práticas de uso da educação na nomeação de professores e a abertura de aulas públicas; a estruturação e conservação da malha viária do município como forma de cooptação dos colonos, das lideranças econômicas e sociais para a hierarquia do PRR municipal. E no âmbito da coerção na nomeação de promotores, juízes de distrito, Comarca e Superior Tribunal que edificaram um aparelho jurídico em benefício dos componentes da rede de compromissos em detrimento dos opositores, com a organização de uma estrutura policial que reunia Brigada Militar, Guarda Nacional, Polícia Administrativa e Judicial. Por fim, os corpos armados, oficiais ou não, empregados nas próprias fraudes eleitorais, compras de votos, intimidações e violências contra indivíduos recalcitrantes a ingressarem na rede de compromissos estabelecida pelo coronel. Assim, compreendemos a existência do fenômeno coronelista, no entanto, adaptadas as condições e especificidades culturais, econômicas, sociais e políticas da região de colonização italiana.

Palavras-chave: Coronelismo. Coronel burocrata. Imigração italiana. Relações de poder. História local.

ABSTRACT

This Doctoral Thesis intends to analyze, through the performance of Cel. Agilberto Attílio Maia in the municipality of Guaporé, as practices of cooptation, coercion and formation of the support network of the coronelist operating in the region of Italian colonization during the first week of the twentieth century. Analyzing a trajectory of the individual in especial, strange to the region, which was eternalized before a direction in the municipal intentionality between 1912 and 1937, we also wish to delineate the profile of the colonel in the Italian colonization region, perceiving its peculiarities and similarities, a colonial reality, with the coronelismo manifested in the other regions of Rio Grande do Sul and without the return of Brazil. What same time, they seek to encompass the digitizing of immigrants and their descendants in the dynamics of the "maneuver", but rather as the conscious and active, even if, at this time, with political horizon of ascent. The evaluation of colonial students are in the participation of coamaration of colonists are in the understanding of cooptation of colonists in the cooptation of hierarchy PRR municipal. On the other hand, in the context of coercion, with the appointment of prosecutors, district, county and Superior Court judges, it issues a right to lodge its rights in favor of the components of its network of commitments and to the detriment of its opponents, with a organization of a police structure that includes Military Brigade, National Guard, administrative and judicial police, and, finally, armed bodies, whether official or not, that participate in electoral fraud, purchases of votes, intimidation and violence against the recalcitrant of the network of contracts by colonel. Thus, they understand the existence of the coronelist phenomenon, however, adapted as conditions and cultural, economic, social and political specificities of the region of Italian colonization.

Keywords: Coronelism. Colonel bureaucratic. Italian immigration. Power relations. Local history.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mostruário de gêneros produzidos pelo município de Guaporé na Exposição Feira Agropecuária de 20 de setembro de 1920, em Caxias do Sul.....	50
Figura 2 -	Cel. Agilberto Attílio Maia.....	55
Figura 3 -	Igreja e Escola da Boa Vista em São Valentim do Sul.....	77
Figura 4 -	Aula municipal instalada na sede do V Distrito – Fifina Corrêa, município de Guaporé, década de 1920, regida pelo professor Pedro Sambenedetti.....	79
Figura 5 -	Porto de General Osório (Muçum). Foto panorâmica dos trapiches e gasolinas (pequenas embarcações navais movidas a vela e motor) responsáveis pelo tráfego fluvial no porto de Muçum.....	88
Figura 6 -	Serraria de C. Allegretti ilustrando as atividades extrativistas de madeira no interior do município de Guaporé.....	89
Figura 7 -	Frigorífico Franciosi, Nardi & Cia., localizado no então distrito de Dona Fifina (Serafina) Corrêa.....	90
Figura 8 -	Carreteiros em Guaporé. Carroça de grande porte utilizada no escoamento da produção do município de Guaporé na década de 1930.....	92
Figura 9 -	Ponte construída pelo cel. Agilberto Attílio Maia sobre o arroio Barraca, na estrada Borges de Medeiros.....	96
Figura 10 -	Imigrantes trabalhando na estrada Borges de Medeiros que ligava a sede do município de Guaporé ao distrito de General Osório às margens do rio Taquari na década de 1900.....	100
Figura 11 -	Imigrantes trabalhando na abertura de estradas. Galpão às margens do rio Carreiro servindo de paragem aos imigrantes que trabalhavam na estrada 21 de Abril, em 1906.....	103
Figura 12 -	Casa de comércio, fábrica de licores e carreta da família Bergamini.....	119
Figura 13 -	Guarda Municipal a serviço do cel. Agilberto Attílio Maia.....	177

LISTA DE MAPAS, TABELAS, QUADROS

Mapas

- Mapa 1 - Planta da região colonial do Rio Grande do Sul.....48
- Mapa 2 - Planta oficial da colônia Guaporé, apresentando a demarcação dos travessões, principais linhas que definiram o processo de ocupação das terras.....52

Tabelas

- Tabela 1 - Relatórios da Intendência do município de Guaporé.....81

Quadros

- Quadro 1 - Administrações municipais de 1913-1932.....115

SUMÁRIO

Introdução	9
1 Coronelismo durante o período da República Velha Brasil e as especificidades do Rio Grande do Sul	21
1.1 Breves considerações sobre o coronelismo durante o período da República Velha	22
1.2 Coronelismo no estado no Rio Grande do Sul durante o período da República Velha	30
1.3 Coronéis e coronelismo na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul.....	33
2 Estabelecendo a rede de compromissos: os mecanismos articuladores da cooptação política.....	46
2.1 A colônia e o coronel: breves considerações sobre a fundação do município de Guaporé, a trajetória política do cel. Agilberto Attílio Maia.....	47
2.2 O presidente do estado e o intendente do município: articulações políticas entre Estado e poderes locais.....	57
2.3 O coronel e o professor: educação na dinâmica do sistema coronelista de poder.....	61
2.3.1 A nomeação de professores na formação da rede de compromissos do coronel	70
2.3.2 A construção da aula pública como forma de cooptação do imigrante	76
2.4 O coronel, o colono, o comerciante e o carreteiro: terra, trabalho e produção	83
2.5 O coronel, o funcionário público e o eleitor: votos, cargos e clientelismo.....	104
2.6 O coronel e o comerciante: o horizonte político do imigrante e cooptação de lideranças locais.....	114
3 Práticas de intimidação, coerção e violência na dinâmica coronelista da região de colonização italiana do Rio Grande do Sul.....	124
3.1 O coronel e o eleitor: a importância do voto e da eleição.....	125
3.2 O coronel, o juiz e o promotor: Judiciário na dinâmica coronelista.....	150
3.3 O coronel e o soldado: forças policiais na ação coronelista	165
Considerações finais.....	182
Referências	191

Introdução

Na perspectiva da história política do Rio Grande do Sul, não há dúvida de uma das principais discussões no âmbito das últimas décadas encontra-se na figura do “coronel burocrata”, a qual se refere a um agente político que havia conferido ao estado mais sul do Brasil uma característica deveras específica e particular quando comparado com o restante do país, especialmente no período compreendido na República Velha. Nossa tese partirá em direção a esse debate.

Sérgio Costa Franco, em palestra proferida em 1960 na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, posteriormente publicada com o título *O sentido histórico da revolução de 1893*,¹ teceu comentários sobre o coronelismo manifestado no Rio Grande do Sul durante o período castilhista-borgista, delineando de modo sumário e sem particularidades a existência excepcional do coronelismo, não necessariamente vinculado à propriedade da terra ou à fortuna pessoal. Nessa interpretação, tanto Júlio de Castilhos quanto Borges de Medeiros nutriam forte desconfiança contra o demasiado poderio concentrado nas mãos dos caudilhos latifundiários. Com a pacificação em agosto de 1895 e a conclusão do ciclo da institucionalização do regime no Rio Grande do Sul, Castilhos buscou inserir e agregar novos elementos à sua facção, visando fortalecer a posição conquistada e assegurada pelas armas durante a Revolução Federalista. No entanto, a morte prematura de Castilhos, em 1903, trouxe um novo período de crise política.

Após a morte do patriarca, o desembargador Antônio Augusto Borges de Medeiros iniciou a construção de um projeto pessoal: acumular a chefia do partido e o comando do governo. Esse projeto, após quatro anos de ensaio, precisou ser adiado devido à reação das demais estrelas partidárias. Fernando Abbott, em 1907, lançou-se candidato à sucessão estadual pela dissidência e com apoio de setores do Partido Federalista, abortando temporariamente o projeto borgista e impondo-lhe um retrocedo tático com a indicação de Carlos Barbosa Gonçalves como candidato oficial do partido. Entre 1908 e 1913, Borges de Medeiros refugiou-se na chefia política do partido, contudo, enquanto Carlos Barbosa Gonçalves administrava o estado, empenhou-se na composição e recomposição de sua rede de compromissos, que o ampararia no poder durante os

¹ FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: _____. *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962.

próximos anos. Nesse contexto, Franco apresentou a introdução de um ator político novo, até então desconhecido pela sociologia brasileira, o “coronel burocrata” chefe político e dirigente administrativo, responsável por introduzir e sustentar a máquina política borgista nos municípios, em muitos casos sem fortuna pessoal e sem raízes locais, porém armado de extraordinários poderes de cooptação e coerção e inteiramente submisso à Executiva do partido e ao presidente do estado, origem de seus poderes e prestígio.

Essa concisa elucidação do coronel burocrata, que de forma alguma foi desenvolvida posteriormente em nenhum trabalho por Sérgio Costa Franco – apenas mencionado na obra *Júlio de Castilhos e sua época*² de 1967, foi acolhida, e grifos como conceitos particulares nas obras de Joseph Love, *O regionalismo gaúcho*,³ e Raimundo Faoro, *Os donos do poder*.⁴ Livros que, sem dúvida, qualquer aluno do curso de História recebe em sua bibliografia na disciplina de História do Rio Grande do Sul. Definido o coronel burocrata no Rio Grande do Sul como o chefe político municipal, sem fortuna pessoal e sem raízes locais, no entanto provido de extraordinários poderes de cooptação e coerção em razão da sua posição dentro da estrutura do poder borgista. Encontrava-se inteiramente submisso aos desígnios do PRR e ao presidente do estado. Love acrescenta que a particularidade encontra-se no fato de que nos demais estados do Brasil o coronel obtinha, usualmente, sua posição no partido oficial em virtude de seu poder econômico e prestígio social na região de atuação, quando no Rio Grande do Sul, sua colocação, poder e prestígio advinham de sua posição dentro do partido, sendo a questão indispensável para a unção do poder local justamente à disposição de acatar decisões partidárias. Por sua vez, Faoro, apesar de sul-rio-grandense, não trata de forma específica e aprofundada o coronelismo no Rio Grande do Sul, utiliza-se especialmente dos escritos de Joseph Love. Nesse sentido, enfatiza-se que Faoro, em sua tese, não apresenta uma diferenciação realmente apreciável das formas de dominação empregadas no Rio Grande do Sul em relação ao restante do Brasil.

O conceito de “coronel burocrata” recebeu a merecida atenção, e por que não crítica, na tese de doutorado de Loiva Otero Félix, publicada em 1987 com o título *Coronelismo, borgismo e cooptação política*.⁵ Em sua análise, Loiva Félix promove não

² FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1966. (Coleção Província).

³ LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectivas, 1975.

⁴ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: USP, 1975. 2 v.

⁵ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

apenas um estudo sobre o coronelismo no Rio Grande do Sul, mas uma profunda análise da dinâmica de funcionamento da política e do Estado durante o período de Borges de Medeiros. Por meio do estudo da atuação dos coronéis Firmino de Paula, Victor Dumoncel e Vazulmiro Dutra na região de Cruz Alta e Palmeira das Missões, Loiva aponta que o poder local no Rio Grande do Sul conservou-se bastante forte ao longo das duas primeiras décadas do século XX, não anulando, nem sendo anulado pelo Estado estabelecido por Borges de Medeiros, mas perfeitamente ajustado e ele numa situação de complementaridade, promovendo o florescimento de ambos numa dinâmica de simbiose.

Em geral, o coronel no Rio Grande do Sul não dispunha de força e riqueza o suficiente para o enfrentamento e conseqüente constrangimento, uma vez que o estado sulino se delineava mais forte, a exceção da maioria dos estados brasileiros. O coronel necessitava do Estado, mas o Estado também necessitava do coronel. Loiva pondera que sendo possível, nem desejado, o conflito com os poderes locais, a solução idealizada por Júlio de Castilhos e perpetrada por Borges de Medeiros foi o estabelecimento de uma rede de compromissos, agregando os coronéis à estrutura partidária do PRR, colocando-os nas comissões diretoras dos diretórios municipais do PRR e investindo-os em funções políticas nas intendências. Disso temos que o coronel acolhia as resoluções advindas do poder Executivo estadual e do PRR, entretanto, o Estado borgista também dependia de um poder local bem estabelecido, bem estruturado e bem enraizado para promover a arregimentação do eleitorado, o controle dos pleitos, a introdução da política borgista e autoridade sobre a oposição. Segundo Loiva, a real diferença do coronelismo no Rio Grande do Sul residia no fato de que no restante dos estados do Brasil a força do coronel era maior frente aos poderes estaduais.

Em linha de compreensão semelhante à defendida por Loiva Félix, Gunter Axt defendeu na USP, sob orientação da professora doutora Maria de Lourdes Janotti, em 2001, a tese intitulada *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*,⁶ posteriormente publicada em livro homônimo. Axt argumenta que, apesar das particularidades do estado castilhistaborgista e do coronelismo aqui desenvolvido, no Rio Grande do Sul a dominação socioeconômica foi deveras análoga, parecida com aquela perpetrada no restante do Brasil nesse período, assim como a hegemonia política obedecia, de maneira proporcional, a essa dominação. É válido e necessário destacar que esse historiador bebeu em demasia dessa, inclusive com a ideia que originou esta tese.

⁶ AXT, Günter. *Gênese do estado moderno no Rio Grande do Sul 1889-1929*. Porto Alegre: Paiol, 2011.

A respeito da relação entre coronéis e imigrantes, algumas obras merecem destaque por suas contribuições de relevo para as discussões acerca da temática.

Isléia Rossler Streit, em dissertação de mestrado defendida em 2003 no PPGH da Universidade de Passo Fundo, analisa a dinâmica política entre coronéis e imigrantes na colônia e posterior município de Saldanha Marinho entre 1899 e a Revolução de 1930. Por meio do estudo das relações entre o cel. Victor Dumoncel Filho, a empresa colonizadora Castro, Silva e Cia., da qual era proprietário Evaristo Affonso de Castro, liderança federalista, e os imigrantes vindos das primeiras colônias de imigração a partir de 1890, a autora busca compreender as relações de poder no Rio Grande do Sul no período da República Velha. A dissertação sugere a introdução dos imigrantes e seus descendentes num espaço que já possuía grupos com identidade e prestígio político-econômico consolidado no cenário republicano, formando núcleos cooptados pelo governo estadual. E conclui que a região de Saldanha Marinho se delineou como um espaço diferenciado na região, pois havia um interesse político, além do econômico, por Evaristo Affonso de Castro na fundação da mesma. Porém, a sua influência não se estendeu por muito tempo, abrindo espaço para o coronel Victor Dumoncel Filho, representante da política castilhistaborgista, atuar sobre os colonos imigrantes.⁷

Marcio Alex Cordeiro Biavaschi, em tese orientada por Núncia Maria Santoro de Constantino, defendida na PUCRS em 2011, analisa as relações de poder coronelistas na região colonial italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928). A tese do autor analisou o modo como os colonos, os imigrantes e seus descendentes se organizaram para se fazerem ouvir politicamente como grupos de pressão diante das imposições do poder municipal e estadual do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Delimitando os municípios da região colonial italiana – Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi, Guaporé e Veranópolis –, Biavaschi conclui que os intendentes do PRR, quase permanentes daqueles municípios não ligados à estrutura de poder local, cumpriram importante papel na inserção da política borgista na região. Entretanto, esse projeto político estava, invariavelmente, pontuado na atenção aos interesses econômicos das populações coloniais, ao preço da perda de legitimidade do PRR, que se refletiria em

⁷ STREIT, Isléia Rossler. *Coronéis e imigrantes: das lutas pelo poder à conquista do espaço*. Saldanha Marinho (1899 a 1930). Passo Fundo. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

prejuízos eleitorais no surgimento de dissidências internas e em constrangimentos perante às oposições.⁸

Em tese de 2012, orientada por René Ernaini Gertz, Gustavo Valduga buscou analisar o modo de ação, os meios utilizados e a capacidade de influência no âmbito do poder institucional que possuíam os imigrantes italianos e seus descendentes, de maneira a demonstrar que eles não eram isentos e desprovidos de objetivos políticos, fator que os levaria à chefia dos executivos regionais a partir de 1924. Centrada sua análise nos municípios que compreendem os atuais Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, o estudo de Valduga abordou o contexto de desenvolvimento local e as forças institucionais que possibilitaram a ascensão ao poder nos postos principais da política na região, contrariando a visão historiográfica tradicional sobre a participação política dos imigrantes italianos do Rio Grande do Sul, que apontava no sentido de uma direção de desinteresse, recusa ou, mesmo, submissão às classes dirigentes estaduais. A tese demonstra que as populações ítalo-brasileiras da região estiveram presentes nos processos políticos regionais, não se delineando simplesmente como instrumentos de manipulações políticas utilizadas em favor da manutenção do poder nas mãos de um grupo dirigente apenas.⁹

Apesar desse longo trajeto percorrido pela historiografia sobre o coronelismo no Rio Grande do Sul, podemos destacar que nenhuma obra, até o presente momento, abordou as práticas de cooptação, de coerção e a formação da rede de compromissos que sustentou os coronéis atuantes na região de colonização italiana durante as três primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, Gunter Axt é enfático ao observar que nos denominados municípios da região de colonização italiana determinados intendentes, estranhos à região, eternizaram-se à frente de direções políticas e administrações públicas, reunindo em suas figuras ao mesmo tempo os cargos e as funções de coronéis, intendentes, funcionários públicos, bacharéis, administradores e homens leais à facção palaciana e responsáveis pela introdução da política castilhistaborgista.¹⁰ Nesse sentido, se a eternização política e a continuidade administrativa se delineavam como fato incontestável e se efetivamente essa região considerada como uma “fábrica de votos” para

⁸ BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Relações de poder coronelista na região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1938)*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

⁹ VALDUGA, Gustavo. *Para além do coronelismo: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945)*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

¹⁰ AXT, op. cit., p. 76.

os candidatos indicados pelo PRR, em especial entre 1908 e 1923, não se tem estudos específicos, analíticos e aprofundados sobre quais eram os mecanismos de cooptação, de coerção e composição das redes de compromissos entre os coronéis intendentess e eleitores, ou também as minúcias das relações entre os poderes locais e central estadual que fermentavam sob o manto “tranquilas ditaduras” serranas. Nossa tese procura buscar preencher essa lacuna na história do Rio Grande do Sul.

Em Antônio Prado, o cel. Inocêncio de Matos Miller, natural de Passo Fundo, eleito em 1899, quando foi criado o município, esteve à frente da direção administrativa e política do município até 1922, interrompido unicamente entre 1907 e 1910. Com suas articulações políticas e seu prestígio pessoal desgastado, aliado à derrota de Borges de Medeiros para Assis Brasil em 1922, o coronel Inocêncio mudou-se para Caxias do Sul em 1923, passando a se dedicar às atividades comerciais.

Alfredo Chaves, atual município de Veranópolis, estabelecido em 1898, experimentou uma conturbada vida política e administrativa nos primeiros anos de existência. O capitão, posteriormente tenente-coronel, natural de Montenegro, Albano Coelho de Souza desistiu da Intendência já em 1899. Seu sucessor Alfredo Lima, anteriormente servidor da Fazenda Estadual em Bento Gonçalves, foi denunciado por peculato em um processo que prescreveu antes de seu julgamento. O tenente-coronel Albano Coelho de Souza, eleito para a administração de 1902-1906, novamente se resignou em 1904, nesse contexto assume o engenheiro João Leivas de Carvalho. Na noite de sua posse, o prédio da Intendência pegou fogo, havendo fortes indicativos de incêndio criminoso. Sufragado intendente para o quadriênio 1906 a 1910, já em 1907 afastou-se do cargo. Após a administração interina do ítalo-brasileiro Pelegrino Guzzo, assume a Intendência de Alfredo Chaves o cel. Aquiles Taurino de Rezende, nascido em Rio Pardo, governou o município de 1909 até 1924, eternizando-se com sucessivas reeleições: 1910, 1914, 1918 e 1922. Em fins de 1923, questionado pelo Conselho Municipal de Alfredo Chaves em relação a um débito, o coronel Aquiles, em abril do ano seguinte, solicitou licença por tempo indeterminado, afastando-se do município e do cargo. Entretanto, destaca-se que durante todo o seu longo governo foi bem-conceituado pelo presidente do estado, visto como um eficiente recrutador de eleitores e vencedor de pleitos eleitorais.

Por sua vez, o cel. Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior percorreu longa caminhada pela burocracia estatal. Iniciou como funcionário da Diretoria de Terras e Colonização em Garibaldi, foi agente postal e escrivão judicial, nomeado coronel e indicado como primeiro-intendente municipal de Bento Gonçalves em 1892. Pelas

consecutivas eleições, permaneceu no exercício do cargo até 1924, completando 32 à frente da direção do município. O cel. Carvalho Júnior desfrutou de prestígio e integração com a comunidade local, tanto por ter contraído matrimônio com a filha de imigrantes italianos radicados em Garibaldi quanto por sua liderança política, vista como honesta, zelosa e preocupada com o desenvolvimento econômico e social local.

O cel. José Pena de Moraes, natural de Santa Maria, exerceu as funções de farmacêutico, jornalista e promotor público em sua cidade natal antes de se dirigir a Caxias do Sul. Positivista entusiasmado e alinhado a Júlio de Castilhos, viu-se elevado à Intendência de forma provisória em 1911, após a renúncia do cel. Tancredo Appio Feijó. Foi eleito no ano seguinte, permanecendo à frente da Intendência municipal até 1924, ano em que as reeleições foram vetadas pelo acordo de Pedras Altas.

Em relação ao município de Guaporé, emancipado em 11 de novembro de 1903, o engenheiro Vespasiano Rodrigues Corrêa, de tradicional família de Jaguarão e ex-diretor da colônia Guaporé, tornou-se o primeiro intendente e chefe político municipal. Antes de deixar a Intendência municipal em 1907 para tomar posse de um cargo em nível estadual, viu seu nome ser eternizado no município pela nomenclatura de um dos distritos de Guaporé, atual município de Vespasiano Corrêa, assim como sua esposa recebeu homenagem na antiga Linha Onze, hoje município de Serafina Corrêa.

Após a administração do engenheiro Lucano Conedera, intendente intercessor, o cel. Agilberto Attílio Maia, também de tradicional família de Jaguarão, com ligações políticas e familiares com Vespasiano Corrêa, eternizou-se como intendente e líder político municipal. Entre as duas investidas, 1912 a 1924 e 1929 a 1937, Agilberto Maia permaneceu por mais de vinte anos de exercício no Executivo municipal de Guaporé, exercendo o cargo até o advento do Estado Novo.

A atuação do cel. Agilberto Attílio Maia será a espinha dorsal que conduzirá nosso trabalho, pois buscaremos, através dessa atuação, delinear e compreender as práticas coronelistas de cooptação, coerção e formação de sua rede de compromissos empregada na região, as quais construíram as bases e relações de poder tornando possível o coronel, estranho à região, eternizar-se na Intendência municipal entre 1912 e 1937. Nesse contexto atentaremos também para o xadrez político que representou a inserção e a atuação do imigrante italiano e seus descendentes na política municipal durante a República Velha.

Mandões violentos ou benfeitores carismáticos, bacharéis, serventuários de justiça, oficiais das forças policiais, agentes notários, oficiais da polícia, administradores,

burocratas ou coronéis, leais e submissos ao partido e aos desígnios do presidente do estado ou senhores de prestígio e força política, todos eram necessários ao projeto castilhistaborgista de estado. Nessas inúmeras e variadas possibilidades, temos como objetivo traçar o perfil do coronel que ocupou a Intendência do município de Guaporé e, sempre que possível, também dos coronéis dos demais municípios da região de colonização italiana, com o desígnio de apresentar que o cel. Attílio Maia não se ilustrou como um caso *sui generis*, mas, sim, como um indivíduo análogo aos demais dessas regiões.

A partir desses objetivos, queremos também delinear o perfil do coronel atuante na região de colonização italiana, percebendo suas peculiaridades e similaridades adequadas à realidade colonial com o coronelismo manifestado nas demais regiões do Rio Grande do Sul e no restante do Brasil. Ao mesmo tempo, queremos abranger a inserção dos imigrantes e seus descendentes da dinâmica política do estado durante o período borgista, descartando análises simplórias que orbitam comentários de “massas de manobra”, mas, sim, como sujeitos conscientes e ativos, mesmo que nesse momento com limitado horizonte político de ascensão.

Enfim, contribuir para o entendimento do processo de construção da hegemonia e eternização da elite dirigente do estado vinculada ao PRR, cuja trajetória ocorre através da constante interação e (re)composição no interior da classe dominante, determinada pelo choque de interesses de frações coronelistas e poder central regional, ou seja, formatar uma possível teoria acerca da dinâmica que entrelaçava os desejos inicialmente conflitantes e excludentes de um presidente do estado e chefe do PRR que ambicionava uma política centralizada e autoritária e os poderes locais coronelistas com seus impulsos dispersores e centrípetos em busca de maior autoridade e autonomia em suas esferas de ação.

Pretendemos, assim, focalizar as diversas engrenagens que compunham a máquina de cooptação e coerção concebida e edificada pelo cel. Agilberto Attílio Maia. Dissecamos também, de forma mais aprofundada, abrangente, detalhada e extensa possível, a sua atuação no âmbito da cooptação no uso da educação pela nomeação de professores, abertura de aulas públicas, estruturação e conservação da malha viária do município como forma de cooptação dos colonos,¹¹ cooptação das lideranças econômicas

¹¹ Entende-se, neste trabalho, que os imigrantes italianos e seus descendentes compunham próximo à totalidade da populacional da região de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Nessa totalidade de imigrantes e descendentes compreende-se a tipologia “colono” como referente aos trabalhadores do

e sociais para a hierarquia do PRR municipal e, no âmbito da coerção, a nomeação de promotores, juízes de distrito, comarca e Superior Tribunal, os quais edificavam um aparelho jurídico utilizado em benefício próprio e em favor dos componentes de sua rede de compromissos. De outra parte, em detrimento dos seus opositores, com a organização de uma estrutura policial que reunia a Brigada Militar, a Guarda Nacional e a polícia administrativa e judicial; ainda, os corpos provisórios, conhecidos por guarda civil, convocados por coronéis sempre que a “estabilidade constitucional e social” era ameaçada, no emprego de correligionários/capangas empregados nas próprias fraudes eleitorais, compras de votos, intimidações e violências contra indivíduos recalcitrantes a ingressarem na rede de compromissos estabelecida pelo coronel, entre outros elementos que vão sendo ponderados conforme o desenvolver da tese. Ressaltamos que, conforme nossos interesses e estratégias, esta análise apenas vai se referir às práticas empregadas pelo cel. Attílio Maia nos âmbitos das práticas de cooptação e coerção, olvidando práticas políticas e administrativas que não tangenciam este tema.

Dividimos a atuação do cel. Attílio Maia em práticas de cooptação e coerção, abordadas, respectivamente, no segundo e terceiro capítulos, cerne desta tese. Após realizarmos uma breve análise do município de Guaporé, palco de atuação do cel. Agilberto Maia, cenário que influenciou diretamente as suas práticas, uma vez que compreendemos “coronelismo” como um sistema político manifestado no espaço local, sendo, estão, necessário analisá-lo nas especificidades do campo econômico, político e cultural do espaço social onde a nossa problemática em estudo está inserida.

É necessário ainda a notação quanto ao tratamento dado às fontes documentais utilizadas nesta pesquisa. Para a análise da atuação dos coronéis à frente das intendências municipais, partiu-se consultar as fontes oficiais do regime, no caso, os relatórios da Intendência do município de Guaporé, registrados de acordo com os parágrafos 3º e 4º, do art. 11 da Lei Orgânica do município de Guaporé e elaborados pelo intendente municipal, auxiliado pelos subintendentes e oficiais da administração, encontrando-se no Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

meio rural, instalados nas pequenas propriedades denominadas “colônias”, dedicados, em geral, à policultura e ao artesanato, subordinados econômica e socialmente aos imigrantes estabelecidos no meio urbano das colônias/municípios, comerciantes ou agroindustriais, que compuseram parte do setor dominante da política na região colonial italiana. Dessa forma, todo colono era imigrante, mas nem todo o imigrante era colono.

Com um acervo significativamente completo, conta com relatórios anuais de 1912 a 1936, faltando apenas os relatórios respectivos dos anos 1924 e 1930, onde expõem dados econômicos, políticos, sociais e culturais relativos ao ano administrativo. Destinados à prestação de contas relativa à administração municipal ao poder central estadual, contêm dados referentes à administração, às finanças municipais, aos demonstrativos da produção agropecuária, do comércio, da indústria e da exportação do município, climatologia municipal, recenseamento da população, estatísticas eleitorais, registro civil, estatística sanitária, instrução pública, telégrafos e correios, estatística judiciária, tesouraria, entre outras informações de destaque de cada ano. Devido à imensa quantidade de dados, os relatórios da Intendência do município de Guaporé apresentam-se como de primeira importância para a análise e compreensão da estrutura administrativa, econômica, política e social. Nesse contexto eram desenvolvidas as práticas de cooptação e coerção pelo então intendente cel. Agilberto Atílio Maia.

De modo geral, a historiografia acerca do Rio Grande do Sul, em muito, já se valeu desses mesmos registros das intendências para a tessitura de análises. Entretanto, o diferencial desta tese quanto à abordagem da temática do coronelismo na região de colonização italiana está na proposta de um modelo metodológico baseado na articulação de diversos corpos documentais, normalmente sistematizados isoladamente.

Assim, fontes ainda precariamente exploradas foram absorvidas pelo texto, enriquecendo a narrativa. São, sobretudo, correspondências trocadas entre o presidente do estado e do PRR Antônio Augusto Borges de Medeiros e os coronéis do regime borgista instalados nas intendências dos municípios de origem colonial italiana. Essa documentação foi localizada no Arquivo Borges de Medeiros,¹² sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Reunindo milhares de documentos, esse acervo se encontra, hoje, catalogado por data, nomes ou cidades. Foram, então, selecionadas as cartas a partir de nomes que ocupavam postos estratégicos na política e na administração de Guaporé e dos demais municípios, que, juntos, formam a região de

¹² Estabelecido com a anuência do próprio Antônio Augusto Borges de Medeiros, o arquivo foi indexado pelo Dr. Sérgio da Costa Franco, presidente do IHGRGS entre 1996 e 1998. Vasta parte de seu acervo documental é composta por correspondências passivas trocadas entre integrantes do PRR, indivíduos de relevância política estadual e, mesmo, cidadãos desconhecidos e Borges de Medeiros. Com missivas reunidas e catalogadas por municípios do Rio Grande do Sul, estados do Brasil e ainda nações, como Argentina, Uruguai, Paraguai, Inglaterra, França e Alemanha, em virtude de sua impressionante integridade e unidade, delinea-se como um dos arquivos mais importantes para o estudo do Rio Grande do Sul e da República Velha no Brasil.

colonização italiana. Apesar da enorme importância desse conjunto documental para a história, especialmente política do Rio Grande do Sul, tem sido pouco procurado pelos pesquisadores, inclusive ressaltamos que as missivas dos coronéis e de seus correligionários utilizadas se apresentam como inexploradas, de acordo com a revisão bibliográfica utilizada para a construção deste trabalho.

A incorporação dessas fontes permitiu a recuperação das relações de poder estabelecidas na estrutura do PRR, ou seja, a dinâmica entre Borges de Medeiros e os coronéis, entre o poder centralizador, autoritário e os poderes locais dispersores e centrípetos. Entretanto, destacamos que a principal contribuição retirada das correspondências preservadas no Arquivo Borges de Medeiros diz respeito à possibilidade de problematização das relações entre o poder Central e os poderes privados locais, e a rede de compromissos estabelecida entre os imigrantes e seus descendentes e os poderes coronelistas. Contribuem também, fundamentalmente, para a compreensão das relações políticas de cooptação e coerção empregadas na região de colonização italiana. Ressaltamos ainda que as missivas contidas no arquivo, especialmente as trocadas entre Borges de Medeiros e os demais estados da federação e, mesmo, com outras nações, apresentam um rico horizonte para futuros novos estudos e diferentes olhares sobre o período.

Cabe a observação de que essas cartas detêm informações diversas sobre o passado. Podem conter características biográficas do autor, seu posicionamento político, expressar diferentes ideias a respeito dos mais variados assuntos, além de conter informações sobre o contexto social, histórico, político, econômico quando escritas. Portanto, cabe ao historiador definir e deliberar o que esquadrihar nesses documentos, questionando-os e determinando se irá utilizá-los como fontes ou como objetos. Para tanto, é imprescindível que, utilizando-os como objeto, o historiador leve em conta as subjetividades presentes, já tê-los como fontes, é necessária a aplicação de uma crítica documental, a qual envolve tanto a análise dos locais de emissão como a recepção do discurso contido nessas missivas. É importante sempre confrontá-las com outros documentos, tomando o máximo de cuidado para não se deixar envolver pela proximidade com o autor das cartas, mantendo um distanciamento crítico, mesmo com todas as problemáticas relativas às subjetividades intrínsecas na escolha da temática de análise e às suas relativas fontes.

Os argumentos, discursos e representações dos fatos, tanto em relação ao PRR quanto da oposição ao regime no âmbito regional e nacional, foram esquadrihados junto

aos periódicos de imprensa da época. O jornal *A Federação*, veículo de divulgação dos ideais políticos do Partido Republicano Rio-Grandense, e a ascensão do partido ao governo do estado, porta-voz oficial da opinião do governo, foram intensamente utilizados para a descrição do processo e a caracterização das versões e representações oficiais veiculadas pelo governo castilhista-borgista. Recorreu-se a outras fontes jornalísticas sempre que acrescentavam algo significativo no tocante ao encadeamento dos fatos históricos, ou referentes ao discurso governista, independente ou oposicionista. Em ambos os casos, privilegiamos a leitura dos editoriais e das matérias que tratavam dos temas em estudo.

Por fim, ressaltamos nosso entendimento sobre o coronelismo rio-grandense como produto do conjunto de semelhanças e diferenças, ou seja, de contextos e dinâmicas que o aproximam dos demais casos do poder local do estado brasileiro em miscelânea com os fatores advindos das condições históricas particulares do surgimento e formação do estado sulino. Assim, algumas variáveis nos parecem decisivas nessa combinação: em nível de estado, o componente ideológico positivista e a hierarquização e centralização do governo autoritário castilhista-borgista; em nível de região e município, os fatores relativos à inexistência do latifúndio, o processo de ocupação das terras pelo sistema de colonização por pequenas propriedades ocupadas por imigrantes de origem italiana e o caráter dos coronéis estrangeiros e externos à região responsáveis pela inserção da política praticada pelo PRR.

1 Coronelismo durante o período da República Velha Brasil e as especificidades do Rio Grande do Sul

As relações de poder no Rio Grande do Sul, assim como nas regiões periféricas dos grandes polos urbanos de economia e sociedade mais dinâmicas, estiveram, até muito recente, profundamente marcadas pela presença de grupos sociais que se organizaram em torno de lideranças de acordo com critérios informais. De nomenclatura variada, essas relações podem ser comumente conceituadas como paternalismo, filhotismo, clientelismo, patrimonialismo, apadrinhamento e diversas outras relações de “amizade política”. Durante o período republicano do Brasil, em especial durante a República Velha, essas formas de conduções personalistas do poder se acentuaram vertiginosamente, assim como as faces de clientelismo e mandonismo, originando o fenômeno conhecido por “coronelismo”. Assim, dedicamos este primeiro capítulo ao coronel, figura concreta, ao mesmo tempo mítica, imortalizada na história, na memória, no imaginário nas mais diversas formas de manifestação artísticas e, até mesmo, nas práticas políticas contemporâneas, onde o clientelismo, o mandonismo e a inexistência da separação público-privada mantém intensas raízes na sociedade brasileira. Iniciamos a análise examinando o sistema socioeconômico e político que o coronel germinou e floresceu.

Procuramos compreender o processo de origem e desenvolvimento do coronel, assim como suas formas e práticas de atuação, delineando as relações de poder e de compromisso que se desenvolveram durante a Primeira República, relações que permeiam as esferas municipal, estadual e federal. Em relação às práticas coronelistas, empreendemos a análise destacando a corrupção e o mando, a imposição de vontades, o patrimonialismo, o clientelismo e os conchavos políticos que buscavam o estabelecimento da rede de compromissos estabelecida entre os eleitores, os poderes locais, estaduais e federal.¹³

Na nossa compreensão, o coronelismo, elemento de grande importância na formação histórica e na trajetória política do Brasil, não se apresentou como um fenômeno específico do norte e nordeste, dos latifúndios do açúcar, do algodão, do cacau e do café, mas também um elemento presente no processo histórico de todo o território nacional,

¹³ Salientamos a amplitude deste tema em seus mais variados âmbitos, o que nos induz a um esforço de revisão das obras que consideramos mais pertinentes e esclarecedoras de acordo com o caso específico analisado.

amparado sempre em um contexto principal da dinâmica política da República Velha, respeitando as peculiaridades estaduais e regionais. Num segundo momento, este capítulo se dedica analisar o fenômeno coronelista no Rio Grande do Sul. Trazer à discussão as razões pelas quais o coronelismo perpetrou sua herança na história do Rio Grande do Sul, nas peculiaridades da formação econômica estadual e política borgista.¹⁴ Propomos, por fim, pensar o coronelismo manifestado nos municípios da região de colonização italiana cujas características econômicas e sociais peculiares e distintas do restante do estado influenciaram diretamente nesse sistema coronelista.

Nesse sentido buscamos compreender os contextos nacional, estadual e regional onde o cel. Agilberto Atílio Maia, objeto de estudo principal desta tese, encontrava-se inserido, uma vez que esse contexto proporcionava e justificava suas práticas e sua própria existência como coronel, demonstrando também a relevância de nosso tema, pois nos deparamos com a carência ou, mesmo, inexistência de estudos aprofundados sobre as práticas políticas nos pequenos municípios, bem como a descrição de como esses microsistemas funcionam de fato, em especial na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul.

1.1 Breves considerações sobre o coronelismo durante o período da República Velha

A partir do coronel observamos a constituição de um vastíssimo e duradouro imaginário simbólico brasileiro que permeou a memória, o fantasioso e a história do Brasil. Desse modo, o complexo mundo dos coronéis marcou profundamente a trajetória histórica, política, social e cultural do país, contribuindo também na construção de um amplo e variado acervo de manifestações científicas, culturais e/ou literárias nas quais essas relações de poder foram minuciosamente descritas. Para constatar isso, basta conferir as obras de Jorge Amado, em especial os romances do chamado “ciclo do cacau”, *São Jorge dos Ilhéus*, *Cacau*, e o mais conhecido *Gabriela cravo e canela*, onde, invariavelmente, os coronéis nordestinos estão presentes nas mais diversas facetas.

¹⁴ Por “borgismo” compreendemos o período de atuação de Borges de Medeiros à frente do poder Executivo do Rio Grande do Sul como presidente do estado e dirigente do PRR, de janeiro de 1898 até janeiro de 1928. Incluímos nesse recorte temporal o interregno do governo de Carlos Barbosa Gonçalves, 1908-1912, por continuar as mesmas diretrizes políticas decorrentes da liderança de Borges de Medeiros na direção partidária, relegando, dessa forma, também a continuidade do modo político.

Também Graciliano Ramos e José Cândido de Carvalho, com os clássicos *São Bernardo* e *O coronel e o lobisomem*; destacamos ainda Euclides da Cunha, em *Os sertões*, e Guimarães Rosa, em *Grande sertão: veredas*.

Numa situação na qual o autor assume a identidade do coronel para registrar as impressões e reminiscências, encontramos *Memórias do coronel Falcão*, de Aureliano Figueiredo Pinto. Walfrido Moraes, escritor, jornalista, docente e político baiano de Lenções, escreveu sobre o tema com invejável domínio, relatando a vida e obra do cel. Horácio de Matos em *Jagunços e heróis*, como também Olympio Barbosa na obra *Horácio de Matos, sua vida e suas lutas*, dentre tantos outros autores e obras que abordam essa temática nos mais variados e remotos rincões do Brasil. Abordando a questão do Rio Grande do Sul, basta conferir Aureliano de Figueiredo, Érico Veríssimo, Ramiro Barcelos, José Antônio Severo, dentre tantos outros exemplos que tornam o coronel e o coronelismo um dos objetos de análise mais ricos para a arte e a historiografia do Brasil.¹⁵

Em relação ao processo histórico, as práticas coronelistas têm suas raízes profundamente enterradas no período colonial brasileiro, onde as escassas ou simplesmente inexistentes estruturas políticas, administrativas e judiciais dotaram os poderes privados, concentrados normalmente nos grandes proprietários de terra, de extensa capacidade de mando sobre as populações, direta ou indiretamente, dependentes.¹⁶ O coronelismo foi gestado no período colonial e imperial, mas se legitimou na República. Conforme Faoro,

o fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império.¹⁷

O coronel recebeu sua qualificação da Guarda Nacional cujo chefe do regimento municipal investia-se dessa autoridade e título, devendo a nomeação recair sobre o indivíduo socialmente distinto, em regra, detentor de riquezas atreladas à posse da terra e consequentes agregados na medida em que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente titulado, floresceu o “coronel tradicional”, também chefe

¹⁵ BIAVASCHI, op. cit., p. 83.

¹⁶ QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 32-33.

¹⁷ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979. v. II, p. 622.

político e também detentor de riquezas suficientes para sustentar sua posição política e social.

Maria de Lourdes Mônaco Janotti apresenta as raízes do coronelismo nas estruturas de poder coloniais e imperiais que foram ampliadas e sedimentadas durante o período da Primeira República em razão da nova estrutura política. De acordo com a autora,

[...] permanecendo o Brasil como um país essencialmente agrário, a centralização existente no Regime Monárquico continuou sob nova roupagem, agora estadualista, dirigida pela burguesia rural e financeira. A República, assim atendeu a uma nova repartição do poder, onde permaneceram as antigas oligarquias e se introduziram as novas.¹⁸

Com o advento da República, a representatividade através do sufrágio foi ampliada, abrangendo, então, novas frações da população. Entretanto, o poder público então concebido e controlado pelas oligarquias estaduais não apresentava estruturas suficientemente organizadas e desenvolvidas que penetrassem no interior do país, locais onde se concentrava a maioria da população, e que controlassem o eleitorado, garantindo a manutenção da hegemonia econômica, política e social dessas oligarquias. Nesse contexto, o poder público, elite política estabelecida no estado, associa-se ao poder privado, personificado na figura do coronel em virtude da necessidade de manter um controle constante e irrestrito do eleitorado em nome de um projeto político oligárquico. O poder privado, caracterizado na figura do coronel, fazia uso, então, das práticas de cooptação e coerção, visando ao controle absoluto e irrestrito da população.

Avancini, definindo as práticas de coerção e cooptação empregadas pelos coronéis, apresenta que nas relações de poder coronelistas a autoridade e a direção são pessoais e locais. Tem como mecanismos fundamentais a cooptação, a coerção e, como limites, a propriedade econômica, política e social do coronel e sua área de influência. Cooptação é o mecanismo persuasivo de agregação utilizado para compor “a gente do coronel”. Tem como base o “carisma pessoal”, que compreende a capacidade não só de liderança, mas também de conferir benefícios ou “graças” a partir de sua rede de relações com as esferas de autoridade tanto pública quanto privada. Por outro lado, a coerção é o mecanismo utilizado quando falha a persuasão, pois os desígnios e vontades do coronel contêm valor de lei e, como tal, deve ser cumprida, em especial quando relacionada às

¹⁸ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 33.

questões ligadas aos pleitos. Esse mecanismo foi utilizado para submeter indivíduos recalitrantes do próprio curral eleitoral dominado pelo coronel, principalmente contra gentes de coronéis adversários.¹⁹

Nessa perspectiva analisaremos o coronelismo como uma prática política típica do contexto da República Velha, pois, segundo nosso entendimento, desenvolve-se a partir de uma associação entre o poder privado em decadência e o poder público em ascensão. Todavia, ainda não organizado e fortalecido o suficiente para penetrar no interior do país, recorrendo, então, aos coronéis para a manipulação das populações inseridas no jogo político. Conforme bem explica Biavaschi:

O sistema coronelista se sustentou na medida em que o poder público (compreendido no governo estadual e federal) compartilhou com o poder privado (representado pelo coronel) interesses, o compromisso coronelista, que mantém a posição privilegiada de ambos no jogo político.²⁰

Com a expansão da representatividade pela inclusão de novas populações nos pleitos eleitorais durante o primeiro período republicano, as elites desenvolveram novos meios de dominar o aparelho do Estado, em especial o estatal, no contexto da autonomia a eles concedida pela Constituição de 1891. No entanto, a armação organizacional e administrativa dos partidos políticos, assim como das máquinas estatais, não apresentava estrutura suficientemente organizada para penetrar no interior do país onde estava concentrado o eleitorado, devido à economia/sociedade ainda fundamentalmente agrária. Então, em razão da necessidade de controlar o resultado do processo eleitoral e político, aliado à fragilidade político-partidária estatal, temos a associação entre o poder privado, personificado na figura do coronel, e o poder público, personificado nos atores do poder Executivo. Nesse contexto de reciprocidade, o governo estadual garantia, para baixo, poder ao coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo concedendo-lhe o controle dos cargos públicos desde delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores forneciam apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento, por parte deste, de domínio no estado.

¹⁹ AVANCINI, Elsa. *Coronelismo, cooptação e resistência – 1200 votos contra o coronel – a eleição da banha em Ijuí, 1934*. Porto Alegre: Secretaria do Estado da Educação, Projeto Melhoria da Qualidade de Ensino, 1993. p. 92.

²⁰ BIAVASCHI, op. cit., p. 80.

O coronel mantinha sob controle o eleitorado e o resultado dos pleitos no local de atuação, visando à manutenção do aparelho do Estado em mãos de determinada fração da oligarquia. Em troca dos serviços de coerção e cooptação do eleitorado, o poder estatal garantia e reforçava poder ao coronel, provendo-o de autoridade para a indicação dos cargos públicos locais, benefícios, a maior parte financeiros, para a sua área de atuação e embasamento das ações extralegais de autoridade.

As ações coronelistas se definiam pelas características de reciprocidade tanto na esfera de relações entre o poder local e o poder estadual quanto do poder local entre o coronel e seus dependentes no contexto maior fornecido pela República Velha.²¹ Em acordo com Biavaschi e Elmir, é imperativo destacar:

[...] o coronelismo enquanto modelo de mando compreendeu uma complexa rede de relações que permeou todos os níveis de atuação política durante a República Velha, surgindo como um sistema de reciprocidade envolvendo trocas de compromissos, principalmente em períodos eleitorais, entre os chefes políticos municipais e os coronéis, fornecedores do eleitorado cooptado, com a situação dominante estadual, fornecedora de cargos públicos além de favores, especialmente de caráter econômico.²²

Quanto entre o coronel e os seus eleitores, é fundamental destacarmos a dinâmica das forças entre o coronel e seus dependentes, entre os benefícios e os votos, estabelecendo laços de lealdade e uma rede de compromissos entre ambos os atores sociais, descartando, então, uma verticalidade na ação do coronel e reconhecendo que os subalternos se constituem como agentes nesse campo político – ainda que suas demandas se revelem essencialmente privadas.²³ Destacamos ainda que não foram apenas os benefícios concretos e materiais que contribuíam para o estabelecimento e cristalização do símbolo e do poder concentrados na figura do coronel, mas também fatores abstratos e subjetivos deram delineamento a práticas coronelistas. Conforme Gualberto,

a história brasileira construiu o coronel como uma instituição de dominação, que foi aceito pela maioria dos dominados, em função de um conjunto de fatores, em parte reais: interesses econômicos, proteção, violência; e em parte imaginários: dilatação do imaginário da família das relações de clientela. Os

²¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 42-43.

²² BIAVASCHI, op. cit., p. 3.

²³ ELMIR, Cláudio Pereira. *Cartas ao coronel: a construção da dependência e sua legitimação pelos subalternos*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Mato Grosso, Mato Grosso, 2009, p. 259.

fatores reais e imaginários e sua articulação foram construídos durante séculos.²⁴

Maria Isaura Pereira de Queiróz, apesar das críticas acerca de sua abordagem em sua perspectiva sociológica do fenômeno coronelista, avança nessa análise quando apresenta que a liderança coronelista, além de seus aspectos, uma liderança econômica e uma liderança de parentela, assumia, sobretudo, um aspecto nitidamente carismático, pois o chefe por excelência era aquele que apresentasse as qualidades personalistas indispensáveis que despertavam a adesão afetiva e entusiástica dos homens, levando-os espontaneamente à obediência.²⁵

Ressaltamos que a propriedade da terra não se apresenta como uma condição *sine qua non* para a aquisição e exercício do poder político. Durante a Primeira República, a posse de terras e os padrões de distribuição ou títulos de posse tiveram pouca influência no florescimento do coronelismo.²⁶ Conforme Carvalho, apesar de um expressivo número de casos apresentar a fonte de poder do coronel diante da população local, diretamente ligada à posse do latifúndio, assim também a grande quantidade de dependentes dele. Observamos que o fenômeno do coronelismo se manifesta em condições variadas de estrutura fundiária e fontes de poder. Assim

como há coronel grande proprietário de rural, pode haver também segundo os novos estudos, mandões que constroem seu poder através da atividade comercial, da indústria, ou mesmo do exercício da profissão liberal e do sacerdócio. O isolamento da população também é questionado, especialmente no caso dos coronéis comerciantes e industriais.²⁷

O poder do coronel perante as esferas estadual e federal estava diretamente ligado à sua capacidade de mobilização do eleitorado, arrastando ou afastando dos pleitos o maior número possível de eleitores, segundo suas conveniências. O coronel demonstrava o alcance de sua capacidade de manipulação e mobilização. As próprias fraudes, compras

²⁴ GUALBERTO, João. *A invenção do coronel: ensaios sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: Edufes, 1995. p. 50-51.

²⁵ QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975. v. 1. cit. p. 155-190.

²⁶ PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias: 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 46-47.

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. Coronelismo. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1984, p. 1598-1599.

de votos, intimidações e violências eram indicativos de capacidade de mobilização de um coronel e de sua rede de compromissos e intimidações.²⁸

Os constantes pleitos realizados no período, embora em muitos casos os resultados fossem previamente conhecidos ou não fossem absolutamente respeitados, eram a maior ferramenta disponível para medir o prestígio e o poder de atuação de um coronel local. O coronel, mobilizando e conduzindo às urnas, ou, literalmente, afastando dessas o maior número possível de eleitores, demonstrava sua capacidade de poder, prestígio e capacidade de ação junto à população local. As eleições

mesmo quando seus resultados não fossem respeitados, mesmo que todos conhecessem previamente os vencedores, eram ainda assim importantes para medir o alcance da influência de uma facção em ascensão ou decadência.²⁹

Devemos também destacar que, em nosso entendimento, o coronelismo foi um fenômeno político e social típico do período da República Velha, pois, conforme Goulart, acreditamos ser o foco de análises distorcidas em relação ao coronelismo o fato de existirem coronéis atuando na política local antes e depois da Primeira República. Entretanto, essa atuação do coronel não compreende a mesma no sistema político da República Velha, que leva a que se produzam nesse período peculiaridades em relação às ações dos coronéis, ou seja, nada impede que vinculemos as ações de coronéis em períodos diferentes, mas efetivamente tais ações estarão enraizadas em outras formas de práticas políticas, como o mandonismo e o clientelismo, e não enquanto coronelismo promovido como um sistema político característico apenas durante 1889 a 1930.³⁰

Compreendemos o coronelismo como uma prática com limitação temporal ao período da República Velha. Contudo, aceitamos a existência ou sobrevivência de algumas práticas coronelistas posteriores a este recorte temporal, como bem explica Carvalho:

O coronel de hoje não vive num sistema coronelista que envolvia os três níveis do governo, não derruba governadores, não tem seu poder baseado na posse da terra e no controle da população rural. Mas mantém do antigo coronel a arrogância e a prepotência no trato com os adversários, a inadaptação às regras da convivência democrática, a convicção de estar acima da lei, a incapacidade de distinguir o público do privado, o uso do poder para conseguir empregos,

²⁸ AXT, op. cit., p. 136.

²⁹ Ibidem, p. 142.

³⁰ GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *O poder local e o coronelismo no estado do Paraná: 1880-1930*. Curitiba. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. p. 31.

contratos, financiamentos, subsídios e outros favores para o enriquecimento próprio e da parentela. Tempera tudo isso com o molho do paternalismo e do clientelismo distribuindo as sobras das benesses públicas de que se apropria. Habilidade, ele pode usar máscaras, como a do líder populista, ou do campeão da moralidade. Para conseguir tudo isso, conta hoje, como contava ontem, com a conivência dos governos estadual e federal, prontos a comprar seu apoio para manter a base de sustentação, fazer aprovar as leis, evitar investigações indesejáveis.³¹

Quanto às questões ligadas ao desenvolvimento do coronelismo, dentre as vastas e contínuas discussões, devemos enfatizar que em raras obras os intelectuais que abordam esse tema tomam em consideração os distintos e variados contextos socioeconômicos regionais sobre os quais se desenvolvem as práticas coronelistas. Esses contextos regionais se apresentam com características complicadas e peculiares, herdadas de diferentes processos políticos, econômicos, sociais e culturais que caracterizam a evolução histórica do Brasil, assim como de cada região em particular. De acordo com Biavaschi,

[...] raramente os autores levam em consideração as distintas conjunturas regionais sobre as quais recai a determinação deste sistema político, extremamente complexo e específico à evolução política brasileira e de cada região do país em particular.³²

Segundo Victor Nunes Leal, para uma real análise e compreensão das práticas coronelistas é fundamental ter consciência das diversas formas de manifestação desse fenômeno, pois, embora esteja ligado ao sistema político estadual e nacional, o coronelismo se apresenta como uma forma de dominação em nível local e diretamente influenciado pelas características e peculiaridades locais. Nos termos do autor, para analisar e compreender o coronelismo é capital um desenho das condições políticas de todos os estados, uma vez que o coronelismo perpetrava-se no âmbito do estado e do município como peça de sua máquina política.³³ Dessa forma, de acordo com Maria Isaura Pereira de Queiróz, enfatizamos a compreensão de que a estrutura coronelista de uma região é profundamente influenciada pela própria estrutura socioeconômica ali existente.³⁴

³¹ CARVALHO, José Murilo de. As metamorfoses do coronel. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 6 maio 2001. Disponível em: < http://www.ivnl.com.br/download/jose_murilo_jornal_do_brasil_2001.pdf>. Acesso em: 7 maio 2014.

³² BIAVASCHI, op. cit., p. 3.

³³ LEAL, Victor Nunes. O coronelismo e o coronelismo de cada um. *Dados*, v. 23, n. 1, p. 11-14, 1980.

³⁴ QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 170.

Nessa linha de interpretação para compreender o coronelismo no Rio Grande do Sul, devemos analisar a contínua associação entre a estabilidade, legitimação e continuísmo do PRR e suas chefias políticas frente ao governo do Rio Grande do Sul.

1.2 Coronelismo no estado no Rio Grande do Sul durante o período da República Velha

A organização política do Rio Grande do Sul durante o primeiro período republicado foi estabelecida e organizada institucionalmente pela Constituição política do estado do Rio Grande do Sul, promulgada em 14 de julho de 1891. Conforme Russomano, a comissão constituinte foi nomeada em 4 de outubro de 1890, o decreto federal nº 802 determinou aos estados a convocação de assembleias constituintes que deveriam responder pela organização institucional das unidades federadas e eleger indiretamente os governadores.

Logo em seguida, o Governador em exercício no Rio Grande, General Cândido Costa, pelo Ato ° 489, de 18 de outubro, nomeou uma comissão especial com o encargo de elaborar um projeto para a futura constituição. Integravam a comissão Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Ramiro Fortes de Barcellos.³⁵

Entretanto, a Constituição foi elaborada fundamentalmente por Júlio de Castilhos, uma vez que a comissão responsável por sua elaboração era composta por Castilhos junto com Ramiro Barcelos, então senador que se encontrava no Rio de Janeiro na época, e Assis Brasil, que se negou a rubricar a Constituição pelo motivo de discordar com as doutrinas expressas na carta redigida por Castilhos. A Constituição foi aprovada pela Assembleia Constituinte e alterada parcialmente apenas duas vezes durante sua vigência. Manteve, no entanto, a essência doutrinária e permaneceu vigente na vida política do Rio Grande do Sul durante, aproximadamente, quarenta anos. Conforme esclarece Axt, a primeira sessão preparatória ocorreu em 17 de junho e a instalação definitiva dos trabalhos legislativos em 25 de junho de 1891.

A Constituição do Rio Grande do Sul foi erigida sob o manto da intransigência e da exclusão, fechando-se ao diálogo e voltando-se para a utopia do consenso e da unidade. O PRR legislava sozinho a partir de um anteprojeto elaborado exclusivamente por Júlio

³⁵ RUSSOMANO, Victor. *História constitucional do Rio Grande*. 2. ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, p. 172.

de Castilhos e apresentado por Fernando Abbott, governador em exercício. Com efeito, em 19 de dezembro 1981, Assis Brasil divulgou um manifesto declarando não ter contribuído de forma alguma para a concepção do projeto, tampouco participou Ramiro Barcellos, que se achava no Rio de Janeiro.³⁶ Dessa forma, o projeto de Constituição foi discutido por uma comissão de sete membros, quatro eram médicos, completamente leigos em matéria constitucional. A comissão propôs poucas alterações.

Os debates foram céleres. A apresentação de emendas se iniciou em 11 de junho e a promulgação se deu no dia 14 do mesmo mês, em sessão solene que também elegeu indiretamente Castilhos Governador do Estado.³⁷

As palavras de Assis Brasil, disponibilizadas em seu manifesto, em linhas breves, apresentam o processo de confecção da Constituição rio-grandense:

[...] desde que tive conhecimento da extravagante mistura de positivismo e demagogia contida no projeto de Constituição para este Estado, projeto de cuja redação eu também fora oficialmente encarregado, mas que foi exclusivamente composto pelo Dr. Castilhos, sem a minha colaboração, sem a minha assinatura, sem a minha responsabilidade [...].³⁸

É-nos bastante presente que na arte da política todo ator político no ato de legislar ou administrar busca conjeturar e presumir as implicações e conseqüências de sua ação legislativa ou administrativa. Legisla ou administra conforme a direção de sua concepção política e os objetivos nessa contidos. Ao redigir a Constituição do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilho foi mestre e exemplo nessa arte. Conforme Axt, emersa no caldeirão de irrritação política, a Constituição de 14 de junho foi concebida para dar ao presidente poderes de um general em campanha militar. A elisão da autonomia dos poderes, a possibilidade de intervenção nos municípios e o modelo de reeleição do mandatário máximo converteram-se de plano nos aspectos mais polêmicos. A Constituição estruturou e legitimou um governo centralizador.³⁹

Esse é o pensamento fundamental que rege a magna carta elaborada por Júlio de Castilhos. A partir da promulgação da Constituição e da ascensão de Júlio de Castilhos à Presidência do estado, todos os recursos legislativos e administrativos foram

³⁶ AXT, op. cit., p. 63.

³⁷ Ibidem, p. 63-54.

³⁸ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Ditadura, parlamentarismo e democracia*. Porto Alegre: Globo, 1908. p. 22.

³⁹ AXT, op. cit., p. 64.

profundamente empregados na sustentação e conservação da preeminência do PRR e na concretização do projeto de estado idealizado por Castilhos.

No entanto, esse estado idealizado por Júlio de Castilho transcendeu seu idealizador, influenciando diretamente o PRR e os quadros que o compunham. Após a morte de Castilhos em 1903, esse projeto foi continuado por Antônio Augusto Borges de Medeiros, presidente do estado entre 1898 e 1928, com rápido intervalo entre 1908 e 1913, quando Carlos Barbosa Gonçalves ocupou a Presidência estadual. Porém, ressaltamos que Borges de Medeiros, sucessor de Júlio de Castilhos na Presidência do estado, mais do que apenas um continuísta, foi aceito e percebido como um formulador-executor, tornando esse projeto republicano não apenas castilhista, mas castilhista-borgista. Nas palavras de Paulo Brossard de Souza Pinto, escritas no prefácio da obra *O poder moderador na República presidencial*, de Borges de Medeiros, esclarece:

Para a feitura desse Rio Grande foi constante a ação de Borges de Medeiros, um dos colaboradores mais próximos de Castilhos, tão próximo e de tamanha confiança que o sucedeu na Presidência do Estado. De 1898 a 1903 foi ele o presidente e Castilhos o Chefe do Partido; indicado à reeleição e reeleito, meses depois desse mesmo ano de 1903, com a morte de Castilhos, reuniu em sua pessoa o governo do Estado e a chefia do Partido. Tinha 39 anos. Na apreciação de João Neves da Fontoura, “anos depois, quando recolheu a sucessão política de Castilhos, não o deveu ao acaso das escolhas ou ao tumulto das ambições. Recebeu-a, por verba testamentária – o magistral manifesto em que o chefe do Partido Republicano Rio-Grandense o indicou à reeleição. Era como a transferência simbólica do anel de Alexandre, o que devia tocar “o mais digno”.⁴⁰

Borges de Medeiros tornou-se o herdeiro universal de Castilhos em razão da morte inesperada de Castilhos, embora muitos considerem com epítetos e posições não distantes ou inferiores ao do presidente do estado, que haveria de se prolongar até meados de 1930. Assim, Borges de Medeiros torna-se o formulador, gestor unipessoal e executor do patrimônio republicano castilhista, projeto conceituado de castilhista-borgista.

Nesse projeto a edificação do Rio Grande do Sul não teria espaço para divergências, nem oposições. Não havia espaço para outro governo que não o republicano, não havia espaço para outro partido que não o Partido Republicano Rio-Grandense, assim como não havia espaço para outra ideologia que não a positivista, ao menos em teoria. A conquista do poder municipal, conseqüentemente estadual, por qualquer força de oposição ao PRR e pelo projeto castilhista-borgista representaria uma

⁴⁰ MEDEIROS, Borges de. *O poder moderador na república presidencial*. Caxias do Sul: Educs, 2002. p. 37. Prefácio de Paulo Brossard de Souza Pinto.

iminente e profunda reforma na Constituição, instrumento fundamental para o exercício do poder republicano do PRR e o enfraquecimento do poder de Júlio de Castilhos, posteriormente de Borges de Medeiros, impossibilitando a concretização desse projeto estadual.⁴¹ Alterando o poder, alterava-se a Constituição. Alterando-se a Constituição, alterava-se o projeto castilhista-borgista, comprometendo, então, segundo suas concepções, o futuro do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, o PRR, além de servir como organização e instrumento de exercício de poder, tornou-se também um índice de participação e/ou exclusão do poder.⁴²

Contudo, mais do que os conceitos, disposições e finalidades desse projeto instituído por Júlio de Castilhos e continuado por Borges de Medeiros, nesse momento nos convém somente ilustrar o porquê da conservação do poder a qualquer custo por parte dos líderes políticos do PRR, interessa-nos compreender os motivos da vivência do fenômeno coronelista no Rio Grande do Sul durante o período da República Velha.

O projeto de estruturação social, política e econômica para o Rio Grande do Sul, de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e grande parte do PRR, é ponto fundamental para compreender o coronelismo organizado e desenvolvido no estado durante o período da Primeira República. Encerra como principal finalidade o controle dos resultados dos pleitos, um dos pilares que ancora a legitimação, a estabilidade e o continuísmo de Castilhos, Medeiros e o PRR diante dos poderes municipais e estadual na busca pela concretização desse projeto.

1.3 Coronéis e coronelismo na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul

A estrutura e as práticas coronelistas durante o período da República Velha variavam e se adaptavam conforme o contexto socioeconômico regional e a organização política estadual. No Rio Grande do Sul, o sistema coronelista empregado, em várias situações idealizado e materializado por Borges de Medeiros, admite, na nossa compreensão, que a atuação dos coronéis vinculados ao poder estadual ocorria de acordo com peculiaridades sociais, econômicas e políticas de cada região específica, assim como

⁴¹ BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 34-59.

⁴² AXT, op. cit., p. 68.

os processos de coerção, cooptação do eleitorado e controle dos pleitos se alteravam de acordo com essas mesmas variáveis locais.

Usualmente, as pesquisas dedicadas às investigações acerca da República Velha no Rio Grande do Sul abordam os aspectos políticos desse período como se fossem exclusivos da região da Campanha e das adjacências da capital do estado. Na região da Serra, as pesquisas privilegiam os aspectos econômicos, sociais e culturais ligados especialmente à imigração. Nesse sentido, encontramos grande quantidade de estudos dedicados à vida dos grandes líderes estaduais, de suas ideias e ações. No entanto, observamos a quase ausência de estudos que abordem a presença e a ação dos chefes políticos locais, em especial na região colonial italiana, vinculados ao chefe político estadual, mesmo sendo esses chefes de centenas de homens, dispendo de seus votos – em certos casos, da direção de suas vidas – e delineando-se como engrenagens fundamentais para o adequado funcionamento da máquina política estadual. De acordo com Axt,

a historiografia ainda não desenvolveu estudos mais profundos e abrangentes sobre as gestões políticas e administrativas nas áreas coloniais italianas. Se a continuidade administrativa era uma realidade e se efetivamente essas regiões eram consideradas fábricas de votos para o borgismo, pelo menos entre 1908 e 1923, não se sabe ao certo quais os mecanismos de barganha, cooptação e insubordinação entre intendentess e eleitores, ou, ainda, os detalhes da relação entre poderes local e central, que podiam fermentar sob as “tranquilas ditaduras” serranas.⁴³

Nesse contexto decorre uma quase inexistência de vinculações entre o processo histórico da campanha e o processo histórico das regiões do Vale dos Sinos e da Serra do Rio Grande do Sul em vias de fracionar o estado em duas metades, com dois processos históricos individualizados, subordinados a determinantes individuais, que dificilmente ou nunca se aproximariam ou se relacionariam.⁴⁴

A historiografia da política rio-grandense da Primeira República privilegiou os atos e as ideias elaboradas pelos personagens como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Gaspar da Silveira Martins, Assis Brasil, Ramiro Barcellos, Raul Pilla e outros importantes próceres da política republicana rio-grandense.⁴⁵ Eles são apresentados como os mentores e empreendedores da política estadual em oposição aos imigrantes ditos

⁴³ AXT, op. cit., p. 129. Nota de rodapé.

⁴⁴ CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in Mérica: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 59-66.

⁴⁵ DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Coord.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 167 p.

“colonos”, homens simples, afeitos aos trabalhos agrícolas e absorvidos pelas preocupações de sustento econômico, desconectados da vida política estadual.

Conforme Franco, os municípios onde predominava de forma absoluta a pequena propriedade familiar não havia condições para prosperar o coronelismo clássico, já por inexistir o grande proprietário rural e, por não haver, pelo menos até o segundo decênio do século XX, uma elite local realmente interessada em exercer o poder político.⁴⁶ Essa corrente apresenta os municípios da região colonial italiana como locais ordeiros, pacíficos e passivos, desprovidos de atritos entre as populações, os poderes locais e o governo do estado, estabelecendo-se nas “serenas ditaduras borgistas” que dominaram tranquilamente as intendências municipais da encosta superior da serra.

Por meio de uma aproximação inicial, essa afirmação pode ser percebida nas palavras dos coronéis intendentess que estiveram à frente da chefia política e administrativa do município de Guaporé durante o período da Primeira República. As palavras do intendente eng. Lucano Conedera, predecessor do cel. Attílio Maia, registradas no relatório da Intendência do município de Guaporé, relativas ao ano de 1911, enaltecem a índole “pacífica, ordeira e trabalhadora” dos imigrantes e descendentes que residiam em Guaporé.

Não resta dúvida, porém, que o município progride sempre, e cada vez mais, com vida própria, já pelas qualidades superiores de suas terras, já pela índole ordeira e trabalhadora de seus habitantes.⁴⁷

O intendente cel. Agilberto Attílio Maia, através do relatório da Intendência do município de Guaporé de 1932, já no período da Revolução de 32, destaca a índole ordeira da população de Guaporé voltada “inteiramente a luta incessante e glorificadora do trabalho, único lábaro que ostentam com carinho e amor” sem jamais dar “ouvidos aos ditirambos, daqueles que pretendiam arrastá-los aos azares de tão impatriótica ação” (Revolução de 32), acatando e respeitando sempre “aos Governos constituídos” em busca de fazer frutificar e premiar seu trabalho.

Mesmo acirrado pela mais desenfreada campanha de descrédito, assacada contra os nossos homens de Governo, a população ordeira de Guaporé, voltada inteiramente a luta incessante e glorificadora do trabalho, único lábaro que

⁴⁶ FRANCO, Sérgio Costa. Os coronéis burocratas da região colonial italiana na era Borges de Medeiros. *MÉTIS: história & cultura*, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, v. 2, n. 2, p. 131-138, jul./dez. 2002.

⁴⁷ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Lucano Conedera, ano de 191, p. 1.

ostentam com carinho e amor, jamais dera ouvidos aos ditirambos, daqueles que pretendiam arrastá-los aos azares de tão impatriótica ação. Conciente como são de que só na paz, no respeito e no acatamento aos Governos constituídos, o trabalho pode frutificar e premiar os seus esforços em benefício próprio, em prol do progresso dum estado.⁴⁸

Tornar-se próximo à questão de concordância, a corrente historiográfica sustenta a versão da preocupação fundamental dos colonos se encontrarem no âmbito econômico, buscando sempre ampliar seus horizontes econômicos, fazendo progredir suas culturas e negócios e ausentando-se do mundo político. Novamente o cel. Agilberto Atílio Maia, em carta a Borges de Medeiros em 1916, apresentou o progresso agrícola e industrial de Guaporé destacando a ausência de qualquer tipo de conflitos no município.

Em nosso município são as únicas novidades que devo comunicar a V. Exc., isto com referencia a vida administrativa que tem sido a mais normal que desejar-se pode. Quanto ao progresso, não só industrial como agrícola, tem sido e continua a ser o mais auspicioso, pois, no corrente anno as colheitas prometem tal abundancia da que a alegria campeia por toda a parte.⁴⁹

No relatório da Intendência do município de Guaporé de 1930, no contexto da Revolução de 30, o cel. Agilberto Atílio Maia destacou o “sentimento cívico” que mobilizou a população de Guaporé, tornando esse povo “confiante e cheio de coragem para participar dos mesmos sacrifícios em holocausto à grandeza de sua nova Pátria”, porém, sem participar em nenhum âmbito da esfera política, pois “o povo ordeiro deste município voltado inteiramente ao trabalho agrícola, cuja índole pacífica é seu característico”.

Tem aí V. Excia, como contribuiu o povo ordeiro deste município voltado inteiramente ao trabalho agrícola, cuja índole pacífica é seu característico e que no entanto empolgado pelo mesmo sentimento cívico que sacudiu o Rio Grande do Sul todo, se apresentou satisfeito, confiante e cheio de coragem para participar dos mesmos sacrifícios em holocausto à grandeza de sua nova Pátria.⁵⁰

Conforme Franco, nem mesmo os colonos mais abastados, os industriais e comerciantes das vilas, estavam, antes de tudo, preocupados com o desenvolvimento de

⁴⁸ AHMG. Relatórios da intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Atílio Maia, ano de 1932. p. 21-23.

⁴⁹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MAIA, Agilberto Atílio. Carta. Guaporé, RS, 14/1/1916. 2 folhas. Documento 02470. Descritores: Municípios, Executivo Municipal, Fazenda.

⁵⁰ AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Atílio Maia, ano de 1930, p. 6-7.

seus negócios e a acumulação de bens, alheios à penosa ocupação de alistar eleitores e de conduzi-los às urnas em cada pleito eleitoral. Sem mencionar as outras tarefas de cunho arbitral, policial ou fiscal, que, normalmente, incumbiam os chefes políticos.⁵¹

Incorporados na cidadania brasileira por força da “grande naturalização” de 1889, que considerava brasileiro todo o estrangeiro que se achava domiciliado no Brasil quando da proclamação da República, a maioria dos moradores das colônias sequer falava o idioma nacional. Nem por isso os municípios da região deixavam de possuir um numeroso eleitorado dócil ao governo do Estado em todos os pleitos.⁵² Segundo Sandra Pesavento, o resultado disso não ocorreu a integração da população colonial no processo político como um dos participantes do exercício do poder. Os descendentes de imigrantes foram utilizados como massa de manobra eleitoral numa estrutura oligárquica de poder.⁵³

Essas posições sustentam que os imigrantes italianos e seus descendentes, responsáveis pelo processo de colonização no estado, apresentaram-se pouco, ou nada interessados, ou atuantes nas questões relativas à esfera política e pública, estando suas atenções absorvidas pelas questões ligadas à dilatação de seu horizonte econômico, envolvidos e preocupados com o cuidado com seus cultivos e criações, as atividades ligadas ao artesanato, comércio ou à agroindústria. Com a ausência do elemento imigrante e seus descendentes das esferas política e pública, os municípios parecem ter desenvolvido exemplares peculiares de coronéis inseridos pelo poder estadual, estranhos à região, burocratas eleitos e reeleitos sucessivamente.

Ao analisar a trajetória política de determinados municípios que compõem o estado rio-grandense, observamos o desenvolvimento de lideranças coronelistas que se perpetuaram na direção política e administrativa nessas municipalidades. O desenvolvimento desse fenômeno ainda pode ser observado melhor quando direcionamos o olhar sobre as administrações das intendências municipais da região de colonização italiana serrana. Conforme Axt,

[...] nos chamados municípios da zona de colonização ítalo-germânica, como Caxias do Sul, São Leopoldo, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Veranópolis e Guaporé, alguns intendentess, estranhos à região, eternizaram-se à frente das chefias políticas e das administrações locais, possivelmente caracterizando a figura do “coronel burocrata” que era ao mesmo tempo funcionário público, bacharel, administrador e homem de partido leal à facção palaciana.⁵⁴

⁵¹ FRANCO, op. cit., p. 134.

⁵² Idem.

⁵³ PESAVENTO, Sandra. O imigrante na política rio-grandense. In: LANDO, Aldir Marli (Org.). RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 172.

⁵⁴ AXT, op. cit., p. 129.

Caxias do Sul elegeu sucessivas vezes o major José Penna de Moraes para a administração municipal entre 1912 e 1924; São Leopoldo foi administrada pelo cel. Guilherme Gaelzer Neto entre 1902 e 1916; Bento Gonçalves, o cel. Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior permaneceu na Intendência municipal entre 1892 e 1924, sendo nomeado e eleito repetidas vezes; Antônio Prado, o cel. Innocencio de Mattos Miller foi continuamente eleito para a Intendência, permanecendo à frente dessa entre 1910 e 1923; Veranópolis permaneceu sob a administração do cel. Achyles Taurino de Resende entre 1910 e 1924, assumindo, inicialmente, como vice-intendente, posteriormente eleito por diversas vezes; Guaporé tornou-se um interessante exemplo desses intendentes que se perpetuaram na direção municipal, uma vez que o cel. Agilberto Atílio Maia conduziu a Intendência entre 1912 e 1924 e entre 1928 e 1937, posteriormente como prefeito municipal, tanto indicado durante o período pós-Revolução de 30 quanto eleito no período constitucional seguinte.⁵⁵

Segundo Franco, a política do PRR, devido à guerra civil de 1893, alimentava uma nítida e intensa desconfiança a respeito do excessivo poderio dos grandes proprietários rurais na região da Campanha rio-grandense, o que gerou dois processos políticos. Inicialmente, promoveu suas reiteradas e constantes violações à autonomia dos municípios sob a influência das figuras caudilhas, sempre tuteladas pelo todo-poderoso presidente do estado; num segundo momento, a criação de uma figura nova e desconhecida no campo político do Brasil, o chamado “coronel burocrata”.

O coronel burocrata caracterizava-se por sustentar a chefia política dos municípios, porém desprovido de fortuna ou raízes locais, mas armado de extraordinários poderes de cooptação e coerção no suporte burocrático fornecido pelo aparato estatal e partidário do PRR, estando, assim, inteiramente submisso à Executiva do partido e ao presidente. Franco argumenta que tais coronéis, estranhos às comunidades locais e alheios aos poderes econômicos locais, possuíam vínculos funcionais de carreira, como, de fato, suportavam uma clara relação de subalternidade hierárquica e completa disposição para acatar decisões oriundas do presidente do estado. De resto, apresentavam-se geralmente como funcionários do Estado, fazendários, serventuários de justiça, oficiais da Brigada Militar etc., vinculados à disciplina do poder Executivo estadual.⁵⁶ Nesse viés de interpretação encontramos no prefácio do relatório da Intendência do município de

⁵⁵ BIAVASCHI, op. cit., p. 109-116.

⁵⁶ FRANCO, op. cit., p. 141.

Guaporé de 1913, nas palavras do cel. Agilberto Atílio Maia, ao agradecer Borges de Medeiros pela sua bondade máxima confiada à guarda do município de Guaporé, apesar de ele ter sido eleito com mais de 1.900 votos:

Traduzam as minhas primeiras palavras dirigidas a essa digna corporação, os sinceros votos que faço pela prosperidade deste futuroso município, confiado a minha guarda pela bondade máxima do integro chefe do partido republicano riograndense, s. ex. o Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, aliada a confiança dos meus distintos co-municipes, que sagraram nas urnas meu humilde nome com um total superior a 1900 votos.⁵⁷

O coronel burocrata personificava sobremaneira os intendentes provisórios que Borges de Medeiros indicava invariavelmente como solução de aguçados atritos entre as facções do PRR local, assumindo, além das funções administrativas e até mesmo policiais, o comando político dos municípios, muitas vezes em caráter unipessoal. Titulados e chamados a exercerem nos municípios a plena chefia dos negócios comunais com respaldo direto do presidente do estado para concluir uma forma de coronelismo burocrático, isto é, com influência e até predominância do funcionalismo público, esteve muito presente na estrutura de poder do castilhismo-borgismo. Essa “espécie” de coronel permaneceu em alto grau na estrutura de poder do castilhismo-borgismo.

Segundo Faoro, não falando apenas de intendentes provisórios estranhos aos municípios na estrutura do Partido Republicano, muitos coronéis não passavam de simples servidores públicos, sem fortuna pessoal, apenas eram prestigiados pela condição de funcionários de uma categoria detentora de prestígio.⁵⁸ Firmino Luiz Gomes de Abreu, em carta dirigida a Borges de Medeiros em 1907, manifestou requerer permanência em Antônio Prado na direção da política local, alegando que suas ações (não especificadas) foram unicamente em benefício do governo borgista, onde a posição de dependência e subalternidade do coronel burocrata ao presidente do estado pode ser percebida.

Cordialmente saúdo a V. Excia.
Respeitosamente venho declarar a V. Excia. que quando tive a honra de fallar-vos manifestando desejos d'aqui não sair por vontade minha, visto não ter cometido faltas pelas quaes merecesse ser expulso deste lugar tinha em vista unicamente provar a V. Excia. que meus insignificantes serviços a política local eram dedicados ao vosso Benemerito Governo e que a perseguição

⁵⁷ AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Atílio Maia, ano de 1913, p. 3.

⁵⁸ FRANCO, op. cit., p. 133.

movida contra minha pessoa por ingratos companheiros, o qual prossegue sem piedade, tinha por base a estima que me faz o favor de tributar este povo.⁵⁹

Os conceituados coronéis burocratas caracterizavam-se também pela inteira e incontestável submissão ao chefe unipessoal do PRR, que, após a morte de Castilhos em 1903, confundia-se com a figura do presidente do estado Borges de Medeiros. O cel. Agilberto Atílio Maia ilustrou essa posição em 1913 no relatório da Intendência do município de Guaporé, onde declara ser fiel ao programa do partido republicano organizado por Júlio de Castilhos e continuado por Borges de Medeiros, sendo este alicerce político e administrativo que sustenta as práticas na gestão municipal.

Fiel sempre ao programa do partido republicano organizado pelo immortal patriarcha dr. Julio de Castilhos e com incomparável dedicação observado pelo seu dilecto discípulo dr. Borges de Medeiros, cujo programma, tem sido e continuará a ser o alicerce inabalável do progresso, que político, quer administrativo de nosso caro Rio Grande, pode concluir-se que meu governo se moldará sempre em tão nobres ensinamentos.⁶⁰

Por conseguinte, a preocupação do imigrante italiano e seus descendentes para com a expansão de seu horizonte econômico e a consequente retirada da esfera política e pública gerou a integração da população colonial no processo político não como atores, mas como massa de manobra eleitoral da estrutura oligárquica de poder, representada na região pela figura do coronel burocrata e intendente que tinha a responsabilidade de controlar o eleitorado de acordo com a política borgista e que, mesmo como elemento estranho à região, eternizava-se nas chefias políticas e administrativas locais em razão da estrutura de poder que lhe era conferida pela Presidência do estado e do PRR.

Esse contexto induz à afirmativa de que o coronelismo parece ter sido abafado nas áreas habitadas por colonos, desenvolvendo-se tranquilas ditaduras borgistas nas intendências municipais da encosta superior do planalto.⁶¹ Entretanto, essa linha de interpretação não alcança o consenso absoluto entre os historiadores que trabalham as temáticas ligadas ao coronelismo no Rio Grande do Sul e, em especial, na região de colonização italiana. A interpretação do fenômeno coronelista, capitaneada por Sérgio da Costa Franco, Joseph Love e Raymundo Faoro, entre outros, é questionada por Loiva

⁵⁹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. ABREU, Firmino Luiz Gomes de. Carta. Antonio Prado, RS, 7/6/1907. 2 folhas. Documento 00153. Descritores: Política Regional, Executivo Municipal.

⁶⁰ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Atílio Maia, ano de 1913, p. 3-4.

⁶¹ FRANCO, op. cit., p. 124.

Otero Félix, que contrapôs o conceito de coronel burocrata propondo o uso do conceito de “coronel borgista”.

Na obra de Félix fundamenta os motivos que sustentam a utilização desse conceito, utiliza-se do entendimento de Maria de Lourdes Mônico Janotti, compreendendo que o coronelismo não se apresenta simplesmente como uma extensão do poder patriarcal privado, mas, sim, o reconhecimento, por parte do estado, das forças dos mandatários locais com consentimento e benefício do governo, o que transformou o coronel em um elo na evolução do poder pessoal que se situa entre a antiga sociedade escravocrata e a moderna sociedade capitalista. Nesse sentido, o coronel permanece como um dos componentes do particularismo regional, mas, paradoxalmente, auxilia o processo de centralização do Estado.⁶²

Maria de Lourdes Mônico Janotti verifica a articulação entre o aparelho de Estado e os poderes locais:

[...] o poder do Estado relacionou-se com a força coronelista sem anulá-la nem ser anulado, mas, ao contrário, fazendo que essa última contribuísse, paradoxalmente, para o próprio processo de centralização e consolidação do poder estadual identificado com o partido.⁶³

A interação estabelecida entre o poder do Estado e os poderes locais no Rio Grande do Sul permitiu a formação de um processo não apenas de centralização, mas também de edificação de um caráter monolítico revestido do manto do PRR e do castilhismo-borgismo assessorado pela ideologia positivista como suporte teórico na fundamentação e cristalização desse processo. Contudo, esse reconhecimento da presença do Estado, leia-se Castilhos/Medeiros, e a estrutura do PRR, regulando a ação do coronelista, não permite, segundo a autora, compreender e abrigar o modelo do coronel transformado em uma simplória engrenagem burocrática, uma vez que

[...] a ideia de burocrata pressupõe uma situação de subalternidade hierárquica, de vínculo funcional de carreira, dentro de uma determinada organização, ou de disposição de acatar decisões partidas de cima. Não era isto o que ocorria rigorosamente, pelo menos entre os coronéis que analisamos.⁶⁴

Os coronéis no período castilhista-borgista, conforme nossa compreensão, não eram empregados do governo, com funções públicas rotineiras estipuladas e vínculos

⁶² FÉLIX, op. cit., p. 115.

⁶³ JANOTTI, op. cit., p. 42.

⁶⁴ FÉLIX, op. cit., p. 116.

impessoais, característicos de uma ordem burocrata e racional.⁶⁵ Nesse sentido, o acatamento das ordens oriundas da Presidência do estado pelos coronéis não se fez por vínculos funcionais hierárquicos, mas por opções partidárias e por interesses pessoais específicos por poderes locais. Loiva Félix questiona, pois, os coronéis se se constituíssem como agentes burocratas, Borges de Medeiros não necessitaria estar constantemente preocupado com o controle dos assuntos municipais, procurando nutrir e conservar o apoio dos coronéis locais, lembrando-lhes sempre sua posição hierárquica superior de presidente do estado. Caso ocorresse dessa forma, Borges de Medeiros poderia afastá-los definitivamente, substituindo-os e constituindo quadros administrativos funcionais ligados e leais exclusivamente ao Estado, sem a necessidade de estabelecimento de nenhuma outra forma de rede de compromissos.⁶⁶ Era imprescindível o apoio político dos coronéis não como simples funcionários subordinados e algozes de ordens do presidente do estado, ou simples engrenagens burocráticas do partido, mas, sim, como poderes efetivamente reconhecidos e aceitos no consenso das comunidades locais, sendo eles engrenagens fundamentais para a construção do modelo proposto de Estado. Havia o vínculo governo/partido, este com os coronéis, porém respeitando-se as esferas próprias de ação que davam sentido ao jogo político e justificavam a necessária cooptação política das bases locais. Isso explica a constante interpenetração partido/estrutura coronelista, dando a tônica do coronelismo gaúcho.⁶⁷

Celi Regina Jardim Pinto esclarece que o PRR foi um grupo marginal, formado por jovens advogados, médicos, engenheiros profundamente entusiasmados pelo pensamento positivista, que em meados de 1880 retornavam ao Rio Grande do Sul após concluírem seus estudos nas universidades do centro do país. Não foram os estudantes rio-grandenses os únicos a se tornarem republicanos e positivistas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em outros estados esses grupos encontraram partidos republicanos organizados e foram por eles assimilados. No Rio Grande do Sul, os positivistas assumiram praticamente sozinhos a propaganda republicana e após a proclamação e os conflitos da Revolução Federalista a Presidência do estado.⁶⁸

Segundo Loiva Félix, Júlio de Castilhos, após a Revolução de 93, compreendendo o poder econômico, político, social e militar dos latifundiários rio-grandenses, em

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Ibidem, p. 117.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ PINTO, Celi Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político alternativo*. Porto Alegre: L&PM, 1986. p. 15.

especial da região da Campanha, delineou um processo de edificação de suas próprias bases de apoio em nível local em substituição às bases anteriores.⁶⁹ Observamos a integração política das áreas coloniais, em especial a região italiana, através de um discurso de valorização exaustiva do imigrante italiano no estado, que serviu de modelo de cidadão, operoso e ordeiro, capaz e de fácil assimilação.⁷⁰

O valor concedido pelo PRR à região colonial se devia a fatores econômicos e políticos. Com a ampliação do sistema capitalista estadual, a produção e o comércio gerados na região de colonização italiana tornaram-se cada vez mais imprescindíveis ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul em sua totalidade.⁷¹ O controle político das colônias, por sua vez, era de fundamental importância, pois caracterizavam-se como áreas de pequenas e médias propriedades, áreas de relativa concentração populacional e, portanto, um significativo colégio eleitoral. O mandonismo político que ali se manifestou não foi uma anomalia, uma deformação do sistema positivista/castilhistas/borgista que pretendia ser perfeito, mas um elemento vital para o funcionamento do sistema.⁷² Desse modo transformou a região de colonização ítalo-germânica e seus habitantes em atores fundamentais no cenário político da República Velha no Rio Grande do Sul, desencadeando e justificando também a necessidade do coronelismo – respeitando, é claro, as particularidades locais – e suas práticas de cooptação e coerção na região.

Essa política permaneceu e se aprimorou através das ações de Borges de Medeiros que estabeleceu uma nova articulação do poder do Estado com os poderes locais, construindo uma sólida base de sustentação do regime republicano positivista, responsável pelo continuísmo do período borgista. Embora não se negue a coesão da estrutura do Partido Republicano Rio-Grandense e do predomínio da centralização do poder em Borges de Medeiros, de maneira alguma é sinônimo da ocorrência de um sufoco e enfraquecimento do poder e da esfera de ação dos coronéis do Rio Grande do Sul, ou, mesmo, da transformação deles em burocratas subservientes, mesmo os coronéis da região de colonização italiana. Pelo contrário, Loiva Félix compreende que em grande parte a coesão e o poder de Borges de Medeiros advinham exatamente da integração dos

⁶⁹ FÉLIX, op. cit., p. 116-117.

⁷⁰ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italianidade(s): imigrantes no Brasil meridional. In: CARBONI, Florence; MAESTRI, Mario (Ed.). *Raízes Italianas do Rio Grande do Sul (1875-1997)*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 65-80.

⁷¹ BIAVASCHI, op. cit., p. 4.

⁷² PERES, Sebastião. *Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos autônomos*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994, p. 18.

coronéis nas bases partidárias, mesmo que a maioria desses poderes locais estivessem completamente descolados das formações teóricas que sustentavam o PRR e o presidente do estado, mas tendo seus interesses fundamentais atendidos.⁷³

Em síntese, tanto a legitimação política quanto a continuidade do PRR à frente do Rio Grande do Sul foram frutos da ação de Júlio de Castilhos, que promoveu uma nova articulação coronelista com novas regiões e centros de poder, substituindo aquela existente na antiga rede de compromisso imperial que unia os coronéis e liberais ligados a Gaspar Silveira Martins. Castilhos iniciou uma atuação junto aos municípios, continuada e prestigiada por Borges de Medeiros após a morte de Castilhos em 1903.

Nessa nova articulação, baseada numa rede de compromissos mútuos, não havia, de forma prática, contradição entre a centralização do PRR e a Presidência do estado com a descentralização do coronelismo, mas um ajuste com as condições históricas dadas mediante a adequação do governo castilhista/borgista às condições de mando local. Os laços que estabeleciam essa rede tornavam-se ainda mais intensos e respeitados em virtude da situação política do Rio Grande do Sul, pois existia no estado uma oposição constante e aguda dos federalistas, que se mostravam sempre como uma opção política caso esses laços não fossem respeitados.

O governo borgista para sustentar sua legitimidade, estabilidade e continuísmo no governo necessitava de uma margem esmagadora de aprovação nos constantes pleitos. Assim, forçava Borges de Medeiros e o PRR aderirem-se aos coronéis inseridos diretamente nas bases eleitorais, possibilitando e justificando a existência e a ação do coronel no Rio Grande do Sul. Havia o vínculo PRR/Borges de Medeiros com os coronéis, mas respeitando as esferas próprias de atuação que fornecia sentido ao jogo político e justificava a necessidade de cooptação política das bases locais. Isso explica o motivo da constante interpenetração PRR/Borges de Medeiros com a estrutura coronelista, dando a tônica ao coronelismo gaúcho.

Essa rede de compromissos se desenvolveu em dois níveis, iniciando entre os agregados e dependentes, em geral em relação ao coronel, e do coronel em relação a Borges de Medeiros. Esses laços de compromisso e lealdade são fundamentais, pois os três componentes eram interdependentes. Todos, governo, partido, coronéis e correligionários, sobreviviam ajustando-se e partilhando o poder.

⁷³ FÉLIX, op. cit., p. 68-69.

Nos próximos capítulos, que compreendem a essência desta tese, buscamos, através da análise do cel. Agilberto Atílio Maia, inserido no município de Guaporé de 1912 a 1930, e também estabelecendo relações com seus pares nos municípios coloniais adjacentes, delinear a estrutura e os mecanismos políticos, administrativos, jurídicos e extralegais utilizados pelos coronéis na cooptação e coerção do eleitorado na região de colonização italiana, delimitando as formas com que os imigrantes e descendentes foram se incorporando no cenário político estadual, além de fornecer novos elementos para se compreender a relação dos poderes, atritos e composições de poderes locais coronelistas com o poder centralizador de Borges de Medeiros.

2 Estabelecendo a rede de compromissos: os mecanismos articuladores de cooptação política

Nos municípios de colonização italiana é possível observar um fenômeno político bastante peculiar, especialmente em Caxias do Sul, São Leopoldo, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Veranópolis e Guaporé. Os intendentes, estranhos a esses locais, permaneceram longos períodos na direção política e na administração executiva funcionando como engrenagens da máquina política borgista cuja continuação se interligava diretamente à margem da legitimidade conquistada junto ao eleitorado. Segundo a mística do poder sacerdotal e moderador de Borges de Medeiros, essa legitimidade deveria ser esmagadora, ou muito próxima ao consenso.

Para a garantia dos resultados dos pleitos e a conseqüente dinâmica de continuidade, legitimidade e estabilidade do governo borgista, os coronéis empregavam diversas práticas de cooptação e coerção nos locais de suas atuações. Havia certa flexibilidade no estabelecimento da rede de compromissos junto aos correligionários e votantes até o uso de extrema violência para com os opositores e eleitores recalcitrantes.

A despeito da importância dessas práticas de cooptação e coerção, tônica do coronel e do coronelismo na região comandada, justificavam a própria existência da figura do coronel. De acordo com a historiografia, ainda não se desenvolveram estudos mais aprofundados e abrangentes acerca das gestões políticas e administrativas nos municípios da região de colonização italiana, como também das práticas dos coronéis junto aos eleitores. Nesta pesquisa procuramos preencher um pouco esse vazio, pois, se a continuidade administrativa se delineou como uma realidade e se essas regiões realmente se apresentaram como fábricas de votos para o borgismo, pelo menos nas duas primeiras décadas do século XX não temos conhecimento dessas práticas e dinâmicas de cooptação e coerção utilizadas pelos coronéis intendentes e o eleitorado, ambos sustentáculos desse continuísmo, estendendo-se também aos pormenores sobre a relação entre eleitores, poderes locais e a figura palaciana central, que poderiam fermentar sob a cortina das tranquilas ditaduras serranas. Dessa forma nos aventuramos na tentativa de fornecer mais algumas peças para a compreensão da história e da política rio-grandense.

Iniciamos a análise pelas práticas de cooptação empregadas pelo cel. Agilberto Atílio Maia no município de Guaporé, onde realizamos, quando possível, paralelos com as ações dos diversos coronéis nos municípios adjacentes à região de colonização italiana. Analisaremos também as práticas de cooptação do cel. Agilberto Atílio Maia no âmbito

da educação e de indivíduos cooptados para compor o governo municipal, fornecendo os serviços dos agricultores no espaço rural, visando sempre ao juízo de uma relação de força e compromisso entre o coronel e seus dependentes, rejeitando qualquer relação de mando/obediência vertical do coronel, mesmo que manipulação simplória, reconhecendo que os eleitores se constituíam agentes atuantes nesse campo político, ainda que suas questões revelem um caráter essencialmente privado e, em parte, diretamente dependente da intervenção do coronel.

2.1 A colônia e o coronel: breves considerações sobre a fundação do município de Guaporé e a trajetória política do cel. Agilberto Atílio Maia

A formação de Guaporé tem suas raízes em 1875, avolumou-se o processo de imigração e colonização italiana no Rio Grande do Sul com o estabelecimento dos primeiros imigrantes nos fundos da colônia de Nova Palmeira, seguindo, então, a ocupação efetiva das colônias imperiais de Dona Isabel e Conde D'Eu e Caxias.⁷⁴ Essas colônias formaram o núcleo inicial de colonização italiana no Rio Grande do Sul, sendo comumente denominadas de “colônias antigas”. No entanto, devido ao grande número de imigrantes que essas colônias receberam, passaram a ocupar as terras localizadas além do rio das Antas.⁷⁵

⁷⁴ As colônias de Conde D'Eu e Dona Isabel foram oficialmente criadas em 1870, entretanto, foram ocupadas efetivamente a partir de 1875.

⁷⁵ FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Editora da UCS; Porto Alegre: Movimento, 1975. p. 38.

Mapa 1 - Planta da região colonial do Rio Grande do Sul.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

A partir da década de 1880, inicia-se, então, a demarcação e a ocupação das terras localizadas acima do rio das Antas com fundação das colônias de Antônio Prado e Alfredo Chaves, ocorridas pela entrada de imigrantes procedentes da Itália e, principalmente, em virtude do fluxo migratório de caráter interno promovido pelo deslocamento de descendentes de imigrantes instalados nas colônias antigas em direção às novas terras.⁷⁶ Em razão do crescimento demográfico, da redução de oferta de terras e do fluxo migratório interno cada vez mais intenso, em 1890 o governo do Estado iniciou a demarcação das terras situadas entre os rios Carreiro, Guaporé e Taquari, originando a colônia de Guaporé em 1892.⁷⁷

⁷⁶ Idem. *ibid.*, p. 42.

⁷⁷ SGANZERA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: Editora UPF, 2001. p. 90.

Nesse processo de ocupação, observamos que a colonização italiana tem como característica o deslocamento, a demarcação e a ocupação das terras no sentido norte, iniciando aquém do rio das Antas e seguindo em direção ao norte e oeste, atravessando o rio das Antas e ocupando as vizinhas terras de Alfredo Chaves e Antônio Prado, posteriormente alcançando as terras entre os rios Carreiro e Guaporé para, então, ocupar as localizadas a oeste do rio Guaporé e Taquari.

Nesse volume maior da colonização delineamos a colônia Guaporé, formada pelo território situado entre os rios Guaporé, Carreiro e Taquari. De relevo bastante acidentado localizada na chamada Serra Geral, motivo pelo qual as vias terrestres eram curvilíneas, com descidas acentuadas e superfícies irregulares, assim também as vias fluviais, com leitos acidentados, quedas de água e fortes correntezas, dificultando o escoamento da produção da região. O sistema viário foi alterado consideravelmente ao chegar às margens do rio Taquari, onde se desenvolveram importantes atividades portuárias, destacando-se o porto de Muçum, que se tornou a grande via de acesso de pessoas e de produtos da colônia para a capital sulina.

Com essas características e condições das vias de transporte terrestre, delineavam-se sérios obstáculos no escoamento da produção, encarecendo os produtos que chegavam na colônia e absorvendo grande parte dos lucros dos gêneros produzidos e comercializados, limitando a capacidade de compra e de acúmulo de capital. Nesse sentido, o rio Taquari e o porto de Muçum foram fundamentais entre as décadas de 1890 e 1950, uma vez que o escoamento da produção por via fluvial era mais rápido e menos oneroso. Na prática coronelista, a abertura e a manutenção das vias de transporte, bem como o estímulo à produção agrícola, constituíam-se importantes fatores de cooptação do eleitorado no interior do município.

Cabe ressaltar que desde os primórdios da colonização, com as primeiras explorações extrativistas de madeira e erva-mate, passando pelos cultivos de milho, trigo, fumo, vinho, cana-de-açúcar, ovos, manteiga e nozes, além da banha e dos embutidos suínos produzidos pelos frigoríficos Soccol, Seganfredo & Cia.; Antônio Fonini & Cia.; Franciosi, Nardi & Cia.; Rizzo & Cia e os couros do curtume guaporense da firma Corbetta, Termignoni & Cia, o porto de Muçum, através das companhias de navegação com os vapores, gasolinas e barcaças, tornou possível, por mais de cinco décadas, uma conexão consideravelmente organizada, estável e acessível, permitindo, então, o fluxo de pessoas e o escoamento da produção regional para os centros consumidores e exportadores da capital do estado. Durante esse período, as várias atividades ligadas ao

porto promoveram um acelerado desenvolvimento econômico da localidade, deslocando também considerável fluxo de pessoas nas migrações sazonais ou definitivas.

Figura 1 - Mostuário de gêneros produzidos pelo município de Guaporé na Exposição Feira Agropecuária de 20 de setembro de 1920, em Caxias do Sul.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

Quanto à evolução política da colônia, em 14 de janeiro de 1885, o presidente da província nomeou uma comissão técnica para medir e demarcar lotes coloniais nessa região para a subsequente venda e povoamento no intuito de aproveitar o solo, abrir estradas e implementar serviços de infraestrutura (abertura e reparo de estradas, pousadas, estabelecimentos para alimentação e conserto dos meios de transporte na estrada que ligava Passo Fundo aos portos do Taquari). Para essa tarefa foi designado o engenheiro Nicolau França Leite Pederneiras cujas habilidades e aptidões já haviam sido experimentadas na medição e demarcação dos lotes coloniais em núcleos ulteriores.⁷⁸

O engenheiro Nicolau França de 1885 a 1888, juntamente com seus auxiliares, percorreu no interior da futura colônia de Guaporé a fim de demarcar aproximadamente dez mil lotes coloniais. Praticamente já concluído seu trabalho, foi chamado para Porto

⁷⁸ THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. *A colônia de Guaporé: passado e presente*. São Paulo: Paulinas, 1967. p. 38.

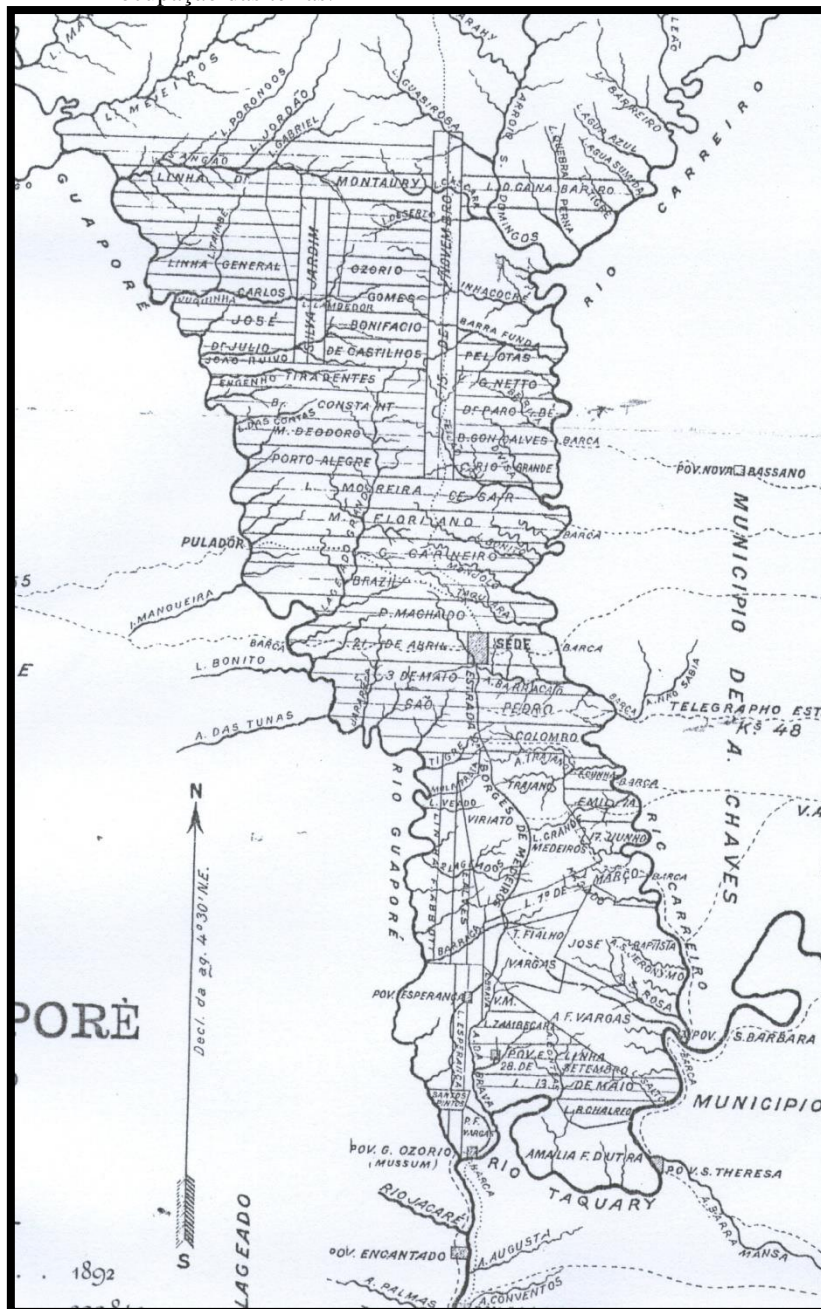
Alegre, por ordem do ministro da Agricultura, para assumir a função de delegado da Repartição de Terras e Colonização em substituição ao Dr. André de Braz Chalreo.⁷⁹

Os lotes já se encontravam demarcados, mesmo assim o trabalho deveria prosseguir recebendo e dirigindo os colonos para as suas respectivas terras. Coube ao engenheiro José Montauri de Aguiar Leitão, em 1889, com seus auxiliares, percorrer a área entre os rios Carreiro, Guaporé e Taquari para escolher como centro da colônia e sede o local denominado “Varzinha”, por ser o relevo semelhante a uma várzea. Em 19 de dezembro de 1892, Guaporé foi elevado oficialmente à categoria de Colônia. Em 1894, José Montauri rumou para a capital a fim de ocupar o posto de delegado na Repartição de Terras e Colonização, a qual, com suas referentes responsabilidades, passou da União para o Estado. Sucedeu a José Montauri na administração da Colônia o engenheiro Barreto Leite, após deu sequência o engenheiro Vespasiano Corrêa, antigo auxiliar de José Montauri.⁸⁰

⁷⁹ Idem. *ibid.*, p. 39.

⁸⁰ GIRELLI, Giovanni. *A transformação de Guaporé: evolução urbana e memórias*. Guaporé: Editora do Autor, 2003. p. 10.

Mapa 2 - Planta oficial da colônia Guaporé, apresentando a demarcação dos travessões, principais linhas que definiram o processo de ocupação das terras.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

Fundada oficialmente em 1894, a divisão da colônia de Guaporé se beneficiou de um sistema cartográfico por ser demarcada por rios e córregos de relevância. Com base nesse mapa, os agrimensores delimitaram a linha, ou travessão, que atravessava todo o território das colônias no sentido leste-oeste do rio Guaporé ao rio Carreiro. Essa linha era tomada como estrada-base de ligação entre os lotes coloniais, de onde eram traçadas as linhas no sentido norte-sul, com cerca de 250 a 275 metros de frente à estrada e 1.100

metros de fundo. Nesses parâmetros se originou o traçado-base da colônia de Guaporé, com linhas numeradas, onde abrigavam comunidades distintas, com capelas próprias identificadas com seus santos devotos. A parte norte da colônia foi traçada e demarcada por 22 linhas padronizadas e uniformes, a parte sul não obedeceu a esse traçado uniforme em razão da existência de propriedades estabelecidas anteriormente ao processo de colonização, com várias linhas irregulares no sentido norte-sul e lotes coloniais no sentido leste-oeste.⁸¹

Em torno de dez mil lotes coloniais foram demarcados, com dimensões variáveis entre 25 e 30 hectares. Os primeiros colonos estabelecidos eram oriundos dos núcleos coloniais iniciais, de modo que, em 1896, apenas quatro anos após a criação oficial a colônia já computava quase sete mil colonos,⁸² a maioria italianos, em menor quantidade poloneses, suíços e austríacos.⁸³

A colônia foi oficialmente emancipada em 11 de dezembro de 1903 e no ano seguinte foi instalada a Intendência, sob a direção do eng. Vespasiano Rodrigues Corrêa, que permaneceu intendente municipal até 1907. Nesse mesmo ano, Vespasiano Corrêa deixou o cargo de intendente de Guaporé para assumir a Diretoria de Terras e Colonização em Porto Alegre. Em 12 de março assumiu a Intendência municipal o então vice, Lucano Conedera, reelegendo-se em 1908, cumprindo o mandato até 31 de dezembro de 1912.

Lucano Conedera era engenheiro de minas, formado na Itália e especializado na construção de estradas, habilitado também em engenharia da construção e da agronomia. Imigrou para o Brasil com sua esposa Angelina Ático Conedera no final do século XIX. Dirigiu-se a Guaporé para trabalhar na demarcação dos lotes rurais e nos traçados das vilas-sedes, ingressando na Comissão de Terras chefiada por Vespasiano Corrêa. Após a emancipação da colônia, em 1904, Vespasiano foi indicado pelo PRR como primeiro-intendente e Lucano vice. Em 12 de março de 1907, após Vespasiano ir em definitivo para a capital, Lucano Conedera assumiu a direção de Guaporé, eleito pelo voto popular.

A nova gestão foi comandada pelo cel. Agilberto Atílio Maia, natural de Jaguarão, município fronteiriço ao Uruguai, extremo sul do Rio Grande do Sul, nasceu em 1877, filho de Gertrude Passos Maia e José Luiz Maia. Seu pai foi capitão do Exército brasileiro, que lutou na Guerra do Paraguai junto a Manuel Luíz Osório como ajudante

⁸¹ GIRELLI, op. cit., p. 14.

⁸² COSTA, Rovílio. *Povoadores das colônias: Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado*. Porto Alegre: EST Edições, 1997. p. 103.

⁸³ THOMÉ, op. cit., p. 41.

de ordens. Na vida política ingressou no Partido Republicano Rio-Grandense em 1893, com 17 anos, incorporando-se ao mesmo tempo no serviço militar, onde permaneceu até 1899. Em 1903, a convite do Dr. Vespasiano Rodrigues Corrêa, seu compadre e primo de sua mulher Maria Carolina Rodrigues Maia, estabeleceu-se em Guaporé na casa da família. Inicialmente ocupou o cargo de secretário da Intendência, sucedendo a Antônio Carlos Burlamaque. No ano seguinte assumiu o Notariado e o Registro Geral Municipal. Em 1909 foi nomeado pelo intendente cel. eng. Lucano Conedera vice-intendente, sendo eleito em 1912 para a Intendência municipal de Guaporé.

Por acto n. 16 de 29 de março deste anno, como prescreve a nossa Lei Orgânica em vigor, nomeei o cidadão Agilberto Atílio Maia, para o cargo de vice-intendente. Creio que esta nomeação será por vós bem aceita, tendo recaído em um republicano convencido e funcionario honesto e laborioso.⁸⁴

Nomeado coronel da Guarda Nacional em 1912 pelo então presidente da República marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Agilberto nesse mesmo ano foi eleito intendente, permanecendo à frente da administração municipal entre 1913 e 1924. Após o término das escaramuças da Revolução de 1923, assinalou uma reordenação no contexto político do estado pelo pacto de Pedras Altas, onde não era permitida a reeleição a cargos de executivo, como obrigava a nomeação do vice-governador do estado e das representações das minorias.⁸⁵

⁸⁴ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Lucano Conedera, ano de 1909, p. 1-2.

⁸⁵ VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *A crise dos anos 20*. Porto Alegre: Ufrgs, 1992. p. 29.

Figura 2 - Cel. Agilberto Attílio Maia, intendente e prefeito municipal entre 1913-1924 e 1929-1937.



Fonte: Prefeitura Município de Guaporé.

No seguimento dessas disposições, a suspensão da reeleição aos cargos dos executivos proporcionou a abertura de espaços para que novos elementos assumissem os postos nas intendências municipais, de forma que, se a redistribuição do poder no estado exigia mais espaço para os liberais, a sociedade imigrante aproveitaria tal espaço para sustentar elementos étnicos, tanto alemães como italianos, à frente das intendências.⁸⁶

O ano de 1924 foi marcado pelas primeiras experiências duradouras⁸⁷ de imigrantes italianos e descendentes à frente das intendências. Para exemplificar, o italiano nato Celeste Gobatto ocupou o Executivo de Caxias do Sul e o descendente de italianos João Bastista Pianca à frente de Bento Gonçalves.⁸⁸ Conforme Franco, interrompeu-se a

⁸⁶ GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul nos dos anos 1920*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. p. 51-89.

⁸⁷ Salientamos que indivíduos de origem ou descendência de imigrante haviam ocupado as intendências de maneira temporária, como Pelegrino Guzzo em 1906 na intendência de Alfredo Chaves e Hércules Galó em 1914-1915 em Caxias do Sul, assumindo o posto de intendente com a ausência de cel. Pena de Moraes. FRANCO, op. cit., p. 134.

⁸⁸ VALDUGA, op. cit., p. 17.

hegemonia política e o domínio dos coronéis burocratas subordinados ao presidente do estado.⁸⁹

O cel. Agilberto Attílio Maia, em 1925, ocupou o cargo de oficial do Registro Geral em Guaporé, sendo novamente eleito para a intendência nas eleições de 1928. Após o final dos anos Borges de Medeiros e o governo de Getúlio Vargas, atravessou a Revolução de 1930, sendo nomeado prefeito de Guaporé em 9 de dezembro de 1930.

Permanecendo a frente da administração pública de Guaporé, como prefeito, nomeado por decreto nº 4.666, de 9 de dezembro de 1930, cuja distinção e confiança, de V. Exa., muito me honra, hei procurado, no exercício desse cargo, corresponder com o melhor dos meus esforços, não só ao que se relaciona com a parte administrativa, como a patê política, no intêresse de bem servir aos ideais implantados com a revolução de 30.⁹⁰

No governo do gal. Flores da Cunha, Agilberto permaneceu prefeito até 20 de dezembro de 1937, atuando sempre de acordo com os desígnios do poder estadual, conforme observamos na atuação frente ao movimento ocorrido na região em apoio à Revolução Constitucionalista de 1932.

A tentativa de levante em Vacaria, com repercussão em Lagoa Vermelha, obrigou-me a tomar medidas de precaução e garantir o município para que ficasse indene de uma invasão nefasta, por grupos dispersos de revolucionário, por isso segui para o Norte do município, afim de ali, organizar força com caráter policial, certo como estava de que um grupo vindo de Lagoa Vermelha havia deposto as autoridades de Parafá, distrito deste município, distante 8 km de São Domingos, sede do 8º distrito deste município.⁹¹

Ao deixar a esfera política do município de Guaporé, Agilberto mudou-se com sua família para Santa Catarina, onde se dedicou com as regiões em que se desenvolvia o processo de ocupação das terras ao oeste do estado por descendentes da imigração e colonização do Rio Grande do Sul em atividades de extração vegetal das madeireiras. Agilberto Attílio Maia faleceu em 1948, aos 71 anos de idade, deixando oito filhos e três netas, não residindo mais nenhum no município de Guaporé.⁹²

⁸⁹ FRANCO, op. cit., p. 130.

⁹⁰ AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1932, p. 1.

⁹¹ AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1932, p. 21-23. Descrição na íntegra dos relatos da participação do município de Guaporé nesse movimento no anexo 03: Ordem Pública e Revolução Constitucionalista.

⁹² GIRELLI, Giovanni. *A transformação de Guaporé: evolução urbana e memórias*. Guaporé: Editora do Autor, 2003; KARAM, Eliane Maria Consoli. *Raízes da colonização*; em destaque a colônia Guaporé e município de Dois Lajeados. Porto Alegre: Corags, 1992.

2.2 O presidente do estado e o intendente do município: articulações políticas entre o Estado e poderes locais

Tomamos a Revolução Federalista de 1893 como limite de ruptura, fundação e reorganização política, pois entendemos que o período anterior à revolução os membros da elite agropastoril da campanha recebiam ampla autonomia de ação em troca de apoio político, votos e demais serviços militares, num processo que consolidou o grupo de Gaspar Silveira Martins. A fase pós-revolução se caracteriza pela instalação e consolidação do PRR e das lideranças de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, com ações de reorganizar e solidificar as bases de sustentação do governo.⁹³

Não é mérito nosso adentrar na análise do processo revolucionário, pois acreditamos que exista vasta e bem trabalhada bibliografia sobre a temática. Entendemos que abordar as questões relacionadas às motivações e o desenrolar das batalhas, bem como adentrar no grau de violência que a acompanhou, nos desviaríamos do objeto de estudo.

Interessa-nos salientar algumas consequências centrais do desfecho desse conflito que implicam diretamente no nosso enfoque, quais sejam, a cristalização do PRR frente à política rio-grandense, o aprofundamento da polarização política extrema no estado, em especial o processo que levou Júlio de Castilhos, acompanhado de Borges de Medeiros, a estruturar uma nova organização política e administrativa respaldada nos poderes locais como sustentáculos do governo.⁹⁴

A Revolução Federalista de 1893, no nosso entendimento, trouxe como consequência principal o triunfo do projeto do estado idealizado por Júlio de Castilhos. Entretanto, para a concretização e a estabilidade do novo governo, impunha-se a necessidade de o PRR estabelecer as bases políticas, administrativas e sociais de baixo para cima, com a adesão e apoio dos poderes políticos locais. Desse modo, tornava-se imprescindível tanto para o fortalecimento do partido quanto para a sustentação do governo e também para o processo de organização e composição do aparelho estatal a articulação do Estado com os poderes de dominação política e social locais.

Esse contexto representou não apenas uma nova articulação com os poderes locais coronelistas, mas também a variação dos grupos sociais dominantes, concebendo a

⁹³ FÉLIX, op. cit., p. 57.

⁹⁴ LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, estruturas de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 111-138.

ascensão de novos grupos ligados a interesses diversificados. A classe dominante tradicional ligada ao latifúndio agropastoril da campanha permaneceu na oposição, ao passo que o republicanismo buscou sustentação em novos setores da oligarquia rural, ligada à agropecuária no litoral e nos campos de Cima da Serra, além dos segmentos das camadas médias urbanas, constituída por professores, comerciantes, industriais, advogados, funcionários públicos etc.⁹⁵ Essa tarefa foi fundamental para os republicanos rio-grandenses produzirem não apenas a introdução nas regiões de colonização ítalo-germânicas como atores importantes no cenário político estadual, mas também permitiram e justificaram a existência do fenômeno coronelista nessas regiões,⁹⁶ do qual o cel. Agilberto Atílio Maia, objeto deste estudo, é um arquétipo exemplar.

A Revolução Federalista solidificou o poder político do PRR e de seus líderes na direção do Executivo do Rio Grande do Sul. Dessa forma, é válido acentuar a demanda da estabilização e continuidade desse, reedificando suas bases de sustentação. Iniciou-se, então, a construção de um novo modo de relacionamento entre o poder estadual e os poderes locais. Esse processo criou uma coexistência simbiótica na articulação de uma rede de compromissos entre o poder monolítico estadual, representado pelo tripé positivismo/PRR/Castilhos-Medeiros, e os poderes locais concentrados nas figuras dos coronéis.

A política iniciada por Júlio de Castilhos foi seguida e aprimorada por Borges de Medeiros, que percebeu a necessidade da sustentação e consolidação das relações entre o poder estadual e os poderes locais, atendendo sobretudo as necessidades dos estancieiros do Planalto Médio e dos municípios em ascensão econômica da região de colonização ítalo-germânica, estabelecendo uma nova base política responsável pela legitimada, estabilidade e continuísmo do regime borgista.⁹⁷ Acentuamos nossa compreensão de que Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros agregaram e canalizaram as autoridades locais dos coronéis para a estrutura do estado, assim como apoiaram e promoveram a rede de compromissos e estruturas de dominação exercidas pelos coronéis. Dessa forma, o PRR,

⁹⁵ FÉLIX, op. cit., p. 59.

⁹⁶ Temos consciência de que os imigrantes e seus descendentes visualizavam seu horizonte de ascensão política limitado nesse período. Entretanto, compreendemos que esse processo se caracteriza como o início da inserção do elemento imigrante ítalo-germânica como sujeito ativo na política do Rio Grande do Sul.

⁹⁷ FÉLIX, op. cit., p. 66-67.

o presidente do estado e os coronéis floresceram, combinando-se numa partilha de poder, respeitando as suas respectivas esferas de atuação.⁹⁸

Mesmo que seja fato notório, o PRR apresentou-se como uma estrutura coesa e hierarquizada, necessariamente isso não significa que essa estruturação encerre a derrocada do poder dos coronéis ou os tenha transformado em simplórios burocratas, como também não se admite a existência de uma relação vertical sustentada na autoridade e na subordinação permeando as relações entre presidente do estado, coronéis e eleitores. Ao contrário, compreendemos que em grande parte a legitimidade, a estabilidade e o continuísmo do poder de Júlio de Castilhos, de Borges de Medeiros e do PRR advinham precisamente das relações simbióticas com os coronéis nas suas regiões, municípios e distritos de influência, embora muitos deles estivessem assaz distantes dos postulados e formações teóricas que alimentavam a chefia do partido e a Presidência do estado.

Nessa rede de compromissos, os coronéis locais, em grande parte na posição de intendentos ou nas chefias políticas de suas áreas de influência, participavam dessa dinâmica de poder, hipotecando seu prestígio, influência e capacidade de coação manifestada em votos, mesmo esses dispendo de um vácuo de significação para a filosofia que alimentava a ação de Castilhos e Medeiros, porém indispensável para a sustentação do tripé legitimidade, estabilidade e continuísmo. Os coronéis agiam fortemente no processo de aceitação do estado positivista por parte dos círculos sociais, pois é inequívoco, nem tudo e todos poderiam ser manipulados, fraudados ou coagidos. Os coronéis, em troca da sua ação, eram agraciados pelo governo estadual com respaldo de ação e benefícios de ordem econômica, política, administrativa, jurídica e policial, garantindo sua posição social de preeminência sobre o seu território de atuação. A composição com o Estado e o usufruto da sua estrutura afiançavam ao coronel a preponderância nos confrontos com os coronéis da oposição, ou com as dissidências locais. No caso da região de colonização italiana, garantia a sua “eternização” à frente das intendências e dos municípios.⁹⁹

Diante desse contexto podemos resumir que tanto Júlio de Castilhos quanto Borges de Medeiros estruturaram e utilizaram um aparelho de cooptação e coerção de caráter estadual. Uma ordem econômica, política, administrativa, jurídica e policial

⁹⁸ SILVA, Marcio Antônio Both da. Sobre “aqueles que mandam no lugar”: coronelismo, dominação e resistência na região serrana do Rio Grande do Sul durante a primeira república. *SÆCULUM* - Revista de história, João Pessoa, v. 26, p. 151-168, jan./jun. 2012.

⁹⁹ FÉLIX, op. cit., p. 68.

legitimamente constituída tornou não apenas possível, mas legítima a ação do presidente do estado e de seus coronéis. Ressalta-se que esse aparelho de estado, embora ferisse, em parte, a autonomia dos poderes locais, não foi percebido como tal pelos coronéis, pois esse aparelho entendia suas necessidades ao momento que os próprios coronéis faziam uso desse aparato para consolidar suas posições em suas esferas de atuação, seja um distrito, seja um município, seja uma extensa região. Esse contexto nos auxilia a compreender a posição dos coronéis no período borgista, assim como suas práticas de cooptação e coerção.

A conjuntura de montagem do aparelho de cooptação e coerção estatal também ampara a compreensão junto a fatores peculiares, que analisaremos nas questões específicas, das constantes intervenções do presidente do estado e dos coronéis locais nas nomeações de intendentes, conselheiros municipais, juízes de distrito, comarca e superior tribunal, promotores, delegados de polícia, professores, coletores de impostos, notariados e registros gerais etc. As nomeações para essas posições que percebemos constantes junto à documentação buscavam, por um lado, desmontar os sustentáculos do poder do Partido Liberal, diminuindo ao máximo suas áreas de influência através da nomeação de elementos de confiança republicana em posições-chave; por outro, acolher as solicitações dos coronéis, fortalecer a rede de compromissos junto às sociedades locais e estreitar os vínculos para com o governo estadual.¹⁰⁰

Torna-se compreensível esse aparelho de estado utilizado pelo coronel que o aproximava e o perpetrava a aceitar a hierarquia e a estrutura centralizadora do PRR e de Borges de Medeiros. Embora sua autonomia fosse diretamente ferida, o coronel utilizava-se desse aparelho para suas práticas de cooptação e coerção, cristalizando sua posição, aceitando e integrando-se como uma engrenagem, ao invés de lutar contra a centralização. O Estado, por sua vez, utilizava-se dos coronéis para se sustentar no governo, aproximando-se das oligarquias rurais ligadas à agropecuária no litoral e na serra, dos segmentos das camadas média e urbana e das regiões de colonização ítalo-germânicas. Ambos perpetraram concessões para se manterem, se sustentarem, levando à permanência dos coronéis no poder local e de Medeiros no poder estadual.

Defendemos que esse contexto de integração entre PRR e Borges de Medeiros e a estrutura coronelista na busca da construção de novas bases que sustentassem a legitimidade, estabilidade e continuísmo do regime, produziu como consequência não

¹⁰⁰ Idem, p. 69.

apenas a introdução das regiões de colonização ítalo-germânicas como engrenagens centrais na máquina política estadual, mas também permitiu e justificou a existência de ações ligadas ao fenômeno coronelista nessas regiões, de práticas de cooptação e coerção do cel. Agilberto Attílio Maia e seus correligionários, objetos de análise nesses próximos capítulos.

2.3 O coronel e o professor: educação na dinâmica do sistema coronelista de poder

No exercício passado funcionaram quarenta e três aulas subvencionadas pelo Estado e Município, além de seis Estadoes, e no vigente funcionaram 56 subvencionadas pelo Estado e Município e mais seis estadoes, verificando-se pois, no presente exercício, um acréscimo de 13 aulas, tornando-se ainda necessária a criação de novas escolas para o exercício vindouro, attendendo-se aos repetidos pedidos de chefes de famílias, que, a exemplo dos demais, propõem-se a construção de casas para sua instalação e funcionamento, bem como para a moradia dos professores.¹⁰¹

A partir das palavras do cel. Agilberto Attílio Maia na epígrafe deste capítulo, iniciaremos nossa análise afirmando que, contrariamente ao que ampara a maior parte da historiografia sobre a República Velha no estado, o Rio Grande do Sul, especificamente a região de colonização italiana, também apresentou a dinâmica convencionalizada como sistema coronelista de poder. Percebemos nesses espaços a mesma tênue ou indistinta linha entre o espaço público e o espaço privado que marcaram o coronelismo no restante do país. Fraudes, corrupções, clientelismos, prevaricações, trocas de favores, atitudes de violência forneceram a tônica da vida política coronelista nos municípios de origem colonial.

A hierarquia do PRR e a estrutura do estado idealizada e materializada por Castilhos e Medeiros não demonstravam ser suficientemente fortes para impor uma ditadura palaciana efetiva. Dessa forma, a elite dirigente necessitava estabelecer uma rede com os coronéis locais. As formas de cooptação e coerção dos eleitores e opositores, assim como o processo eleitoral, não podiam ocorrer sem a atuação do poder privado local. Nesse sentido, o poder central palaciano e os poderes locais coronelistas articulavam e dispunham nas práticas de cooptação e coerção de instrumentos mais efetivos de intervenção autoritária na esfera política e administrativa na sociedade, fato

¹⁰¹ AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1915, p. 7.

esse garantido pela Constituição de 14 de julho de 1891. Esses instrumentos eram utilizados no poder Judiciário, na Brigada Militar, nos conselhos municipais, nas disposições dos orçamentos estadual e municipais manipulados, dentre outras, uma das maiores engrenagens da máquina política coronelista estabelecida na região colonial italiana, a influência, condicionamento e manipulação da educação.

Analisando o processo de estruturação do ensino na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul, observamos que a juventude colonial era, quase a totalidade, privada do acesso mínimo à escrita, à leitura e às quatro operações até a virada do século XIX para o XX. Embora a legislação acerca do processo de ocupação colonial de 1867 regulamentasse a criação de escolas públicas nos núcleos coloniais, prevaleceram as iniciativas comunitárias, de associações de mútuo socorro, de congregações religiosas ou de agentes consulares. Entretanto, essas poucas iniciativas não supriam as necessidades da educação, abonando a grande maioria da juventude à ignorância do analfabetismo, das operações matemáticas e até do idioma vernáculo.

Com a instituição do regime republicano, o Rio Grande do Sul era conduzido por uma elite vinculada ao ideário positivista, o que proporcionou uma nova compreensão das questões relativas à educação. No conjunto de políticas públicas, a educação delineou-se como uma importante esfera de ação, implementando um processo de dilatação progressivo do ensino primário, de acordo com os interesses que norteavam os dirigentes associados ao PRR e aos líderes positivistas. Nesse viés, a educação passou a ser vista como um elemento fundamental para preparar e viabilizar a reestruturação da sociedade gaúcha nos moldes de uma modernização conservadora, assim como a escola se tornou o espaço ideal para a difusão da política positivista.¹⁰²

Borges de Medeiros, em 1904, afirmou: “[...] nenhum outro serviço tem igual dotação orçamentária, que excede à quinta parte da receita total [...]”.¹⁰³ O jornal *A Federação*, edição de 17 de fevereiro de 1913, ressaltou que “[...] o acto do governo, melhorando e difundindo o ensino publico, é de molde a influir directamente sobre o progresso moral e material do Estado, ao mesmo tempo que será util tambem a sua educação política”.¹⁰⁴

¹⁰² LUCHESE, Terciane Ângela. Em busca da escola pública: tensionamentos, iniciativas e processo de escolarização na região colonial italiana, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de História da Educação*, v. 11, n. 2, p. 667-679, jul./dez. 2012.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 675.

¹⁰⁴ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00041. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

Iniciamos nossa análise com a compreensão da importância, da busca e da criação da escola pública na região de colonização italiana. Compreendemos que as famílias, comunidades, cônsules, congregações religiosas e autoridades públicas, nas intensas relações de poder, concorreram para a concretização da escolarização. Entretanto, pretendemos apontar o foco de nossa apreciação na dinâmica entre coronéis, intendentes, professores e colonos, que constituíam a escolarização como uma poderosa engrenagem para a máquina de cooptação política.

Essa dinâmica das relações de poder coronelista determinava a localização das escolas públicas que beneficiariam uma determinada comunidade em detrimento de outra, uma vez que os critérios qualitativos e pedagógicos, como a quantidade de crianças que frequentariam a escola a ser criada, na prática pouco foi considerado.

A manutenção e a ampliação do educandário seguiam a lógica eleitoral de prestígio/oposição do intendente, assim como a presença nesta ou naquela comunidade/capela/linha de determinada liderança local, seja um proprietário de casa de comércio, seja um proprietário agroindustrial inserido na bancada do PRR local era um critério a ser avaliado. A indicação e nomeação de um professor passavam obrigatoriamente pela sua inserção na rede de compromissos coronelistas no local, não eram considerados fatores essenciais a habilitação e a aprovação em concurso público.

Entretanto, nos questionamos sobre que posto a escola ocupava e qual a importância da escolarização na vida do imigrante colonizador. Ao propor a discussão sobre a envergadura da escola pública como elo essencial na rede de compromissos coronelistas, apenas conseguimos abranger o alcance dessa dinâmica quando compreendemos o sentido e a importância da escola para os imigrantes que se estabeleceram na região colonial italiana.

Numa primeira abordagem do contexto colonial, observamos o binômio trabalho e fé como características culturais centrais, sobrepujando os demais horizontes dos imigrantes e seus descendentes. Os âmbitos predominantes da vida estavam diretamente ligados à colônia, ao trabalho, à terra e seus frutos, à produção, ao comércio e ao sustento da unidade produtiva, os quais simbolizavam a realização do sonho e do ideal do colono imigrado, ou seja, a expressão de ser proprietário da terra, dono dos frutos da colheita que lhes dava a prosperidade material e social. Diante disso, compreendemos que a escolarização na vida dos imigrantes e seus descendentes parece ter sido relegada a um segundo plano, passou a ser de menor importância em relação ao horizonte econômico.

A escola e o estudo não eram compreendidos como formas de ascensão social, muito menos como garantias de prosperidade econômica e de fortuna material. A ascensão econômica ligava-se diretamente à propriedade da terra, ao trabalho agrícola, em alguns casos, ao comércio ou à agroindústria. Diante dessa realidade, os ensinamentos fundamentais básicos para a vida ocorriam no seio da unidade familiar.

Partindo desse princípio, a historiografia especializada na imigração italiana no Rio Grande do Sul delegou para o segundo plano a escolarização nessa região, realizou abordagens superficiais no delineamento da escola e da educação, colocando-as em um grau de importância secundária para a vida do imigrante e dos seus descendentes.

Rovílio Costa, em obra de 1986, argumentou que as preocupações fundamentais dos imigrantes e seus descendentes orbitavam as questões relativas à terra e aos seus frutos, pois sobre esses incidiam a autêntica segurança, prosperidade e felicidade. A escola era vista como uma perda de mão de obra, pois ao segurarem o lápis não estavam segurando a enxada. Os filhos na escola representavam ausência de braços na lavoura. Além do investimento em material escolar, vestes e deslocamento, representavam um valor considerável na economia familiar devido ao relevante número da prole.¹⁰⁵

Olívio Manfroi, em escrito de 1975, ressalta o desinteresse nas questões relativas à educação, tanto por parte dos imigrantes como das autoridades públicas, o que resultava numa medíocre expansão do ensino nas regiões de colonização italiana.¹⁰⁶ Observamos que o trabalho agrícola se baseava no conhecimento empírico operado pelos ensinamentos dos próprios pais quanto ao trato da terra, das culturas, dos animais; assim também os valores morais, éticos e sociais eram ensinados no âmbito familiar ou na catequese religiosa. A formação dos jovens na região de colonização italiana bastava estar conjugada ao binômio fé e trabalho.¹⁰⁷

Apesar dessa visão deveras consolidada, levantamos alguns questionamentos sobre a relevância da escola e da educação entre os imigrantes e seus descendentes na região de colonização italiana, que, acreditamos, suscitam novas perspectivas sobre essa temática. Nossa apreciação aponta para uma contradição na hipótese de que não havia

¹⁰⁵ COSTA, Rovílio. *Imigração Italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. 2ª. Impr. rev. Porto Alegre: EST, 1986.

¹⁰⁶ MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

¹⁰⁷ LUCHESE, op. cit., p. 667-670.

interesse tanto pelos colonos¹⁰⁸ como das autoridades públicas¹⁰⁹ em relação à criação e desenvolvimento do ensino público. Observamos constantes manifestações de colonos, através da concessão do lote de terra, da doação dos materiais e do mutirão para a construção do estabelecimento de unidades escolares no interior das linhas. As requisições para o estabelecimento de “aulas públicas” se delineavam tão constantes como as solicitações da nomeação de professores para a docência nas escolas. O considerável número de escolas estabelecidas, embora que com atuação e duração restritas e temporárias em muitos casos, fornecem-nos subsídios suficientes para compreender o anseio, a necessidade e a extensão da escola na zona de colonização italiana.

Conforme explica Terciane Luchese, é perceptível que a escola era importante, pois ocorriam iniciativas particulares por toda a região colonial, as cobranças às administrações públicas eram manifestadas constantemente e até era possível observar a formação de associações que atendessem à demanda escolar. Não se trata de uniformizar o processo escolar e as iniciativas envolvidas, mas, sim, interrogar os indícios históricos.¹¹⁰

Em razão dos anseios e das necessidades do imigrante pela educação, as práticas coronelistas de cooptação alcançaram contornos extensos na região colonial. Indícios dessa extensão podem ser encontrados nas consideráveis somas empregadas nessa área, constantemente expostas tanto nos discursos do presidente do estado como dos coronéis à frente das intendências municipais, conforme exemplifica o cel. Agilberto Attílio Maia no relatório da Intendência de Guaporé de 1º de outubro de 1915 a 30 de setembro de 1916. Para a educação era direcionado um dos principais gastos dos municípios, comprometendo, sobremodo, o orçamento. Nas 64 aulas, havia um investimento de 40:405\$000, destes 21:000\$000 do Estado e 19:405\$000 advindos das receitas

¹⁰⁸ “No intuito de auxiliar a acção fecunda do benemérito governo do Estado e consoante ao programma que tracei, não tenho poupado esforços para disseminar o ensino primário que frequentemente é reclamado pelas respectivas populações para não verem seus filhos criarem-se em completo analfabetismo”. AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1913, p. 6.

¹⁰⁹ “A educação é o mister deste governo. A nossa população é, actualmente, superior a trinta e três mil almas, na sua maioria de origem estrangeira, esparsa em um território de cerca de 2.200 km quadrados, de maneira que, se não continuarmos na diffusão do ensino, lógico é que a maior parte da infância crear-se-á no analfabetismo, como também desconhecendo o idioma vernáculo”. AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1915, p. 7.

¹¹⁰ LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Educação e etnia: as efêmeras escolas étnico-comunitárias italianas pelo olhar dos cônsules e agentes consulares. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v. 14, n. 30 p. 227-258, jan./abr, 2010.

municipais. De acordo com o coronel, era necessário e dever realizar qualquer sacrifício para não aumentar ou, pelo menos, manter o orçamento destinado à educação pública.¹¹¹

A despesa effectuada com os regentes das 64 aulas supra-alludidas, a contar de 1º de outubro de 1915 a 30 de setembro do corrente anno, foi de 40:405\$000; sendo – 21:000\$000 por conta do Estado 19:405\$000 pelos cofres municipaes. Como vedes, srs.do Conselho Municipal, a verba destinada a ser despendida com o ensino publico do município pesa sobremodo em nosso orçamento; não obstante, longe de prescindil-a, de attenual-a mesmo, precisamos e devemos – quando não augmental-a, ao menos – conserval-a, ainda mesmo que para isto mister se façam, de nossa parte, ingentes sacrificios.¹¹²

Tamanho investimento se justificava a medida que o controle da educação atribuía ao coronel três prerrogativas de importância capital para a elaboração de sua rede de compromissos e o fortalecimento de sua área de influência: não obstante o evidente progresso intelectual da população e a melhoria da condição de vida, os investimentos na área da educação agiriam como eficientes ferramentas de cooptação de eleitores ao atender as constantes demandas dos imigrantes e dos seus descendentes pelo estabelecimento de aulas públicas, como também funcionavam, através do encerramento ou transferência da localização das aulas, como medidas de punição aos eleitores recalcitrantes ou insurgentes à autoridade coronelista local; os benefícios das nomeações de docentes para as referidas aulas públicas garantiriam ao coronel atender as constantes demandas dos professores por exercerem suas profissões, o que afiançava a inclusão de novos elos à rede de compromissos estabelecida pelo poder local; e, por fim, o estabelecimento de novas escolas permitia a alfabetização do elemento imigrante e de seus descendentes, assim, a consequente formação e alistamento de novos eleitores.

Esse contexto esclarece os motivos das constantes solicitações para a abertura de aulas públicas endereçadas ao presidente do Estado. O cel. Agilberto Atílio Maia, em carta de 1915 a Borges de Medeiros, esclarece que a abertura de aulas públicas apresenta vantagens reais e incalculáveis para o município de Guaporé tanto para o avanço social do município quanto para a consolidação de sua rede de compromissos. Nas palavras do coronel, a ampliação do número de aulas públicas traria “vantagens reais e incalculáveis”, uma vez que “o elemento proeminente é o italiano que em grande maioria conserva o idioma pátrio transmitindo-o aos filhos com postergação do idioma oficial”, e segue

¹¹¹ AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Atílio Maia, ano de 1916, p. 8.

¹¹² AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Atílio Maia, ano de 1916, p. 8.

argumentando que “só – penso eu – pela difusão do ensino se poderá de modo mais fácil e mais seguro tornar brasileiros os netos da gloriosa pátria”.¹¹³

O cel. Thomas José Pereira Júnior, em missiva de 1906 dirigida ao presidente do estado, lembra a Borges de Medeiros a “promessa que me fez, a qual consiste em promover para este município, duas aulas do sexo masculino afim de serem localizadas nos lugares denominados Sapé e Tangerinas”. Seguindo a mensagem, o cel. Thomas justificava sua contumácia alegando que a abertura dessas duas aulas públicas viria de modo a “saldar sérios compromissos políticos por mim contrahidos há muito tempo”.¹¹⁴

Novamente o cel. Thomas José Pereira Júnior reitera e insiste na necessidade do cuidado da educação no município. Em carta enviada de Venâncio Aires a Borges de Medeiros, em 1903, persiste em relação ao “pedido que verbalmente tive a honra de fazer-vos ultimamente quando ahí estive, e depois por telegrama”, ressaltando “sobre a conveniência da criação de mais três aulas neste município”, pois o estabelecimento dessas aulas demonstrava ser “necessidades que se impõem ao vosso patriotico e honrado governo que, estou certo, não descuidara de prove-las, como medida de utilidade publica”. Finalizando sua carta destaca que “as aulas cuja criação tomo a liberdade de mais uma vez pedir, devem ser localizadas no lugar denominado Sapé e nas linhas Theresinha e Isabel, o 1º para o sexo masculino e as demais mixtas”.¹¹⁵

Compreendemos que as solicitações dirigidas a Borges de Medeiros eram constantes pelo fato de também serem constantes os apelos dirigidos aos coronéis em favor da abertura de aulas públicas. Logo, uma das principais engrenagens da máquina de cooptação política instituída pelos coronéis na região de colonização italiana delineava-se como o domínio sobre a educação, sendo a prerrogativa concedida pelo presidente do estado sobre a instituição das aulas uma indubitável e extraordinária forma de cooptação dos imigrantes e seus descendentes, cristalizando e expandindo o prestígio e a influência dos coronéis coloniais.

Na região de colonização italiana observamos que as aulas públicas eram estabelecidas em salas/casas de particulares, alugadas ou, de forma preponderante,

¹¹³ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MAIA, Agilberto Attílio. Carta. Guaporé, RS, 20/4/1915. 3 folhas. Documento 02460. Documento 02468. Descritores: Obras Públicas, Municípios.

¹¹⁴ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 16/7/1906. 2 folhas. Documento 10401. Descritores: Municípios, Funcionalismo.

¹¹⁵ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 5/2/1903. 2 folhas. Documento 10393. Descritores: Municípios, Política Regional.

edificadas pelo próprio esforço comunitário. Nas sedes municipais, algumas aulas funcionavam junto aos prédios das prefeituras municipais, que abrigavam também a estrutura administrativa da Intendência, o Tribunal e, aos fundos ou abaixo, a prisão municipal, antes de estabelecerem o próprio prédio.

Entretanto, notoriamente, as aulas públicas estavam situadas nas zonas rurais adjuntas à capela ou na própria capela, caracterizado também como principal espaço de sociabilidades das linhas coloniais. No aspecto físico eram construções simples, com espaços adequados, materiais e mão de obra provinham de associações das próprias famílias interessadas no estabelecimento das aulas em suas comunidades. Os passos seguintes se delineavam vê-las alcançar os benefícios de serem providas pelo poder público. Nesse ponto, a figura do coronel, quase sempre também intendente municipal, ao prover o funcionamento das aulas públicas, perpetrava uma de suas principais formas de cooptação dos imigrantes e seus descendentes.¹¹⁶

Olhar nesse prisma a educação da região de colonização italiana começamos a compreender as constantes preocupações dos coronéis locais para com o ensino público. A zona colonial jamais figurou como tranquilo celeiro de votos para o borgismo. Se, por um lado, a região integrou o sistema coronelista de poder porque o Estado o integrava como um todo, por outro, sempre desempenhou um fator de instabilidade para o comando central da rede de compromissos borgista, por vezes mais complexa de dirigir do que as cisões habituais e constantes verificadas no interior das elites dirigentes, comuns na região da campanha.¹¹⁷

Os coronéis da região colonial utilizavam suas prerrogativas na abertura de aulas públicas como formas de cooptar as populações coloniais, ou como formas de repreender os eleitores recalcitrantes ou insurgentes contra a autoridade do coronel local, às vezes extinguindo ou transferindo a localização das aulas de uma linha, ou comunidade, para a outra. Da mesma forma, a abertura de aulas públicas poderia prestigiar ou denegrir a imagem ou prestígio do coronel. Caso as constantes solicitações endereçadas aos coronéis fossem ignoradas, poderia ocorrer instabilidade, descontentamento, e isso traria reflexos nos resultados das urnas.

Nos relatórios anuais elaborados pela Intendência do município de Guaporé, a educação é constantemente ressaltada, assumindo *status* de primeira ordem tanto nas

¹¹⁶ LUCHESE, op. cit., p. 664-670.

¹¹⁷ AXT, op. cit., p. 132.

palavras do cel. Agilberto Attílio Maia¹¹⁸ quanto do presidente do estado Antônio Augusto Borges de Medeiros.¹¹⁹ Nesses relatórios de 1917, o cel. Agilberto Maia destaca que especialmente nos lugares, como a região de colonização italiana, onde “o elemento predominante é o estrangeiro”, a difusão do ensino está “como uma das múltiplas preocupações que mais e mais deve atuar no espirito do administrador”, “illuminando a intelligencia dos nossos patrícios com as luzes do saber que poderemos accender-lhes n’alma a chamma do patriotismo”. De acordo com os positivistas que sustentavam ideologicamente a ação dos governos do PRR, o coronel persiste acentuando que “immerso nas trevas da ignorância ninguém, jamais, saberá compreender [...] os seus próprios deveres cívicos e responsabilidades sociais”. Desse modo, “espalhar o ensino por todos os ângulos do Rio Grande do Sul tem sido e continua sendo uma das mais fortes cogitações do honrado e benemérito governo do Estado”, assim como “é o preclaro Dr. Borges de Medeiros”.

Na diffusão do ensino, mórmente nos logares em que como aqui, nesta parte do Rio Grande do Sul, o elemento predominante é o estrangeiro, está, inquestionavelmente, como uma das múltiplas preocupações que mais e mais deve atuar no espirito do administrador.

Immerso nas trevas da ignorância ninguém, jamais, saberá compreender, (para difinil-os com clareza) os seus próprios deveres cívicos e responsabilidades sociais. Aos governos cumpre, pois, tomar todas as medidas necessarias e tendentes a incutir no animo de todos os filhos do Brazil a convicção inderrocavel de que o Brazil, templo santo de agasalho á humanidade, é dos brasileiros, na phrasebellissima de um grande pensador. E é illuminando a intelligencia dos nossos patrícios com as luzes do saber que poderemos accender-lhes n’alma a chamma do patriotismo. Espalhar o ensino por todos os ângulos do Rio Grande do Sul tem sido e continua sendo uma das mais fortes cogitações do honrado e benemérito governo do Estado, à frente do qual se encontra esse homem superior que é o preclaro Dr. Borges de Medeiros.¹²⁰

¹¹⁸ “No intuito de auxiliar o benemérito governo do Estado, que tantos esforços faz no sentido de combater a praga do analfabetismo, julguei meu dever instalar, no vasto território do município, o maior numero possível de aulas para a instrução elementar. Recebi muitos pedidos de escolas, assignados por numerosos habitantes, porém, foi-me impossível attender a todos. A administração municipal durante o corrente exercício tem auxiliado 13 escolas constantes do quadro”. AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Lucano Conedera, ano de 1910, p. 3-4.

¹¹⁹ “Por esse modo, a direcção governamental do egregio dr. Borges de Medeiros apresenta-se inspirada dos mais elevados sentimentos republicanos, procurando proporcionar ao povo riograndense as condições indispensaveis do ensino publico, mediante o qual possam os filhos desta terra compreender cada vez mais os seus direitos e deveres civicos. Não podiamos ficar para traz, no caminho da evolução, tratando-se de assumpto de tanta importancia como este, e o governo progressista do nosso digno Chefe não poderia ser indifferente a esse movimento do mundo civilisado”. A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00041. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em: 1º abr. 2015.

¹²⁰ AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1917, p. 4.

Essas alocações devotadas sobre a educação, constantemente presentes nos relatórios das intendências, nas páginas do periódico *A Federação* e nos discursos dos coronéis e presidente do estado, abrigam, nas entrelinhas, motores mais políticos que o progresso econômico e social, ascensão do espírito ético e o desenvolvimento do patriotismo nos elementos estrangeiros. Firmino Luiz Gomes de Abreu, proprietário de um notário na cidade de Antônio Prado, destina reveladora missiva ao presidente do estado em 23 de maio de 1905, onde, após alegar a precariedade das rendas de seu cartório, solicita a Borges de Medeiros “vossa valiosíssima proteção para um filho”, agenciando vaga “no proximo concurso para provimento de aulas publicas ruraes neste município ou na de Caxias”, argumentando que “não deixará V. Excia. de proteger a um funcionario que presa de ser fiel cumpridor de seus deveres”.

Desejando aproveitar o ensejo que ora se apresenta de melhorar as precárias circunstancias de minha família, devido a iniquidade de rendas em meu Cartorio, venho a presença de V. Excia. pedir vossa valiosíssima proteção para um filho meu, Affonso de Abreu, no proximo concurso para provimento de aulas publicas ruraes neste município ou na de Caxias. Convencido que não deixará V. Excia. de proteger a um funcionario que presa de ser fiel cumpridor de seus deveres, subscrevo-me
De. V. Excia. Amº Vº e Cº, Firmino Luiz Gomes de Abreu¹²¹

2.3.1 A nomeação de professores na formação da rede de compromissos do coronel

Como segundo ponto de análise, ressaltamos que as nomeações de professores para o exercício do magistério nas aulas públicas municipais e estaduais se delineavam como métodos prezados e eficazes nas construções da rede de compromissos que sustentava a ação dos coronéis na região de colonização italiana. A nomeação para cargos do magistério da alçada estadual e municipal de pessoas indicadas pelo coronel não era só demonstração de influência e autoridade, mas também de reforçar e expandir os laços clientelísticos de submissão e fidelidade aos imigrantes e seus descendentes. Além disso, colocava sob seu controle direto os órgãos que representavam o poder público estadual nos municípios, no caso, as escolas.

¹²¹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros ABREU, Firmino Luiz Gomes de. Carta. Antonio Prado, RS, 23/5/1905. 2 folhas. Documento 00146. Descritores: Política Regional, Funcionalismo.

As requisições de nomeações para exercer o magistério delineavam-se tão constantes quanto as solicitações para o estabelecimento das aulas públicas. Ressaltamos que essas duas práticas estavam diretamente associadas, por um lado, às nomeações para o magistério, que promoviam o estabelecimento de importantes fontes de rendas para correligionários que se agregavam à rede de compromissos locais; por outro, atendiam anseios e demandas dos eleitores por educação, em especial do elemento imigrante disperso pelos distritos e linhas da área rural do município.¹²²

A missiva enviada pelo cel. Thomas Pereira a Borges de Medeiros é deveras ilustrativa desse contexto. Além de solicitar a nomeação da professora Amélia Meneses de Bittencourt para reger aula pública estabelecida no interior de Venâncio Aires, argumenta que a “moça está habilitada para exercício effectivo de magistério e no tempo determinado se apresentara a concurso para esse fim”. Nada obstante, continua em sua missiva delineando a urgência dessa nomeação, pois o preenchimento da vaga irá “atender a compromissos há muito contrahidos com os habitantes da zona onde estaella situada”.

Venho hoje a vossa respeitável presença afim de impetrar-vos a nomeação de Da. Amelia Meneses de Bittencourt para reger a décima aula mixta situada nos subúrbios desta Villa. Essa moça está habilitada para exercício effectivo de magistério e no tempo determinado se apresentara a concurso para esse fim. Mas tornando-se urgente o preenchimento dessa aula vaga para atender a compromissos há muito contrahidos com os habitantes da zona onde estaella situada. Peço-vos por isso essa nomeação e espero ser atendido com a possivel brevidade.

Saudações cordiais do
Vosso co-religionario e amigo att.
Thomas José Pereira Junior¹²³

A profundidade desse vínculo de lealdade e prestígio ao coronel e ao partido, estabelecido pela nomeação do quadro de professores, pode ser compreendida através das palavras de Geraldina de Moraes, moradora de Antônio Prado, que remete carta a Borges de Medeiros em 1907 agradecendo a nomeação de sua filha Carlinda de Moraes Pinto para a função de professora de Carazinho, município de Passo Fundo. Segundo a autora, o pedido, bondosamente atendido, afasta a numerosa família da educadora da miséria, estabelecendo fortes vínculos desta com o coronel local Innocencio de Mattos Miller,

¹²² AXT, op. cit., p. 135.

¹²³ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 10/3/1903. 2 folhas. Documento 10390. Descritores: Municípios, Funcionalismo. Grifos nossos.

responsável pela intermediação da nomeação e o presidente do estado Borges de Medeiros.

Tendo V. Excia. bondosamente atendido a meu pedido, nomeando minha filha Carlinda de Moraes Pinto, como professora de Carazinho, no município de Passo Fundo, cuja nomeação vem livrar numerosa família da miséria a que esta sujeita.

[...]

Antonio Prado, 19 de Maio de 1907

Geraldina de Moraes¹²⁴

A distribuição de prebendas ligadas à educação na região de colonização italiana, assim como na dinâmica coronelista como um todo durante a República Velha, obedecia a critérios diretamente ligados ao grau de inserção dos candidatos na rede de compromissos do coronel local, assim como os serviços prestados à facção e ao partido, sobretudo às eleições.

Conforme nossa compreensão, a base da dinâmica do coronelismo como modelo de relações de poder e autoridade envolvia uma complexa rede de relações que permeava todos os níveis de atuação política durante a República Velha. Observamos um sistema de reciprocidade que envolvia trocas de compromissos entre os intendentess municipais/coronéis, fornecedores dos favores e influências políticas, e o eleitorado cooptado, que nessa dinâmica hipotecava seu apoio político. A nomeação de juizes de distrito, comarca e Superior Tribunal, assim como promotores, delegados, policiais de todas as ordens, professores, coletores de impostos, notariados e registros gerais etc. dependia diretamente da inserção do pretendente na rede de compromissos coronelista, sendo o requisito aprovação em concurso uma formalidade simbólica e burocrática. O cel. Thomas Pereira em carta de Venâncio Aires enviada em 1906 solicita a Borges de Medeiros a inclusão dos professores Frederico Guilherme Jaeger e Antônio Mariante de Campos, pois foram “ultimamente aprovados em concurso, e por mim indicados para aula das linhas Sapé e Tangerinas”.

Ilustre cidadão Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros

Peço-vos para não esquecer de incluir no respectivo quadro, os professores Frederico Guilherme Jaeger e Antônio Mariante de Campos, ultimamente aprovados em concurso, e por mim indicados para aula das linhas Sapé e Tangerinas. Saudações cordeaes do Vosso co-religionario e amigo

¹²⁴ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MORAES, Geraldina de. Carta. Antonio Prado, RS, 19/5/1907. 2 folhas. Documento 00152. Descritores: Política Regional, Funcionalismo.

Thomas Pereira¹²⁵

O quadro de professores dividia-se em duas categorias: os concursados e os substitutos. Apesar de os concursados possuírem maiores garantias, nem por isso se tornavam menos dependentes da rede de compromissos, uma vez que tanto as concretizações de suas nomeações quanto as suas situações posteriores dependiam diretamente de suas relações com o poder local. Repetidamente os aprovados no concurso eram conhecidos e indicados antes mesmo da exposição do edital de concurso para o provimento da vaga. Além disso, mesmo após a aprovação, havia uma ampla distância a ser percorrida até a efetiva nomeação, cuja concretização dependia da intervenção do coronel.

São candidatoas a essas aulas, respectivamente, os Snrs. Frederico Guilherme Jaeger e Antonio Mariante de Campos já habilitados para esse fim em concurso. Saudações cordiais do Vosso co-religionario e amigo
Thomas Pereira¹²⁶

Da mesma forma o acesso a gratificações, vantagens e boas colocações provinham de fatores como distância, instalação, quantidade de alunos. As classes podiam ser mais ou menos disputadas entre os professores, dependia do poder de inserção do educador nessa rede de reciprocidades.¹²⁷ Os professores substitutos, por serem nomeados diretamente pelo interventor municipal, participavam ainda mais diretamente da rede de compromissos coronelista, uma vez que tanto a sua nomeação quanto a sua permanência no cargo dependia de sua atuação não apenas à frente da docência de sua classe, mas também no voto e na arregimentação de eleitores na localidade em que residia.¹²⁸

Nesse contexto foi proporcionado, inclusive, o deslocamento de professores de outros estados da Federação. O investimento estadual no âmbito educacional e a demanda por docentes diplomados no magistério levou a que o Estado admitisse professores

¹²⁵ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 23/2/1906. 2 folhas. Documento 10398. Descritores: Municípios, Funcionalismo.

¹²⁶ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 16/7/1906. 2 folhas. Documento 10401. Descritores: Municípios, Funcionalismo.

¹²⁷ “Funcionam regularmente 4 aulas estadoaes, 11 subvencionadas pelo governo do Estado e 20 municipaes. Com custeio destas, inclusive gratificação concedida a 8 professores subvencionados, o município dispendeu até 31 de outubro, a importância de Rs. 11:285\$666”. AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Atílio Maia, ano de 1913, p. 5.

¹²⁸ AXT, op. cit., p. 133-134.

formados com as devidas premissas do diploma comprovado para lecionarem no Rio Grande do Sul.¹²⁹

A nomeação de um professor desdobrava-se no vínculo de lealdade e compromisso, bem como dos seus familiares, acionados durante os pleitos tanto no exercício dos seus votos como de cabos eleitorais do coronel nas linhas ou distritos onde se encontravam instalados. Dessa forma, o magistério, com suas centenas de postos, era um misto de função pública e negócio privado, funcionando como instrumento de costura das relações entre poder central, coronéis e eleitores.¹³⁰

A instituição para os postos do magistério por professores recomendados pelo coronel local não apenas demonstrava sua importância na estrutura de poder estadual, mas também aumentava seu prestígio diante da sociedade local, permitindo reforçar a rede de compromissos do coronel e seus laços clientelísticos de submissão e fidelidade. A inclusão desse fator permite-nos compreender as constantes solicitações dos coronéis para a abertura de aulas públicas na região de colonização italiana dirigidas a Borges de Medeiros, conforme carta de Thomas José Pereira Júnior em 1904:

Ilustre Cidadão Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros
 Hoje respondi a circular do Dr. Manoel Pacheco Prates, sobre localização de aulas neste município. Nessa resposta inclui o pedido que verbalmente vos fiz, sobre a criação de mais duas aulas nas linhas Tangerinas e Santa Eugenia. Assim pois espero que não será elle esquecido.
 Sudações cordiais do vosso co-religionario e amigo
 Thomas Pereira¹³¹

A cooptação delineava-se como ferramenta de construção do “pessoal do coronel”. Apresentava como limite a envergadura e o alcance de seu prestígio e influência

¹²⁹ “Itapetininga, 10 de novembro de 1904. Exmo. Sr. Presidente do Estado de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Saúdo-o. Eu soube que V. Exa. aceita professores formados em outros estados e reconhece como validos os diplomas apresentados por elles, mediante provas irrecusáveis da sua veracidade. Em virtude dessa noticia, atrevo-me a pedir a V. Exa., informações sobre o caso. Consta mais que, V. Exa. de accordo com a lei orçamentaria desse tradicional e futuroso Estado, fixou aos professores, por V. Exa. reconhecidos, o ordenado de 300\$00 mensaes. Si for exacto o que aqui consta, peço a V. Exa. o especial obsequio de me responder. Sou professor diplomado pela Escola Complementar desta cidade, como provarei, si necessário for, com o título que tenho em meu poder, e pretendo, si for verdade o que se propala, ir habitar nessas paragens, cujo clima é agradabilíssimo e saudável, afim de espalhar o pão do espirito nos nossos concidadãozinhos riograndeses. Desejo também saber quaes os direitos e deveres conferidos aos professores. Aguardando a resposta de V. Exa, subscrevo-me com toda consideração e respeito. De V. Exa. Compatriota e atento Correligionário Antonio da Silveira Mello”. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MELLO, Antonio da Silveira. Carta. Guaratinguetá, SP, 10/11/1904. 2 folhas. Documento 11963. Descritores: Política Nacional, Funcionalismo.

¹³⁰ AXT, op. cit., p. 134.

¹³¹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 12/12/1904. 1 folha. Documento 10397. Descritores: Municípios, Educação.

erigidos a partir de suas relações com as esferas de decisão pública ou privada. O estabelecimento da rede de compromisso local alcançava a proporção de sua capacidade não só de liderança, mas também de distribuição de favores, sempre obedecendo ao critério da inserção do postulante na rede de compromissos e os serviços prestados ao coronel e ao partido, sobretudo nas eleições.

Desse modo, as indicações das nomeações para o quadro do magistério delineavam-se como mais uma engrenagem no aparelho de cooptação elaborado pelo presidente do estado em conjunto com os poderes locais, com o intuito de consolidar a posição, o prestígio e a rede de compromissos do coronel na sua esfera de atuação. Por isso as constantes solicitações de abertura de aulas públicas continham, com raras exceções, a indicação do professor a ser nomeado para a referida aula, conforme percebemos nas palavras do cel. Thomas José Pereira Júnior em 1906:

Exmo. Snr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros
 Tomo a liberdade de lembrar-vos que prometteu-me converter em mixta a aula do sexo femino desta Villa, e nomear para Ella a professora Da. Maria do Carmo Pereira. A mesmo tempo, ousou pedir-vos que com a possivel brevidade façais a conversão da dita aula e a nomeação da professora referida. Saudo-vos cordialmente, subscrevendo-me com elevada consideração
 Vosso co-religionario e att. Amigo
 Thomas Pereira¹³²

Encontramos indícios importantes de que a prática de cooptação através da nomeação do professorado não se delineava como exclusiva do ensino de níveis iniciais, mas percorria todos os âmbitos do ensino no Rio Grande do Sul, como exemplo, as constantes solicitações de nomeação de professor para a Faculdade de Direito. Conforme a carta de Pacheco Patres, remetida de São Paulo em 25 de março de 1915 a Borges de Medeiros, as nomeações para as cadeiras do ensino superior também passavam pela inserção dos postulantes na rede de compromissos estabelecida no Rio Grande do Sul.

Caro Borges.
 Saudades. Aqui estou e sempre prompto para receber tuas ordens. O nosso amigo Dr. Honorio de Castilhos, por escripto, te não escreve e pede-me que o faça. Elle deseja ser nomeado professor substituto da Faculdade de Direito e agora existem duas vagas. Pede tua intervenção a seu favor.

¹³² Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 2/4/1906. 1 folha. Documento 10404. Descritores: Funcionalismo, municípios, Educação.

Disse-me ele que tem certeza de que te interessas por ele e que viu uma tua carta ao Herminio do Espirito Santo. O Honorio é integro e estudioso, e estou certo de que te não deixará mal caso seja nomeado. E também teu admirador.¹³³

Entretanto, se a educação era tida como uma poderosa forma de cooptação das populações coloniais, em contrapartida poderia significar também um problema para os coronéis à frente das intendências. Essa situação pode ser melhor compreendida pela carta remetida de Antônio Prado pelo intendente Oswaldo Hampe, que após ser questionado por Borges de Medeiros justifica a diferença de 99 votos na eleição ocorrida em 1922, por mandato até 1926, expõe a relação entre a educação e a política no período. Hampe pondera que “há effectivamente razão de chamardes a nossa atenção sobre este facto” e relata os fatores que contribuíram para tal resultado, entre outros “o analphabetismo deste município contribue tambem, numa grande medida, para a deficiência de eleitores”.¹³⁴

Chegou ao nosso poder vosso telegrama de congratulações pelo resultado da última eleição. Nello percebo que ficasteis tocado com a diferença de 99 votos de 1922 para 1926. Há effectivamente razão de chamardes a nossa atenção sobre este facto.

Contudo levarei a vossa ponderação os seguintes factos:

[...]

g) O analphabetismo deste município contribue tambem, numa grande medida, para a deficiência de eleitores.

[...]¹³⁵

2.3.2 A construção da aula pública como forma de cooptação do imigrante

Delineamos também uma última, porém interessante, prática de cooptação empregada pelo cel. Agilberto Atílio Maia, assim como pelos seus pares na região da colônia. Em menor escala, mas também significativa, devido à falta de recursos o suficiente para a construção das instalações onde funcionariam as escolas públicas, o governo estadual e o governo municipal acabavam por alugar estabelecimentos, em geral

¹³³ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PRATES, M. Pacheco. Carta. São Paulo, SP, 25/3/1915. 2 folhas. Documento 12002. Descritores: Política Nacional, Funcionalismo. Grifos nossos.

¹³⁴ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. HAMPE, Hampe. Carta. Antonio Prado, RS, 14/3/1926. 5 folhas. Documento 00162. Acompanha o documento de nº 00162. Descritores: Partidos Políticos, Municípios, Executivo Municipal, Partido Republicano Rio-Grandense.

¹³⁵ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. HAMPE, Hampe. Carta. Antonio Prado, RS, 14/3/1926. 5 folhas. Documento 00162. Acompanha o documento de nº 00162. Descritores: Partidos Políticos, Municípios, Executivo Municipal, Partido Republicano Rio-Grandense.

as próprias casas dos professores que residiam no interior dos distritos do município para a instalação das aulas.

Figura 3 - Igreja e Escola da Boa Vista em São Valentim do Sul. Primeira igreja católica construída em Boa Vista (década de 1920), na época, distrito de São Valentim de Guaporé, hoje município de São Valentim do Sul - RS. Foi construída pelo imigrante alemão Johannes Gehlen e sua família. Essa mesma igreja servia também para os cultos dos protestantes (religião predominante dos imigrantes alemães) em compartilhamento e solidariedade entre os imigrantes alemães e por mais de uma década como escola, sendo professor Erdman Grieger.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

Esse método funcionava não apenas em cooptação do eleitorado no atendimento da demanda local na criação das aulas e da nomeação do professor, mas também da vinculação do professor e de sua família com o aluguel do estabelecimento, que, em caso de descompasso com a vontade do coronel, poderia ser facilmente alterado para outro edifício local. Com poucos recursos para obras, o Estado remunerava muitos professores para darem aula em suas próprias casas, os quais, com frequência, quando eram construídos prédios para as escolas, resistiam em transferir suas classes para aquelas dependências.

A impressionante atenção dispendida com a educação pelos coronéis da região de colonização italiana e por Borges de Medeiros era em razão das questões de variadas

ordens. Além da inequívoca melhoria geral nos padrões de vida da população municipal e as abissais vantagens políticas oferecidas pelas práticas de cooptação de eleitores e fortalecimento da rede de compromissos, o investimento em educação delineava-se como uma ferramenta peculiar de criação de exércitos de novos eleitores, uma vez que a alfabetização se constituía num requisito de sufrágio, elemento capital para a política de legitimidade, estabilidade e continuísmo de Borges de Medeiros. Além disso, projetando também a ascensão do Rio Grande do Sul na política nacional, fazendo frente a Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais e São Paulo como potência eleitoral.¹³⁶

A educação era ponto nevrálgico para a sustentação política de Borges de Medeiros e do PRR, e também para a elevação do *status* do Rio Grande do Sul na política em nível nacional. Conforme a análise de Love, esse aumento exponencial do número de eleitores pode ser visualizado ao abordamos os números de 1898, quando Castilhos norteou o partido a se abster das eleições, o Rio Grande do Sul forneceu apenas três mil votos para presidente, ao passo que em 1906 esse número ascendia ao dígito aproximado dos 42 mil votos, colocando o Rio Grande do Sul na terceira posição entre os estados com maior número de eleitores, ultrapassando o estado baiano e assumindo o posto de importante ator no palco da política nacional.¹³⁷

Esse contexto proporcionou, inclusive, a contratação de professores voltados especialmente para o ensino da língua nacional e alfabetização dos imigrantes, com o desígnio de promover incremento do alistamento eleitoral. O cel. Thomas José Pereira Júnior em 1906 remete carta a Borges de Medeiros com o objetivo de “comunicar-vos que são os seguintes os professores particulares que se comprometem a ensinar a língua vernácula mediante a gratificação pecuniária que me autorizaste propor”:

Frederico Guilherme Jaeger, em Sapé, Eduardo Hass, em Theuminha, Mathias Gautsch, na Brasil, Alberto Suckem na Jaeger e Antonio Mariante de Campos, na Tangerinas. Espero, pois, que providenciareis no sentido combinado. Tenho a honra de subscrever-me
Vosso amigo co-religionario
Thomas Pereira¹³⁸

Quanto ao funcionamento burocrático do magistério, a partir do mês de janeiro de cada ano letivo eram estabelecidos, pelo diretor-geral e pelos diretores regionais da

¹³⁶ AXT, op. cit., p. 133-134.

¹³⁷ LOVE, op. cit., p. 146.

¹³⁸ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 28/6/1906. 2 folhas. Documento 10399. Descritores: Política Regional, Partido Republicano Rio-Grandense.

instrução pública, oriundos da Secretaria do Interior e Justiça, os quadros do magistério, com base nesses distribuíam os professores e fixavam as remunerações segundo as vantagens e suplementares de direitos devidos a cada professor e que de forma invariável eram concedidos particularmente por meio de decretos oficiais segundo o comprometimento do docente com a causa estadual. Em determinadas cidades, a prerrogativa sobre a composição dos quadros era outorgada ao chefe político local. Essa prática bastante difundida do início do período Borges, em razão da necessidade de cooptação de correligionários e eleitores nos municípios, diminuiu sensivelmente durante a década de 1920, quando os chefes políticos ao invés de montar o conjunto do quadro do magistério para a região limitaram-se a indicações pontuais.¹³⁹

Figura 4 - Aula municipal instalada na sede do V Distrito – Fifina Corrêa, município de Guaporé, década de 1920, regida pelo professor Pedro Sambenedetti.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

No município de Guaporé, essa prerrogativa permaneceu nas mãos do cel. Agilberto Attílio Maia como uma de suas principais ferramentas de barganha. A permanência dessa prerrogativa junto à gama de poderes do cel. Attílio Maia explica a ausência de cartas destinadas a Borges de Medeiros solicitando a nomeação do magistério de Guaporé.

Actos
[...]
Nomêa a Srta. Ernesta Martinazzo professora publica municipal.

¹³⁹ AXT, op. cit., p. 134.

Coronel Agilberto Attílio Maia, intendente de Guaporé, etc.
Usando das atribuições que lhe são conferidas pelo n.º8, art 11, da Lei Orgânica, resolve nomear, nesta datam como de facto nomeada fica, a Srta. Ernesta Martinazzo, professora publica, para reger a aula n.º 35, localizada na estrada Gal. Osorio, lote n.º3n no 3º districto, com os vencimentos marcados mensaes, de 60\$000.

Registre-se, publique-se e communique-se.¹⁴⁰

As práticas coronelistas formavam um conjunto de princípios que regiam e orientavam as condutas e relações dos coronéis e seus dependentes. A delimitação das esferas entre público e privado, particular e coletivo nessa sociedade era tênue, não plenamente definida, cruzada espontaneamente em nome dos compromissos estabelecidos. Sem nenhum risco de quebra da moral tanto do solicitante quanto do concessor, significava o estabelecimento de sentimentos de autoridade, prestígio, consideração, obediência, lealdade etc.

Isso posto, podemos compreender que a prática de cooptação por meio de provimento de cargos públicos não como um desvio do processo político, mas como um elemento constitutivo do fazer político da época, uma vez que a outorga do benefício estabelecia vínculos de compromissos numa relação de reciprocidade entre os coronéis e os dependentes que tornavam a ação legítima a partir do prisma presente.

Em suma, compreendemos que a educação na região de colonização italiana esteve diretamente ligada às práticas de cooptação empregadas pelos coronéis estabelecidos. Ressaltamos que as aulas públicas estabelecidas nesse contexto, embora muitas vezes efêmeras em duração ou, mesmo, em número de alunos, alcançaram um número relativamente considerável. O alcance tanto da rede de compromissos estabelecida entre coronéis e professores quanto a cooptação dos imigrantes e seus descendentes através do estabelecimento de aulas públicas e a alfabetização com seus consequentes resultados nos processos eleitorais pode ser mensurado e compreendido ao analisamos a evolução dos números totais de aulas subvencionadas pelo cel. Agilberto Attílio Maia entre 1913 e 1923 no município de Guaporé. O período que compreende os dez anos, entre 1913 e 1923, o número de aulas públicas subvencionadas pelo governo municipal e estadual salta de 34 para 86, ilustrando a estima conferida à educação tanto na formação e doutrinação de eleitores quanto no estabelecimento da rede de compromissos ligada ao magistério.

¹⁴⁰ AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1916, p. 81.

(1913) Funcionam regularmente 4 aulas estaduais, 14 subvencionadas pelo governo do Estado e 20 municipais.¹⁴¹

(1916) Funcionam, actualmente, em todo o território municipal 64 aulas subvencionadas pelo Estado e pela Intendência.¹⁴²

(1920) Funcionam neste município, na actualidade municipal 81 aulas de subvenção estadual e municipal.¹⁴³

(1923) Com orgulho contamos com o funcionamento de 86, aulas subvencionadas[...].¹⁴⁴

(Datas apresentadas pelo autor uma vez que os fragmentos foram recortados de diversos relatórios da Intendência)

Apesar de alguns dados divergirem dos relatórios anuais analisados, a Tabela 1, retirada do relatório da Intendência do município de Guaporé de 1927, realizada segundo solicitação do intendente Manoel Francisco Guerreiro, fornece uma análise panorâmica da extensão do ensino público desse município pelos dados relativos ao ano, ao número de escolas subvencionadas pelo poder municipal e estadual, ao número de alunos atendidos e à média de frequência.

Tabela 1 - Dados relativos ao ensino público em 1927.

Tabela 2 – Panorama da educação de Guaporé, 1904- 1926.Ano	Escolas isoladas estaduais	Escolas Municipais			Matrícula geral (média)	Frequência (média)
		Subvenção estadual	Subvenção municipal	Total		
1904	-	-	-	-	-	-
1905	-	-	-	-	-	-
1906	-	-	-	-	-	-
1907	7	-	4	4	-	-
1908	9	-	3	3	869	732
1909	9	-	5	5	984	900
1910	11	-	13	13	1.555	1.035
1911	4	6	20	26	1.384	1.015
1912	4	6	20	26	1.732	1.306
1913	4	14	20	34	2.135	1.812
1914	5	14	21	35	2.378	1.859
1915	5	31	25	56	3.026	2.415
1916	4	31	33	64	2.931	2.304
1917	3	39	28	67	2.994	2.364
1918	3	39	36	75	3.156	2.238
1919	3	39	43	82	3.348	2.526

¹⁴¹ AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Atílio Maia, ano de 1913, p. 5.

¹⁴² AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Atílio Maia, ano de 1916, p. 8.

¹⁴³ AHMG. Relat. da Intendência do município de Guaporé. Intend. Agilberto Atílio Maia, ano 1920, p. 9.

¹⁴⁴ AHMG. Relat. da Intendência do município de Guaporé. Intend. Agilberto Atílio Maia, ano 1923, p. 8.

1920	3	39	42	81	3.359	2.389
1921	3	39	49	88	3.749	3.057
1922	3	39	49	88	3.616	2.957
1923	3	39	47	86	3.416	2.357
1924	3	39	33	72	2.992	2.462
1925	3	39	37	76	3.089	2.942
1926	2	39	45	86	2.811	2.192

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Manoel Francisco Guerreiro, ano 1927, p. 67.

Os dados foram conferidos com os relatórios da Intendência dos respectivos anos, apresentando apenas pequenas variações em 1914, 1921 e 1925 quanto ao número de escolas subvencionadas pelo poder municipal. Entretanto, essas variações não alteram o quadro geral da evolução do magistério em Guaporé. Optamos por manter os dados originais da tabela de 1927, por proporcionarem um panorama do alcance das práticas de cooptação através dos diversos âmbitos que compunham a esfera da educação. Em 1912, ano da eleição do cel. Agilberto Atílio Maia para o cargo de intendente, Guaporé contava com 26 aulas públicas e um total de 1.732 alunos matriculados. Em 1926, após dez anos de sua administração, as cifras alcançavam 86 aulas e 3.416 matrículas. Esses dados fornecem um vislumbre do processo de ampliação da rede de compromissos coronelista estabelecida pelo cel. Atílio Maia, cooptando não apenas os eleitores ligados ao quadro de professores nomeados para o magistério, mas também de cooptação dos eleitores das áreas rurais através da consideração de suas demandas por educação.

O fim da Revolução Federalista de 1893 trouxe o triunfo do projeto castilhistaborgista de governo e o ápice da polarização política extremada. Impunha-se a necessidade de Castilhos e Medeiros de compor suas bases políticas, administrativas e sociais com novos grupos que contrabalançassem o poder econômico e político das elites agropastoris do PL, classe tradicionalmente dominante do período imperial. Novos setores da oligarquia rural ligada à agropecuária no litoral e na serra, assim como segmentos das camadas média e urbana através de professores, comerciantes, industriais, advogados, funcionários públicos etc. e os municípios das regiões de colonização em ascensão econômica elevaram-se na situação política como novas bases de sustentação do Estado instalado. Esse contexto ocasionou não apenas a introdução das regiões de colonização ítalo-germânicas como atores centrais no cenário político estadual, mas também permitiu e justificou a existência do fenômeno coronelista nessas regiões.

O processo de reedificação das bases de sustentação do governo promoveu a estruturação de um novo modelo de relacionamento entre o poder estadual, os poderes locais e a sociedade da região de colonização italiana. Nessa relação, o presidente do

Estado, através dos coronéis locais, promovia a cooptação da população colonial para amparar o Estado, principalmente durante constantes pleitos do período que promoviam uma situação de legitimidade e estabilidade à situação política estadual. Dentre as práticas empregadas pelos coronéis em cooptação da população colonial destacamos como uma das principais a atenção acerca das solicitações e anseios dessa população por educação.

Conforme a compreensão de Axt, o comércio do magistério não apresentou a mesma proporção em todas as cidades do estado. Ganhou maior proeminência precisamente nas localidades em que havia distritos com colonização ítalo-germânica devido ao anseio dessas populações por alfabetização e, mais do que isso, pelo ensino da língua vernácula aos seus filhos.¹⁴⁵ Justamente nessas localidades os coronéis, em acordo com Borges de Medeiros, esforçavam-se pela solidificação de suas posições políticas, priorizando as atenções para essas questões.¹⁴⁶

Não apenas contribuindo para o evidente progresso intelectual da população e da melhoria da condição de vida, os investimentos na área da educação delinear-se como eficazes instrumentos no processo de cooptação de eleitores, pois atendia às constantes solicitações dos imigrantes e de seus descendentes pelo estabelecimento de aulas públicas. Além disso, com a abertura de aulas públicas e a consequente nomeação de docentes às referidas aulas públicas, ampliava-se o prestígio, a influência e a rede de compromissos do coronel ao atender as constantes demandas dos professores por exercer suas profissões. Por fim, a concepção de novas escolas promovia a alfabetização dos imigrantes italianos, formando novos eleitores passíveis de serem alistados nas eleições manipuladas pela estrutura coronelista vigente.

2.4 O coronel, o colono, o comerciante e o carreteiro: terra, trabalho e produção

¹⁴⁵ “Os quadros favorecidos pela Inspectoria escolar e anexados aos da Secretaria do Município, vos demonstrarão o quando é satisfatório o resultado obtido pelos professores, que, apesar de mal pagos, procuram com abnegação bem cumprir a árdua tarefa de ensinar alumnos que são, na sua maioria, de origem estrangeira. E este facto acarreta ao professor o duplo do trabalho, visto que terá de ensinar ao alumno não só a pronuncia das palavras, mas tambem a respectiva significação, pois não é raro se ver, aqui, filhos do Brazil, nascidos de Paes italianos ou polacos que ignoram, por completo, o sentido do mais simples vocábulo da língua vernácula, que muitas vezes só ouvem fallar ou fallam na escola”. AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Atílio Maia, ano de 1916, p. 8.

¹⁴⁶ AXT, op. cit., p. 135.

No momento do processo emigratório, a Itália, enquanto estado recém-unificado, delineava-se como entidade de direito, contudo, não de fato. Existiam muitas regiões em disputas internas e externas com dialetos distintos, venerando santos específicos, embora católicos, e cultivando tradições diversas, sem mencionar os sentidos de pertencimento e identidades locais. Apesar de podermos afirmar que a emigração italiana para o Brasil deu-se em grande parte através de núcleos familiares e algumas das levadas de emigrados estarem concentrados conforme suas regiões de procedência, no caso do Rio Grande do Sul, especialmente vênnetos, trentinos, friulanos, trevisanos, mantovanos, entre outros, não havia entre os emigrantes um sentimento comum de identidade ou de italianidade.

Com o processo de unificação da península italiana transcorrido a partir de 1870, no momento em que os emigrantes rumavam para a América, em específico para o estado sulino, a noção de pertencimento que traziam em suas bagagens era de seus *paesi*, ou seja, de suas regiões de origem. Dessa forma, a identidade¹⁴⁷ de “italiano” passou a existir ou, mesmo, significar traços de identidade em solo brasileiro. Em específico no Rio Grande do Sul, o “colono italiano” passou a se identificar em oposição aos autóctones, tidos como *brasiliani* ou *negri*, independentemente da origem, etnia ou cor de pele. De tal modo, a identidade de colono italiano tomou forma e significado, tornando-se uma representação e determinando uma coesão social. Ser colono italiano passou a representar a identidade dos italianos, delineando uma diferenciação entre esses e os nacionais, momento em que a ideia de trabalho passou a figurar como um símbolo de identificação e diferenciação entre ambos.

Nessa dinâmica, o que proporcionava as populações emigrantes e seus descendentes o sentimento de união e identidade em comum estava na vivência do catolicismo e na identificação com o ideal do trabalho.¹⁴⁸ O binômio fé e trabalho tornou-se fator de reconhecimento da identidade e pertencimento, ponto de reorganização de mundo e de sociedade em terras ádvenas. Entendemos que a religiosidade e o trabalho, além de proporcionarem um ponto de ancoragem e referência para a organização de

¹⁴⁷ Compreendemos a identidade, apesar de todas as complexidades que envolvem o conceito, não como identidades rígidas e imutáveis, mas como resultados transitórios e fluídos dos processos de identificação, abrangendo e escondendo negociações de sentidos, temporalidades e distinções em constante transformações. SANTOS, Bernardo da Silva. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

¹⁴⁸ DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1984.

mundo, cristalizavam o *ethos*¹⁴⁹ do colono italiano no qual a religião e o trabalho eram vitais tanto como valores morais quanto como atividades econômicas.¹⁵⁰

Observamos a construção de representações simbólicas dos imigrantes vinculados à colonização de terras devolutas que marcaram as muitas representações de etnicidade dos italianos e também dos alemães e poloneses. Um *ethos* do trabalho, de certa forma vinculado a um *ethos* camponês, fez parte desse universo simbólico que tem como contraponto as características da preguiça, da indolência, da apatia e da falta de moral assumidos como atributos típicos dos “brasileiros”. Na representação dos imigrantes estabelecidos no Rio Grande do Sul, a categoria colono italiano, absorvida do jargão oficial, passou a identificar os imigrantes e seus descendentes dotados das qualidades de trabalho e fé, e a colonização foi definida como um processo civilizatório instaurado na barbárie brasileira.¹⁵¹

A ordem social do colono italiano fundava-se na ligação entre fé, propriedade, família e trabalho, este com sentido além do econômico. O trabalho como obrigação, antívicio, dedicação, dever moral, superação, virtude, acesso à riqueza e promoção da exaltação do homem etc., ligado à propriedade formaria o espaço social e a trajetória sequencial das estratégias de manutenção, reprodução familiar e organização da individualidade do colono.¹⁵² Em outras palavras, o sentido da vida do colono italiano no Rio Grande do Sul orbitava em torno da terra e da propriedade dessa, da herança e do patrimônio dos filhos, do trabalho e da exploração de seus frutos, dos vínculos mercantis e da fortuna material, da concretização do sonho do indivíduo que emigrou da Itália em busca de ser dono de seu pedaço de chão. Assim delineamos uma distinta e, no entanto,

¹⁴⁹ Compreendemos o *ethos* como o conjunto de saberes, conhecimentos, identidade, hábitos, percepções que caracterizam formas de vida, estilos de ação, disposições (morais, éticas e culturais) quadros de referência e conduta, todas essas dinâmico e confronto com processos sociais e visões de mundo. Quando falamos em *ethos*, estamos falando de representações inseridas, produzidas e emitidas sobre o vivido e a realidade social na qual o indivíduo está inserido, socializado e que também definem seu comportamento. O *ethos* é a característica, o estilo, a marca, o modo de ser, a sabedoria implícita ao domínio de um conjunto de informações, de códigos, de modalidades mentais, operacionais e adquiridas ao longo das experiências de vida, as quais produzem e deixam aos indivíduos, num lento processo de sedimentação, um conjunto de saberes, um senso prático determinado, que se constroem socialmente em função dos processos, da natureza, da manifestação de seus modos de vida e de seu entorno social. TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 15-27.

¹⁵⁰ ZANINI, Maria Catarina; SANTOS, Miriam de Oliveira. Memórias compartilhadas e comunidades imaginadas: os italianos *al estero* e suas relações com a emigração contemporânea para a Itália. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, XI. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

¹⁵¹ SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o “melting pot nacional”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

¹⁵² TEDESCO, op. cit., p. 20.

eficaz ferramenta de cooptação empregada a partir desse contexto específico da região de colonização italiana.

Os coronéis, à frente das intendências municipais, proporcionavam a infraestrutura necessária para a mercantilização da produção colonial através da construção e manutenção de pontes, pontilhos, bueiros, valetas, caminhos vicinais, estradas, portos etc. A prestação desses serviços proporcionava a cooptação do elemento imigrante, pois afiançava a comercialização dos frutos de sua terra, garantindo o capital necessário para saldar a dívida contraída e concretizar a posse da colônia. A colônia delineava-se como propriedade intocável, um bem a ser legado aos filhos, fundamental para o casamento, necessária para a manutenção e reprodução da unidade familiar, condição essencial para a elevação econômica e o bom nome da família. Desse modo, o coronelismo na região de colonização italiana, ao contribuir para a posse da terra, empregava uma de suas mais eficazes ferramentas de cooptação.

Nesse contexto, ressaltamos a necessidade de analisar o estado da estrutura viária que integrava o município de Guaporé e a região de colonização italiana no Rio Grande do Sul como um todo. Dentre as vias que compunham a estrutura de transporte de Guaporé, a principal via de ligação do município, no início do século XX, era constituída pela antiga estrada General Osório, agora dividida em estrada Tiradentes, que ligava Passo Fundo e sede, através do Campo do Meio, e a estrada Borges de Medeiros, que ligava a sede e Muçum. Citamos ainda a estrada 21 de Abril, que ligava Guaporé e Capoeiras (atuais Vista Alegre do Prata, Protásio Alves, Rio Branco e Nova Prata); a estrada 28 de Setembro, que ligava Muçum e Linha Emília, e as estradas que conduziam de Guaporé a Alfredo Chaves, Nova Bassano, Pulador e Soledade.

Guaporé, cujos limites obedeceram à planta da colônia homônima constituída a partir de 1892, era situado entre os rios Guaporé, Carreiro e Taquari, que serviram de limites. O relevo muito acidentado devia-se à sua localização na chamada Serra Geral, motivo pelo qual as vias terrestres eram curvilíneas, com descidas acentuadas e superfícies demasiadamente irregulares. O mesmo acontecia com as vias fluviais, com leitos acidentados, quedas de água e fortes correntezas, dificultando o escoamento da produção regional. O sistema viário alterava-se consideravelmente ao chegar às margens do rio Taquari, onde se desenvolveu grande atividade portuária, em especial o porto de Muçum, que se tornou o centro do trânsito de pessoas e produtos do município até a

capital do estado entre as décadas de 1890 e 1950.¹⁵³ Isso sem somar a malha de caminhos vicinais, que interligando as linhas que cortavam a colônia e posterior município de Guaporé levavam aos lotes pelo interior, constantemente pisadas pelos cargueiros e carroceiros.

Em razão das características geográficas acidentadas, falta de pavimentação, intensa pluviosidade e densa vegetação na região, as estradas necessitavam de ampla e contínua mão de obra para os trabalhos de conservação e obstruções, uma vez que eram vulneráveis às chuvas, causando buracos e atoleiros na mata fechada, acúmulo de cascalho, barrancos que desmoronavam, pedras que afloravam na pista e árvores caídas bloqueando o trânsito. Essas situações acarretavam dificuldades no transporte e agudas perdas da agricultura, do comércio e da agroindústria local.

A atividade comercial na região colonial de Guaporé iniciava nas casas de comércio. Proprietários ou representantes das grandes casas de comércio de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, da região colonial alemã e principalmente de Porto Alegre e Rio Grande visitavam as pequenas casas de comércio espalhadas pela sede, pelos povoados e linhas da região. Os viajantes compravam as mercadorias produzidas nas unidades coloniais e armazenadas nas pequenas casas de comércio.

Após combinações comerciais, as mercadorias adquiridas pelos representantes eram transportadas por carretas até o porto de Muçum, de onde eram carregadas nas embarcações das companhias de navegação e transportadas até o seu destino final. O comércio seguia duas vias, ou seja, as pequenas casas comerciais compravam dos representantes as mercadorias que não eram produzidas na agricultura ou no artesanato local. Essas mercadorias, por sua vez, percorriam o mesmo trajeto dos produtos coloniais, ou seja, eram enviadas de Porto Alegre ou de Rio Grande através das companhias de navegação. Chegando ao porto de Muçum, eram carregadas nas carretas que haviam descarregado suas mercadorias anteriormente. As carretas transportavam esses gêneros comerciais até as pequenas casas de comércio, que revendiam aos compradores locais.

¹⁵³ Para mais informações sobre a dinâmica econômica do município de Guaporé, ver TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovani. Carretas e carreteiros na Colônia Guaporé, nordeste do RS, no período de 1892-1960. *Revista de História Regional*, n. 19, v. 2, p. 408-436, 2014.

Figura 5 - Porto de General Osório (Muçum). Foto panorâmica dos trapiches e gasolinas (pequenas embarcações navais movidas a vela e motor) responsáveis pelo tráfego fluvial no porto de Muçum.

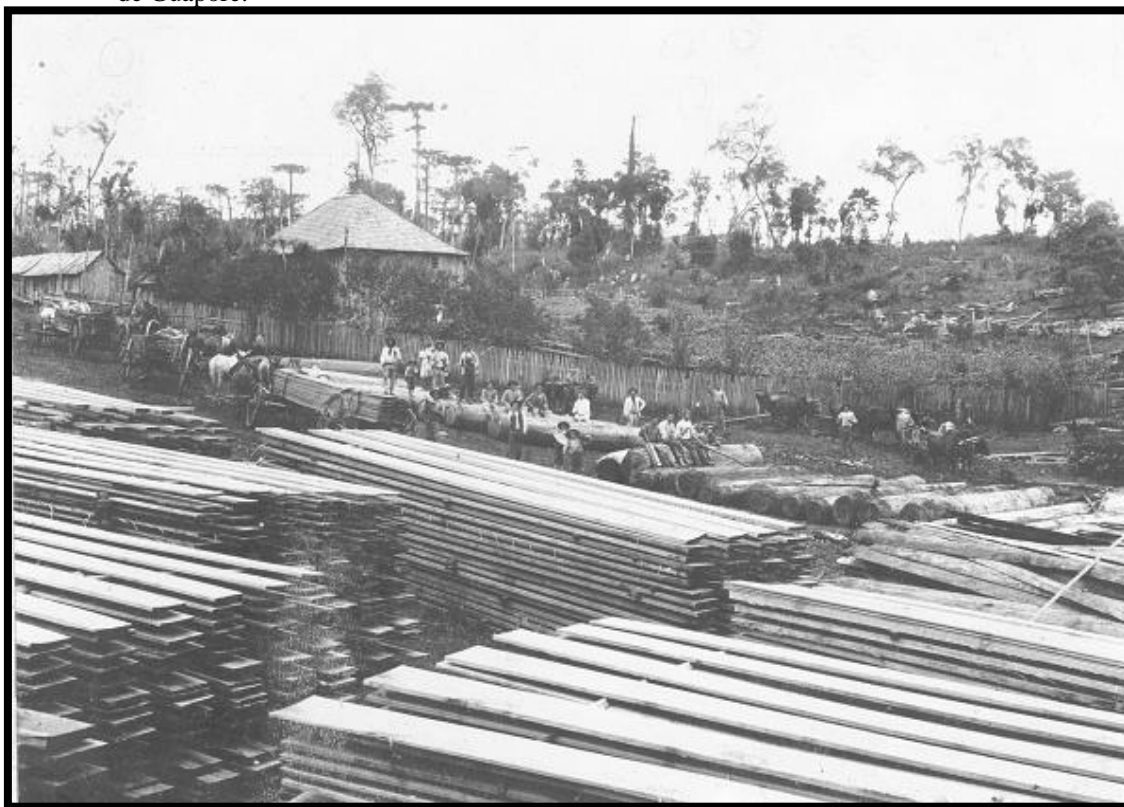


Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

As carretas transportavam todas as mercadorias produzidas na agricultura ou extraídas da natureza, como madeira, erva-mate, trigo, fumo, milho, suínos e derivados, vinho, aves, couros, frutas e hortaliças, do porto de Muçum eram transportadas para Porto Alegre para o consumo ou encaminhadas para outras regiões, em especial Rio de Janeiro e São Paulo, ou para os países da região do Prata, Uruguai e Argentina.

Imensas toras de madeira nobre eram extraídas não apenas do município de Guaporé, mas de toda a região colonial em torno dos rios Guaporé, Carreiro, Antas e Taquari e transportadas em carretas até as serrarias, onde eram serradas as tábuas e amarradas com cipós, formando grandes chatas, compostas por determinadas dúzias. As chatas eram, então, transportadas pelas carretas até o porto, sendo lançadas na água e atreladas a embarcações que realizam o transporte até Porto Alegre ou ao porto de destino.

Figura 6 - Serraria de C. Allegretti ilustrando as atividades extrativistas de madeira no interior do município de Guaporé.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

A erva-mate, encontrada em grande quantidade na região, também mostrou ser um produto de grande importância para a economia municipal e regional, sendo consumida no Rio Grande do Sul e também exportada para os países do Prata. Além da produção e comercialização de madeira e erva-mate após cinco anos da emancipação, Guaporé já era um dos maiores produtores de trigo do estado. A farinha de trigo era uma das principais mercadorias transportadas pelos carreteiros da região até o porto. O fumo, também produzido na região nas unidades coloniais, era colhido e separado conforme a coloração e a qualidade das folhas, depois secado em fornos a lenha e sabugos de milho secos. Na etapa seguinte os fardos eram amarrados e transportados a carretas para Muçum ou até o porto e dali para a capital.¹⁵⁴

Os gêneros agroindustriais produzidos na região eram transportados diariamente por carretas e escoados pelo porto de Muçum, em especial a banha e os embutidos suínos dos frigoríficos Soccol, Seganfredo & Cia.; Antônio Fonini & Cia.; Franciosi, Nardi &

¹⁵⁴ Arquivo Histórico do município de Guaporé, relatório das intendências municipais 1912-1918, intendente Agilberto Maia.

Cia.; Rizzo & Cia, e os couros do curtume guaporense, da firma Corbetta, Termignoni & Cia., localizado na sede de Guaporé.¹⁵⁵

Figura 7 - Frigorífico Franciosi, Nardi & Cia., localizado no então distrito de Dona Fifina (Serafina) Corrêa.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

As principais mercadorias transportadas na viagem de retorno eram ferragens e máquinas, como motores, balanças, caldeiras e móveis em geral; produtos inflamáveis, lubrificantes, armas de fogo, munições e explosivos; artigos farmacêuticos e objetos para a prática da medicina; sementes, mudas, plantas e animais vivos para matrizes reprodutoras; secos e molhados, café, sal, salitre, sabão; cimentos e adubos; artigos de vidro, chapas de ferro, ferro-gusa, chumbo, enxofre, graxa, artigos de borracha e soda cáustica.

Utilizando-se de carretas dotadas de características distintas, o imigrante transportava sua produção desde a área de cultivo até os portos, escoando a produção para Porto Alegre ou Rio Grande. Por mais ou menos meio século, Muçum foi concentrador e centralizador da dinâmica mercantil e comercial da região do Alto Taquari, onde a colônia Guaporé se localizava. Em 1880, o referido espaço já possuía vias que partiam das margens do rio Taquari no sentido sul-norte em direção a Guaporé; outra no sentido leste-oeste em direção ao rio Guaporé, correspondendo com o espaço que hoje pertence ao município de Encantado.

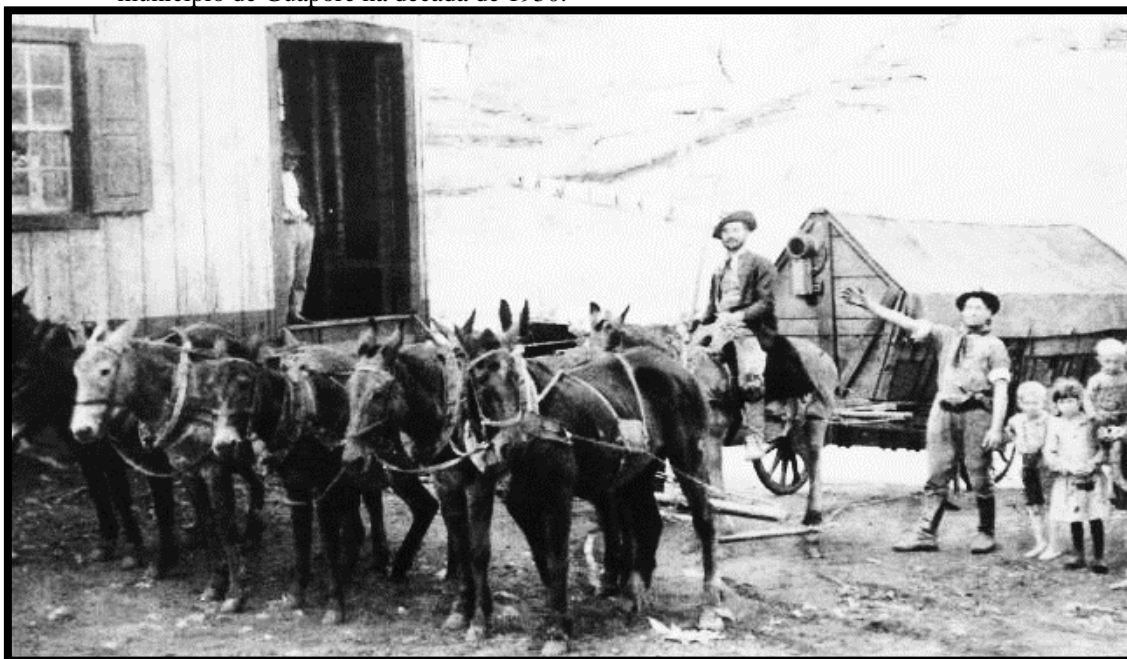
¹⁵⁵ KARAM, op. cit., p. 134.

Pequenas carroças atreladas a bois eram utilizadas para o serviço dentro da unidade de produção. Por meio dessas era realizado o transporte da produção das áreas de cultivo até os paióis onde era armazenada inicialmente. Por ser utilizada dentro do lote colonial, a tração baseada por bois tornava-se atrativa pela grande força desses animais no deslocamento das carroças em relevo íngreme e acidentado presente em grande parte das propriedades. Além disso, os bois eram acessíveis em termos financeiros para os colonos, mais do que as mulas e cavalos, sendo também empregados na tração de arados e moendas italianas.

Carretas de pequeno e médio porte atreladas a um ou dois pares de mulas ou cavalos eram utilizadas no transporte da produção do lote colonial às casas de comércio e armazéns. Essas conduções eram empregadas em razão da pequena distância e do pouco peso a ser transportado entre o interior da linha às sedes e povoados da região.

As carretas maiores eram tracionadas por sete, oito, até dez mulas e cavalos combinados, dotadas de altas rodas, carregando até três mil quilos, tornavam possível o escoamento da produção de várias pequenas propriedades espalhadas pela região colonial italiana. As carretas estiveram sempre presentes em todos os âmbitos de transporte da produção, eram dotadas de características distinta e variada nos lotes da colônia de Guaporé, nos caminhos vicinais, nas linhas e nas estradas, de todos os tamanhos, variantes conforme a atividade. Enfim, as carretas foram o meio de transporte dos primeiros migrantes até os familiares da segunda geração.

Figura 8 - Carreiros em Guaporé. Carroça de grande porte utilizada no escoamento da produção do município de Guaporé na década de 1930.



Fonte: Acervo particular da família Astolfi e Dall'AcquaFonte.

As dificuldades e perigos no escoamento da produção colonial merecem especial destaque. No trajeto das estradas Tiradentes e Dr. Borges de Medeiros, que atravessavam toda a extensão da colônia de Guaporé, ligando Campo do Meio (Passo Fundo) ao porto de Muçum, em determinados lugares havia atoleiros “famosos” por sua extensão e profundidade e permaneciam “ativos” a maior parte do ano, não apenas nas estações de maior pluviosidade. O trecho entre a sede de Guaporé e o povoado de Dois Lajeados, na altura das linhas Dona Cândida e Colomba, havia uma grande área propensa à formação de constantes atoleiros, também entre a sede de Guaporé e o povoado de Dona Fifna Corrêa (atual Serafina Corrêa), na altura das linhas Brasil e General Carneiro, com frequência havia ocorrências. Nesses locais eram comuns as filas de carretas atoladas ou aguardando que alguma fosse retirada do atoladouro para que outras pudessem continuar viagem.

Esses atoleiros, considerados os mais graves, eram muito populares por estarem localizados na estrada principal, onde havia intenso trânsito de carretas e, lógico, havia constantes episódios de atolamento. Havia outros pontos de difícil tráfego de carretas nos caminhos vicinais que cortavam as linhas e o interior da região, causados pela formação do solo, muita pluviosidade, topografia acidentada. A precariedade da manutenção punha em constantes riscos de interromper não apenas o transporte carreiro, mas de qualquer atividade de transporte que por ali cruzasse.

Para retirar uma carreta de um atolador, ou “tatu”, conforme a expressão utilizada na época em alusão aos animais e aos buracos que escavavam no solo, utilizava-se um terno de mulas extras para aumentar a tração da carreta. Esse terno, de três a seis mulas, era colocado na frente dos outros animais, atrelado a uma balança extra conectada ao timão da carroça com correntes ou cordas resistentes. Com a tração do terno e o terno extra, conseguiam retirar a carreta do atoleiro sem ser descarregada.

Na Linha Colomba, em direção à Dois Lajeados, na baixada, mais ou menos em frente à casa dos Zanni, a estrada se transformava num atoleiro que prendia os carreiros, às vezes, por muitas horas. E, quase sempre, nesses casos, se juntavam mais carroças, em fila, à espera de que a carreta da frente fosse retirada do barro.¹⁵⁶

Caso essa forma de incremento da tração não funcionasse, “vencendo o tatu”, a opção era descarregar a carreta, diminuindo o peso para permitir o deslocamento. Numa última alternativa, nos raros casos em que a carreta permanecia atolada após esses dois métodos, o carreiro preenchia o tatu com cascalho e gravetos e esperava que o tempo secasse o atoleiro, daí, então, colocar a carreta em movimento novamente.

As estradas e caminhos vicinais que cortavam a região da colônia de Guaporé, em geral, apresentavam dificuldades de trânsito por haver trechos demasiadamente estreitos, serras íngremes e ladeiras acentuadas cercadas de ameaçadoras escarpas, com perigo constante para os animais, especialmente abelhas e cobras, que poderiam atacar os animais e o condutor.

As características geográficas da região eram de serra, para evitar descidas e subidas muito acentuadas, as estradas eram construídas com base no traçado tortuoso, motivo pelo qual, muitas vezes, dificultava a condução das carretas. Em alguns trechos eram estreitas, possuíam uma metragem inferior a quatro metros, demasiadamente estreitas para a passagem das carretas de maior porte. Nessas situações o carreiro se obrigava a desatrelar três mulas, amarrá-las em fila atrás da carreta, cruzar o ponto estreito para, então, novamente atrelá-las em seus devidos lugares. Essa situação difícil ocorria também em alguns pontos perto do rio Carreiro. Na necessidade de cruzá-lo, normalmente o único meio disponível para a tarefa eram os balseiros. Como as balsas que realizavam eram de pequeno porte, não era possível atravessar o rio com a carroça e o terno completo. Então, atravessavam na primeira viagem seis ou sete mulas, em seguida a balsa retornava

¹⁵⁶ KARAM, op. cit., p. 134.

para carregar a carroça e as três ou quatro mulas. Como exemplo dessas duas condições, podemos citar as estradas para Cotiporã e Pulador e as balsas que atuavam nos povoados de Santa Bárbara e o passo da Barca ou do Murijá na linha Fernando Abbott, localidade onde era realizado o transporte de pessoas e produtos entre Muçum e Conventos Vermelhos, atual município de Roca Sales.

Thomé coloca que

as condições da estrada-base à economia nascente da colônia eram de tal sorte precárias, que ensejou repetidos protestos de seus usuários [...] quando chovia e o rio propiciava a chegada de mais barcos e maiores ao porto, a estrada se tornava impraticável, transformada num lodaçal e leito de verdadeiros rios, acarretando graves riscos, quando não impossibilitando de todo o aproveitamento da mesma. Ao contrário, quando se apresentava bom o tempo. Chegava-se ao porto, mas não havia barcos, ou os que havia eram poucos e de pequeno calado, porque as águas - baixas - impediam a subida de embarcações maiores”.¹⁵⁷

A serra íngreme e as ladeiras acentuadas dificultavam a tarefa do carreteiro. Devido a isso e mais os dias de intenso calor ou baixas temperaturas, os carreteiros às vezes eram obrigados a se hospedarem nas casas das famílias para quem carregavam as mercadorias, pois os animais também estavam cansados da viagem inicial e não conseguiam realizar o retorno. Consideravam também que as mulas podiam ser atacadas por cobras e colmeias de abelhas com o barulho que a carreta fazia, atacando tanto os animais como o condutor. Se isso acontecesse, o perigo de um desastre era iminente, as mulas podiam entrar em disparada resultando em desastre de todos, devido às escarpas que em muitos trechos acompanhavam o traçado das estradas, o terno em disparada podia sair da estrada e despencar pelas escarpas. A mata muitas vezes tomava conta, também os desmoronamentos das encostas, as rochas e troncos caídos interrompiam constantemente a viagem.

Essas condições eram plenamente conhecidas e constantemente relatadas pelas autoridades das intendências dos municípios da região de colonização italiana. Em 1907, o cel. Agilberto Attílio Maia, então subordinado do intendente Vespasiano Corrêa, descreve que após “inverno muito chuvoso, durante os meses de abril, maio, junho, julho e agosto a chuva caída alcançou a altura pluviométrica de 908 mms”, tornando a estrada do município, “póde-se dizer, intransitável”, o que tornava “os melhoramentos mais imprescindíveis nas estradas municipaes”, especialmente “pontilhões, aterros, calhas,

¹⁵⁷ THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. *A colônia de Guaporé: passado e presente*. São Paulo: Paulinas, 1967. p. 190.

boeiros, etc.”¹⁵⁸ De acordo com o relatório da Intendência em 1916, ressalta a descrição da estrada Borges de Medeiros: “Na estação invernososa transforma-se em verdadeiros sumidoiros, e isto há já alguns annos que vem se repetindo”. Essa situação acabava “acarretando esta difficuldade de transporte” e “como é natural, sérios prejuízos ao commercio, á industria e ao povo em geral”. Dessa forma, conforme o intendente municipal,

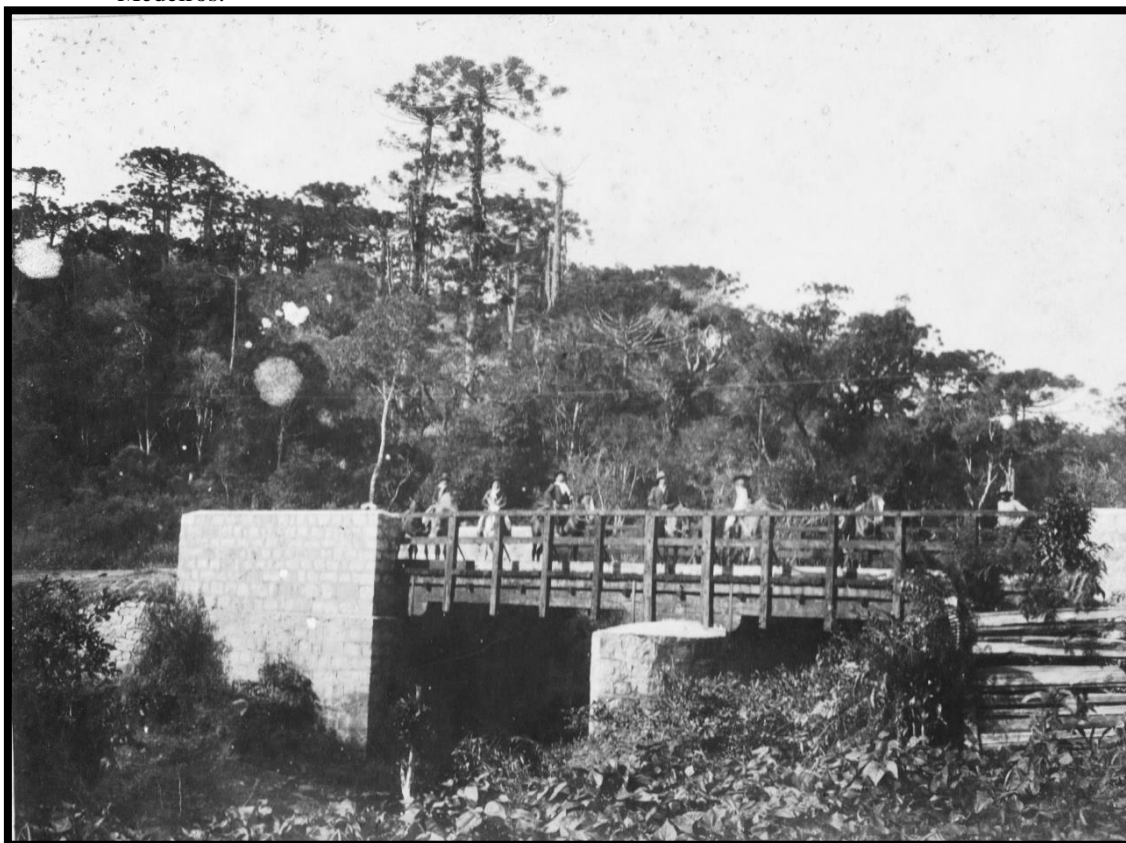
necessário se torna a tomada de providencias tendentes a modificar de uma vez a condição assas nociva da principal artéria deste município (Estrada Borges de Medeiros), causa única d’aquelles projuizos e, consequentemente, entrave opposto ao franco desdobramento do progresso regional.¹⁵⁹

Comprendemos que a mudança do regime político no Rio Grande do Sul, advindo do processo da proclamação do regime republicano no Brasil, implicou a substituição da precedente dinâmica política centrada nas ações de Gaspar Silveira Martins para um novo arranjo centralizado nas alianças que garantiam a existência dos regimes castilhista e borgista. De tal modo, o PRR evidenciou maior mobilidade para acolher os interesses da zona colonial e efetivou uma ampliação social de sua base política, incorporando elementos do complexo colonial, em especial o italiano apenas chegado.

¹⁵⁸ AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Vespasiano R. Corrêa, ano de 1907, p. 4.

¹⁵⁹ Arquivo Histórico do Município de Guaporé. Relatório da Intendência de 1916, p.10. Intendente Coronel Agilberto Attilio Maia.

Figura 9 - Ponte construída pelo cel. Agilberto Atílio Maia sobre o arroio Barraca, na estrada Borges de Medeiros.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

Para aceitação da hegemonia do novo grupo no poder, era preciso que houvesse, senão um equilíbrio entre os poderes dos pecuaristas e dos demais setores sociais, ao menos uma atenção aos anseios que correspondiam por diferentes setores da economia e da sociedade. Assim, o PRR buscou, ao longo de sua trajetória política à frente da direção do Estado, realizar um desenvolvimento multilateral da economia do Rio Grande do Sul. Embora seja incontestável a afirmação de que a pecuária se conservou o setor economicamente predominante, tornava-se imperativo atender as reivindicações dos demais setores sociais e tomar providências para que fossem acolhidas.

Em relação à região de colonização italiana, em específico o município de Guaporé, a própria ênfase que o governo colocou na solução do problema dos transportes se enquadrou nessa visão: o assunto, se atendido, beneficiaria não apenas a produção e a economia regional e estadual, mas também corresponderia ao plano político uma solidificação da base de apoio do PRR e da estrutura de poder do Estado, pois atenderia

às constantes reivindicações das áreas coloniais por melhorias e manutenção das condições de transporte.¹⁶⁰

A preocupação com a abertura e manutenção da estrutura viária de Guaporé delineava-se como uma questão de primeira ordem para a administração municipal. Este assunto era constante nas missivas e compromissos contraídos entre o coronel e o poder político central. Conforme observamos na carta destinada a Borges de Medeiros em 20 de abril de 1915, o cel. Agilberto Attílio Maia ressaltou a “promessa de melhora dos caminhos vicinaes e estradas municipaes”, lembrando que se “realizada será mais um avanço que o município de Guaporé”.

Nessa convicção, pois, peço licença para lembrar a V. Exc. aquela promessa de melhora dos caminhos vicinaes e estradas municipaes, que, realizada será mais um avanço que o município de Guaporé dará na linha do progresso, em cuja historia mais uma vez será aureola do nome de V. Exc. escrita com afeição e maximo respeito.¹⁶¹

O cel. Thomaz José Pereira Júnior, em carta de 24 de março de 1908, solicitou a Borges de Medeiros melhoramentos na malha viária no município de Venâncio Aires. Ciente da necessidade de abertura e manutenção das estradas como meios fundamentais de mobilidade urbana e comercial, responsáveis pelo desenvolvimento socioeconômico regional, expõe também a relação dessas obras com a dinâmica de cooptação do elemento colonizador.

Solicito-vos novamente não esquecer de incluir no respectivo orçamento, os melhoramentos (boeiros, pontilhão e abertura de um trecho de estrada de rodagem) necessários nas linhas Theresinha, Isabel, Sapé e Tangerinas. Estes melhoramentos são necessários frente a palavra por mim hipotecada e o importante progresso do commercio, á industria e os colonos em geral.¹⁶²

Por mais de meio século, durante os primeiros anos do processo de ocupação das terras pela imigração e colonização, as estradas da região, em especial da colônia e posterior município de Guaporé, delineavam-se como caminhos íngremes, tortuosos e lamacentos, tornando-se, então, fator de primeira importância para o trânsito de

¹⁶⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: LANDO, Aldair Marli (Org.). RS: imigração e colonização. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 156-194.

¹⁶¹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MAIA, Agilberto Attílio. Carta. Guaporé, RS, 20/4/1915. 3 folhas. Documento 02460. Grifos nossos. Descritores: Obras Públicas, Municípios.

¹⁶² Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 24/03/1908. 2 folhas. Documento 10401.

indivíduos, escoamento da produção e, conseqüente, desenvolvimento socioeconômico. Assim, vinculando família, terra, produção e comércio, a malha viária delineava-se não apenas simplória dinâmica de mobilidade humana e material, mas essencialmente um elo que vinculava o colono e a colônia entre o trabalho, a terra e seus frutos, entre a produção, o comércio e o sustento da unidade produtiva. Representante da prosperidade, esse meio de transporte simbolizava a realização do sonho e do ideal do colono imigrado, ou seja, expressão da colheita e comercialização dos frutos e da propriedade da terra.

Destacamos que o coronel, ao garantir a estruturação e manutenção da malha viária, aplicava uma das mais ativas e eficientes formas de cooptação dos imigrantes e seus descendentes utilizados pelos poderes locais em Guaporé e na região de colonização italiana como um todo. O coronel, ao garantir o desenvolvimento e a conservação das “picadas”, dos caminhos vicinais e das estradas principais, habilmente cooptava os colonos, pois estaria atendendo a uma de suas principais demandas: o trânsito de pessoas e de produtos.

O trânsito de carroças, carretilhas, aranhas, carroções e carretas interligava o trabalho do imigrante ao comerciante e o comerciante ao excedente da produção colonial. Ao inserir o colono no circuito comercial, concretizava a possibilidade de venda da produção excedente, a obtenção de capital, a liquidação da dívida e a propriedade da terra. Possibilitava o consumo de gêneros que não eram produzidos ou fabricados na unidade colonial familiar. Permitia o acesso aos novos mercados e à expansão da produção e áreas cultivadas. Promovia a cultura de novos gêneros e o intercâmbio de técnicas. Alargava o horizonte cultural e tecnológico do colono imigrante.

A cooptação exercida pela abertura e manutenção da malha viária estava ancorada diretamente ao *ethos* do colono italiano. Para ele, a religião e o trabalho eram vitais, tanto como valores morais como atividades econômicas. A possibilidade de mercantilizar os frutos da terra e do trabalho e, conseqüentemente, da propriedade da terra, a prosperidade material e social estavam diretamente interligados ao fator transitabilidade da estrada. O coronel, ao proporcionar o ir e vir dos indivíduos e produtos, atendia a um dos mais capitais anseios e necessidades dos imigrantes, desenvolvendo intensamente seu prestígio, sua influência e seus laços de lealdade e compromisso.

A importância conferida à constituição e conservação das estradas no sistema estrutural de transportes da região de colonização italiana se justificava, pois proporcionava aos coronéis e intendentes três benefícios fundamentais para sua performance, além do inequívoco progresso econômico e social proporcionados pelo

desenvolvimento de uma eficiente estrutura de transportes, os investimentos na área viária atuavam como hábeis ferramentas de cooptação de eleitores ao atender as constantes demandas dos imigrantes e seus descendentes pela melhoria das estradas que possibilitassem o rápido e barato escoamento dos gêneros coloniais. Além disso, os benefícios das contratações dos colonos para a execução das referidas obras garantiam ao coronel a inclusão de novos elos à rede de compromissos estabelecida pelo poder local, pois proporcionava aos contratados uma fonte de renda extra, fundamental para o pagamento da dívida contraída no momento da aquisição do lote colonial ou na manutenção da saúde econômica do núcleo familiar, especialmente em momentos de crise da produção e comercialização dos gêneros coloniais, como nos anos 1906 e 1907 em que as plantações da região foram assoladas pelos gafanhotos.¹⁶³

Nesse contexto, em 26 de abril de 1903, foi inaugurada oficialmente a estrada de rodagem entre a sede da colônia de Guaporé e Encantado, atravessando as diversas linhas e distritos da região colonial, em particular Muçum e seu porto fluvial. Os trabalhadores, em geral colonos, utilizados na abertura dessa via, tiveram seus respectivos pagamentos descontados da dívida restante da compra do lote colonial. Nesse ano de 1903 foi iniciada a construção oficial da estrada que ligava a sede da colônia de Guaporé a Campo do Meio, contando com cerca de 70 km, destes, 50 encontravam-se na região já ocupada pela colonização.¹⁶⁴

¹⁶³ “Para debellar esta terrível praga, de accordo com o benemérito Governo do Estado, foram tomadas todas as necessárias providências; a invasão neste município foi extraordinária e foram bem poucas as linhas poupadas pelo terrível insecto. O serviço de extincção é feito com regularidade, tendo-se organizado turmas de trabalhadores, servindo sob a direcção dos inspectores seccionaes, em todos os pontos invadidos.” AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Vespasiano R. Corrêa, ano de 1907, p. 4; “Os gafanhotos invadiram todo o município, em maior quantidade nos districtos 1º, 2º 3º, o 4º soffreu menos. Furneci aos agricultores todo o material necessário para a extincção (chicotes de arame, aniagem, regadores, etc.). O resultado não podia ser melhor, a destruição dos insectos foi quase completa e foram defendidas quase todas as plantações de trigo, milho, etc. do município. Resultado deveraz diferente dos anos anterior.” AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Vespasiano R. Corrêa, ano de 1908, p. 18.

¹⁶⁴ KARAM, op. cit., p. 95-97.

Figura 10 - Imigrantes trabalhando na estrada Borges de Medeiros, que ligava a sede do município de Guaporé ao distrito de General Osório às margens do rio Taquari na década de 1900.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

Em 1904 foi iniciada a construção da estrada que ligava o agora emancipado município de Guaporé ao povoado Pulador, com a extensão de aproximadamente 20 km, atravessando uma região bastante povoada. A construção dessa via buscava alcançar, a partir de Pulador, a região de Soledade. No mesmo ano, Vespasiano Rodrigues Corrêa obteve do governo do estado uma verba de 61:211\$000 para a construção da estrada entre Santa Bárbara e Bento Gonçalves, bem como executar a manutenção da estrada entre Guaporé e Nova Bassano. Em outubro do mesmo ano recebeu a verba de 30:000\$000 para a construção da estrada entre o povoado de Conventos Vermelhos (atual Roca Sales) e o porto de Muçum, além da verba de 20:000\$000 para a abertura e manutenção da estrada que ligava Santa Tereza, no sul da colônia junto ao rio Taquari, até Garibaldi, uma vez que se tratava, até o momento, de um caminho vicinal.

Conforme descrito no relatório da Intendência de 1908, elaborado sob a administração do intendente engenheiro Lucano Conedera, o projeto da malha viária do município de Guaporé apenas se concretizou “graças ao auxílio do benemérito Governo do Estado, que facilitou aos colonos o pagamento dos lotes coloniais em serviço de estradas”, estando as obras “sob a direção do preclaro engenheiro Vespasiano Corrêa, dgmo. Chefe da extincta comissão de terras e colonização”, tornando, então, “este

município cortado em todas as direcções por bôas estradas de rodagem que contribuíram enormemente para o desenvolvimento rápido da agricultura, industria e commercio locais”.¹⁶⁵

Entre 1904 e 1905 foram empregados em trabalhos nas estradas, conforme determinação do Estado e do município, aproximadamente 1.200 imigrantes, recebendo, em média, 2\$500 réis por dia, parte desse valor era creditado na amortização do preço do lote.¹⁶⁶ Nos relatórios da Intendência mostram que essa prática era comum, pois, além de garantir a mão de obra necessária para a abertura e manutenção dos caminhos vicinaes e estradas, garantia uma fonte de renda para as famílias de colonos locais na dinâmica das práticas de cooptação empregadas pelo cel. Attílio Maia.

O município possui cerca de 700 kilometros de caminhos vicinaes, cuja conservação continúa a ser feita aproveitando o imposto de 6 dias de trabalho, fornecendo a intendência pólvora, estúpim e algumas ferramentas. O serviço é feito sob a immediata fiscalisação dos inspectores seccionaes. De conformidade com a vossa auctorisação os inspectores receberão a gratificação de 25\$000 réis, cada um, durante o tempo dos trabalhos.¹⁶⁷

Em relatório da Intendência de 1909 mostra que a dinâmica foi empregada na estruturação e manutenção de toda a malha viária estabelecida no município de Guaporé. As estradas Borges de Medeiros, Tiradentes, Pulador, 28 de Setembro, entre outros caminhos vicinaes advindos dessas, eram conservados mediante a prestação de seis dias de serviço pelos colonos, recebendo diária de 2\$000, empregando esse valor de réis 34:582\$000 em 17.291 dias de trabalho no respectivo ano.

Os caminhos vicinaes em todas as linhas do município e tambem grande parte das estradas de rodagem Tiradentes, Pulador, 28 de Setembro e diversos outros ramaes desta, foram conservados mediante o imposto de 6 dias de serviço, gastando-se a importância de réis 34:582\$000 em 17.291 dias, calculada a diária de 2\$000, de conformidade com as listas de trabalhadores apresentadas nesta intendência pelos respectivos inspectores seccionaes encarregados deste serviço.¹⁶⁸

A dinâmica que promovia a associação entre a necessidade da constituição e a conservação da estrutura de transportes, fundamental para o rápido e barato escoamento

¹⁶⁵ Arquivo Histórico do município de Guaporé. Relatório da Intendência de 1908, p. 17. Intendente Engenheiro Lucano Conedera.

¹⁶⁶ KARAM, op. cit., p. 142.

¹⁶⁷ Arquivo Histórico do município de Guaporé. Relatório da Intendência de 1910, p. 4. Intendente Engenheiro Lucano Conedera (grifos nossos).

¹⁶⁸ Arquivo Histórico do município de Guaporé. Relatório da Intendência de 1909, p. 3. Intendente Engenheiro Lucano Conedera (grifos nossos).

dos gêneros coloniais, necessidade imperativa do progresso econômico e social e a cooptação dos imigrantes e seus descendentes através da sua contratação para a execução das obras, proporcionou o desenvolvimento de uma eficiente malha viária no município de Guaporé. Em 1910, seis anos após a colônia tornar-se município, as extensões das estradas de rodagem da municipalidade alcançavam a extensão de 250 km, dos quais 49 eram conservados por zeladores pagos pelo governo do estado, trecho da estrada Borges de Medeiros do povoado de General Osório até a Vila, principal rota de escoamento da produção colonial em virtude das atividades portuárias estabelecidas no atual município de Muçum.¹⁶⁹ Por sua vez, a estrada Tiradentes, continuação da via Borges de Medeiros, atravessava toda a parte norte do município, partindo da Vila até Campo do Meio, no município de Passo Fundo. Essa estrada percorria 60 km, atravessando cerca de vinte linhas, sete das quais no 1º distrito e o restante no 2º,¹⁷⁰ todas completamente povoadas, havendo, por conseguinte, extraordinário movimento de carretas e de tropas.¹⁷¹

Na estruturação e manutenção de uma malha viária, o coronel responsável pela Intendência municipal cooptava os pequenos proprietários na medida em que possibilitava o acesso aos gêneros das colônias para os mercados consumidores. A conversão do excedente em capital era utilizado no pagamento e na concretização da posse da terra, na expansão da produção e das áreas cultivadas e na fortuna material. Isso explica os constantes investimentos de vultosas somas na abertura, manutenção e melhoramento das vias que cortavam o território do município.

[...] os mais importantes investimentos, no corrente exercício, foram: a construção de dous pontilhões na Linha 3 de Maio; um boeiro e concertos da ponte na Linha Marechal Deodoro, Estrada Tiradentes; construção de um pontilhão na Linha General Carneiro; concerto na decida do morro da Estrada 28 de Setembro; abertura de um trecho de estrada de rodagem na barra do Rio Guaporé, até o vão; conservação das ruas da Villa e povoado de General Osório.¹⁷²

¹⁶⁹ Arquivo Histórico do município de Guaporé. Relatório da Intendência de 1908, p. 17. Intendente Engenheiro Lucano Conedera.

¹⁷⁰ “1º districto Villa – Sede Administrativa, 2º districto São Luiz, 3º districto General Osório, 4º districto Vespasiano Corrêa, 5º districto Fifina Corrêa”. AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Atílio Maia, ano de 1913, p. 45-46.

¹⁷¹ Arquivo Histórico do município de Guaporé. Relatório da Intendência de 1910, p. 1. Intendente Engenheiro Lucano Conedera.

¹⁷² Arquivo Histórico do município de Guaporé. Relatório da Intendência de 1908, p. 17. Intendente Engenheiro Lucano Conedera.

Figura 11 - Imigrantes trabalhando na abertura de estradas. Galpão às margens do rio Carreiro servindo de paragem aos imigrantes que trabalhavam na estrada 21 de Abril, em 1906.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

Delineando como fator capital na vinculação entre família, terra, produção e comércio, a malha viária se constituiu não apenas como simples meio de mobilidade, mas um elo de ligação entre o colono e a colônia, entre o trabalho, a terra e seus frutos, entre a produção, o comércio e o sustento da unidade produtiva. As “picadas” para o transporte dos colonos até suas colônias foram os primeiros vínculos entre os imigrantes e suas terras. Os caminhos vicinais, interligando os frutos dessas terras na medida em que por esses transitavam as produções das lavouras aos galpões, onde eram inicialmente armazenados, uniram o trabalho dos imigrantes aos comerciantes e os comerciantes aos excedentes de produção. As estradas inseriram os colonos nos círculos comerciais, apresentando as possibilidades de comercialização das produções excedentes, a obtenção de capitais e o consumo de gêneros que não eram produzidos ou fabricados nas unidades coloniais familiares.

A estruturação e manutenção de uma malha viária possibilitou o acesso aos novos mercados, a expansão da produção e das áreas cultivadas, promoveu a cultura de novos gêneros e o intercâmbio de técnicas, além de alargar o horizonte cultural e tecnológico do colono imigrante. O coronel, à frente da administração da Intendência municipal e em harmonia com o poder central estadual, ao garantir tanto a renda para o colono no trabalho

de estruturação quanto a manutenção da picada, do caminho vicinal e da estrada, garantia a própria existência e funcionalidade dessa estrutura viária, cooptava o apoio político do pequeno proprietário rural, pois contribuía para a dinâmica da produção, do escoamento e da comercialização dos frutos da terra. Afiançava a prosperidade do colono, pois a transitabilidade dos indivíduos e dos produtos simbolizava a realização do sonho e do ideal do colono imigrado, ou seja, a expressão de ser proprietário de terra, da colheita dos frutos, dos capitais advindos do comércio e da prosperidade material e social.

2.5 O coronel, o funcionário público e o eleitor: votos, cargos e clientelismo

Durante a República Velha no Rio Grande do Sul, em especial no governo de Borges de Medeiros, o município não era visto, essencialmente, como uma unidade política e administrativa voltada para observar as necessidades locais, mas como espaço onde as autoridades palacianas buscavam os votos necessários para a manutenção do rito eleitoral, com suas implicações simbólicas relativas à legitimidade do governo e do continuísmo borgista. Nesse sentido não interessava à autoridade estadual o desenvolvimento do município econômica e socialmente fortes e autônomos, mas interessava, sim, fortalecer os poderes locais através das figuras dos coronéis, comprometidos com as políticas eleitoreiras do PRR. O poder palaciano, promovendo e cristalizando o poder local por meio dos coronéis encarregados de intermediar a política, estabelecia um elo de compromisso.¹⁷³

O coronelismo não se delineou única e simplesmente como extensão do poder privado, mas como reconhecimento da autoridade de alguns mandatários pelo beneplácito do governo. Os coronéis, por influência de prestígio pessoal junto ao governo estadual, conquistavam tanto a realização de obras de utilidade pública, seja de infraestrutura rodoviária, seja de educação, saúde e bem-estar etc. quanto de indicação e nomeação de indivíduos para os cargos que formavam a estrutura estatal. Dessa maneira ampliavam e concretizavam seu prestígio e sua liderança frente aos seus eleitorados, inteiramente mobilizados durante os ritos eleitorais, quando o prestígio pessoal hipotecado junto ao governo estadual era pago através dos votos aos candidatos indicados pelos coronéis. Essa

¹⁷³ COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupef, 1996. p. 17-19.

dinâmica de barganha político-eleitoral, conceituada como clientelismo, tornou-se uma das principais práticas de cooptação empregadas para o sustentáculo do coronelismo.

Segundo José Murilo de Carvalho, entende-se por clientelismo

[...] um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.¹⁷⁴

O clientelismo se caracteriza essencialmente pelo caráter paternalista e personalista. As relações são estabelecidas de maneira eminentemente pessoal, vinculando padrinho e apadrinhado, onde o interesse público é comprometido em favor da distribuição dos cargos para atender aos interesses privados, privilegiando eleitores que em troca de sua inserção na rede de compromissos do coronel são alçados a cargos públicos municipais, estaduais e, até mesmo, federais.¹⁷⁵

As correspondências passivas de Borges de Medeiros e dos coronéis eram vastamente dominadas por pedidos de benefícios, especialmente de nomeações para cargos na estrutura pública. O pedido, a intermediação, a recomendação, a petição, o pistolão, o apadrinhamento e a proteção eram constantes nas missivas de solicitação de contratos, subsídios, garantias de crédito, empreitadas e em especial de empregos.

A concessão de cargos públicos pela prática do clientelismo permeou as relações políticas tanto em Guaporé como em toda a região de colonização italiana durante as três primeiras décadas do século XX. Os coronéis, articulados por Borges de Medeiros, controlavam as distribuições das funções públicas afiançando uma influente ferramenta de expansão do prestígio e da rede de compromissos coronelista.

¹⁷⁴ O clientelismo perpassa toda a história política do país. Contudo, sua trajetória é diferente da do primeiro. É possível afirmar que na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, também pode variar sensivelmente, aumentando ou diminuindo, ao longo da história do Brasil. Os autores que veem o coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. Neste caso, as relações clientelísticas exoneram a presença do coronel, ocorrendo diretamente entre os agentes do governo, ou políticos, e setores carentes da população. Podemos exemplificar na forma de deputados trocarem votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir o Poder Executivo. Nesse contexto, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que aumenta com o decréscimo do mandonismo coronelista. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para eles a relação clientelística. CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*. [on-line]. 1997, v. 40, n. 2 [cited 5 February 2004]. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext> Acesso em: 24 abr. 2017.

¹⁷⁵ LUZ, Alex Faverezani; SANTIN, Janaina Rigo. As disputas pelo poder local no Brasil durante o regime coronelista e a reorganização do Estado. *Jurisvox*, Patos de Minas, v. 1, n. 11, p. 7-19, nov. 2010.

O estado era permeado de relações de dependência e reciprocidade cujo objetivo era manter uma rede de vínculos privados que passavam pelo uso de recursos públicos em benefício dos próprios políticos e de seus clientes.¹⁷⁶ Em relação ao clientelismo, Eliane Colussi ressalta:

Sobre o sistema político de clientela, cabe destacar, também, que houve variações na sua estrutura, dependendo da importância econômica e do poder político concedido pelo governo central a determinadas regiões. Entre as características originárias do clientelismo, podemos citar a desqualificação dos funcionários públicos das várias esferas do poder. Como, no Brasil daquela época, as formas de ascensão social eram bastante limitadas, a política transformou-se num meio seguro de sobrevivência para alguns setores da população.¹⁷⁷

Os coronéis, promotores desses laços clientelistas, delineavam-se como personalidades sociais, dotadas de prestígio e liderança, absolutamente respeitadas e reconhecidas pela população local. Eram, muitas vezes, vistos na condição de “santos milagrosos” em razão de suas relações com o poder central palaciano e capacidade de intermediação de favores e cargos para os requerentes. Podemos compreender que o clientelismo praticado pelos coronéis nada mais era do que um desvirtuamento do devido cumprimento do dever legal instituído pela Constituição federal, das administrações das intendências e do governo estadual em promover políticas públicas e provimento dos cargos da burocracia estatal voltadas ao interesse e benefício público.

A partir da análise do clientelismo, podemos concluir que as práticas que familiares e especialmente indicados políticos eram conduzidos em cargos públicos sem o menor critério, muitas dessas nomeações eram de pessoas visivelmente desqualificadas e sequer tinham o mínimo conhecimento das funções a exercerem, certamente ocasionavam um atraso no desenvolvimento social, pois, se a estrutura de serviço público não atuava corretamente, a questão social era drasticamente prejudicada.¹⁷⁸

No transcorrer da República Velha, os municípios dispunham de uma dotação orçamentária insuficiente para as necessidades municipais, a qual comprometia o pagamento do funcionalismo e até mesmo a concretização de pequenas obras públicas.¹⁷⁹

¹⁷⁶ ROCHA, Dorothy. Clientelismo na gestão da escola pública de Mato Grosso do Sul. *Intermedio* – Revista do Mestrado em Educação UFMS, v. 2, n. 11, p. 30-34, nov. 2009.

¹⁷⁷ COLUSSI, op. cit., p. 21-22.

¹⁷⁸ LUZ; SANTIN, op. cit., p. 12-14.

¹⁷⁹ “Exmo. Sr. Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros. Relevae tomarmos a liberdade de vos dirigir estas linhas. Retirando-nos da capital, deixamos de apresentar-vos nossas despedidas pelo receio de nos tornarmos importunos e de roubarmos vosso precioso tempo. Consultados sobre a despeza de vencimentos de Juiz e de Delegado, cumpre-vossi cientificar a V. Ex. que esse encargo

Essa condição comprova que no momento em que o poder estadual borgista concedia verbas para a nomeação de funcionários e execução de obras colaborava com o fortalecimento do poder privado do coronel local, assim como tonificava seu prestígio e sua rede de compromissos. Isso se refere especialmente aos cargos públicos, como juiz de distrito, juiz de comarca, delegado e subdelegado, professor, notariado, coletor de impostos, entre outros cargos concebidos para a distribuição e benefício dos agregados da rede de compromissos do coronel.

O ciclo de dominação clientelista demonstrava ser um processo que se retroalimentava. A indicação para os cargos de maior valor econômico e mais cobiçados socialmente ampliavam a autoridade do coronel pelo simples fato de promover a articulação da nomeação já dilatava seu prestígio e angariava clientes para sua proteção e rede de compromissos. A busca pela indicação de cargos e a disputa eleitoral formavam dois lados de um único processo: a ampliação da clientela. Assegurar indicações resultava em seguidores leais que demonstravam fidelidade, votando conforme lhes orientava o coronel. Por sua vez, a vitória eleitoral comprovava sua autoridade e seu prestígio local, o que lhe garantia o fortalecimento dos laços com a esfera estadual de poder e ajudava a lhe garantir nomeações públicas.¹⁸⁰

A mística do governo positivista de Borges de Medeiros encobria as formas de cooptação clientelista que de forma geral funcionavam com base em critério pessoal: juízes, promotores, delegados, subdelegados, professores, administradores e até mesmo carcereiros dependiam do beneplácito do governo para sua nomeação, permanência e ascensão na carreira pública.¹⁸¹ O elevado número de solicitações e comprometimentos constituiu-se no fator crucial para a compreensão de que o clientelismo era um elemento comum e também essencial no exercício do poder dos coronéis da região de colonização italiana, esperado pelos pedintes beneficiados, acolhido pelos poderosos que o exerciam.

poder ser tornado pelo município no primeiro ano de sua criação. O povo d'aqui quer melhoramentos materiais, mas estes só podem ser iniciados com regularidade alguns meses depois da criação do município. Assim a renda deste ano ficando toda aqui, dará sufficientemente para a despesa dos vencimentos do Juiz e do Delegado. Se as nomeações recaírem em pessoas do lugar, provavelmente desistirão dos vencimentos nos primeiros tempos. Somos imensamente gratos a V. Ex. pelo benévolo acolhimento que nos dispensou [...]. Vosso humilde servidor, Innocencio Miller". Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MILLER, Innocencio de Mattos. Carta. Antonio Prado, 17/8/1901. 2 folhas. Documento 00142. Descritores: Municípios, Política Regional, Justiça.

¹⁸⁰ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 127-135.

¹⁸¹ CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1979. P. 270-271.

Pleiteantes ao funcionalismo público ou funcionários que buscavam a ascensão na hierarquia burocrática estavam muito bem cientes acerca das disponibilidades e aberturas de vagas atuais ou futuras.¹⁸² Sabia-se quando alguém pretendia se aposentar, ser transferido, quando alguém estava doente e teria que ser substituído ou removido de seu posto, abrindo a vaga para os pretendentes. Algumas solicitações recomendavam alterações complicadas, ajustando transferências e exonerações para que no fim ocorresse a nomeação para a vaga ambicionada. Buscavam a criação de novos cargos para a indicação de indivíduos integrados à rede de compromissos do coronel através de laços clientelistas.¹⁸³

É importante destacar a dinâmica exercida entre o poder local coronelista e os bacharéis alçados a colocações públicas através das práticas clientelistas. Se os bacharéis necessitavam do prestígio e da influência dos coronéis para serem conduzidos e mantidos nos cargos públicos, os coronéis, por sua vez, utilizavam-se dos bacharéis doutores pelo poder da inteligência e da cultura, pelo prestígio simbólico da palavra autorizada na formação acadêmica ou por serviços prestados na educação, advocacia e medicina às famílias ricas ou às massas mais pobres. Nesse sentido, numa relação de simbiose, o coronel entrava com a influência e o prestígio pessoal, com dinheiro e tradição, e o bacharel, a este entrelaçado pelos laços clientelísticos e da rede de compromissos, com a manipulação da máquina pública, da complexa legislação, incumbindo-se das campanhas jornalísticas, da oratória e dos discursos nas ocasiões solenes, do alistamento eleitoral,

¹⁸² “Exmo. Snr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros. Cumprimento-vos respeitosamente. O Snr. Salathiel Pires de Araujo telegraphista ex-estadual nesta Villa pede o meu intermédio junto a V. Ex. a favor de sua pretensão ao cargo de Juiz Distrital de Lagoa Vermelha, que, segundo o pretendente me informa vagará em 16 do corrente. O Snr. Salathiel informa-me que o Intendente está de pleno accordo e aceitará com satisfação a sua conducção ao cargo. O nosso amigo e Correligionário Salathiel é pessoa merecedora possuindo qualidades e habilitações que o recommendam, tendo aqui procedido rectamente. Pretendendo elle com a presente oportunidade melhorar de condição, não me oponho a sua pretensão que considero justa, e o recommendo com interesse a vossa valiosa proteçãõ. Att. Am. E corr. Innocencio de Mattos Miller”. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MILLER, Innocencio de Mattos. Carta. Antonio Prado, RS, 3/1/1916. 2 folhas. Documento 00158. Descritores: Política Regional, Funcionalismo, Justiça.

¹⁸³ “Exm Sr. Dr. Borges de Medeiros. Cumprimento a V. Ex. desejando que gozes perfeita saude. Não existindo o cargo de fiscal dos impostos federaes neste município, peço-vos intercederes perante o Delegado Fiscal para propôr a criação do mesmo, e, tomo a liberdade de indicar o nome do cidadão Ignacio José dos Santos residente nesta Villa para ser o nomeado pois julgo que o portador desta e meu candidato esta nos casos de bem desempenhal-o. Aguardo vossas ordens e como sempre subscrevo-me Amigo e attencioso correligionário Innocencio de Matos Miller”. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MILLER, Innocencio de Mattos. Carta. Antonio Prado, 19/6/1903. 2 folhas. Documento 00145. Descritores: Municípios, Política Regional, Justiça.

dos procedimentos da votação, da apuração e das atas, dos recursos eleitorais simbólicos e dos debates da vereança quando havia oposição.¹⁸⁴

Observamos a inexistência da linha que difere o espaço público do privado. O indivíduo que procurava a indicação para o cargo público era visto como um cidadão colocado sob a proteção do coronel, isto é, recebia a indicação para uma posição ou atendimento de solicitação para um serviço público em permuta do apoio político a um sujeito privado. Assim, laços entre coronel e funcionário apadrinhado na estrutura clientelista eram de fidelidade e compromisso pessoal em contraposição à estrutura burocrática, onde a competência técnica era critério de seleção, avaliação e promoção. A administração pública era vista como uma questão puramente privada e pessoal, não uma administração pública. Finalmente, o senhor patrimonial não fazia distinção entre a esfera do público e do privado. Como bem explica Erni Seibel, essa condição significava concretamente o não reconhecimento das instituições da sociedade civil, bem como a destruição ou o impedimento da esfera democrática dos direitos civis, sociais e políticos das garantias à cidadania.¹⁸⁵

A imensa maioria das solicitações orbitavam a nomeação para cargos públicos, para si, para os filhos ou parentes, amigos e protegidos.¹⁸⁶ Alguns solicitam também pequenos serviços prestados pela intendência, algum auxílio, alguma ajuda de custo, pecúlio, doação, empréstimo ou intermediações. Por sua vez, os funcionários que já ocupavam funções no Estado, solicitavam com veemência novas nomeações, promoções, gratificações, ajudas de custo, aumento de vencimentos, permutas com outros funcionários, licenças, dispensas, transferências e aposentadorias. As nomeações e transferências eram particularmente importantes para notariados em busca de jurisdições mais lucrativas.¹⁸⁷

¹⁸⁴ LEAL, op. cit., p. 22.

¹⁸⁵ SEIBEL, Erni José. Cultura política, ética e gestão política. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XVIII. *Anais...* Curitiba, 1994. v. 2.

¹⁸⁶ “Ex. Amigo Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros. Em meu telegrama de 15 do mez p.p. pedi a V. Exa. a permanência do nosso amigo Snr. Alonso Lautert no cargo de Fiscal da Colectoria desta Villa. Hoje venho novamente pernte V. Exa. interessar-me pelo referido moço, vosso distincto companheiro o qual por cerca de três annos exerceu o cargo de Guardda da mesma Colectoria com muito zelo e dedicação pelo que julgo-o merecedor da vossa valiosa proteção. Sou de V. Exa. Attº Amº e Corrº Innocencio de Mattos Miller”. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MILLER, Innocencio de Mattos. Carta. Antonio Prado, 15/4/1915. 2 folhas. Documento 00156. Descritores: Municípios, Política Regional, Justiça.

¹⁸⁷ “Exmo. Snr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros. Saudo affectivamente a V. Ex. Esta por fim consultar-vos quanto a uma pretensão. Querendo o actual Notario desistir do cargo, venho por intermédio desta ouvir a vossa opinião quanto a minha nomeação para o referido cargo. O motivo de minha pretensão e ser por demais exíguas os meus vencimentos como Intendente; dado a minha

Nas correspondências direcionadas a Borges de Medeiros, os coronéis da região de colonização italiana e os protegidos revelam muito mais que os simples pedidos. Nesse sentido, as justificativas utilizadas para fornecer embasamento às solicitações eram tão reveladoras quanto os próprios pedidos. Eram as justificativas que revelavam o prisma pelo qual os requerentes realizavam suas solicitações e a própria razão clientelista, isto é, os valores sociais dos pedintes e a visão de governo que sustentava moralmente os pedidos. A partir desse aspecto, as justificativas eram bastante variadas, assim como reveladoras das dinâmicas sociais e políticas que permeavam o clientelismo. Observamos também justificativas que abordavam a amizade e o parentesco.

Interessante exemplo vemos em Gabriel Backer, “por conveniências de ordem pessoal transferio sua residência para Venancio Ayres”, onde “continua humilde e sinceramente obedecendo vossas ordens que me fossem transmittidas, bem como as do vossos dignos representantes aqui Cel. Thomas Pereira”. Termina sua missiva solicitando ao presidente do Estado, “lembre de despojado e carente amigo para alguma colocação local”.¹⁸⁸

Relevante exemplo também observamos na missiva de Firmino Luiz Gomes de Abreu: “desejando aproveitar o ensejo que ora se apresenta de melhorar as precárias circunstancias de minha família” devido “a iniquidade de rendas em meu Cartorio”, solicita também a “valiosíssima proteção para um filho meu, Affonso de Abreu, no proximo concurso para provimento de aulas publicas ruraes neste município ou na de Caxias”. Por fim, termina sua solicitação convencido de que “não deixará V. Excia. de proteger a um funcionario que presa de ser fiel cumpridor de seus deveres”.¹⁸⁹

Notamos ainda solicitações que se justificam a partir da necessidade financeira devido à competência, experiência e antiguidade de serviços. Em relação às solicitações que se justificavam a partir da necessidade financeira, relevante exemplo pode ser encontrado nas palavras de Waldemar R. E. Nielsen, que remete carta de Guaporé a Porto Alegre em 14 de abril de 1906 clamando a Borges de Medeiros: “Salva-me Snr. Doutor

nomeação os serviços administrativos não soffreram porque não irei exercer o cargo e sim um ajudante. Aguardo de V. Ex. a solução que rogo ser com a possivel brevidade. Subscrevo-me com elevada estima. Attº Amº e corregº Innocencio de M. Miller”. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MILLER, Innocencio de Mattos. Carta. Antonio Prado, RS, 3/1/1915. 2 folhas. Documento 00155. Descritores: Política Regional, Funcionalismo, Justiça.

¹⁸⁸ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. BECKER, Gabriel. Carta. Antonio Prado, 19/8/1907. 2 folhas. Documento 00156. Descritores: Municípios, Política Regional.

¹⁸⁹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. ABREU, Firmino Luiz gomes de. Antonio Prado, RS, 25/5/1913. 2 folhas. Documento 00146. Descritores: Política Regional, Funcionalismo, Justiça.

Presidente do Estado, em nome do vosso amado Rio Grande”, pois “a miséria bate-me a porta” com todo o seu “cortejo de crueldade, forçando-me, assim, a vir abusar da vossa preciosíssima atenção e bondade, no sentido de socorrer-me antes que o desespero faça-me perder todo o instinto humano”. Nessas palavras era solicitado ao presidente do Estado “tão bom quanto o é, já teve a fina gentileza de prometer ajudar-me e é para isso que agora espero com fé que ficarei collocado em qualquer lugar para vossas benfeitoras mãos que abrigar-me-ão dos horrores da miséria”. Como agradecimento à proteção, assegurava ele “ser o vosso mais leal e grato servidor enquanto Deus conservar-me alento de vida neste mundo”.¹⁹⁰

O advogado José Michel de Barros Cobra solicita “vos o obsequio de tomando-me sob vossa proteção nomear-me, ou fazer com que eu o seja, Juiz Distrital de Bom Jesus ou de qualquer outro município do Estado, ou mesmo Promotor Público de qualquer comarca”, pois encontrava-se “pobre, encarregado de família e sem recursos de qualquer espécie”.¹⁹¹

O cel. Thomas Pereira, por sua vez, elucida: “torna-se insuficiente a remuneração de 300\$000” para o “serviço de escrivania do crime” de Venâncio Aires. Solicitando um aumento da remuneração do escrivão, argumenta que o “respectivo escrivão, pelo seu trabalho nos feitos em que decahe a justiça” e sendo ele “co-religionario ativo e fiel e experiente” toma a “liberdade de pedir-vos para, na distribuição das verbas, desse serviço, no proximo anno, contemple este termo com melhor dotação”.¹⁹²

No entanto, as principais justificativas orbitam a esfera política, sendo o cumprimento de promessas de campanha, prestação de serviços aos coronéis,¹⁹³ ao

¹⁹⁰ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. NIELSEN, Waldemar R. E. Carta. Guaporé, RS, 16/4/1906. 2 folhas. Documento 02460. Descritores: Sociedade, Assuntos Pessoais.

¹⁹¹ Arquivo Borges de Medeiros. COBRA, Jose Michel de Barros. Carta. Antonio Prado, RS, 11/12/1915. 1 folha. Documento 00159. Descritores: Política Regional, Partido Republicano.

¹⁹² Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 23/11/1904. 2 folhas. Documento 10395. Descritores: Política Regional, Justiça.

¹⁹³ “M. D. Presidente do Estado so um corigionario republicano filho do município de Caçapava que alidesjus de todos os enteresses pela Pulitica mutos annos com his maiores esforços entodos mutivos que me foram confiados pelos meus chefes, axo-me a dois annos residindo no município de venancio ayres já sem o mínimo recurso para manter uma nomerosa familia e estes dois anos que gasto com enfermidade de uma filha e um filho tem cido de ariamente minhas despesas com duenças já com compromicios sem puder saldar com meus credores receio que meus credorres tireme um pequeno recurso de produtos da agricultura que mesmo este não da para subgistencia de minha familia a situaçao que me siejo hobrigado a levar há impurtunar a S. Ex.. Pedido uma colocação de emprego publico o mesmo particular em coalquer município do estado que eu possa respirar que ainda tenho insperança de cer utele a Pulitica e minha familia será facele de Sr. Ex. tomar informação de meus serviços prestados no município de Caçapava pelo illustre Coel Balthasar de Bem junto a esta acompanha uma declaração do illustre Coel Coroliano Alves de Oliveira Castro jaesta muito in estado

Partido Republicano e serviços eleitorais, além das reparações de injustiças.¹⁹⁴ Arthur Cezar Burlamaque remete carta em 13 de julho de 1925 solicitando a “anexação do registro a meu cartório ou a nomeação de um filho meu”, protestando sobre seu merecimento já que prestara diversos serviços ao coronel e ao Partido Republicano de Guaporé, especialmente nas “vesperas do memorável pleito de 25 de Novembro de 1922”, onde “sem esmorecimento ou vacillações, em 25 dias, consoante reza no registro eleitoral 1.720 novos eleitores republicanos, trabalhando até tardias horas da noite”. Entre diversos outros serviços prestados, esclarece que na eleição para deputado federal em 1925 promoveu “embuchamento de cédulas” na mesa eleitoral do segundo distrito de São Luis de Casca, onde “funcionavam três fiscaes da opposição” e conseguindo, assim, “annular a mesa, unica naquelle município, onde a opposição a despeito da grande superioridade da votação, não apurou um só voto”. Mediante os seus “serviços ao partido e ao Estado” que prestou com “verdadeira dedicação e desprendimento”, solicitava ao cel. Agilberto Attílio Maia e a Borges de Medeiros “a apreciação dos factos e a solução que julgares de justiça”.¹⁹⁵

O cel. Thomas Pereira Júnior remete carta a Borges de Medeiros em 25 de novembro de 1906 com a intenção de “apresentar-vos o nosso co-religionário Antonio Fonseca”, tomando “a liberdade de recomendar-o, como republicano decidido que o é” para “Inspetor Florestal de uma das Zonas do Estado”.¹⁹⁶ Novamente o cel. Thomas Pereira intercede junto a Borges de Medeiros por “meu sobrinho Camillo de Paula Pereira”, que “vai a presença de V. Ex. impetrar uma collocação por ter ficado desempregado com a nova organização da fiscalisação das verbas Estaduaes, das quais

impuciveitado de cer apresentado a Sr. Ex. deixei de reformar por não deferir as firmas Deçacta Ex. desculpar os erros e as faltas de explicações. Como sempre correligionario atencio, Manuel Francisco de Oliveira”. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. OLIVEIRA, Manoel Francisco de. Carta. Antonio Prado, 7/4/1917. 2 folhas. Documento 00156. Descritores: Municípios, Política Regional, Funcionalismo.

¹⁹⁴ CARVALHO, José Murilo de. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados*. [on-line]. 2000, v. 43, n. 1. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-5258200000100003> Acesso em: 26 abr. 2017.

¹⁹⁵ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. BURLAMAQUE, Arthur César. Carta. Guaporé, RS, 13/7/1925. 6 folhas. Documento 02476. Descritores: Política Regional, Municípios, Eleições, Partido Republicano Rio-Grandense, Porto Alegre.

¹⁹⁶ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 25/11/1906. 2 folhas. Documento 10402. Descritores: Municípios, Justiça.

era fiscal”, argumentando que aceita “ser colocado em qualquer município do Estado. Como republicano convicto e ativo cabo eleitoral que o é solicito sua proteção”.¹⁹⁷

A análise dos pedidos feitos a Borges de Medeiros e aos coronéis da região de colonização italiana deixa claro alguns pontos. O primeiro que ressaltamos encontra-se na afirmação de que, a despeito do que muitos afirmam, houve coronelismo nessa região de colonização italiana, do qual o clientelismo delineou-se como uma das principais práticas de cooptação empregadas pelos coronéis na formação de sua rede de compromisso e na afirmação de seu poder, prestígio e influência. Tal qual nos parece ter acontecido nas práticas coronelistas que permearam a política brasileira durante o período da República Velha.

Um segundo ponto que nos mostra a correspondência analisada reside na inexistência da linha entre o público e o privado nas relações clientelistas. O patronato e o paternalismo hierárquico, profundamente enraizado na cultura e na sociedade brasileira, fora transferido para o campo político. O coronel tornava-se o patrono, o protetor, o pai. O pedinte tornava-se o cliente, o abrigado, o protegido. Os laços justificavam a proteção e a promessa de retribuição da proteção esperada, especialmente na órbita do político. O coronel de êxito era o que conseguia usar a razão clientelista como instrumento para exercer a razão de Estado.

Como terceiro ponto ressaltamos que o coronel era sempre alguém de reconhecida autoridade e prestígio, possuía, potencialmente, possibilidades de atender às demandas de sua clientela, sejam públicas, sejam privadas. Juízes, delegados, subdelegados, notariados, coletores, professores, entre outras funções, com o desmembramento e emancipação de jovens municípios da região de colonização italiana necessitavam do preenchimento de todos os cargos para a estruturação da burocracia estatal, o que dotou a prática coronelista de cooptação através da distribuição de prebendas e cargos públicos de relevos consideráveis.

Por fim, podemos, então, afirmar, sem maiores dúvidas, que o clientelismo do período coronelista sustenta agudas ligações com empreguismo e nepotismo, presentes na vida política contemporânea brasileira. São raízes e heranças que se mantêm profundamente emaranhadas na realidade social e na prática política vigente. Dos pequenos favores passando pelas indicações para funções públicas e culminando nas

¹⁹⁷ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 15/02/1915. 2 folhas. Documento 10412. Descritores: Municípios, Justiça.

concessões de gigantes obras, a utilização da máquina pública para benefícios privados e interesses eleitorais tem vinculado os gestores do Executivo e os membros do Legislativo aos eleitores, numa dinâmica de barganha entre favores particulares e apoio político.

2.6 O coronel e o comerciante: o horizonte político do imigrante e cooptação de lideranças locais

O cel. Achylles Taurino de Rezende, nascido em Rio Pardo, foi elevado ao cargo de intendente de São Sebastião do Caí por Carlos Barbosa Gonçalves, então presidente do estado, em 1908, conservando-se nesse até 1909. Transferido para Alfredo Chaves, tornou-se intendente do município entre 1909 e 1924. O político, poeta, jornalista e historiador, cel. Affonso Aurélio Porto, oriundo de Cachoeira do Sul, foi elevado à Intendência de Garibaldi em 1910, permanecendo até 1917. Em seguida, foi eleito intendente de Montenegro entre 1920 e 1924. Nascido em Santa Maria, o cel. José Penna de Moraes foi intendente de Caxias do Sul entre 1912 e 1924, Bento Gonçalves teve o coronel porto-alegrense Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior à frente da Intendência de 1892 a 1924. O passo-fundense cel. Innocencio de Mattos Muller foi intendente de Antônio Prado de 1899 a 1907 e de 1910 a 1922. O cel. Thomaz José Pereira Júnior foi eleito três vezes intendente de Venâncio Aires entre 1903 e 1916. Por fim, em Guaporé, o coronel cujas práticas de cooptação e coerção foram analisadas neste trabalho, o Agilberto Atílio Maia, oriundo de Jaguarão, foi intendente em dois períodos, de 1912 a 1924 e de 1929 até 1937.¹⁹⁸

Conforme se pode observar, a prática de elevar e conservar coronéis não ligados à estrutura econômica e social de poder local foi frequente e intensa nos municípios da região de colonização italiana. Nesse contexto compreendemos que as associações com os expoentes econômicos, sociais e religiosos locais foram fundamentais para a luta, a aquisição e o exercício do poder pelos coronéis, mandatários estranhos à região, mas que se eternizaram à frente das intendências coloniais.¹⁹⁹ Contexto esse que também nos fornece um indício do porquê de o cel. Agilberto Atílio Maia ter-se conservado à frente

¹⁹⁸ BIAVASCHI, op. cit., p. 14-15.

¹⁹⁹ GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ufrgs, 1991. p. 27.

da Intendência do município de Guaporé mesmo após o desmonte da estrutura de poder Borgista.

Iniciaremos ressaltando nossa compreensão de que, de forma alguma, todos os âmbitos do horizonte político delineavam-se acessíveis aos imigrantes e seus descendentes durante o período castilhistaborgista da história do Rio Grande do Sul. Os altos degraus da política e das posições da hierarquia do PRR não eram acessíveis a esses indivíduos. Entretanto, também nos parecem falsas as afirmações de que os ítalo-brasileiros e os municípios da região de colonização italiana se caracterizavam como ingênuas massas de manobra e currais eleitorais ou que estavam única e exclusivamente preocupados com as questões de concretização de seus desejos e anseios econômicos e materiais.

O fato é que o controle político das colônias era de fundamental importância, pois caracterizando-se como áreas cujo processo de ocupação das terras ocorreu através de pequenas propriedades, tornando-as áreas de relevante concentração populacional e, portanto, um significativo colégio eleitoral, além de seu florescente desenvolvimento econômico.²⁰⁰ O coronelismo que se manifestou nessa região necessitou negociar com as nascentes lideranças econômicas, sociais e religiosas, ou seja, os coronéis da região de colonização italiana necessitavam negociar com os poderes locais, aliar-se ou, em muitos casos, submeter-se, em certas circunstâncias, a esses influentes indivíduos.

Em relação à origem dessas lideranças, cabe destacar que a população das colônias e seus consequentes municípios não eram homogêneas. Embora possamos argumentar que as distâncias sociais não formaram abismos, efeito de um regime de pequena propriedade familiar que constituía uma classe rural consideravelmente estável, o acúmulo de capital nas atividades comerciais e sua aplicação no âmbito agroindustrial renderam à região a formação de uma elite colonial.

Esse processo de cooptação e integração das lideranças locais pode ser compreendido quando analisamos o quadro da administração municipal de Guaporé entre 1913 e 1932, quando a política esteve fundamentalmente sob a direção do cel. Agilberto Attílio Maia.

Quadro 1 - Administrações municipais de 1913-1932.

Administração municipal 1913-1916		
Intendente	Cel. Agilberto Attílio Maia	Em 01/01/1912 foi eleito intendente para o período 1913-1916.

²⁰⁰ PERES, op. cit., p. 18.

Vice-intendente	Ernesto Francisco Bertaso	Nomeado por ato n° 15 de 25/03/1913.
Conselheiro	Dr. Júlio Campos	Eleito 01/11/1912 para o período 1913-1916.
Conselheiro	André Zilio	Idem.
Conselheiro	Francisco Menegatti	Idem.
Conselheiro	João Bergamini	Idem.
Conselheiro	Albino Busatto	Idem.
Conselheiro	Emilio Pandolfo	Idem.
Conselheiro	Pedro Guerra	Idem.

Administração municipal 1917-1920		
Intendente	Cel. Agilberto Attílio Maia	Em 01/01/1916 foi eleito intendente para o período 1917-1920.
Vice-intendente	Ernesto Francisco Bertaso	Nomeado por ato n° 2 de 14/02/1917.
Conselheiro	Primo Pandolfo	Eleito 01/11/1916 para o período 1917-1920.
Conselheiro	Aquiles Calefi	Idem.
Conselheiro	Augusto Martinelli	Idem.
Conselheiro	José Rotta	Idem.
Conselheiro	César Picolli	Idem.
Conselheiro	André Zilio	Idem.
Conselheiro	João Bergamini	Idem.

Administração municipal 1921-1924		
Intendente	Cel. Agilberto Attílio Maia	Em 01/01/1920 foi eleito intendente para o período 1921-1924.
Vice-intendente	Dr. Guido Donateli	Nomeado por ato n° 4 de 21/03/1921.
Conselheiro	Cornelio Menegotto	Eleito 01/11/1920 para o período 1921-1924.
Conselheiro	João Scipioni	Idem.
Conselheiro	Pelegriano Campetti	Idem.
Conselheiro	Primo Pandolfo	Idem.
Conselheiro	Pedro Soccol	Idem.
Conselheiro	André Zilio	Idem.
Conselheiro	João Bergamini	Idem.

Administração municipal 1929-1932		
Intendente	Cel. Agilberto Attílio Maia	Em 01/11/1928 foi eleito intendente para o período 1929-1932.
Vice-intendente	André Zilio	Idem.
Conselheiro	Alberto Morassutti	Idem.
Conselheiro	Ângelo Beltrame	Idem.
Conselheiro	Primo Pandolfo	Idem.
Conselheiro	Albino Busatto	Idem.
Conselheiro	Pedro Soccol	Idem.
Conselheiro	Antônio Zandavali	Idem.
Conselheiro	João Trucolo	Idem. ²⁰¹

O período administrativo de 1929-1932 foi interrompido em virtude da revolução de outubro de 1930, visto ter o Governo Provisório da República, por decreto n° 19.398, de 11 de novembro de 1930, dissolvido o Congresso Federal, assembleias estaduais, conselhos municipais e os mandatos de intendente extintos.²⁰²

²⁰¹ AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1932, p. 1.

²⁰² AHMG. Relatórios da Intendência do município de Guaporé. Intendente Agilberto Attílio Maia, ano de 1932, p. 1.

Primo Pandolfo figurou como conselheiro municipal em três momentos, de 1917 a 1920, de 1921 a 1924 e de 1929 a 1932. Pandolfo descendia de uma tradicional família de comerciantes instalados na sede de Guaporé. Filho de Emílio Pandolfo, Primo dedicava-se às atividades carreteiras e comerciais junto aos seus irmãos Segundo, Severo, José e Luis. A casa Pandolfo, gerenciada por Primo e instalada na esquina noroeste da praça da sede de Guaporé, delineava-se como a empresa mais ativa no ramo. Um entreposto de vinculação entre o produtor e a capital do estado Porto Alegre, distante e de difícil acesso, estabelecia o comércio e o escoamento do excedente colonial por meio de porto fluvial. Com quase uma dezena de carretas, transportava até o porto de Muçum especialmente banha, salames e derivados de suínos, retornando com gêneros comprados dos comerciantes instalados em Porto Alegre, especialmente sal, açúcar, e toda sorte de secos e molhados comercializados em sua venda. Os ternos de mulas eram famosos. Com a carroça atrelada a oito mulas e dois cavalos, chegava a transportar três toneladas em estradas de boa qualidade, levando de dois a três dias de Guaporé a Muçum, vencendo um curso de, aproximadamente, 40 km.

Homem dedicado aos negócios, Primo Pandolfo também idealizou e fundou um moinho adjacente à sua casa de comércio. Em 1937, o moinho foi vendido, tornando-se a Sanrig – Moinhos Rio-Grandenses. O moinho Sanrig tornou-se uma das maiores empresas do município nas décadas de 1940 e 1950, os viajantes chegavam a lotar os hotéis existente. O Sanrig, juntamente com a Maltaria, a Cantina Bergaminin e o Curtume Termignoni, movimentava a economia local e regional.

João Begamini foi conselheiro nos períodos de 1913 a 1916, 1917 a 1920 e 1921 a 1924, descendente de família de carreteiros e comerciantes da região de Guaporé. Seu pai morava em Santa Bárbara, dedicando-se às atividades comerciais na localidade, de onde os filhos Secondo e João aprenderam os ofícios de comerciantes e carreteiros. Mudando-se para Guaporé, os irmãos adquiriram um terreno de esquina em frente à praça, onde instalaram uma fábrica de licores e um comércio de secos e molhados. Com carroças próprias, transportavam produtos comprados pelo interior das linhas da colônia e os levavam a Montenegro, trazendo de lá outros gêneros vendidos em suas lojas.

Pedro Soccol foi conselheiro municipal entre 1921 e 1924 e 1929 e 1932, residia em Serafina Corrêa, antiga Linha Onze, distrito de Guaporé. Filho de Tereza Fontana e Miguel Soccol, família tradicional do agora emancipado município, dedicava-se à casa de comércio fundada pelo pai, principalmente na administração do Frigorífico Ideal Ltda., principal estabelecimento industrial serafinense.

Antônio Zandavalli, conselheiro de 1921 a 1924, residia no distrito de Dois Lajeados. Estabeleceu-se ali após comprar considerável porção de terra na colônia particular de Deodorópolis, pertencente ao desembargador Trajano Viriato de Medeiros, residente no Rio de Janeiro, representado por Pedro Castello Sacarello nas questões relativas à venda de terra. Inicialmente dedicou-se à extração e comercialização de madeiras, erva-mate e pinhão nas matas naturais ali existentes. Com o desenvolvimento econômico do distrito, passou a comercializar terras e produtos coloniais que adquiria dos produtores e revendia para as casas comerciais da capital.²⁰³

Para melhor compreensão da formação e relevo dessas lideranças, são necessárias algumas colocações sobre o processo de desenvolvimento econômico e social de Guaporé e da região de colonização italiana como um todo. A relação econômica e comercial de maior relevância nas primeiras décadas foi dos núcleos coloniais italianos, seguramente estabeleceu-se entre comerciantes e as unidades produtivas coloniais.

O comerciante da região colonial de Guaporé, com sensíveis variações em toda a região colonial italiana, delineava-se como um colono imigrante ou descendente ou, então, um representante do comércio ou da indústria nos mercados urbanos da região. Não obstante mencionar que muitos dos comerciantes das regiões coloniais italianas eram elementos locais de origem ou de descendência italiana, ao se instalarem nas sedes distritais ou linhas/travessões, eram os alimentadores dos centros comerciais regionais e estaduais, tornando-se, eles e suas famílias, os grandes comerciantes das cidades da região de colonização italiana.

Entretanto, o comerciante e a casa de comércio, a “venda”, ultrapassaram sua singular função de entreposto comercial para, então, agirem como engrenagens fundamentadas nos processos de desenvolvimento econômico e social na região colonial. A venda era o espaço por excelência na dinamização dos gêneros e das técnicas de produção. Os comerciantes, principalmente os maiores, de centros regionais mais dinâmicos, eram também os introdutores de inovações. Orientavam os colonos com quem comercializavam sobre as variações de gêneros a serem produzidos e as novas técnicas a serem adotadas, sempre agindo de acordo com os seus interesses financeiros, influenciando e orientando a produção colonial de acordo com a aceitação e com o preço desses gêneros nas casas comerciais de exportação e centros consumidores da capital, maximizando os seus ganhos sobre os produtos coloniais.

²⁰³ MAIA FILHO, Vicente. *Domingo em Guaporé*. Porto Alegre: Movimento, 1985.

Figura 12 - Casa de comércio, fábrica de licores e carreta da família Bergamini.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

O comerciante incentivava a diversificação produtiva dos colonos – sua não especialização na produção de apenas um gênero colonial – uma vez que este poderia, então, adquirir um conjunto mais variado de produtos a serem enviados para os centros consumidores. Além disso, o comerciante incentivava a produção de gêneros coloniais diversificados, pois pagava preços mais baixos por esses produtos já que os colonos se subsidiavam a produção desses gêneros de consumo/subsistência e também comercializáveis a custos baixos, além, é claro, do emprego do braço familiar que promovia o menor custo final do produto e, como consequência, do preço a ser pago.

A venda também se apresentava como o espaço para o estabelecimento e fortalecimento dos vínculos sociais, políticos e culturais. Recinto de sociabilidade, de negócios, de conchavos políticos, de lazer, de jogos nos finais de tarde e aos sábados. Delineava-se no ambiente da venda, por constituir-se como o ponto de intermediação de produtos locais, regionais, nacionais e importados, um centro difusor e mediador de inovações. Nesse ambiente os colonos, doravante espalhados por seus lotes coloniais, reuniam-se para tomar contato com novidades políticas da localidade, informações, novidades e orientações sobre os gêneros a serem produzidos e as novas técnicas a serem adotadas, vindas dos grandes centros urbanos. O comerciante, além de ser o agente de intermediação mercantil junto aos colonos, era indutor de alterações no sistema de produção, de trabalho, na introdução de tecnologias e novos produtos e, até mesmo, na organização funcional dos utensílios do lar.

Como a ligação entre o pequeno produtor rural e o mercado consumidor, surge a figura do pequeno comerciante e da casa de comércio com estabelecimentos que funcionavam como ponto de armazenagem, compra e venda de produtos, e, principalmente, como ponto de escoamento da produção devido à posse desse comerciante de um meio de transporte que deslocava a produção agrícola para as colônias centrais, recebendo, então, parte considerável do lucro sobre a venda desses produtos agrícolas. O pequeno produtor agrícola aceitava o pagamento da taxa de frete, já que não era interessante economicamente ele se ausentar de sua propriedade durante dias para escoar a sua pequena produção.

O comerciante e a casa de comércio acumulavam capitais não apenas ao explorar o armazenamento e o transporte dos gêneros agrícolas produzidos nas pequenas propriedades, mas também como ponto onde o produtor adquiria os gêneros que não produzia em sua propriedade e um estabelecimento financeiro. O comerciante estabelecia um sistema de conta corrente, controlando e obtendo ganhos sobre o pequeno produtor em dois âmbitos: em primeiro lugar, o crédito do pequeno produtor era depositado apenas quando realizado o escoamento e a venda da produção nos mercados consumidores, o que poderia acarretar um longo período de tempo, então, o produtor, ao receber o capital oriundo da comercialização de seus produtos, tinha sua capacidade de compra enfraquecida diante dos acréscimos constantes das mercadorias que adquiria na casa comercial; em segundo lugar, o comerciante controlava diretamente os preços dos gêneros agrícolas produzidos pelo pequeno produtor, podendo angariar altos lucros sobre

a comercialização, já que o pequeno produtor normalmente ficava ausente dos reais preços pelos seus produtos no mercado.

Na região de Guaporé, os comerciantes e as casas de comércio realizavam o escoamento da produção agrícola colonial para as grandes cidades, como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas e para os núcleos coloniais iniciais em Bento Gonçalves e Caxias do Sul. Essa dinâmica começava na casa de comércio, onde recebia os variados gêneros produzidos pelos colonos e armazenados a espera de compradores. Como agente de intermediação mercantil, o comerciante recebia os viajantes das grandes casas comerciais, dos mercados e indústrias dos centros consumidores e negociava os produtos armazenados. Não obstante é necessário mencionar que a “venda”, quando negociava os produtos coloniais, adquiria produtos manufaturados e industriais que não eram produzidos nas colônias, nos pequenos artesanatos e nas agroindústrias locais. Concluídas as transações, a casa de comércio expedia a mercancia através dos carreteiros. As casas de comércio de maior porte possuíam suas próprias carretas e carreteiros e os menores contratavam o frete de carreteiros independentes para o transporte das mercancias aos devidos destinos, em especial para o porto de Muçum, principal escoadouro da produção colonial de Guaporé.

Dessa forma, o comerciante conseguia um considerável acúmulo de capital devido ao quase monopólio exercido graças ao isolamento das propriedades rurais e das difíceis vias de acesso, além da dificuldade de ter os meios de transporte para escoar a produção. Assim, o comerciante adquiria meios para um maior acréscimo de capital ao explorar o frete sobre o excedente comercial de várias pequenas propriedades rurais, diversificando a aplicação dos capitais, dando início ao desenvolvimento agroindustrial através de matadouros, fábricas de derivados de suínos, vinícolas, moinhos, entre outras atividades de cunho agroindustrial. Essas atividades, por sua vez, promoviam o processo de urbanização das sedes dos municípios coloniais e o desenvolvimento de novas profissões e classes sociais diversas ao colono dedicado às atividades rurais, como operários e técnicos administrativos e produtivos especializados.

Dessa maneira, formava-se uma sociedade mais complexa e estratificada. Na base dessa sociedade, havia uma ampla camada instalada no âmbito rural, composta por imigrantes e seus descendentes dedicados à agricultura de policultura e de caráter familiar. Junto com os colonos, entretanto, no âmbito urbano, observamos um segmento de operários que continuaram ligados à atividade rural em tempo parcial, além de uma nascente classe operária composta por egressos do meio rural. Havia também imigrantes

que preferiam uma ocupação urbana paralela à do lote colonial em local distante. Notamos também a formação de uma camada média urbana de pequenos comerciantes, artesãos, profissionais liberais prestadores de serviços, como professores, médicos e advogados. Por fim, uma elite colonial formada pelos principais indivíduos ligados às atividades do comércio e da agroindústria com interesses, anseios econômicos e políticos.

Por meio do processo de desenvolvimento econômico, da dinamização social e da urbanização, observamos novos atores sociais distintos da figura do colono trabalhador da terra e dos agentes políticos administrativos vinculados à estrutura de governo castilhistaborgista que surgiram nos municípios do complexo colonial italiano. Imigrantes vinculados às casas de comércio, proprietários agroindustriais, bacharéis liberais, clérigos ligados à Igreja Católica e outros bem-sucedidos representantes da sociedade imigrante foram absorvidos e passaram a integrar o grupo hegemônico que dirigia a sociedade civil, no entanto, como sócios de segundo grau.

A integração desses indivíduos de influência econômica e social ligados à estrutura administrativa e à rede de compromissos do coronel local fortalecia e consagrava a hegemonia política da classe dirigente, pois agregava ao governo correligionários de exponencial influência junto ao eleitorado colonial e conferia legitimidade simbólica aos representantes políticos da sociedade – o ítalo-brasileiro representado pelo ítalo-brasileiro. Em barganha a essa integração, os interesses econômicos, políticos e sociais, individuais ou de classe desses expoentes deveriam ser considerados e, na medida do possível, atendidos pela liderança política regional, seja o coronel e intendente local, seja o presidente do estado. Conforme bem elucidada Félix, a cooptação se delineava como uma ação política realizada sem violência através do processo de absorção de novos elementos na liderança ou na estrutura partidária como meio de evitar ameaças à estabilidade ou à existência da organização e da dinâmica política local.²⁰⁴

O processo de cooptação e integração à estrutura política e partidária do PRR local garantia a atenuação do potencial desestabilizador contido nesses indivíduos em virtude da sua posição de influência junto à sociedade local. Conforme observamos no município de Guaporé, a integração desses elementos à política, mesmo que no âmbito local, delineou-se como uma necessidade para a manutenção do sistema estabelecido pelos coronéis do PRR nos municípios da região de colonização italiana.

²⁰⁴ FÉLIX, op. cit., p. 16.

Já com relação àqueles setores que permaneciam no âmbito rural, elementos estes que dizem respeito, na região de colonização italiana, a aqueles ligados as pequenas propriedades coloniais, mesmo que os desejos e anseios estivessem prioritariamente voltados para a concretização de seus objetivos econômicos e materiais, foram integrados ao jogo político através da manifestação de seu voto como peça de legitimação, estabilidade e continuísmo do poder estadual através das figuras locais do coronel. Avaliamos que a medida que o PRR, para continuar mantendo afastada do poder a outra parcela da classe dominante e manter-se à frente da política estadual, precisava do apoio de outros segmentos sociais, no caso, dos imigrantes e seus descendentes. A propriedade sobre os sufrágios, a integração de elementos de proeminência na sociedade local garantia o estabelecimento da face de legitimidade e aspecto de identificação para a administração municipal conduzida pelos coronéis intendentess, elementos estranhos e sem qualquer representatividade junto à sociedade colonial.

Destacamos que a integração desses elementos de origem imigrante à estrutura política partidária local não significava, necessariamente, a representatividade dos interesses desses pequenos proprietários junto à estrutura de mando local. Os representantes do Legislativo e Executivo local eram apenas simbólicos, pois, na verdade, perpetravam o jogo dos coronéis intendentess, e se houvesse algum interesse a defender, seria daqueles setores que estavam acumulando capital, como o comércio e a agroindústria.

Nesse sentido observamos, neste capítulo, que os coronéis intendentess da região de colonização italiana do Rio Grande do Sul empregaram, assim como os coronéis atuantes no restante do estado e do Brasil, amplas e fundamentais práticas de cooptação na formação de sua rede de compromissos e mobilização do eleitorado composto por imigrantes e seus descendentes. A particularidade das práticas de cooptação utilizadas pelos coronéis intendentess encontra-se na adaptação dessas práticas ao contexto econômico, político e cultural regional. Estranhos à região de colonização italiana, sem vínculos étnicos e desprovidos de estruturas de dominância ligadas à posse da terra, os coronéis buscaram moldar as práticas de cooptação aos anseios da população local, ou seja, por meio da abertura e manutenção de estradas, construção de pontilhões, auxílios para erradicação de pragas, indicação para as posições de juizes, delegados, subdelegados, notariados, coletores de impostos, estabelecimento de aulas públicas e nomeação para professores, financiamento dos pleitos e eleição dos elementos imigrantes economicamente ascendentes e todas as formas de distribuições de cargos públicos.

3 Práticas de intimidação, coerção e violência na dinâmica coronelista da região de colonização italiana do Rio Grande do Sul

O governo de Borges de Medeiros para manter sua legitimidade, estabilidade e continuidade necessitava de certa margem de reconhecimento junto ao eleitorado e legitimidade durante os pleitos. Para a sustentação simbólica do poder centralizado, sacerdotal e moderador exercido pelo presidente do estado e líder do PRR, essa margem deveria ser de uma superioridade absoluta, muito próxima do consenso. Dessa forma, poucos fatores mostravam-se igualmente alarmantes e dignos de preocupação como um alto índice de abstenção de eleitores ou, ainda pior, o sufrágio da oposição, sempre latente e esperando espaço para angariar terreno e florescer.

Nesse contexto, tanto para os coronéis ligados às intendências dos municípios da região de colonização italiana quanto para os coronéis do restante do estado e do país, mobilizando junto às urnas ou afastando dessas o maior número possível de eleitores, o coronel demonstrava o alcance de sua rede de compromissos ou capacidade de coerção. Dessa forma, as práticas de fraudes, compra de votos, intimidações e violências delineavam-se como fortes indicativos do alcance e da envergadura de um coronel.

Este capítulo dedica-se a analisar as práticas de coerção empregadas pelo cel. Agilberto Atílio Maia no município de Guaporé, que, junto com as práticas de cooptação, compõe o cerne desta tese. Buscamos realizar também, quando possível, paralelos com a ação de diversos coronéis nos municípios da região de colonização italiana adjacentes de Guaporé, com o intuito de demonstrar que essas práticas não representavam um caso *sui generis* do coronel em análise.

Compreendemos que a coerção é a prática utilizada no momento em que falha a cooptação, pois os desígnios do coronel são a lei, especialmente em relação aos pleitos, e esses deviam ser cumpridos. As práticas eram tanto empregadas na submissão de eleitores quanto contra indivíduos da oposição de coronéis adversários. Expomos continuamente nosso principal objetivo de fornecer estudos mais profundos e abrangentes sobre as relações entre coronéis e imigrantes através das práticas de cooptação e coerção empregadas pelos coronéis-intendentes nos municípios que compõem a região de colonização italiana, buscando expor como esses intendentes estranhos à região se eternizaram à frente da chefia desses municípios, contribuindo também para a

compreensão das relações os poderes locais e o poder central cristalizados na figura de Borges de Medeiros.

3.1 O coronel e o eleitor: a importância do voto e da eleição

Si a democracia basea-se na livre opinião d'aquelles que os regimens eleitoraes habilitam para os suffragios dos queas emanam os organs políticos governamentais, em parte alguma do mundo a democracia tem se realizado e se realisa tão perfeitamente como no Rio Grande do Sul, desde a instituição d'este em Estado autônomo.²⁰⁵

Conforme exposto na “Cópia da Acta da apuração geral da eleição de Intendente e Conselheiros municipais”,²⁰⁶ qualificaram-se e compareceram ao pleito para intendente do município de Guaporé em 1916 2.039 eleitores, verificando-se que a apuração das cédulas e da sua legalidade pelos conselheiros doutor Julio Alves de Campos e os senhores André Zilio, João Bergamini, Pedro Guerra e Emilio Pandolfo, “reeleito Intendente municipal para o quadriênio o Coronel Agilberto Attilio Maia por dois mil e trinta e nove votos”.²⁰⁷ Esse documento referente ao resultado do pleito transcorrido no município de Guaporé em 1916 é exemplo deveras ilustrativo da dinâmica de funcionamento e da importância simbólica do rito eleitoral nas práticas coronelistas da região de colonização italiana no Rio Grande do Sul.

Durante o período que compreende entre 1895, com o fim da Revolução Federalista, e 1930, com a Revolução de 30, a política no Rio Grande do Sul foi conduzida de forma hegemônica pelo único Partido Republicano Rio-Grandense, sendo muitas de suas lideranças eternizadas à frente da Presidência do estado e nas chefias de várias intendências municipais. A mesma situação é percebida quando analisamos a ocupação dos cargos públicos, onde correligionários do PRR dominaram, de modo próximo à plenitude, os postos do Judiciário, da Educação, da Polícia, do Tesouro, entre os demais espaços da burocracia estatal.

²⁰⁵ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 22 nov. 1907 - Arquivo 00272. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²⁰⁶ Acompanha ata da apuração da eleição de intendente e conselheiros municipais de Guaporé. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MAIA, Agilberto Atílio. Carta. Guaporé, RS, 24/11/1916. 2 folhas. Documento 02472. Descritores: Municípios, Executivo Municipal, Eleições.

²⁰⁷ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MAIA, Agilberto Atílio. Carta. Guaporé, RS, 24/11/1916. 2 folhas. Documento 02472. Acompanha ata da apuração da eleição de intendente e conselheiros municipais de Guaporé. Descritores: Municípios, Executivo Municipal, Eleições.

Na esfera da legitimidade, esse contexto era explicado e justificado por meio de um discurso que buscava na inspiração positivista manifestar no Rio Grande do Sul a real política democrática da subordinação inteligente dos indivíduos sociais a um Estado burocrático, administrado de forma hierarquizada por uma ditadura de cunho científico. Como arquétipo dessa circunstância, destacamos a Constituição de 14 de julho de 1891, que centralizou nas mãos do presidente do estado, chefe do poder Executivo, faculdades de cooptação e coerção dos poderes Judiciário e Legislativo, assim como das instâncias municipais do Executivo. Dessa forma, observamos o estabelecimento de um regime de força e coerção sob o manto de um estado institucional legítimo, representativo e científico.

O descrédito com o sistema representativo não se apresentava como uma particularidade da política das elites do Rio Grande do Sul, mas como uma cultura política²⁰⁸ das elites governantes nacionais. Em grande parte, elites da Primeira República, na sua percepção psicológica de mundo político, concebiam a prática política como um exercício de governo voluntário, realizado por indivíduos de comprovada competência, o que, ideologicamente, auxilia na compreensão da praticamente inexistente cessão ou circulação do poder na Primeira República, nos constantes convênios e pactos entre elites, na tênue linha entre o público e o privado do período e, por fim, na realidade da ínfima representatividade real de partidos políticos e dos processos eleitorais.²⁰⁹

No Rio Grande do Sul, esses fatores, aliados a uma fundamentação ideológica positivista, desencadearam um contexto exacerbado que beirava a defesa aberta de um modelo de estado autoritário. O estado castilhistaborgista, após ascender ao poder com o fim da Revolução Federalista, vestiu o manto de um governo de administradores qualificados tanto técnica e cientificamente quanto moralmente, ao passo que a oposição buscou trajar o regime de déspotas ditadores. Entretanto, apesar desse manto democrático, o regime político idealizado e materializado por Castilhos e Medeiros rejeitava a real participação política popular e a representatividade promovida pelos pleitos como modo de construção do campo político rio-grandense.²¹⁰

²⁰⁸ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política*. 9. ed. Brasília: UnB, 1995. v. 1. p. 306. Definição de *cultura política*.

²⁰⁹ PAIM, Antônio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998. p. 150-151.

²¹⁰ Ver ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da Revolução Rio-grandense de 1893*. Porto Alegre: [s. ed.], 1919; ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: [s. Ed.], 1922.

Essa tese era sustentada mediante a argumentação de que “si a democracia baseasse na livre opinião d’aquelles que os regimens eleitoraes habilitam para os suffragios dos queas emanam os organs políticos governamentais”, em “parte alguma do mundo a democracia tem se realizado e se realiza tão perfeitamente como no Rio Grande do Sul, desde a instituição d’este em Estado autônomo”.²¹¹ Contudo, segundo o ideal político castilhista-borgista, os estados que seguiam os mecanismos eleitorais da representatividade liberal acabavam por constituir a composição de seu governo com indivíduos sem os necessários conhecimentos da ciência política, fundamentais para o exercício de suas funções. O periódico *A Federação*, em 27 de maio de 1884, argumentava que “nos paizes que seguem um desenvolvimento normal, em que a opinião exerce o seu influxo natural, em que os partidos que fornecem o pessoal dirigente, vivem d’esse influxo”, os governos “se organisam arbitrariamente, sem atender a competência provada dos seus membros”.²¹² Segundo essa compreensão política, a estruturação de um estado deveria basear-se no governo de administradores qualificados tanto técnica e cientificamente quanto moralmente, pois “nos paizes em taes condições, os homens que fazem parte do governo são precisamente aquelles que tem atraz de si um passado que demonstra de uma maneira ou de outra a sua competência”, ou seja, “aquelles que merecem a confiança pública por seus trabalhos, aquelles que estudando as aspirações do paiz, indicam os meios de eliminar gradualmente os obstáculos a sua realização”.²¹³

Esse pensamento sustentava uma dinâmica política baseada no unipartidarismo e no mando unipessoal, um chefe possuidor da sùmula das aspirações sociais. O sistema representativo pluripartidário/partidário legava a consequente composição do governo por homens inaptos, desqualificados e incapazes, estruturando estados baseados no improvisado e na busca constante da manutenção do poder, sem o real interesse pela coisa pública. Argumentava-se que no Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul, a política encontrava-se “de todo adulterada e convertida em guerra de interesses partidários”; dessa forma, “homens que fazem parte do governo não são aquelles que mais aptos se tem revelado, aquelles que dispõem de maior tirocínio administrativo e que mais perto acompanham as mutações do espirito público”. Assim, “aquelles que o exercem o

²¹¹ A Federação, Porto Alegre, 22 de novembro de 1907. Ano 1907 - Arquivo 00272. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²¹² A Federação, Porto Alegre, 27 de maio de 1884. Ano 1884 - Arquivo 00121. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²¹³ A Federação, Porto Alegre, 27 de maio de 1884. Ano 1884 - Arquivo 00121. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

governo, não podendo, por falta de preparação prévia, encarar com firmeza as necessidades nacionais e aplicar os meios de facilitar-lhes gradualmente a satisfação, preocupam-se exclusivamente com isto: conservarem-se no poder”.²¹⁴ Por fim, “improvisam-se de um dia para outro ministérios” que “não contam no seu seio um só homem que possua a intuição e um verdadeiro diretor”, “que conheça com segurança as necessidades mais imperiosas do país, o que, por um longo passado de experiências, ofereça garantias para uma inteligente e proveitosa administração”.²¹⁵

Castilhos e Medeiros buscaram justificativas para a constituição de um governo que concentrava o poder de deliberação nas mãos do Executivo, esvaziando as funções dos poderes Legislativo e Judiciário, seguindo uma formação ideológica autoritária, hierárquica, unipartidária e unipessoal, com negação dos códigos da representação política em um período marcado pela recente proclamação da República. Essa perspectiva é compreensível dentro de uma classe dominante, interessada essencialmente na manutenção da ordem constituída. Com o intuito de cientificar esse governo, buscou-se fornecer credibilidade e legitimidade ao regime. Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros apoiaram-se em Augusto Comte, justificando ideologicamente o contexto onde o real interesse encontrava-se em estar a salvo tanto das forças de reação como da revolução.

Portanto, o estado castilhista-borgista buscava colocar-se acima das disputas políticas tão maléficas ao estado, à administração e à sociedade. O governo de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros sustentava as bandeiras da administração científica, austera, autônoma e estável, fatores essenciais para a consolidação da República.

O chefe do governo e também do partido constituía-se detentor da síntese dos anseios da coletividade, intérprete da vontade social, árbitro dos conflitos e materializador dos avanços econômicos e intelectuais da sociedade. O chefe do governo não deveria hipotecar suas faculdades em negociações partidárias e barganhas eleitorais, comprometendo sua competência de liderança e administração. Deveria o dirigente do estado permanecer acima de qualquer tipo de disputas políticas, partidárias e eleitorais.²¹⁶ As decisões do governo, por decifrem a síntese da vontade social, deveriam fazer sustentadas e correspondidas por um partido fortalecido, hierarquizado e homogêneo.

²¹⁴ A Federação, Porto Alegre, 27 de maio de 1884. Ano 1884 - Arquivo 00121. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²¹⁵ A Federação, Porto Alegre, 27 de maio de 1884. Ano 1884 - Arquivo 00121. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²¹⁶ AXT, Gunter. Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista. *Justiça & História*, Porto Alegre: Memorial do Judiciário; Departamento de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça do RS, v. 21, p. 175-216, 2001.

Assim, o presidente do estado não carecia a cada deliberação consultar suas bases partidárias, pois suas decisões estariam amparadas em seus atributos morais e científicos e seriam naturalmente amparadas pelo partido.

Com essa argumentação, Borges de Medeiros era apresentado como “a personificação maxima de operativas ideias residentes na massa do povo e que elle apparece, em dado instante, como a expressão defensiva deles”,²¹⁷ estando como verdadeiro estadista “á testa da communhão castilhistá, sem ambições, nem vaidades, pela propria força das cousas, como uma consequencia natural da sua capacidade directora, com a qual o partido tem crescido em força numerica e sustentado as suas tradições honrosas”,²¹⁸ o “guia avisado e prudente, que traça com pulso firme e previsão serena a directriz a seguir, em cada caso que se apresenta a discutir”.²¹⁹

Essa forma de fazer político, o unipartidarismo materializado no PRR delineava-se como a única construção partidária possível e aceitável. Estando esse partido identificado com o republicanismo, com o progresso e com os anseios sociais, a oposição era paisagem construída sobre o antirepublicanismo, sobre a manipulação, o duvidoso, o conflito, a subversão, a divisão, a anarquia, a estagnação, o atraso. Esses fatores se manifestavam nas eleições, justificando o descrédito no sistema representativo das eleições, ou se era republicano, dentro do partido, ou antirepublicano, em situação de oposição, ou ainda, de neutralidade partidária. Tais posições eram inimigas da república.²²⁰

E são estes snrs que se dão o pomposo tratamento de democratas, como si a democracia não exigisse, preliminar e fundamentalmente, a manifestação plena da soberania popular. Fique sabendo que no Rio Grande do Sul que não há democratas nem federalistas na opposição, mas uma fusão de elementos heterogeneos, sem lei e sem grei, que não trepidam em commeter toda a sorte de baixezas, quando conseguem qualquer porção de poder. A opposição faz constar que se abstem das urnas por falta de garantias, mas é a primeira a dar o exemplo do desrespeito aos direitos.²²¹

²¹⁷ A Federação, Porto Alegre, 08 de fevereiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00034. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²¹⁸ A Federação, Porto Alegre, 27 de maio de 1884. Ano 1884 - Arquivo 00121. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²¹⁹ A Federação, Porto Alegre, 1 de janeiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00014. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²²⁰ AXT, Gunter. Op. cit., p. 180-183.

²²¹ A Federação, Porto Alegre, 10 de janeiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00009. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015. Grifos nossos.

Ao que nos parece, antecipando as ideologias totalitárias da década de 1930,²²² o governo castilhistaborgista se apresentava avesso às eleições e aos mecanismos de participação de tradição liberal e representativa. Por meio desse discurso buscava a edificação de um partido fundamentado na unidade dos elementos internos e na unanimidade da aceitação externa. Não havia espaço para a fragmentação, nem a participação política fora da unanimidade do partido republicano. A unidade partidária propensa a uma política totalitária revelava sua face através do governante, inquestionável e onipotente, sustentado pelas suas qualidades técnicas e morais no limiar do símbolo de general em espírito de guerra.

A ordem perturbada no Estado e Borges de Medeiros não teve duvida em deixar a toda do magistrado pela farda do soldado, para ir defender no campo da lucta a construcção republicana. É esse o homem que volve á presidencia do Estado, eleito por uma votação brilhante que define seu restigio irrecusavel e deve communicar ao seu governo uma força moral de grande valia.²²³

Devido à estrutura partidária única,²²⁴ os problemas da representatividade, a envergadura das qualidades do chefe do governo,²²⁵ assim como seu prestígio e autoridade frente à sociedade, não havia necessidade, nem mesmo sentido, de o governante formular, apresentar e defender uma plataforma de governo frente aos governados. As esfinges que afligem a administração e o governo não caberiam à sociedade, intelectualmente incapazes de compreender e decompor as vicissitudes do âmbito político ou aos representantes eleitos através do maculado e deturpado jogo político.

²²² Ver o pensamento de Oliveira Vianna, Alberto Torres, Francisco Campos, Azevedo do Amaral etc. em LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977, p. 345-374; FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001; VIEIRA, Evaldo. *Oliveira Vianna & o Estado corporativo* (Um estudo sobre corporativismo e autoritarismo). São Paulo: Grijalbo, 1976.

²²³ A Federação, Porto Alegre, 25 de janeiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00022. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr, 2015.

²²⁴ “Dentro dessa disciplina, abrogado nesse pallio intangível do respeito ao programma de seu partido, tem o Rio Grande do Sul prosperado, collocando-se alheio ao movimento desorganizador, por que os mashorqueiros encontraram na cohesão de seus pro-homens e na solidez de suas ideas, uma muralha intransponível que nem de leve os permitteria collimar um desejo de ataque”. A Federação, Porto Alegre, 1 de janeiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00014. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²²⁵ “Julio de Castilhos, o grande homem de Estado, soube comprehender o momento historico que o seu paiz atravessava e a sua missão evangelizadora em prol dos ideaes democraticos, por isso imprimio um cunho duradouro a uma aggremação partidaria onde se escudassem os principios doutrinaros que prega, para que tivessem exacto cumprimento na pratica, o que a sciencia antes já proclamará como logico e positivo”. A Federação, Porto Alegre, 1º de janeiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00014. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em: 1º abr. 2015.

Organisa-se um ministério, quando uma série de graves problemas que affectam directamente a vida nacional, bate as portas da política, reclamando uma solução prompta. Os seus membros, que na maioria, não adquirem a sufficiente preparação para o governo, para o qual foram elevados inopinadamente, com surpresa sua e do publico, vem-se as tontas e não tem a sugestão da mais insignificante proposta.²²⁶

Materializando esse contexto, Júlio de Castilhos apresentava-se como o fundador da obra republicana e Borges de Medeiros o guardião, sucessor e continuador da obra do patriarca, o qual concretizou a administração científica unitária e estável. A política durante o período em que Castilhos e Medeiros estiveram à frente do Rio Grande do Sul delineou-se de forma extremamente mais intrincada do que idealizada por seus ideólogos, permeada por atritos e composições inerentes à atividade política. A sustentação do estado, assim como sua governabilidade, dependia diretamente da rede de compromissos que envolvia desde o presidente do estado, os poderes locais coronelistas, a burocracia estatal e o eleitorado. Manifestavam-se também constantes disputas por poder e influência entre as próprias estrelas que compunham a estrutura partidária do PRR, além de uma oposição viva e presente, mesmo após sua derrota nas armas da Revolução Federalista.²²⁷

Na realidade do campo político do Rio Grande do Sul e suas práticas, as diretrizes ideológicas e programáticas do positivismo castilhista-borgista não passavam de sementes lançadas entre as pedras, convindo apenas como retórica para explicar e legitimar os instrumentos de controle, compressão e intervenção presentes na Constituição de 1891. A figura do sacerdote palaciano, amparado pela envergadura moral e ética em posição de comando unipessoal de uma estrutura partidária dotada de uma ética doutrinária inabalável, disciplinada e homogênea, inteiramente envolvida com o projeto político e social, pautando um estado administrado sob os preceitos técnicos e científicos de forma alguma se concretizou, à exceção do imaginário das mentes que o conceberam.

O sufrágio e a eleição são como fatores de legitimação simbólica. O rito eleitoral forjava uma aliança e afiançava a legitimidade, a estabilidade e o continuísmo da Intendência municipal na Presidência estadual. Por menos democráticos ou transparentes e mais manipulados e maquiados, os ritos eleitorais durante a República Velha no Rio Grande do Sul foram os pilares de sustentação que eternizaram a Presidência de Borges de Medeiros e as intendências dos coronéis na região de colonização italiana.

²²⁶ CASTILHOS, Júlio. A Federação, Porto Alegre, 27 de maio de 1884. Ano 1884 - Arquivo 00121. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²²⁷ Teses propostas por AXT, Gunter. *Gênese do Estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. FÉLIX, op. cit.

A compreensão da importância do rito eleitoral possibilita o esclarecimento das constantes cobranças dos coronéis por parte de Borges de Medeiros sobre o resultado dos pleitos. Assim como justifica a devotada preocupação dos coronéis com o rito eleitoral, desde alistamento dos eleitores, passando pelo processo de sufrágio, até da apuração dos números e a confirmação dos resultados. Esse contexto pode ser compreendido nas constantes cobranças realizadas pelo poder central palaciano aos intendentess e coronéis sobre os resultados eleitorais.

Em 13 de março de 1926, o cel. Agilberto Attílio Maia remete carta a Borges de Medeiros com o “intuito de esclarecer os motivos que originaram a diferença por V. Excia. notada, na votação deste município, de 1º de março corrente” para o pleito de 1922. O coronel, além de argumentar que o eleitorado alistado no município não excedia à cifra de 2.222 indivíduos, ressaltava que um dos motivos da diferença encontrava-se no fato de “aquelles que se levantaram em opposição e que ainda não voltaram às fileiras do nosso partido, posto que demonstrem arrependimento da attitude que assumiram na eleição de 3 de maio de 1924”. O cel. Attílio Maia pondera também que “para a eleição de 1º de março de 1922, foram qualificados cerca de 1.500 eleitores novos que compareceram em massa às urnas”, e continua seu esclarecimento sobre a diferença do número de eleitores ressaltando que “á primeira vista parece que houve, neste município, uma grande abstenção do eleitorado”, mas em fato “isso não se deu, basta confrontar-se os resultados das eleições para intendente realisada a 1º de novembro de 1924 e para representante da Assembléa do Estado, cujos resultados foram de 1.324 e 1.324 votos, respectivamente”. Por fim, termina sua missiva ressaltando: “Cumpre-me assegurar a V. Excia. que tudo farei para que este município dê, nas eleições a se realisarem no proximo anno, a maior votação possível”.²²⁸

²²⁸ “Exmo. Sr. Dr. Borges de Medeiros. Porto Alegre. Respeitosos cumprimentos. Com o intuito de esclarecer os motivos que originaram a diferença por V. Excia. notada, na votação deste município, de 1º de março corrente, permitta, preliminarmente, dizer-lhe que o nosso eleitorado actual, não excede, a 2.222, estando incluído neste número, aquelles que se levantaram em opposição e que ainda não voltaram às fileiras do nosso partido, posto que demonstrem arrependimento da attitude que assumiram na eleição de 3 de maio de 1924. Devo ponderar tambem, que para a eleição de 1º de março de 1922, foram qualificados cerca de 1.500 eleitores novos que compareceram em massa às urnas. Á primeira vista parece que houve, neste município, uma grande abstenção do eleitorado, mas, em verdade isso não se deu, basta confrontar-se os resultados das eleições para intendente realisada a 1º de novembro de 1924 e para representante da Assembléa do Estado, cujos resultados foram de 1.324 e 1.324 votos, respectivamente. Como vê V. Excia., a diferença entre os três pleitos é insignificante. Por outro lado a propaganda não foi feita linha por linha e sómente na séde dos districtos, devido a carencia de tempo. Isto posto cumpre-me assegurar a V. Excia. que tudo farei para que este município dê, nas eleições a se realisarem no proximo anno, a maior votação possível. Sem outro objectivo, sou de V. Excia. Corrº e Amº Agilberto A. Maia”. Instituto Histórico e Geográfico do

O mesmo ocorreu com o intendente de Antônio Prado em extensa carta de 14 de março de 1926, ele procurava elucidar ao presidente do Estado a “diferença de 99 votos de 1922 para 1926”. Elencando diversos fatores para a ocorrência do fato, o intendente argumentava que “1922 a eleição realizou-se com títulos estaduais ao passo que nesta os ditos títulos eram federais”, “desnecessário torna-se dizer-vos que a lista dos primeiros era muito maior que a dos últimos”, salienta o processo de deslocamento populacional interno, delineando que “tem saído daqui, como de toda colônia italiana, em geral, um grande número de famílias com destino aos novos e florescentes núcleos colônias de Sta. Catharina e Paraná”. Esclarece também a falha na qualificação e alistamento de novos eleitores por parte de um “Collector Estadual o qual se encarregava deste serviço e pelo o qual parece-me ter demonstrado grande desinteresse”, entre outros fatores diversos, como o restrito número de habitantes do município, o analfabetismo da população.

O intendente também ressaltou na sua missiva que “não cabe em meu espírito uma demonstração fictícia de poder e que me impelle a apresentar positivamente tão só a realidade”, o que, desse modo, “contribue para uma menor numeração de votos, mas que vos permite sentir a realidade da situação no nosso município”. Por fim, fornece um panorama geral do PRR no município de Antônio Prado, observando que

[...] a situação de vosso Partido bastante boa. Nelle nem sequer suspeita-se a possibilidade de uma dissidência. E vossa Excia. sabe perfeitamente que em todos os lugares ambições não, com sentimentos primitivos e inferiores, dispostos a intrigas para das desavenças alheias colheres alguns fructos em detrimento de um ideal, de um bem estar colectivo. Aqui, por enquanto, a opinião publica mostra-se cohesa. Reina a calma, sinto-me satisfeito em poder fazer-vos taes afirmações. Resta agora ampliar-se o poder eleitoral do partido, pois seu poder moral parece-me solidamente estabelecido neste pequeno município. O apoio moral da, a dizer, bem, quase totalidade dos indivíduos de destaque e influencia do município levam-me a esta conclusão.²²⁹

Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MAIA, Agilberto Atílio. Carta. Guaporé, RS, 13/3/1926. 2 folhas. Documento 02477. Descritores: Partidos Políticos, Eleições.

²²⁹ “Antônio Prado 14-3-1926. Exmo. Snr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros. Chegou ao nosso poder vosso telegrama de congratulações pelo resultado da última eleição. Nelle percebo que ficastes tocado com a diferença de 99 votos de 1922 para 1926. Há effectivamente razão de chamardes a nossa atenção sobre este facto. Contudo levarei a vossa ponderação os seguintes factos: a) Em 1922 a eleição realizou-se com títulos Estaduaes ao passo que nesta os ditos títulos eram federaes. Desnecessário torna-se dizer-vos que a lista dos primeiros era muito maior que a dos últimos. b) Daquelle tempo para cá tem saído daqui, como de toda colônia italiana, em geral, um grande numero de famílias com destino aos novos e florescentes núcleos colônias de Sta. Catharina e Paraná pertencentes a diversas Emprezas Colonisadoras Rio-Grandenses. c) Perece-me ter havido abstenção mais ou menos natural em diversos municipios. Neste, na realidade, creio ter sido ella diminuta, pois haveram 478 votos authenticos para um maximo de 600 eleitores federaes dos quais alguns correligionários, acham-se ausentes. d) Votaram conosco, com nosso Partido os Snrs. Nasrciso Barison e Pedro Faccio influentes opposicionistas em 1922 e 1923. Igualmente veio declarar-se partidário com o vosso bloco de longos annos parlamentaristas. Julgo o acto destes senhores em forte apoio moral ao situacionismo local. e) Os 478 votos obtidos são todos authenticos, sem exepção, e

Essas contumazes cobranças e detalhadas explicações acerca dos resultados eleitorais tornam-se inteligíveis na medida em que analisamos o sistema político vigente no Rio Grande do Sul durante o período da República Velha.

Os coronéis sozinhos não dispunham de prestígio e poder o suficiente para manterem suas áreas de influência sem o auxílio da estrutura de Estado arquitetada e edificada pelo PRR. Assim como o chefe do partido e presidente do estado necessitava da ação dos coronéis para conservar sua hegemonia política por meio do controle dos sufrágios, mesmo que abertamente fraudulentos, no entanto, simbolicamente representativos para a legitimação do poder e do governo estabelecido. O processo eleitoral reivindicava seu espaço dentro de um sistema político cujo poder central não dispunha de faculdades infraestruturais suficientemente fortes e abrangentes para impor-se como totalitário, reclamando o fechamento completo do sistema.

Os constantes pleitos foram empregados para trajar de plenamente popular e democrata um governo com fortes linhas autoritárias, com uma preeminência do poder Executivo sobre os demais poderes, hostil à representação e à circulação política, e que,

dados sem relutância. Talvez outros municípios de maior eleitorado não tenham dado uma proporção tão favorável de votos reais. f) Houve realmente uma coisa a desejar, digo que deixou a desejar. Foi a qualificação. Esta foi nulla. Não por culpa da comissão, pois por elles foi deliberada o procedimento em maior escala possível da qualificação eleitoral, conforme acha-se documentado em acta valiosa da Comissão. A falta creio pertencer ao Collector Estadual o qual se encarregava deste serviço e pelo o qual parece-me ter demonstrado grande desinteresse. É evidente que tanto eu como outro qualquer membro da Comissão Executiva do Partido Republicano, todos homens de grandes affazeres, não podíamos directamente encarregarmos-nos deste trabalho, o qual foi conferido a direção de um funcionário que deveria ter, na qualidade de funcionário, desenvolvido interesse em prestar este auxilio a situação. Sobre este assumpto fallei ligeiramente ao V.F. Paim Filho dizendo-lhe que a vista do insucesso havido na qualificação iria ter sob minha acção directa um empregado destinado a este serviço o que de facto já o fiz, [...] este fim e o qual já deu andamento dos trabalhos, julgando eu que conseguiremos a qualificação affs de uns 150 novos eleitores. g) O analphabetismo deste município contribue tambem, numa certa medida, para a deficiência de eleitores. h) Si não me falha a memória a diferença de votação de 1922 para 1926 não attinge a cifra a que vos referes. i) Há tambem o facto que não cabe em meu espirito uma demonstração fictícia de poder e que me impelle a apresentar positivamente tão só a realidade, o que não resta duvida, contribue para uma menor numeração de votos, mas que vos permite sentir a realidade da situação no nosso município. Taes são as considerações que me acodem neste momento e que levo á vossa razão. Julgo a situação de vosso Partido bastante bôa. Nelle nem siquer suspeita-se a possibilidade de uma dissidência. E vossa Excia. sabe perfeitamente que em todos os lugares ambições hão, com sentimentos primitivos e inferiores, dispostos a intrigas para das desavenças alheias colheres alguns fructos em detrimento de um ideal, de um bem estar colectivo. Aqui, por enquanto, a opinião publica mostra-se cohesa. Reina a calma, sinto-me satisfeito em poder fazer-vos taes affirmações. Resta agora ampliar-se o poder eleitoral do partido, pois seu poder moral parece-me solidamente estabelecido neste pequeno município. O apoio moral da, a dizer, bem, quase totalidade dos indivíduos de destaque e influencia do município levam-me a esta conclusão”. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. HAMPE, Oswaldo. Carta. Antonio Prado, RS, 14/3/1926. 5 folhas. Documento 00162. Acompanha o documento de nº 00162. Descritores: Partidos Políticos, Municípios, Executivo Municipal, Partido Republicano Rio-Grandense.

embora cultivando declarações libertárias, democráticas e republicanas, afirmando constantemente a necessidade de todas as garantias individuais e de todas as prerrogativas da cidadania, manipulava e fraudava o capital livre-arbítrio do voto e negava representação às minorias.²³⁰

Na eleição para presidente do estado de 1907, as palavras contidas no jornal *A Federação*, de 22 e 23 de novembro, são ilustrativas desse contexto. A matéria de capa destaca que o Rio Grande do Sul “offerecerá mais um documento brilhantíssimo de sua cultura cívica, do rigoroso regimen da máxima liberdade política, sem entraves de qualquer natureza, apresentando as urnas a massa eleitoral consciente da livre escolha a realizar”.²³¹

O periódico destaque ainda que no pleito

[...] a realizar-se mais uma prova authentica de que a verdade dos suffragios populares, o livre exercício de voto, a plena liberdade de opinião existam aqui, no Rio Grande do Sul republicano, sem recearem cotejo com o que de mais aprimorado possa haver nos centros da máxima civilização hojierna, mais sim podendo oferecer o typo mais completo de liberdade política e respectivas garantias em tudo quanto humanamente essa liberdade pode ser reduzida a pratica na sociedade.²³²

Comprendemos que tanto os discursos quanto os pleitos buscavam envolver o manto da legitimidade democrática e republicana do governo calcado na ideologia autoritária marcada pelos aspectos de cooptação e coerção exercida por meio de intrínsecas redes de compromissos, cuja tônica se assetava no continuísmo e no praticamente inexistente fluxo de poder da eternização de figuras-chaves ligadas à política do PRR. Os constantes prélios realizados para a eleição dos cargos para o Executivo e Legislativo no âmbito municipal e estadual sustentavam o discurso oficial de que o Rio Grande do Sul jazia estável e dentro da norma jurídica, afastando qualquer possível acusação de ditadura ou oligarquia constantes nesse período. As muitas palavras dispersas nos discursos dos políticos vinculados ao governo e no periódico oficial do PRR ressaltavam que no estado o pleito elegerá seu presidente “mediante a plenissima liberdade do voto, no seio da concordia e tranquilidade da família riograndese, o que não

²³⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2. ed. Porto Alegre: Ufrgs, 1988. p. 23-24.

²³¹ *A Federação*, Porto Alegre, 23 de novembro de 1907. Ano 1907 - Arquivo 00273. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²³² *A Federação*, Porto Alegre, 22 de novembro de 1907. Ano 1907 - Arquivo 00272. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

exclue os naturaes enthusiasmos dos convictos consagrados as causas políticas em jogo”.²³³

Um segundo fator de legitimação simbólica contida nos constantes pleitos encontra-se na relação entre o governo e a oposição no Rio Grande do Sul durante a Primeira República. A legitimação simbólica contida no voto e na eleição tornava-se necessária frente à oposição que, apesar da derrota nas armas da Revolução Federalista, encontrava-se ainda em concreta posição de oposição aberta, pois ainda conservava, em muito, suas forças econômicas e influência política construída nas décadas anteriores nos municípios e regiões de sua atuação. Ângelo Pinheiro Machado em carta a Borges de Medeiros, remetida de São Paulo em 28 de janeiro de 1900, esclarece que o “maragatismo compêa desassombrado na governancia desta terra” onde “governo, imprensa officiosa, homens publicos, todos num concerto admirável, inventam, injuriam, calunniam-nos miseravelmente”.

A oposição federalista mantinha um sopro de vida perigoso e ameaçador à hegemonia do projeto borgista, acusando que se um “peão desprevenido cae do seu animal nas corridas pelas coxilhas da fronteira, no dia immediato, em títulos escandalosamente grandes e negros” anunciam os opositores “mais uma vitima do punhal castilhista. Em tal parte, o famigerado João Francisco, miserável preposto dos Medeiros e Castilhos etc.”²³⁴ Ângelo Pinheiro Machado continua discorrendo:

[...] isto é todos os dias; nos jornais da manhã e da tarde vem uma dessas infâmias. Os patrícios q para aqui tem vindo ultimamente são em sua maioria maragatos. Elles mesmo dão asas a essas infâmias. O governo, não sei a razão, nosso inimigo rancoroso, não perde ocasião de nos ferir.²³⁵

Se, por um lado, podemos afirmar que o positivismo inspirou a teoria e prática política de Castilhos e Medeiros, por outro, podemos também afirmar, sem dúvidas, que a Constituição de 1891 não retratou o conjunto do pensamento. Devemos, então, ter clareza de que o comtismo de Castilhos e Medeiros não pode ser completamente identificado como o que a Igreja positivista prega e pratica.

De fato, a Constituição implementada por Castilhos e Medeiros evadiu-se às premissas de Comte em múltiplos âmbitos. Em primeiro ponto, Comte concebia a

²³³ A Federação, Porto Alegre, 23 de novembro de 1907. Ano 1907 - Arquivo 00273. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²³⁴ Os grifos sublinhados encontram-se realizados a lápis, como era de costume de Borges de Medeiros.

²³⁵ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MACHADO, Ângelo Pinheiro. Carta. São Paulo, SP, 28/1/1900. 3 folhas. Documento 11975. Descritores: Política Nacional, Partido Republicano Rio-Grandense.

Assembleia como um órgão verdadeiramente autônomo e independente, cuja composição se daria por meio de eleições indiretas que observassem os múltiplos estratos corporativos da sociedade. Entretanto, tanto Castilhos quanto Medeiros estruturaram um parlamento em muito composto por títeres, vazio de suas competências legislativas, cuja composição se dava por meio de eleições diretas, variando entre a fraude e a manipulação, insensíveis aos estratos corporativos cuja estruturação, nem mesmo se mostrou, foi estimulada nesse período.

Do mesmo modo, contrariando o comtismo, o governo castilhista-borgista compreendia e preconizava a renovação política antes da renovação intelectual, ética e moral. Nesse contexto, o poder Executivo concentrou e dirigiu os poderes Legislativo e Judiciário, bem como a educação pública, a prática eleitoral, a prática cultural, o sistema coercivo e repressivo, entre outros diversos âmbitos, facultando, assim, o favorecimento e o fortalecimento da intervenção estatal em prejuízo da liberdade de pensamento e manifestação. Situação que novamente feria o liberalismo do pensamento comtiano, defensor do livre pensamento.²³⁶

Dentro dessas conquistas liberaes, é que a organização deve implicar autoridade e disciplina, e subordinação, e o órgão do commando deve ser forte para a realização mais efficiente dos fins socieaes. Aquelle que se revolta contra a disciplina social é porque não traz dentro de si nenhum sentimento de disciplina moral.²³⁷

Essa estruturação de estado e fazer política de forma alguma passava despercebida pela oposição, concretizada e concentrada no PL, que tecia constantes críticas à política castilhista-borgista. Situação que podemos perceber nas missivas de Abílio Álvaro Miller a Borges de Medeiros, enviada de Campinas em 23 de dezembro de 1918, onde eram explanadas as críticas dirigidas ao governo pelo jornal *Platea*, referindo Borges de Medeiros como Papa Verde, em alusão tanto à influência positivista comtiana quanto ao seu governo unipessoal e em tentativas de se tornar vitalício.

A imprensa, paga pelo governo de S. Paulo, levou por muito tempo a atacar o Sul; e, agora mesmo, a *Platea* lá vem, de quando em quando, numas noras politicas a atirar piadas, indirectas e directas ao Sul, aos seus deputados e a V.

²³⁶ RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Caxias do Sul: UCS, 1980. p. 152-155.

²³⁷ A Federação, Porto Alegre, 25 de Janeiro de 1918. Ano 1918 - Arquivo 00022. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

Excellencia que os escribas oficiaes e officiosos chamam, por vezes, de Papa Verde em estulta allusão ao Positivismo de Comte.²³⁸

Em carta a Borges de Medeiros, Oscar R. Tollnes, redator do jornal *A Capital*, do estado de São Paulo, ilustra uma das consequências da constante propaganda promovida em oposição ao regime do PRR, objetivando a desestabilização do governo de Borges de Medeiros e a possibilidade do florescimento do PL na política estadual. Isso se mostrava bastante preocupante para o governo da situação, pois promovia um *status* de instabilidade política, autorizando críticas quanto à composição e estruturação do governo sobre a coluna da oligarquia ou do totalitarismo, rememorando os tempos da Revolução Federalista e fomentando o desenvolvimento de ações de embargos, coações, intervenções pela esfera federal ou os demais estados da federação.

Li, há dias, a brilhante mensagem que V. Ex. enviou a Assembleia dos Representantes. A A Capital deseja publicá-la, por tratar-se de um documento administrativo, de alto valor. Em S. Paulo, o nosso Rio Grande ainda é quase desconhecido.

Creio que a publicação da luminosa mensagem seria de grande proveito, aqui. Pelo menos, muitos ficariam sabendo que o Rio Grande não é tão “bárbaro” como se julga...²³⁹

No entanto, percebemos que uma das principais essências do rito eleitoral durante o período de Castilhos e Medeiros encontrava-se em mascarar um governo com contornos que beiravam um totalitarismo intervencionista, centralizador, unipartidário e unipessoal, com aspectos republicanos e democráticos cuja composição ocorria de forma popular, representativa e autêntica.

Só um homem que na generalidade do consenso unanime do seu povo, no fervor dos seus concidadãos, na vehemencia ponderada e sabia do seu empenho pela causa publica, pudesse, assim, se avantajara moralmente em preço na estimativa do eleitorado rio-grandense, obteria a votação que obteve Borges de Medeiros.²⁴⁰

Os resultados dos prélios forneciam um discurso que sustentava o continuísmo e a ínfima circulação de poder de forma legítima e espontânea, respondendo às intensas campanhas de desestabilização promovidas pela oposição solidificada no PL, afastando

²³⁸ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MILLER, Abílio Alvaro. Carta. Campinas, SP, 23/12/1918. 11 folhas. Documento 11961. Descritores: Política Nacional, Partido Republicano Rio-Grandense.

²³⁹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. TOLLENS, Oscar R.. Carta. São Paulo, SP, 15/10/1911. 2 folhas. Documento 11994. Descritores: Política Nacional, Partido Republicano Rio-Grandense.

²⁴⁰ A Federação, Porto Alegre, 25 de Janeiro de 1918. Ano 1918 - Arquivo 00022. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

as acusações de instabilidade política, de governo oligárquico, de regime totalitário, inviabilizando qualquer forma de embargos ou coações pela esfera federal e/ou pelos demais estados federados.

A força eleitoral do Rio Grande do Sul está se incorporando no partido republicano, que ainda espera receber os votos exoptaneos de todos os elementos uteis e conscientes do Estado. O futuro é nosso. O alistamento que agora se realizou é mais um passo dado para a conquista definitiva da opinião riograndense pelo partido que Julio de Castilhos organizou e Borges de Medeiros vem guiando com o tino de um homem superior.²⁴¹

A importância simbólica e discursiva do rito eleitoral se manifestava na legitimação, sustentação e estabilidade do governo, funcionando como pilares de conservação que possibilitavam e concretizavam o continuísmo do poder do PRR nas instâncias do Executivo municipal e estadual.

Nunca um governo se anunciou sob auspícios mais animadores por aprte da opinião publica, do que o que hoje se inaugura pois poderemos dizer, ante as proprias razoes que allegaram nossos adversarios adoptando a abstenção, que o eleito reuniu virtualmente a unanimidade dos suffragios rio-grandeses.²⁴²

Devido à importância simbólica e discursiva contida na manifestação do rito eleitoral, a ação eleitoral envolvia desde o presidente do estado e chefe do PRR até o eleitorado municipal, permeando nesse caminho intendentes e poderes coronelistas locais, conselheiros municipais, autoridades policiais, correligionários e capangas, cabos eleitorais, magistrados de distrito e comarca, prelados eclesiásticas e demais indivíduos nas três esferas de poder ligadas direta ou indiretamente às redes de compromissos coronelistas intensamente mobilizadas nesse momento particular.²⁴³

Nessa dinâmica, as eleições encerram em seu processo uma terceira e fundamental função, atuavam como um termômetro de medida e avaliação da rede de compromissos estabelecida entre os poderes coronelistas locais e seu eleitorado. Dentro da conjuntura de alianças e compromissos políticos, o rito eleitoral, mesmo com seus resultados não necessariamente considerados ou que fossem de aberto conhecimento os prévios vencedores, tornava-se importante ferramenta para medir o alcance da influência de uma facção coronelista em ascensão, ou decadência. Levando às urnas ou afastando dessas o maior número possível de eleitores, o coronel confirmava a abrangência de sua influência,

²⁴¹ A Federação, Porto Alegre, 11 de Fevereiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00036. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²⁴² A Federação, Porto Alegre, 25 de janeiro de 1918. Ano 1918 - Arquivo 00022. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1 abr. 2015.

²⁴³ AXT, op. cit., p. 185-189.

de sua capacidade de mobilização, manipulação, cooptação e coerção. As próprias fraudes, manipulações, compra de votos, coerções e violências delineavam-se como indicativos de capacidade de mobilização.

Segundo Axt, o ato de votar carregava o significado de reafirmar seu pertencimento à facção de um determinado coronel e a inserção em sua rede de compromissos coronelísticos, de forma a qualificar-se para o acesso de vantagens pessoais, como empregos, contratos de trabalho, vagas escolares, ou coletivas, como estradas ou pontes. Votar significava prestigiar ou criticar o chefe distrital e o coronel local, pois eram os que saíam fortalecidos ou enfraquecidos, dependendo do sufrágio concedido às grandes lideranças regionais. Portanto, os prélios definiam-se como momentos também de medir e demonstrar o prestígio e a força das diversas facções coronelistas que habitam no seio do Partido Republicano local. Conduzindo às urnas, ou afastando dessas, através de todas as formas de fraudes, coerções, cooptações, formavam os elementos que compunham o termômetro do alcance do poder da facção local. Delineava-se mais forte a facção que mobilizasse maior número de eleitores. Os pleitos municipais eram importantes para avaliar a capacidade de mobilização de uma dada facção, o que influenciava diretamente o prestígio dispendido ao poder central estadual.²⁴⁴

Apesar de as práticas coronelistas delinearem-se a partir das distintas conjunturas regionais, extremamente complexas e específicas à evolução política de cada região do país em particular, o processo eleitoral na região de colonização italiana implicava práticas análogas ao coronelismo no restante do Brasil, as quais proporcionavam evidências irrefutáveis da manifestação do coronelismo na região de colonização italiana.

Com a aproximação da realização do pleito, formulavam-se leis com a intenção de regulamentar a qualificação de eleitores em nível municipal, estadual e federal, que comporiam as listas de eleitores qualificados previamente para o exercício do voto. Formavam-se listas de qualificados para os pleitos nos três níveis da máquina pública. Esse processo ficava a cargo do poder coronelista local, que executava por meio das autoridades administrativas e jurídicas locais, com os seus cabos eleitorais, distribuídos nos distritos e responsáveis pela arregimentação de eleitores.²⁴⁵

²⁴⁴ AXT, op. cit., p. 204-205.

²⁴⁵ “[...] Houve realmente uma coisa a desejar, digo que deixou a desejar. Foi a qualificação. Esta foi nulla. Não por culpa da comissão, pois por elles foi deliberada o procedimento em maior escala possível da qualificação eleitoral, conforme acha-se documentado em acta valiosa da Comissão. A falta creio pertencer ao Collector Estadual o qual se encarregava deste serviço e pelo o qual parece-me ter demonstrado grande desinteresse. É evidente que tanto eu como outro qualquer membro da Comissão Executiva do Partido Republicano, todos homens de grandes affazeres, não podíamos

Em extensa carta destinada a Borges de Medeiros em 13 de julho de 1925, Arthur Cézar Burlamaque relata as ações prestadas ao cel. Agilberto Atílio Maia nos pleitos realizados no município de Guaporé, destacando que “como encarregado do serviço eleitoral estadual, em vespéras do memorável pleito de 25 de Novembro de 1922” “inclui, sem esmorecimento ou vacillações, em 25 dias, consoante reza no registro eleitoral 1.720 novos eleitores republicanos, trabalhando até tardias horas da noite”. Em seguida, o cabo eleitoral prossegue seu relato destacando que “nesse mesmo pleito, tendo ido, por solicitação do Coronel Agilberto, guiar e auxiliar os trabalhos eleitoraes no 2º districto” conseguiu “por fora de acção dois fiscais da opposição”, fato que

[...] cooperou com efficiencia admiravel para arrastarmos o eleitorado adverso a suffragar a chapa Republicana, tanto assim, que apenas foram apurados dois votos adversarios e 789 republicanos, o que veio de sobejo neutralisar, na apuração total, a votação superior que obteve a opposição em outras mesas.²⁴⁶

Conforme Axt, a qualificação era, na prática, atribuída por delegação informal aos chefes políticos locais que mobilizavam os intendentes, conselheiros, magistrados e cabos eleitorais. Os títulos de eleitores eram confeccionados pelo poder Executivo e remetidos aos municípios. Os intendentes, ou os chefes políticos por trás desses, organizavam as eleições, decretando uma lei orgânica em tempo hábil onde eram estabelecidas as regras para a qualificação municipal, quando havia essa, os impedimentos para candidaturas de conselheiros e a quantidade de mesas e sessões que podiam ser constituídas conforme as conveniências.²⁴⁷

Conforme vos informei telegraphicamente assumiram cargos electivos d'este município todos os indicados pela comissão. Conforme convosco havia combinado a comissão propõe em substituição os snr. Carlos Xiegler, Collector Estadual d'aqui, o snr. José Fialho de Vargas. Tambem acclamou para Vice-Presidente o actual Intendente Snr. Francisco Marcantonio, com o

directamente encarregarmos-nos deste trabalho, o qual foi conferido a direção de um funcionário que deveria ter, na qualidade de funcionário, desenvolvido interesse em prestar este auxilio a situação.

Sobre este assumpto fallei ligeiramente ao V.F. Paim Filho dizendo-lhe que a vista do insucesso havido na qualificação iria ter sob minha acção directa um empregado destinado a este serviço o que de facto já o fiz, este fim e o qual já deu andamento dos trabalhos, julgando eu que conseguiremos a qualificação affs de uns 150 novos eleitores [...]”. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. HAMPE, Oswaldo. Carta. Antonio Prado, RS, 14/3/1926. 5 folhas. Documento 00162. Acompanha o documento de nº 00162. Descritores: Partidos Políticos, Municípios, Executivo Municipal, Partido Republicano Rio-Grandense.

²⁴⁶ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. BURLAMAQUE, Arthur Cézar. Carta. Guaporé, RS, 13/7/1925. 6 folhas. Documento 02476. Descritores: Política Regional, Municípios, Eleições, Partido Republicano Rio-Grandense, Porto Alegre.

²⁴⁷ AXT, Gunter. Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista. Op. cit., p. 190-191.

fim de presidir as secções nas ocasiões que me forem impossível de tal fazer.²⁴⁸

A qualificação de eleitores a cargo das autoridades administrativas e jurídicas alinhadas à situação dominante nos estados e municípios era sempre uma chance para a exclusão da oposição e inclusão dos partidários. Além disso, a forma como era procedida a qualificação dos eleitores proporcionava oportunidades para vastos e variados modos de falcaturas eleitorais que perpassavam desde a concessão de títulos a falecidos, passando por menores de idade, analfabetos ou eleitores de municípios vizinhos.

O cel. Agilberto Atílio Maia relata que na qualificação eleitoral promovida em 1914, após proceder “minucioso exame no alistamento eleitoral”, foram “inclusos quaisquer eleitores falecidos e auzente”, apurando-se “um total real de 2.241, numero com o qual foi encerrada a inscrição”.²⁴⁹

O cel. Innocencio de Mattos Miller, de Antônio Prado, remete a Borges de Medeiros que, após proceder a qualificação dos eleitores em seu município, pode assegurar “entre os 620 eleitores que se qualificaram este anno, não contamos adversarios alguns”.²⁵⁰

A legislação eleitoral corrente assegurava o direito ao voto de todo e qualquer eleitor que apresentasse o título eleitoral e o recibo de qualificação no ato do voto, mesmo que não estivesse incluído na lista da seção onde se apresentava para consagrar seu voto. Nesse sentido, a emissão de títulos falsos por autoridades administrativas e judiciárias era uma constante, gerando frequentes propostos da facção ultrajada pela expedição dos títulos. Após a expedição dos títulos infidos, os coronéis mobiliavam e muniam desses títulos eleitores menores de idade, analfabetos, de municípios vizinhos que, devido à sua finalidade de “riscar seu nome e seu voto na seção”, eram denominados de “phosphoros”.

A composição das mesas era diretamente organizada e manipulada pelo coronel situacionista e chefe político do partido conforme suas necessidades. A legislação eleitoral estabelecia que a Presidência das mesas era de juizes distritais, auxiliados diretamente por escrivães como secretários. Os restantes dos mesários eram designados

²⁴⁸ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MILLER, Innocencio de Mattos. Carta. Antônio Prado, RS, 16/9/1906. 2 folhas. Documento 00163. Descritores: Partidos Políticos, Eleições.

²⁴⁹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MAIA, Agilberto Atílio. Carta. Guaporé, RS, 4/5/1914. 2 folhas. Documento 02464. Descritores: Partidos Políticos, Eleições.

²⁵⁰ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MILLER, Innocencio de Mattos. Carta. Antônio Prado, RS, 19/11/1905. 2 folhas. Documento 00147. Descritores: Partidos Políticos, Eleições.

com base na seleção dos eleitores. A composição das mesas era tida como ponto central no processo de manipulação e garantia dos resultados dos pleitos

Junto às mesas, os partidos designavam fiscais de confiança dos partidos, buscando de todas as formas possíveis afastar eleitores e votos das facções oposicionistas, ou encontrar provas aceitáveis para anular as mesas das seções onde suas facções haviam sido derrotadas. Arthur César Burlamaque, correligionário e cabo eleitoral, em carta supracitada ao presidente do estado, destaca que no pleito para deputados federais de 1924, na qualidade de fiscal da “mesa eleitoral do segundo districto (São Luiz de Casca), onde funcionavam três fiscaes da opposição”, promoveu o “embuchamento de cédulas”, conseguindo, assim, “anular a mesa, unica naquelle município, onde a opposição a despeito da grande superioridade da votação, não apurou um só voto”. A apuração era executada pelas juntas eleitorais, formadas de conselheiros nos municípios, e pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, nos casos de eleições estaduais, para onde também eram enviados os recursos cuja recepção variava sensivelmente conforme as provas apresentadas e sobretudo o prestígio e influência da facção coronelista junto ao poder central estadual.²⁵¹

Nesse mesmo âmbito, os coronéis, intendentes e chefes políticos locais, em muitos casos centralizados na mesma figura ou em ação conjunta, estabeleciam a quantidade e distribuição das sessões e mesas instituídas na sede e nos distritos do interior do município. A distribuição obedecia a critérios e desígnios das facções coronelistas dominantes, ou seja, a abertura ou encerramento das seções e das mesas eleitorais satisfazia o jogo de influências dos coronéis junto ao eleitorado. A facção dominante impunha a existência de mais mesas nos distritos de maior alcance de cooptação junto ao eleitorado, decretando a diminuição ou ausência nos distritos de domínio político da oposição.

A fraude não ocorria somente no processo de qualificação e composição das listas de eleitores. Os coronéis locais, em situação de prestígio junto à Presidência do estado, manipulavam as datas a serem executadas as eleições, visando garantir o resultado positivo para a manutenção e consolidação de sua posição e da posição do PRR. De tal modo que as datas assinaladas para a efetivação dos pleitos municipais eram convocadas, adiantadas, adiadas ou canceladas, conforme as contingências da situação política dominante.

²⁵¹ AXT, Gunter. Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista. Op. cit., p. 189-190.

Os momentos correspondentes às vésperas e ao andamento dos prélios delineavam-se de forma crucial para o estabelecimento da hierarquia política local. Nesse tempo manifestavam-se ações importantes tanto de demonstração do prestígio e poder de uma facção quanto da solidificação e consagração da posição dos coronéis e seus séquitos políticos e sociais.

O cel. Agilberto Attílio Maia, em telegrama destinado ao deputado estadual de Passo Fundo, Arthur Silva, copiado também para Borges de Medeiros, explica os motivos pelos quais impediu que ingressasse no município o homem de confiança do deputado Albano Davi. Segundo o coronel guaporense, o referido indivíduo delineava-se como “um quase celerado, typo sem cotação política ou moral, arruaceiro e provocador contumaz”, que “tem tentado impor-se pelo terror que julga infundirem as suas correrias e ameaças”. Dessa forma, foi impedido de penetrar no município, pois

[...] ante vésperas eleições presidente Republica exhibira-se segundo districto acompanhado magote capangas armados, propalando abertamente trataria meios violentos prejudica regularidade funcionamento mesa eleitoral e agredira physicamente respectivo sub-intendente.²⁵²

Por meio de intimidações e violências, os correligionários, cabos eleitorais, ficais e capangas, não que houvesse significativa diferença entre esses, além da própria semântica, as facções coronelistas conduziam ou afastavam eleitores das urnas, coagiam e espantavam fiscais oposicionistas, às vezes fechando mesas numa demonstração de prestígio e força das diversas facções coronelistas que habitam no seio da política local. Esse fator alterava e gestava novos atritos e composições entre o poder estadual e as facções coronelistas, pois, ao presidente do estado, mais do que posições propriamente ideológicas ou políticas, lhe interessava a aliança com os coronéis dominantes e os eleitores de suas áreas de ação. Conforme as palavras do cel. Attílio Maia em telegrama a Borges de Medeiros “já eleições 20 de Setembro, vosso fiscal compareceu mesa quinto districto tambem acompanhado capangas armados, onde fenestrou ostensivamente respectivos conselhos”.²⁵³

²⁵² Telegrama de Agilberto Attílio Maia para Arthur Silva. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MAIA, Agilberto Attílio. Carta. Guaporé, RS, 25/3/1922. 2 folhas. Documento 02460. Documento 02473. Acompanha telegrama. Descritores: Partidos Políticos, Municípios, Política Regional, Legislativo Estadual.

²⁵³ Telegrama de Agilberto Attílio Maia para Arthur Silva. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MAIA, Agilberto Attílio. Carta. Guaporé, RS, 25/3/1922. 2 folhas. Documento 02460. Documento 02473. Acompanha telegrama. Descritores: Partidos Políticos, Municípios, Política Regional, Legislativo Estadual.

As fraudes, manipulações, coerções e cooptações que forneciam a tônica do momento eleitoral não findavam por aí. Observamos, conforme o alinhamento das autoridades administrativas e judiciárias, em especial subintendentes e juízes distritais, que determinadas seções eleitorais podiam com facilidade não abrir os processos eleitorais devido ao atraso dos livros de atas e listas de eleitores, sempre tendo em vista a posição política da maioria do eleitorado na seção e sua relação com a facção coronelista dominante da localidade.

A votação dos candidatos era realizada por meio de listas reproduzidas nas cédulas sem a votação individual por candidatos, possuindo listas com os candidatos correspondentes à situação e à oposição. As listas de candidatos eram organizadas pelo chefe do partido nas eleições para a Assembleia ou Congresso Nacional, ou pelo chefe local nas eleições municipais, mas sempre com consulta prévia do presidente do estado e chefe político do partido. Essa particularidade do processo eleitoral proporcionava uma interessante lacuna para a fraude. Em muitos casos, as cédulas eleitorais eram confeccionadas nas gráficas alinhadas politicamente aos coronéis que “furavam as chapas”, ou seja, alteravam a ordem dos nomes ou até suprimiam candidatos.²⁵⁴

Após o período capital das eleições, dava início a outro momento em que os poucos eleitores recalcitrantes, resistentes às práticas de manipulação, coerção e cooptação padeciam as consequências da sustentação de suas posições políticas diante das facções coronelistas dominantes. Era chegada a hora das “degolas”. Apesar de os defensores do regime e do partido chefiado por Borges de Medeiros negarem constantemente a existência dessas práticas de perseguições aos eleitores tidos por insubordinados, especialmente os ligados às funções públicas, a recusa da existência das “degolas” e “derrubadas” não sobrevive a uma análise densa do período. As práticas de perseguição aos eleitores, notadamente aos funcionários públicos insubordinados, delineavam-se, com efeito, como regra no período pós-eleição.

No momento em que funcionários se aventuravam em alianças aos dissidentes ou à oposição, passado o período eleitoral abundavam as solicitações das facções coronelistas ligados ao poder central para que fossem operadas as “degolas” e as “derrubadas”. Alguns poucos conseguiam se escapar em razão de gozarem da proteção de outras lideranças partidárias cuja nomeação era de origem federal, pois ficava fora do

²⁵⁴ AXT, Gunter. Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista. Op. cit., p. 191-192.

controle borgiano. Nesses casos, as hostilizações aos eleitores que preservavam seus postos eram constantes.

No prisma do eleitor, há fatores que nos auxiliam na compreensão dos motivos da manifestação do rito eleitoral durante o período castilhista-borgista no Rio Grande do Sul. Para o eleitor, o último elemento que compunha a rede de compromissos que entrelaçava interesses do presidente do estado e chefe do partido eram os correligionários do PRR e os poderes coronelistas locais, o ato de votar continha valores e significados específicos.

Ao contrário dos maiores centros urbanos, onde, por diversos fatores que não nos cabe analisar, os debates políticos mais importantes alcançavam a grande multiplicidade do eleitorado. É de simples compreensão que as relevantes discussões acerca dos projetos políticos de âmbito nacional, ou mesmo estadual, dificilmente alcançavam os eleitores nos longínquos distritos rurais, em especial nos municípios de recente emancipação na região de colonização italiana. Fatores como a despolitização do elemento imigrante e seus descendentes ou a preocupação desses indivíduos com questões diretamente ligadas à materialização das perspectivas de seu horizonte econômico extraíam grande parte da população da esfera política.

Assim, o eleitor não dispndia seu voto como manifestação de apoio ou adesão a um determinado projeto político ou partido cujo programa representava seus ideais ou ideologias. O ato do sufrágio continha a afirmação e a reafirmação do apoio, da adesão, do pertencimento e do prestígio de um eleitor a um coronel e a rede de compromissos estabelecida entre esses atores sociais. Ressaltamos que o rito eleitoral, mesmo quando relativo a desígnio de distantes autoridades estaduais ou federais, significava para o eleitor distrital prestigiar ou recriminar o coronel local e sua rede de compromissos, pois ele seria fortalecido ou enfraquecido, dependendo do resultado do sufrágio.²⁵⁵

Até agora fugi de tomar essa iniciativa por encontrar da vossa parte certa desconfiança no Paulo, mas agora não teremos outra mais senão este. É preciso que o Dr. Nelson peça dispensa de encarregado da Colonia e que seja nomeado o Paulo e que este seja prestigiado, assumindo a supremacia na Colonia. De outra forma nada se conseguirá de definitivo na politica do 6 districto, que é constituído de um elemento versátil e que não tendo um homem que se imponha não se pode contar com elle.²⁵⁶

²⁵⁵ AXT, Gunter. Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista. Op. cit., p. 209-212.

²⁵⁶ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. FONTOURA, Isidoro Neves da. Carta. Cachoeira do Sul, RS, 4/2/1906. 3 folhas. Documento 00715. Descritores: Partido Republicano Rio-Grandense, Eleições.

Conforme esclarece Axt, ameaçadoras manifestações de insubordinação podiam ocorrer nos municípios onde o PRR era menos que hegemônico, em especial nos distritos que reuniam grande número de eleitores estabelecidos em pequenas propriedades rurais devido ao processo de imigração e colonização. Nesses distritos os eleitores, repetidamente organizados em associações comunitárias, especialmente religiosas sob a liderança de algum pároco, sabiam valorizar seu poder de pressão política através do sufrágio, respondendo inobservância e desprestígio à rede de compromissos entre o coronel local e os eleitores, às administrações distritais corruptas, autoritárias, ausentes. Essa força era manifestada pelas abstenções nos sufrágios aos federalistas em épocas de campanhas estaduais e federais.

O cel. Innocencio de Mattos Miller relatou a Borges de Medeiros, em carta enviada em 13 de fevereiro de 1907 de Antônio Prado, sobre o envolvimento do padre Carmine Fasulo na política local, escrevendo que o referido padre “tem se envolvido em política por forma diversa da que devera adoptar”, sendo que, a partir de suas ações, “outra coisa não posso crer que seja senão o afastamento dos eleitores na eleição e isso se se der forçosamente será por influencia do alludido padre”.

O padre Carmine Fasulo nasceu em 11 de fevereiro de 1865 em Monte Falcione. Após ingressar no seminário de Terni, ordenou-se sacerdote em 1890, ano em que também emigrou para o Rio Grande do Sul, designado para a igreja matriz de Caxias do Sul. Posteriormente foi designado a Antônio Prado, onde elevou o curato a paróquia, fundou e construiu dezenas de paróquias entre as linhas do interior do município. Após ser indicado para o curato de Nova Roma em 1903, sofreu severas oposições de liberais, maçons e carbonários, situação análoga do padre Pietro Nosadini em Caxias do Sul. Retornando à cidade de Caxias, adentrou na política local com a fundação do periódico *La Libertà*, de efêmera duração, do qual deu origem ao atual *Correio Rio-Grandense*. Deixando a cidade de Caxias, destinou-se às paróquias de Caravaggio, Nova Vicenza (atual Farroupilha, 1913), Bento Gonçalves (1914), Triunfo (1916) e Gramado (1917-1920) como primeiro pároco, após esse percurso retornou para a Itália em 1920.²⁵⁷ A sua ação evangelizadora e também política fez da sua figura polêmica alvo de perseguições dos coronéis da região de colonização italiana, conforme o cel. Innocencio de Mattos

²⁵⁷ COSTA, Rovílio. Padre Cármine Fasulo: comunicar para evangelizar. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 37, n. 156, p. 289-296, jun. 2007.

Miller, solicita “a conveniência de conseguir a remoção do padre Carmini para fora das colônias vizinhas se possível for”.²⁵⁸

Mesmo em municípios como Cachoeira do Sul, de ação coronelista mais intensa e de práticas já cristalizadas, a ação de lideranças religiosas e a capacidade de aglutinação dos elementos imigrantes geravam preocupações constantes às autoridades do PRR, conforme relata o cel. Horácio Gonçalves Borges:

Dr. Borges, aqui no 6 districto, lugar denominado “Paraiso” há uma questão com um padre protestante. Esta questão o Dr. Chefe de policia está a par d’ella, dividiram-se em dois partidos, um pelo padre, e outro contra.

[...]

O Dr. Chefe de policia também já mandou o delegado e nada se pode conseguir, agora esta tomando caráter politico. Neste eleição o padre fez ficarem retrahidos tantos eleitores!! A parte que é contra o padre é o melhor pessoal do Paraiso. Qualquer dia há uma grande desgraça entre elles, e para evitar tudo isso é só você falar com o bispo protestante pedindo a retirada do padre, e fica tudo sanado.²⁵⁹

Essas convulsões ilustrativas de manifestações de insubordinação e descontentamento prejudicavam diretamente o desempenho geral do partido e a legitimidade do regime borgista, repercutindo espontaneamente no apoio, no prestígio e nos instrumentos de cooptação e coerção hipotecados pela esfera de poder central estadual a facção coronelista local. Diante disso, determinados distritos e municípios da região de colonização habitualmente recebiam tratamento especial tanto das administrações públicas municipais quanto da estadual.²⁶⁰ Os objetos de deliberações referentes aos âmbitos e competências estadual ou federal tornavam-se diretamente atrelados à rede de compromissos coronelista local. Mesmo que esses assuntos estivessem excepcionalmente atrelados às esferas superiores de decisão, eram de responsabilidade do poder coronelista local na medida em que figurasse como elo de ligação entre os eleitores e as instâncias superiores de decisão.²⁶¹

²⁵⁸ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MILLER, Innocencio de Mattos. Carta. Antônio Prado, RS, 13/02/1907. 2 folhas. Documento 00151. Descritores: Partidos Políticos, Eleições.

²⁵⁹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. BORGES, Horácio Gonçalves. Carta. Cachoeira do Sul, RS, 15/2/1915. 2 folhas. Documento 00960. Descritores: Política Regional, Religião, Partido Republicano Rio-Grandense

²⁶⁰ AXT, Gunter. *Gênese do Estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. p. 150-151.

²⁶¹ “Cordialmente saúdo a V. Excia. Respeitosamente venho declarar a V. Excia. que quando tive a honra de fallar-vos manifestando desejos d’aqui não sair por vontade minha, visto não ter commetido faltas pelas quaes merecesse ser expulso deste lugar tinha em vista unicamente provar a V. Excia. que meus insignificantes serviços a politica local eram dedicados ao vosso Benemerito Governo e que a perseguição movida contra minha pessoa por ingratos companheiros, o qual prossegue sem piedade, tinha por base a estima que me faz o favor de tributar este povo. Ao illustre Amigo Dr. Coronel Alvaro de Moraes fiz ver as rasoes de descontentamento deste povo e com elle procurei arregar a politica appellando como meio suavisorio a continuação do Dr. Miller, com restrições, discordando

Na perspectiva da nossa análise, podemos compreender que o voto significava uma propriedade com valores distintos na dinâmica coronelista do período borgista no Rio Grande do Sul. Variava entre uma propriedade valiosa de câmbio e barganha com os poderes locais e prestígio, ou descrédito, de um coronel, além de funcionar como parâmetro de avaliação do comprometimento, adesão, comunhão e partilha de um grupo de eleitores junto ao coronel local, fortalecendo sua posição ante o poder central estadual.

Junto desses fatores destacamos que os votos, os ritos eleitorais e os resultados trajavam um regime com traços centralizadores, autoritários e de continuísmo em roupagens de um regime republicano em perfeita harmonia com os preceitos do regime democrático, da legalidade institucional, liberdade de voto e representatividade popular, fortalecendo também a posição política do Rio Grande do Sul diante dos demais estados no cenário político federal.

Essa comunhão de fatores de extrema importância justificavam a prática de fraudes, coerções, cooptações das mais variadas formas e espécies. Munidos do conhecimento do valor e da importância do voto, do pleito e do resultado, compreendemos o porquê da existência do coronel agindo junto ao processo eleitoral, como também das questões que forçaram Borges de Medeiros a compor seu governo junto aos poderes locais, estabelecendo a dinâmica política do Rio Grande do Sul durante a República Velha.

Borges de Medeiros, presidente do estado e líder do Partido Republicano, necessitava impreterivelmente de partidários junto às municipalidades, como Genes Gentil Bento, em Canguçu; Ramiro de Oliveira, em Santa Maria; Flores da Cunha, em Livramento; Vazulmiro Dutra, em Palmeira das Missões; Isidoro Neves da Fontoura, em Cachoeira do Sul, e também de coronéis na região de colonização ítalo-germânica, como Guilherme Gaelzer Neto, em São Leopoldo; José Penna de Moraes, em Caxias do Sul; Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, em Bento Gonçalves; Innocencio de Mattos Miller, em Antônio Prado; Thomas Pereira, em Venâncio Aires, e Agilberto Atílio Maia, em Guaporé. O conjunto dessas ações compõe a parte central desta pesquisa.

aquele Amigo apresentou a candidatura do Dr. Christiano, o qual causou em geral, mesmo entre os que rodeam o Dr. Miller, má impressão, sendo certo que se V. Ex. não tomar providencias para garantir o fucturo pleito Presidencial aqui, tudo será perdido. O eleitorado contrariado com a candidatura do Dr. Christiano declina-se com fervor pela candidatura Abbott. Si antecipo-me dando a V. Ex. conhecimento do estado da politica aqui para evitar que mãos companheiros façam-me injustas accusações. Com estima subscrevo-me, Firmino Gomes de Abreu". Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. ABREU, Firmino Luiz Gomes de. Carta. Cachoeira do Sul, RS, 7/6/1907. 2 folhas. Documento 00153. Descritores: Política Regional, Religião, Partido Republicano Rio-Grandense

Tanto Júlio de Castilhos quanto Borges de Medeiros necessitavam dos coronéis para a inserção de sua política em nível municipal. O presidente do estado dependia dos partidários nos municípios, pois, dentro do contexto político do momento, caracterizado pela debilidade da estrutura estatal e pela fragilidade da agremiação partidária, o processo eleitoral era financiado e dirigido pelos chefes políticos locais.

3.2 O coronel, o juiz e o promotor: judiciário na dinâmica coronelista

A organização da magistratura riograndese dessafia o exame dos competentes na materia e não teme o confronto das leis congeneres que gosarem de mais alta reputação.²⁶²

Abrimos este capítulo com as palavras do periódico *A Federação*, publicado em 30 de janeiro de 1913, onde enaltece os predicados do poder Judiciário estabelecido no Rio Grande do Sul. Era constantemente propagandeado nas palavras expressas no órgão oficial do PRR, assim também nos discursos oficiais dos políticos vinculados ao partido. O Judiciário do estado gaúcho era delineado como um poder com plena independência, com magistrados cuja atuação era garantida pelos preceitos da vitaliciedade e inamovibilidade e sentenças cuja principal qualidade consistia na imparcialidade.

Os magistrados riograndenses tem a sua independencia perfeitamente assegurada, pois são vitalícios, promovidos segundo o principio da antiguidade absoluta e inamovíveis. As suas sentenças podem ser dadas com toda a imparcialidade, sem a atenção a qualquer interesse contrario ao direito evidente.²⁶³

Segundo os defensores do governo republicano positivista instalado no estado após a Proclamação da República, não havia “poder judiciario mais independente que o do Rio Grande Sul”. Tal afirmação era amparada nos argumentos de que “os promotores, uma vez nomeados, não podem ser demittidos, como acontece nas demais unidades da Federação”, assim também os juízes distritais “nomeados por quatro annos, não podendo

²⁶² A Federação, Porto Alegre, 30 de janeiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00026. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²⁶³ A Federação, Porto Alegre, 30 de janeiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00026. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

ser demittidos, mas, podendo ser reconduzidos”. Os juízes de comarca eram “investidos por concurso, perante o Superior Tribunal do Estado”, e os magistrados do Superior Tribunal eram selecionados entre “os juizes de comarca por rigorosa antiguidade”. No entanto, questionavam os partidários do regime de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: “Pode haver poder judiciario mais independente?”²⁶⁴

Apesar das correntes afirmações, demonstraremos como o poder Judiciário foi empregado como uma engrenagem de cooptação e coerção da máquina do poder coronelista engendrada na região de colonização italiana. Procuraremos trazer à tona o Judiciário empregado como uma hábil e viva ferramenta de auxílio nessas práticas pelos coronéis da região de colonização italiana. Tanto os promotores quanto os juízes de distritos, passando pelos juízes de comarcas e o Superior Tribunal, foram constantemente manipulados em favor dos compromissos políticos e da atuação dos coronéis dessa região. Ora afastando, ora atenuando culpas, retirando ou incluindo testemunhas, fabricando ou eliminando provas, atrasando ou acelerando processos, manipulando sentenças e comutando penas, entre outras tantas formas de intervenção nos trâmites legais. O Judiciário funcionava como aparelho de cooptação, prestígio, rede de compromissos, coerção, depreciação de adversários políticos e eleitores recalcitrantes.

Em relação ao arcabouço do poder, Júlio de Castilhos, seguido por Borges de Medeiros, arquitetou a estrutura jurídica vigente no Rio Grande do Sul durante a República Velha. Essa tarefa foi realizada, segundo nossa compreensão, em dois momentos: através da elaboração de uma estrutura não apenas judicial, mas de uma matriz corporificadora do projeto político, governamental de estado do PRR, que ganhou sua forma através da Constituição de 1891; o segundo momento compreende os anos subsequentes à conclusão da Revolução Federalista. Borges de Medeiros refina o aparelho jurídico estruturado e utilizado por Castilhos na formulação de leis, decretos e atos promulgados paralelamente à substituição de postos da burocracia pública, antes ocupados por partidários do PL, por seus correligionários republicanos.²⁶⁵ De acordo com as nossas premissas de análise, fixaremos o interesse no segundo momento.

Houve uma aguda preocupação por parte do presidente do estado na montagem de uma sólida base de sustentação do governo estadual e de suas ações, tanto a cooptação

²⁶⁴ A Federação, Porto Alegre, 20 de Janeiro de 1917. Ano 1917 - Arquivo 00018. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²⁶⁵ STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A construção de uma nova ordem jurídica: o governo de Júlio de Castilhos. *Revista do IFCH/URGS*, ano XI/XII, p. 261-273, 1983/1984. cit. p. 266.

como a coerção das posições políticas, administrativas e jurídicas. Essa atuação é naturalmente compreensível, especialmente pela particularidade da política no Rio Grande do Sul, ou seja, a plena consciência por parte de Castilhos e Medeiros que esses e seus correligionários formavam um partido minoritário alçado ao poder por um golpe militar, recentemente cruzando uma revolução numa conjuntura de extrema polarização política em que uma oposição, muitas vezes armada, estava sempre presente.²⁶⁶

No âmbito jurídico, essa situação significava, em primeiro lugar, a criação de uma nova estrutura jurídica. Em seguida, o preenchimento dessas colocações com magistrados designados por indicação das lideranças do governo. Essa dinâmica de reestruturação do aparelho jurídico consolidava a posição do presidente do estado e fortalecia o poder dos coronéis locais através de duas formas distintas e complementares: as nomeações para as magistraturas agregavam novos elos à rede de compromissos dos coronéis, expandindo também seus prestígios e áreas de influência; além disso, os magistrados elevados a seus postos através da rede de compromissos proporcionavam uma estrutura que manipulava, legitimava ou atenuava, no âmbito lícito do poder judicial, as inúmeras práticas de coerção empregadas pelo mandonismo local. A influência dos coronéis no aparelho jurídico poderia lhes valer o aumento do seu prestígio. No momento em que o coronel interferia junto aos promotores, juízes de distrito, comarca e Superior Tribunal em benefício e em favor dos componentes de sua rede de compromissos, articulava mais uma forma de expandir sua autoridade e prestígio junto à sociedade local.

Apesar de esses direitos necessários para o exímio funcionamento do poder Judiciário estarem plenamente definidos na legislação castilhista/borgista, este passou a integrar à rede de compromissos estabelecida pela política do Rio Grande do Sul durante a República Velha. A concepção e organização do sistema Judiciário no Rio Grande do Sul fundamentou-se na lei nº 10, de 10 de dezembro de 1895, também supostamente atribuída ao então desembargador Antônio Augusto Borges de Medeiros por solicitação de Júlio de Castilhos. Concretizando o decreto nº 16 de 1892, a aplicação da justiça no Estado estava ao encargo dos distritos, das comarcas, fixadas em 32 pela lei de 15 de janeiro de 1898, essas hierarquicamente subordinadas ao Superior Tribunal e ao procurador-geral de justiça.²⁶⁷

²⁶⁶ FÉLIX, op. cit., p. 119.

²⁶⁷ AXT, Gunter. Apontamentos sobre o sistema castilhista-borgista de relações de poder. In: AXT, Gunter et al. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 115-132.

Em cada distrito atuava um juiz distrital, assistido por três suplentes cujas atribuições principais delineavam-se em homologar contratos, abrir testamentos, presidir casamentos, proceder corpo de delito, preparar e julgar em primeira instância as causas cíveis até o valor de 500 mil réis, além de preparar processos-crime. As formas de acesso às magistraturas de juízes distritais apresentavam contornos bastante claros. As nomeações para os cargos eram temporárias e realizadas pelo presidente do estado de acordo com as indicações dos coronéis em posição de chefes políticos municipais.

A dinâmica de funcionamento do poder Judiciário distrital e sua articulação com os poderes coronelistas locais é ilustrada em carta de 20 de abril de 1915, enviada pelo cel. Agilberto Attílio Maia a Borges de Medeiros, na qual o coronel solicitava a nomeação de novo juiz de comarca para Guaporé após o juiz Ivalino Brum ser requerido na Secretaria da Intendência. As qualidades do novo juiz são bastante claras nas palavras do cel. Attílio Maia: “Pessoa idônea que substitua o Senhor Ivalino, isto é, de um nosso correligionario distinto qual seja o atual secretario”.

Aproveitamos a oportunidade transmitida a V. Exc. uma idéia que vem de tempos a esta parte afagando-me o cérebro e que muito desejava vê-la transformada em realidade, mas que só conseguirei si V. Exc. não me negar a impressindivel dequicencia: necessitando do concurso de nosso correligionario e amigo Senhor Ivalino Brum, actual juiz d’aqui, na Intendencia, consultei-o se aceitava a permuta de cargo com o secretario do município,e, como esse nosso amigo me houvesse dito que, segundo as normas de nosso partido prestaria seu concurso onde fosse ele necessário, dirigindo-se porem, previamente a V. Exc. consultando no caso, como, segundo penso hoje o faz por carta, espero que V. Exc. consultando no caso, como, segundo penso hoje o faz por conta, espero que V. Exc. decidirá para que tal permuta se realice e tomo a liberdade de perguntar si poderei contar com a nomeação de pessoa idônea que substitua o Senhor Ivalino, isto é, de um nosso correligionario distinto qual seja o atual secretario.

Certo de que merecerei favorável solução, d’antemão que confesso muito agradecido.

De V. Exc. amigo dedicado e correligionario

Agilberto A. Maia²⁶⁸

A nomeação de correligionários vinculados ao partido dominante edificava um aparelho judicial solidário à política borgista, possibilitando a manipulação dos processos judiciais de acordo com as práticas de cooptação e coerção praticadas pelos coronéis locais com ligação ao poder central. As nomeações para as magistraturas, assim como nas demais áreas estatais, agregavam novos elos à rede de compromissos dos coronéis, expandindo francamente seus prestígios e as áreas de influência. A carta do cel. Agilberto

²⁶⁸ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MAIA, Agilberto Attílio. Carta. Guaporé, RS, 20/4/1915. 3 folhas. Documento 02460.Documento 02468. Descritores: Obras Públicas, Municípios (grifo nosso).

Attílio Maia apresenta detalhes interessantes da estrutura burocrática do aparelho estatal borgista. O processo de consulta e aprovação prévia ao chefe político e presidente do estado acerca não apenas das nomeações, mas também as transferências e permutas de cargos dentro da estrutura burocrática estatal. A manifesta liquidez e fluência dos correligionários na ocupação dos distintos cargos que compunham a estrutura pública da época era sempre de acordo com as normas do partido, conforme ressalta o coronel de Guaporé.

A indicação para a magistratura distrital ocorria através da rede de compromissos que envolvia coronéis e presidente do estado. Os recomendados haviam sempre proporcionado “serviços” ao coronel local e à estrutura do PRR, especialmente no âmbito da qualificação e arregimentação de eleitores para os pleitos ou para a administração do partido local. Essa prática fica bastante clara quando analisamos a carta do cel. Innocencio de Mattos Miller, de Antônio Prado, em 3 de janeiro de 1916, onde indica junto a Borges de Medeiros o sr. Salathiel Pires de Araujo telegrafista estadual, que busca o acesso na magistratura distrital de Lagoa Vermelha. A recomendação do cel. Mattos Miller proporciona a ilustração da indicação de juízes de acordo com a recomendação dos chefes políticos locais, que elencam as qualidades dos postulantes já inseridos na rede de compromissos estabelecida.

O Snr. Salathiel Pires de Araujo telegraphista ex-estadual nesta Villa pede o meu intermédio junto a V. Ex. a favor de sua pretensão ao cargo de Juiz Distrital de Lagoa Vermelha, que, segundo o pretendente me informa vagará em 16 do corrente. O Snr. Salathiel informa-me que o Intendente está de pleno accordo e aceitará com satisfação a sua conducção ao cargo. O nosso amigo e Correligionário Salathiel é pessoa merecedora possuindo qualidades e habilitações que o recommendam, tendo aqui procedido rectamente. Pretendendo elle com a presente apportunidade melhorar de condição, não me oponho a sua pretensão que considero justa, e o recommendo com interesse a vossa valiosa protreção.²⁶⁹

Os indicados não necessitavam ser formados em direito e após a nomeação para a magistratura podiam continuar exercendo concomitantemente outras profissões. Entretanto, essa colocação costumava ser ambicionada por estudantes de direito, advogados em dificuldades profissionais, serventuários da justiça ou negociantes locais em busca de distintas fontes de renda e prestígio. Dessa forma, a elevação e permanência na magistratura, assim como a promoção para magistraturas superiores, estavam

²⁶⁹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MILLER, Innocencio de Mattos. Carta. Antonio Prado, RS, 3/1/1916. 2 folhas. Documento 00158. Descritores: Política Regional, Funcionalismo, Justiça.

diretamente ligadas à prestação de serviços à estrutura política e social borgista, conforme observamos em mensagem a Borges de Medeiros enviada pelo cel. Innocencio de Mattos Miller em 17 de agosto de 1901. Nesta, o cel. Innocencio solicita para “bem da política local a nomeação do cidadão Diniz Vieira de Lemos, para o cargo de Juiz Districtal d’esta Villa”, continuando a carta ressalta seu interesse de que “este pedido seja atendido com a máxima brevidade”, pois o “que tínhamos combinado com refferencia a nomeação do cidadão Christiano Zigler jº deste lugar, ficou sem efeito visto o mesmo não aceitar”.²⁷⁰

Tenho a honra de comprimetar a V. E. e tomo a liberdade de solicitar a bem da politica local a nomeação do cidadão Diniz Vieira de Lemos, para o cargo de Juiz Districtal d’esta Villa e tenho interesse que este pedido seja atendido com a máxima bravidade. Quanto ao que tínhamos combinado com refferencia a nomeação do cidadão Christiano Zigler jº deste lugar, ficou sem efeito visto o mesmo não acceitar.²⁷¹

Completamente inseridos na rede de compromissos coronelistas, os juízes distritais realizavam uma função estratégica no que diz respeito ao aparelho de controle político e expropriação econômica, vinculados a um determinado coronel e ao poder central. Julgando as causas cíveis de valor de até 500 mil réis e procedendo com os processos-crime sempre de acordo com os mandos e desmandos do poder local, esses juízes distritais funcionavam como importantes engrenagens na máquina institucional de coerção aparelhada por Borges de Medeiros e pelos coronéis locais.

Na estrutura judicial rio-grandense, os juízes distritais estavam subordinados hierarquicamente aos juízes de comarca, estas normalmente estabelecidas nas sedes dos municípios. Aos juízes de comarca incumbiam julgar, em segunda instância, as causas cíveis inferiores a 500 mil réis sentenciadas pelos juízes distritais. Em primeira instância, competia julgar as causas cíveis de valor superior a 500 mil réis, presidir e julgar crimes ordinários, políticos ou de responsabilidade de funcionários e autoridades públicas e judiciárias, além de presidir o Tribunal do Júri.²⁷²

Conforme a Constituição de 10 de dezembro de 1895, os juízes de comarca eram nomeados pelo presidente do estado, através de aprovação em concurso realizado pelo Superior Tribunal e coordenado pelo presidente da corte, conforme art. 42, cap. IV, da lei

²⁷⁰ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MILLER, Innocencio de Mattos. Carta. Antonio Prado, 17/8/1901. 2 folhas. Documento 00143. Descritores: Municípios, Política Regional, Justiça.

²⁷¹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MILLER, Innocencio de Mattos. Carta. Antonio Prado, 17/8/1901. 2 folhas. Documento 00143. Descritores: Municípios, Política Regional, Justiça.

²⁷² AXT, Gunter. O judiciário e a dinâmica do sistema coronelista de poder no Rio Grande do Sul. *Metis: história e cultura*, v. 11, n. 21, p. 39-88, jan./jun. 2012, cit. 50-52.

nº 10, já supracitada. Sem exigência *sine qua non* de diploma em direito, em concurso seriam elegidos os candidatos que houvessem “assinalado serviços ao Estado” na condição de juiz distrital ou promotores. Esse artigo fornecia margem para a manipulação do acesso à toga, pois vinculava a nomeação para a magistratura à inserção e à participação do postulante na rede de compromissos do coronel local, do PRR e do presidente do estado.²⁷³

De forma geral, mas não unanime, os juízes de comarca delineavam-se como aliados do governo e de seu projeto político durante o período em que Borges de Medeiros esteve à frente da Presidência do Rio Grande do Sul. Essa condição ocorria não apenas devido aos meios de acesso à magistratura que perpassava imprescindivelmente por se integrar à rede de compromissos borgistas, mas também pelos eficientes mecanismos de controle sobre a carreira do magistrado, que eram frequentemente manejados pelo governo. Não obstante, os juízes de comarca fossem vitalícios, os concursos públicos de acesso à magistratura eram prontamente manipulados. Pretendentes às colocações, em muitos casos, sequer realizavam os concursos sem indicação do coronel ou a consulta e aprovação prévia do presidente do estado. Essas palavras podem ser bem observadas na carta de Amaro Pereira a Borges de Medeiros ao recusar, por motivos de saúde, a nomeação para juiz de comarca de São Luiz após a indicação do cel. Innocencio de Mattos Miller:

Estando eu ainda enfermo, no gozo de licença, em função de inspecção de saúde a que fui submetido pela Directoria de Hygiene, não me é possível actualmente aceitar o honroso convite que V. Ex. me fez, em telegramma, para ocupar o cargo de Juiz da Comarca de São Luiz, encaminhando-me, mais tarde, na elevada carreira da magistratura. A minha permanência aqui, no seio de minha família, se impõem por mais alguns tempos afim de que, com cuidados especiais, me possa restabelecer da moléstia que me atacou o organismo debilitado.²⁷⁴

Uma vez conduzidos à magistratura, a integração e permanência do juiz na rede de compromissos que envolvia poderes locais e poder central era asseverada por meio do sistema de concessão de promoções, até mesmo das aposentadorias, que dependiam de decretos do presidente do estado. Já o coeficiente de autonomia de ação e decisão concentrada nas mãos dos juízes variava conforme acordos, atritos e acomodações políticas desses com os coronéis locais e relações destes com o presidente do estado. As

²⁷³ Ibidem, p. 54-62.

²⁷⁴ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA, Amaro. Carta. Venâncio Aires, RS, 12/7/1914. 2 folhas. Documento 10411. Descritores: Municípios, Política Regional, Partido Republicano Rio-Grandense.

incomuns insubordinações e rompimentos da rede de compromissos estabelecida eram confrontados através de formas sutis. Enquanto juízes distritais e promotores eram exonerados, os juízes de Comarca eram transferidos segundo solicitação própria ou “por conveniência pública”, o que significava, verdadeiramente, as remoções e a imposição de sérios prejuízos na carreira. As insubordinações ocorriam em razão de atritos com o poder central por problemas com promoções na carreira, desgostos por parte do magistrado com o tratamento e prestígio dispendido a ele pelo poder central ou quando eles acabavam cooptados por poderosos locais, em especial nas regiões ligadas aos latifúndios pastoris da região da fronteira, reduto da oposição do PL.²⁷⁵

Por fim, seguindo a estrutura hierárquica do Judiciário no Rio Grande do Sul, os juízes de distrito e juízes de comarca estavam subordinados hierarquicamente ao Superior Tribunal. Esta última instância funcionava como “tribunal de apelação e também funciona como de primeira instancia em alguns casos”, era delineada como um tribunal “composto de juizes que nada podem recear do poder executivo, pois a sua inamivibilidade era absoluta e a sua vitalicidade um direito intangível” cujas decisões, além de contar com as garantias da lei, tinham suas ações garantidas “com a probidade e o saber dos nosso magistrados, cujas sentenças ahi estão para serem analysadas”.²⁷⁶

O Superior Tribunal, que é composto de juizes que nada podem recear do poder executivo, pois a sua inamivibilidade é absoluta e a sua vitalicidade um direito intangível. Alem das garantias da lei, contamos ainda com a probidade e o saber dos nosso magistrados, cujas sentenças ahi estão para serem analysadas.²⁷⁷

As apelações de sentenças proferidas pelos juízes de comarca dirigiam-se para a capital do estado, onde funcionava o Superior Tribunal. A instância final de julgamento, sentença e apelação na estrutura judicial borgista era composta por sete desembargadores, nomeados pelo presidente do estado, satisfazendo critérios imprecisos de antiguidade e merecimento. Entretanto, nem a instância superior do poder Judiciário sul-riograndense atendia aos requisitos da neutralidade e imparcialidade, estando diretamente predisposto à influência dos coronéis e do sacerdote palaciano Borges de Medeiros.

²⁷⁵ Axt, Gunter. Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista. In: *História e justiça*. Porto Alegre: Memorial do Judiciário: Departamento de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça do RS, 2001. p. 175-212. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaicho/revista_justica_e_historia/issn_1676-834/v1n1_2/doc/06._Gunter_Axt.pdf. Acesso em: 16 mar. 2015.

²⁷⁶ A Federação, Porto Alegre, 30 de janeiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00026. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²⁷⁷ A Federação, Porto Alegre, 30 de janeiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00026. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 1º abr. 2015.

Conforme carta do cel. Thomaz José Pereira Júnior, de Venâncio Aires, em 28 de abril de 1916, podemos observar a intervenção do presidente do estado no Superior Tribunal em virtude da solicitação do poder coronelista em favor dos elos de sua rede de compromissos locais. As palavras do coronel venâncio-aiarense são desprovidas de dúvidas ou ambiguidades quando solicita a “sua valiosa intervenção afim de que se faça inteira justiça”, dando, assim, “anho de causa aos colonos” no processo “Ubatuba em breve será julgado pelo Superior Tribunal”.²⁷⁸ Observamos que os critérios imprecisos e manipuláveis de seleção à magistratura suprema do Judiciário borgista propiciavam a formação de um Superior Tribunal alinhado ao presidente do estado e seus correligionários locais nas ações de empenho e importância política.

Tem esta por objecto comunicar-lhe que o processo Ubatuba em breve será julgado pelo Superior Tribunal, pois já foram cumpridas as ultimas diligencias por elle determinadas achando-se os autos com o quarto Revisor. Conforme V. Ex. tem promettido espero a sua valiosa intervenção afim de que se faça inteira justiça, dando ganho de causa aos colonos. Certo de que V. Ex. providenciará, subscrevo-me com muita estima e consideração. Amigo e co-religionário. Thomas Pereira²⁷⁹

Isso sugere que, se após tramitado pelos juízes de distrito e comarca ainda sobrevivessem condenações de aliados ou absolvições de opositores, a transformação do Superior Tribunal em virtual aparelho no processo de cooptação e coerção funcionava no enfrentamento ou na colaboração entre o presidente do estado, o PRR e os poderes locais com a sociedade civil. Entretanto, esse contexto que englobava as três instâncias do poder Judiciário gaúcho não passava despercebida. Segundo reportagem veiculada pelo órgão *A Federação*, em 30 de janeiro de 1913, os opositores do regime argumentavam que no Rio Grande do Sul a “magistratura não tem em vista a justiça da causa, mas o interesse subalterno”, ou que “este poder, completamente corrompido no solo sul-rio-grandese serve apenas aos desígnios do Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros e seus correligionários”.²⁸⁰

O *Século* com desembaraço que revolta, afirma, entretanto, que a nossa magistratura não tem em vista a justiça da causa, mas o interesse subalterno. São tácitos ao afirmar que este poder, completamente corrompido no solo sul-

²⁷⁸ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 28/4/1916. 2 folhas. Documento 10415. Descritores: Municípios, Justiça.

²⁷⁹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. PEREIRA JÚNIOR, Thomaz José. Carta. Venâncio Aires, RS, 28/4/1916. 2 folhas. Documento 10415. Descritores: Municípios, Justiça (grifos nossos).

²⁸⁰ A Federação, Porto Alegre, 30 de janeiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00026. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

rio-grandese serve apenas aos desígnios do Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros e seus correligionários. Felizmente, os representantes da justiça do Estado estão acima desses insultos grosseiros, filhos da paixão política e da oposição systemática.²⁸¹

Além de juízes de distrito, comarca e Superior Tribunal, o aparelho jurídico de cooptação e coerção estruturado e empregado por Borges de Medeiros contava também com as ações dos promotores de justiça. De acordo com a já citada anteriormente lei nº 10, de 10 de dezembro de 1895, os promotores de justiça apresentavam-se como serventuários da justiça do estado cuja posição hierárquica acompanhava e colaborava com os juízes de comarca. Detendo como principais funções a promoção de ações no âmbito penal, mas também processos cujo domínio delineava “a defesa dos interesses do Estado e da sociedade”, o Ministério Público figurava como uma ferramenta de inserção do poder coronelista no seio da sociedade colonial.

Em carta enviada de Antônio Prado em 9 setembro de 1915, o advogado José Michel de Barros Cobra solicita a Borges de Medeiros, após um interessante discurso acerca da enfermidade que afligiu o presidente do estado, “ser nomeado promotor de qualquer comarca ou juiz distrital de qualquer município”. O acesso ao Ministério Público passava obrigatoriamente pela inserção na rede de compromissos que entrelaçava o presidente do estado, os poderes locais coronelistas e os correligionários. O acesso à função ocorria mediante concurso, o que de maneira alguma afastava as inúmeras fraudes ocorridas nesse processo. Ressaltamos ainda que o poder central ainda adotou o método de nomear promotores interinos, por conseguinte, demissíveis de acordo com os mandos e desmandos do presidente do estado. Desse modo, o quadro da Promotoria Pública apresentava-se sob a moldura da isonomia e impessoalidade, no entanto, observamos os promotores imersos e emaranhados na rede de compromissos estabelecida no Rio Grande do Sul durante a República Velha.²⁸²

Com esta vos apresento sinceras felicitações pelo vosso restabelecimento que veio de encher de grande contentamento o Rio Grande republicano. A providencia age por meios fora do alcance vulgar... Para que V. Ex. tivesse conhecimento próprio de uma filial que o Estado não tributa, feriu-vos com duas affições: durante quarenta e tantos dias vos reteve no leito em perigo de vida e suscitou contra nós um profeta de máo agouro. Triunphando a sciencia V. Ex. acha-se completamente restabelecido, V. Ex. mais uma vez teve a reaffirmação de quanto vos idolatram os republicanos desta terra. Eu, que sou de todos o mais humilde, de coração vos felicito.

²⁸¹ A Federação, Porto Alegre, 30 de janeiro de 1913. Ano 1913 - Arquivo 00026. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 1º abr. 2015.

²⁸² AXT, Gunter. *Gênese do Estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. p. 117.

Faço votos para que V. Ex. novamente se encontre a frente do governo do Estado e aproveito o pedido que por mais de uma vez vos fiz de ser nomeado promotor de qualquer comarca ou juiz distrital de qualquer município. Ouso importunar-vos por ser paupérrimo e chefe de família e ainda não estar de todo desiludido da justiça exercida por V. Ex.

Sou vosso amigo e corr^o para vida e morte.

Jose Michel²⁸³

Como grande parte dos promotores contava com a formação em direito – salientamos que nem todos o eram –, eles buscavam exercer a função temporariamente, ambicionando a magistratura da comarca cujo acesso dependia de serviços prestados aos coronéis, ao PRR e ao presidente do estado. Essa estrutura proporcionava promotores leais e dedicados aos nortes apontados tanto pelos coronéis quanto pelo procurador-geral de justiça, nomeado entre os sete desembargadores do tribunal e, indiretamente, indicado pelo presidente do estado.

A carta de José Dotti a Borges de Medeiros, de Antônio Prado, em 21 de outubro de 1924, ilustra não apenas o uso do Ministério Público como instrumento de coerção, mas também a efervescência política e social manifestada sob o manto das "tranquilas ditaduras borgistas" nas intendências dos municípios da região de colonização italiana. Na missiva observamos a ação de Caetano Reginatto, intendente e chefe unipessoal do PRR em Antônio Prado, empregar o 8º Corpo Provisório na coerção de municípes, possivelmente eleitores recalcitrantes em posição de oposição política.

[...] Sr. Caetano Reginatto, intendente e, até então, chefe unipessoal do vosso partido aqui. [...] neste município desenrolaram-se inqualificáveis desmandos sob a inspiração directa do mesmo snr. Caetano Reginatto, dentre esses o de virem as altas horas da noite os soldados do 8º Corpo Provisório chicotiam cidadãos pacatos e ao dia seguinte, o commandante desse corpo era o primeiro a sahir publicamente dizendo que taes atrocidades se deram exclusivamente por ordem do snr. Caetano Reginatto. Dahi, ante essa passada, é que certos companheiros de valor social e, especialmente, eleitoral afastaram-se do referido snr. Caetano Reginatto, [...].

As práticas motivaram a abertura de variados processos contra o intendente municipal, sendo que esses apenas não seguiram seus trâmites jurídicos legais em razão da manipulação do Ministério Público pelo chefe político local. Dessa forma, o intendente Reginatto sustou os autos dos corpos de delitos visando à suspensão dos processos em andamento na Promotoria Pública contra suas arbitrariedades.

²⁸³ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. COBRA, Jose Michel de Barros. Carta. Antonio Prado, RS, 9/9/1915. 1 folha. Documento 00157. Descritores: Política Regional, Partido Republicano. Grifos nossos.

Não estão outros processos movimentados contra sua pessoa tão somente em vista de habilmente estarem três autos de corpo de delito sustados na delegacia de policia, sem vistas a Promotoria Publica da comarca, por falta do respectivo andamento processual.²⁸⁴

Conforme ilustra a missiva dirigida a Borges de Medeiros em 1916, em face da inserção dos promotores junto à rede de compromissos borgistas, aliada à delegação do poder de promoção de ações no campo da defesa dos interesses do Estado e da sociedade, tornava o Ministério Público um braço do presidente do estado atuante na esfera do poder local, articulando práticas de cooptação e coerção tanto de poderes locais, cristalizados na figura dos coronéis e mandões locais como de eleitores.

[...] peço-vos o obsequio de tomando-me sob vossa proteção nomear-me, ou fazer com que eu o seja, Juiz Distrital de Bom Jesus ou de qualquer outro município do Estado, ou mesmo Promotor Publico de qualquer comarca. Certo de que fazeis justiça e os desvalidos tem em V. Ex. amigo certo. Subscrevo-me amigo e correligionário.²⁸⁵

A abertura ou retenção de ações de caráter criminal e administrativo, visando ao “bem-estar da sociedade e do Estado” permitia ao residente do estado intervir diretamente nas instâncias das intendências municipais, procurando, desse modo, prestigiar ou desacreditar um intendente e seus correligionários.

De acordo com o contexto anteriormente abordado, promotores dispunham de canais de comunicação diretos com as instâncias superiores da justiça, em especial ao procurador-geral e ao presidente do estado, com quem conservavam respeitosa observância aos ditames. Dessa forma, os promotores dirigiam-se ao procurador-geral em busca de orientações acerca dos procedimentos indicados em cada caso que envolvia questões ligadas direta ou indiretamente à política, especialmente questões ligadas à gestão pública ou ao exercício do poder de polícia. Por sua vez, a Procuradoria Geral atuava em completa harmonia com os pareceres advindos da Presidência do estado.

O controle da Promotoria pelo poder Executivo central afiançava distinta ferramenta de controle sobre os juízes de distrito, a comarca e seus tribunais, coagindo juízes insatisfeitos ou cooptados pela oposição, comprometendo suas atuações de acordo com os desígnios da rede de compromissos borgistas. Júlio de Castilhos, em busca de

²⁸⁴ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. DOTTI, Jose. Carta. Antonio Prado, RS, 21/10/1924. 2 folhas. Documento 00161. Acompanha documento de nº 00161.1. Descritores: Partidos Políticos, Municípios, Executivo Municipal, Partido Republicano Rio-Grandense.

²⁸⁵ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. COBRA, Jose Michel de Barros. Carta. Antonio Prado, 29/2/1916. 1 folha. Documento 00159. Descritores: Política Regional, Funcionalismo, Justiça.

enfraquecer as posições ainda dominadas pelo PL após a Revolução de 93, e Borges de Medeiros, procurando coagir os recalcitrantes correligionários de Castilho a integrar a nova aliança política borgista, empregaram promotores na perseguição de intendentess e coronéis, posições muitas vezes concentradas no mesmo indivíduo, em posição de atrito com o poder central.

Nos novos municípios que emergiam das antigas colônias da região de colonização italiana, os promotores eram empregados na garantia do controle de intendentess que estabeleciam sólidas bases políticas nesses municípios, assim como de elementos ligados à instituição da Igreja Católica de forte influência junto à sociedade colonial, ou de eleitores imigrantes e descendentes em ascensão econômica que reivindicavam posições políticas sem se integrar à rede de compromissos borgistas.²⁸⁶

Nas localidades onde o poder central apresentava menor capacidade de inserção frente a um poder local solidamente estabelecido e dotado de grande habilidade de integração e absorção, os promotores findavam ou engolidos pela rede de compromissos coronelistas locais, ou limitavam-se a simplória condição de informantes do poder central, nem sempre fortalecido ou disposto o suficiente para intervir nas realidades locais diante das denúncias. Embora, muitas vezes, a rede de compromissos e o aparelho jurídico de cooptação e coerção perpassassem o presidente do estado, os coronéis locais e os magistrados, Borges de Medeiros desejava, em especial, dos promotores e juizes de comarca lealdade ao poder central, relativo ao distanciamento dos poderes locais, de suas composições, disputas e atritos. Essa condição de lealdade e distanciamento foi mais facilmente concretizada em virtude da origem da maioria dos bacharéis postulantes às magistraturas.

Segundo a carta de Ângelo Pinheiro Machado, devido à instalação tardia dos cursos de direito no Rio Grande do Sul, havia uma parcela considerável de magistrados atuante no estado com a formação nos cursos do Rio de Janeiro e São Paulo. A filtragem e contrato de magistrados naturais de outros estados dispostos a integrar a rede de compromissos borgistas e atuar no Rio Grande do Sul ocorria a partir de elementos do PRR ativos no Congresso Nacional, especialmente o senador Pinheiro Machado e o deputado federal Arthur Pinto da Rocha.²⁸⁷ Assim, auxiliavam na formação de um

²⁸⁶ AXT, Gunter. *Gênese do Estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. p. 60-62.

²⁸⁷ MENDES, Maralucia Rodrigues. *Entre o "saber" e o "poder": os políticos profissionais do governo Castilhista (1891-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

judiciário integrante do aparelho de cooptação e coerção edificado por Borges de Medeiros junto aos coronéis locais e às bases eleitorais.

Meu caro Borges

Formou-se este anno pela Faculdade de Dto. Daqui, um moço de distincta família paulista, tendo feito um curso brilhante. Chama-se Edgard Jordão e seu nome já está mais ou menos conhecido nas rodas literárias por causa do discurso que proferio por occasião do grau recebido.

[...]

Ouve tempos que esse rapaz fallava-me que seo maior desejo era ir residir no Rio Grande logo que se formasse, não pela seducção que tem pela organização rio-grandense, como pela norma de administração de seus homens.

[...]

Logo que realisou o grau procurou-me para dar-lhe uma carta de apresentação, porque estava firma no proposito de se ir para o Rio Grande.

[...]

Elle quer servir teo governo governo na magistratura e acredito que será um auxiliar de elite, como melhor verificarás, se o aproveitares.

Elle esta de malas prontas e seguira a meo aviso. Não quis que elle partisse sem primeiro ter resposta tua, afim dele ir seguro da colocação logo á chegada. O Juca se não esquecer-se, deve também fallar-te sobre o rapaz.

Assim, o que resolveres rogo-te communicar-me por telegramma porque, se deferires o pedido, elle se deslocará sem perda de tempo, pois, como te disse está de malas prontas.

Recomendações á D. Clarinda e

Abraço-te o Corr^o e aff^o

A. P. Machado²⁸⁸

Ressaltamos, nessa discussão, que nem Júlio de Castilho, nem Borges de Medeiros conseguiram edificar ou dispor de uma autoridade absoluta e irrestrita sobre os magistrados, os seus tribunais e as suas deliberações. A resistência à rede de compromissos era diretamente proporcional ao prestígio e à fidelidade dispendidos para com essa, pelos elos que a formavam e sustentavam. Tanto para sua existência quanto para seu funcionamento, tornava-se imperativo que todos cumprissem as suas funções, desde o presidente do estado, os poderes locais coronelistas, os correligionários burocratas ligados à máquina estatal, entre os quais o aparelho jurídico discutido nesse momento, e mesmo os eleitores, em específico neste estudo, os imigrantes e seus descendentes, os “colonos”.

Refutamos, então, qualquer esforço explicativo baseado na completa manipulação ou domínio por qualquer um dos elos dessa rede de compromissos. O desprestígio ou o descumprimento da rede de compromissos significava quebra da corrente, rompimento dos elos, o que, na prática, gerava instabilidade, atritos e conflitos que eleitores, poderes locais, poder central ameaçavam diretamente a legitimidade, a estabilidade e o

²⁸⁸ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MACHADO, Ângelo Pinheiro. Carta. São Paulo, SP, 21/1/1905. 2 folhas. Documento 11985. Descritores: Política Nacional, Funcionalismo.

continuismo do governo e da política borgista. Na análise desenvolvida acerca do Judiciário na dinâmica coronelista da região de colonização italiana, percebemos que o aparelho político estruturado entre poder central, cristalizado na figura de Borges de Medeiros, e os poderes locais, fragmentados e distribuídos entre os coronéis, é bastante perceptível em torno das funções exercidas pela justiça no Rio Grande do Sul.

Processos judiciais se tornavam questões nevrálgicas no estabelecimento ou rompimento à rede de compromissos que fornecia a tônica da política do período justamente por nessa esfera incidirem importantes práticas de coerção e cooptação. Pela manipulação de sentenças, podia-se prontamente prestigiar ou desprestigiar um poderoso local, enfraquecendo ou fortalecendo sua posição diante da política local e sua rede de relações de compromissos. Dessa forma, no âmbito do Judiciário, incidiam em toda sua magnitude as disputas políticas entre apoiadores e opositores do governo borgista. Processos cíveis, criminais e administrativos, disputas contratuais, julgamento, sentenças e apelações, testamentos, interesses públicos e privados eram motivos constantes de composições e atritos entre eleitores, coronéis e poder central.

Ressaltamos como prática habitual de juízes distritais consultarem os desígnios dos coronéis locais, assim como os juízes de comarca e Superior Tribunal avaliarem junto a Borges de Medeiros as ações adequadas de determinados processos que envolvessem, direta ou indiretamente, questões políticas. Com a finalidade de garantir as obrigações hipotecadas à rede de compromissos, afiançando seus interesses e de seus correligionários junto às bases eleitorais, o presidente do estado e os coronéis locais buscavam intervir junto à tramitação da ação no processo judicial.

Afastando ou atenuando culpa, retirando ou incluindo testemunhas, fabricando ou eliminando provas, atrasando ou acelerando processos, manipulando sentenças e comutando penas, entre várias outras formas de intervenção nos trâmites legais, o Judiciário funcionava como aparelho de cooptação, prestígio da rede de compromissos, coerção e depreciação de adversários políticos e eleitores recalcitrantes. Advertidos de que o caráter dessa intervenção ocorria de forma cautelosa e discreta, garantindo a imagem de isonomia, equidade, impessoalidade e paridade da justiça no Rio Grande do Sul. Tanto os coronéis quanto o próprio Borges de Medeiros compreendia, em determinadas situações, a dificuldade e os riscos de intervenções, ou as inevitáveis denúncias e protestos manifestados contra a manipulação de processos a favor de correligionários. Essas situações geravam repercussões substancialmente negativas para

a imagem do aparelho judicial, levando a ações cautelosas ou dispensa de intervenções diretas pelo poder estadual e pelos poderes locais.

Observamos, então, que política, justiça, magistratura, rede de compromissos, eleição e votos emaranhavam-se nas relações de poder no período borgista. O aparelho jurídico trabalhava como mais um componente da engrenagem de cooptação e coerção estruturado por Borges de Medeiros junto aos poderes locais e às bases eleitorais na busca da edificação de pilares de sustentação para seu governo, garantindo os fatores de legitimidade, estabilidade e continuísmo, características da política borgista nesse período.

3.3 O coronel e o soldado: forças policiais na ação coronelista

A formação e disposição das forças de segurança pública do Rio Grande do Sul baseava-se na lei nº 11 de 4 de janeiro de 1896. A lei, supostamente atribuída ao então desembargado Borges de Medeiros e elaborada por solicitação de Júlio de Castilhos, organizava a estrutura policial da Brigada Militar, Guarda Nacional, polícia “administrativa” e “judicial” e, por fim, os corpos provisórios, conhecidos por “guarda civil”, os quais podiam ser convocados por coronéis sempre que a “estabilidade constitucional e social” era ameaçada.²⁸⁹

A estrutura policial rio-grandense, assim como o sistema policial, seguia os preceitos contidos na Constituição de 1891, que estabelecia, na visão de Castilhos e Medeiros, a ascendência estadual sobre a autonomia municipal, estabelecendo uma hierarquização do sistema policial visando sempre ao controle do município pelo Estado. Essa concepção advinha, conforme elucida Peres, da constante compreensão por parte dos poderes coronelistas locais de que o estado e os municípios constituíam esferas distintas e independentes de influência e ação dispostas cada uma em nível distinto de mando. Assim, o presidente do estado e chefe político estadual exercia seu poder com exclusividade nas questões relativas a tudo quanto pronunciasse respeito à esfera do estado, por sua vez, o intendente municipal e coronel local exerciam o poder também com exclusividade e sem interferências estaduais em tudo que delineasse respeito à esfera municipal. No entanto, para Borges de Medeiros, essa concepção ocorria apenas na

²⁸⁹ AZEVEDO, Tupinambá Pinto de. *Cachoeira do Sul, Comarca: 150 anos de história*. Cachoeira do Sul: Poder Judiciário, Comarca de Cachoeira do Sul, Museu Municipal, 1985, p. 24-25.

relação estados/federação, não sendo aplicada na relação municípios/estado. Para o presidente do estado, delineava-se apenas uma exclusiva e singular esfera de poder centralizada no estado, sendo, dessa forma, o município uma simples subdivisão administrativa desse. O poder municipal se pronunciava como uma derivação e delegação do poder estadual, constituindo-se o exercício do poder pelo chefe municipal uma modesta atribuição do chefe estadual.²⁹⁰

A partir dessa concepção podemos compreender a esfera de ação da Brigada Militar. Segundo os princípios do federalismo instituído pela Constituição federal de 1891, as funções de coerção policiais ficaram a cargo dos respectivos estados, sendo que cada um desses instituiu e organizou livremente o seu aparelho policial. Por via de regra, respeitando a dinâmica coronelista que se estruturava durante a República Velha, adotou-se o princípio da livre nomeação dos chefes de polícia, delegados e subdelegados pelo poder local, integrando esses elementos à rede de compromissos do coronel e sua área de influência e ação. No caso do Rio Grande do Sul, em particular, o subintendente nomeado pelo intendente eleito de acordo com a situação coronelista local exercia as funções de autoridade policial nos seus respectivos distritos de instituição.

Como resultado dessa equação, observamos o estruturado aparato coercivo policial com caráter partidário, subsistência, dentro de outro contexto da manifestação policial que já se via no Império, onde a polícia era utilizada como instrumento comum de ação política. Contudo, a diferença encontrava-se no fato de os instrumentos policiais passarem a servir as situações municipais e estaduais, ao passo que no período anterior serviam os desígnios centrais do Império. Assim, ressaltamos a condição da Brigada Militar, instituição que registrava alto grau de fidelidade ao poder palaciano castilhistaborgista, bastando para isso citar que a tropa era regida pelo Código Penal da Armada, que, administrado pela comandância sempre indicada e de acordo com as intenções da Presidência do estado, cominava sentenças, incluindo castigos corporais e pena de morte, que apenas podia ser apelada ao presidente.²⁹¹

Conforme depreendemos das palavras do cel. Agilberto Attílio Maia, solicita a permanência do destacamento da Brigada Militar, enviado por Borges de Medeiros após ser obrigado a dispensar a Guarda Municipal devido aos excessivos gastos ocasionados com a grave seca de 1906. Na hierarquia policial rio-grandense, a Brigada Militar delineava-se como a principal corporação militar estadual, constituindo-se força de

²⁹⁰ PERES, op. cit., p. 67.

²⁹¹ AXT, Gunter. *Gênese do Estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. p. 110.

garantia contra ameaças tanto de insurreição da oposição federalista quanto contra intervenções federais e, em especial, de instrumento de ação contra coronéis insubordinados e eleitores recalcitrantes rebelados contra a facção coronelista e o poder estadual.

Cumprindo, por outro lado, garantir a continuidade da ordem pública, até hoje assegurada com o concurso dessa força que as circunstancias actuais me obrigão a dispensar, appello para a solicitude e prestimoso concurso de V. Ex. pedindo para que continue aqui as ordens deste município o destacamento da Brigada ás ordens do Sr. Delegado de Policia, até que desapareção os effeitos da crise que nos assoberba.²⁹²

A Guarda Nacional, por sua vez, tem origem na patente de coronel, ostentada pelos mandões locais. Na historiografia especializada nas questões ligadas ao coronelismo, encontramos constantemente a ligação entre o fenômeno coronelista e o latifúndio. Conforme a análise de Oliveira Vianna, a característica dominante do latifúndio no Brasil reside, em menor escala, não nas suas características propriamente econômicas, mas, sim, nos sinais e símbolos de prestígio e poder que esse significava para o senhor rural. Os grandes proprietários de terras se alicerçavam num quase incomensurável poder privado, uma das marcas mais incontestes da formação histórica do Brasil. Além do latifúndio e de seus colossais saldos econômicos, esses mesmos senhores controlavam os aparelhos da política, da polícia e da justiça num processo centrípeto que aspirava os homens para as suas relações de dependência.²⁹³

Com a proclamação da República, a reformulação política partiu de cima para baixo, expirando em um sistema político censitário, iniciando um sistema representativo. No entanto, sem o processo de politização e mobilização social da população, agora proprietária do sufrágio, estabelecendo-se, então, uma aliança entre um Estado e partidos políticos não suficientemente instituídos e organizados e os velhos representantes do poder privado, os coronéis, senhores rurais com seus poderes de mobilização social e, conseqüentemente, capacidade de arrebanhar votos. Nessa concepção, o sistema coronelista de poder caracteriza-se, sobretudo, por um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. Não é possível, pois,

²⁹² Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MAIA, Agilberto Atílio. Carta. Guaporé, RS, 24/11/1916. 2 folhas. Documento 02472. Acompanha ata da apuração da Eleição de Intendente e Conselheiros Municipais de Guaporé. Descritores: Executivo Municipal, Polícia, Agricultura, Seca.

²⁹³ VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.²⁹⁴

Conforme trouxemos à discussão quando buscamos uma profunda compreensão do coronelismo, não podemos analisar o fenômeno coronelista como uma manifestação única e integral no conjunto das diversas realidades do Brasil. Quando promovemos um exame das práticas coronelistas, é essencial termos consciência das distintas formas de manifestação desse fenômeno, pois, conquanto esteja diretamente ligado ao sistema político federal, o coronelismo se delineou como uma dinâmica política e social em nível local, logo, inteiramente condicionado pelas características e peculiaridades locais.

Para analisar e compreender o coronelismo, é fundamental um estudo das condições de todos os estados e das regiões específicas de sua manifestação, uma vez que a dinâmica coronelista se desenvolvia na relação com o Estado e com as formas de constituições políticas, econômicas e sociais locais. Nessa compreensão, destacamos que no processo histórico do Brasil encontramos, invariavelmente, a figura do coronel como grande proprietário rural, salientamos também a existência de coronéis que estabeleciam suas bases de poder na atividade comercial, industrial ou no próprio exercício da profissão liberal e no sacerdócio, questionando também o contexto de isolamento da população, especialmente nos casos urbanos dos coronéis comerciantes e industriais.²⁹⁵

O coronelismo na região de colonização se manifestou de forma peculiar devido às características da sociedade desse local, marcado pelo processo de ocupação das terras. Devido ao processo de imigração e de colonização na região não encontramos latifúndios, conseqüentemente as relações sociais proporcionadas se desenvolviam numa sociedade baseada em pequenos proprietários rurais cuja mão de obra se caracterizava pelo braço familiar e uma produção agrícola baseada na policultura. Inexistiam os poderes privados dos senhores rurais alicerçados no latifúndio, assim como inexistiam as relações entre agregados diretos e pequenos produtores da grande propriedade, nem mesmo os sinais e símbolos de prestígio e poder que o latifúndio concedia ao coronel em posição de senhor rural.

Percebemos, com a instituição da patente “coronel” da Guarda Nacional a Agilberto Atílio Maia pelo então presidente da República marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, em 1912, mesmo ano em que foi eleito intendente do município de Guaporé, os sinais e símbolos de prestígio e poder, em outros contextos, eram conferidos pelo

²⁹⁴ LEAL, op. cit., p. 42-43.

²⁹⁵ CARVALHO, op. cit., p. 1598-1599.

latifúndio, agora eram atribuídos pela patente de coronel na posição de intendente. A Guarda Nacional, organização sobrevivente dos tempos imperiais, apresentava as patentes outorgadas pelo governo federal a partir de recomendações estaduais junto à indicação e eleição para a intendência, posição máxima da administração municipal, delineavam-se como essenciais para a força do coronel, pois simbolizavam que esse indivíduo possuía as faculdades e os meios de conceder ou vetar as benesses necessárias à materialização do horizonte econômico do imigrante e de seus descendentes.

As posições de coronel, chefe político local e intendente, atribuíam ao seu detentor insígnias ratificadas de que esse indivíduo ocupava uma posição-chave nas relações entre os cidadãos que compunham a sociedade local e o presidente do estado, legando a ele poderes efetivamente reconhecidos e aceitos nas comunidades locais. A patente de coronel da Guarda Nacional representava que o intendente ocupava uma posição de prestígio e influência junto às instâncias de deliberação do poder estadual, legando também *status* de autoridade e mando junto às comunidades locais. Simbolizava que era detentor da possibilidade de realização do sonho e do ideal do colono imigrado, seja através da abertura e conservação de estradas, seja no auxílio de extermínio de pragas, que significavam a concretização das colheitas dos frutos, da expressão de ser proprietário de terra e da prosperidade material, seja também na abertura de aulas públicas, que significavam o acesso ao idioma vernáculo, alfabetização, possibilidade de se tornar “dotor” e elevação social.

Conforme ajuizamos, nosso principal objetivo é desenvolver um estudo mais profundo e abrangente sobre as direções políticas e administrativas nas áreas coloniais italianas, procurando analisar e compreender os mecanismos e dinâmicas de cooptação e coerção estabelecidas entre intendentes e eleitores por intermédio do cel. Agilberto Attílio Maia no município de Guaporé.

Se, por um lado, podemos afirmar com tranquilidade que a eternização à frente das intendências num processo de continuidade administrativa e de direção política era uma realidade, do mesmo modo, efetivamente, a região de colonização italiana delineava-se como um reduto valioso de votos para o borgismo, ao menos no período compreendido entre 1908 e 1923, por outro, o mesmo não podemos afirmar na questão relativa à tranquilidade nas relações entre o presidente do estado e chefe do partido e os poderes locais coronelistas, principalmente entre as relações dos coronéis e eleitores de origem imigrante e descendentes, ressaltando que sob o manto das “tranquilas ditaduras serranas” vários conflitos se manifestaram, muitas vezes de caráter violento.

Precisamente nos municípios da região de colonização italiana cuja característica principal se encontrava no processo de imigração e ocupação das terras, gerando distritos com relevante número de pequenas propriedades rurais de imigrantes europeus e seus descendentes, trabalhadas pela mão de obra familiar e com um grande potencial de eleitores, agudas manifestações de rebeldia e oposição se manifestaram. Observamos nas palavras do cel. Innocencio de Mattos Miller sobre a dinâmica política do município de Caxias do Sul e nos municípios de origem colonial onde o PRR se delineava como partido hegemônico, coronéis responsáveis por inserir a política borgista se eternizavam na direção política e administrativa, e os eleitores, frequentemente organizados em círculos comunitários de cunho especialmente religioso, compreendiam a importância de seu voto na dinâmica política da época e sabiam valorizar seu sufrágio. A resposta às administrações das intendências e distritos, corruptas, autoritárias, violentas, ou alheias aos anseios da população, os eleitores da região de colonização italiana respondiam com fortes abstenções ou até mesmo com sufrágios nas oposições de cunho federalista nos períodos de eleições, o que demonstrou ser extraordinariamente ameaçador ao projeto de legitimidade, estabilidade e continuísmo da política de Borges de Medeiros.

Tendo tido conhecimento por pessoa fidedigna que o padre Carmini, em Caxias, tem se envolvido em politica por forma diversa da que devera adoptar, levo esse facto ao conhecimento de V. Exa. para confirmar o que sobre elle, pessoalmente e por carta, tenho dito a V. Exa. [...] Outra coisa não posso crer que seja senão o afastamento dos eleitores na eleição e isso se se der forçosamente será por influencia do alludido padre. porque tenho certeza que Firmino de Abreu, por prestigio próprio, é incapas de afastar um só eleitor, a menos que não lance mão de muito embustre e intriga, em cuja pratica é acostumado. Nestas condições, julgo de meu dever mais uma vez lembrar a V. Exa. a conveniência de conseguir a remoção do padre Carmini para fora das colonias visinhas se possível for, para cujo resultado muito confio em V. Exa.²⁹⁶

Ressaltamos que a função do aparelho policial não se limitava, de forma alguma, à manutenção da ordem nos municípios e distritos, sua função era como engrenagem da máquina de coerção estabelecida pelo presidente do estado em sintonia com os coronéis locais. Manifestava-se plenamente nas vésperas e durante o rito eleitoral e no processo que envolvia as manipulações, cooptações e coerções. Na preparação das campanhas eleitorais, nas variadas fraudes, nas batalhas contra facções coronelistas oposicionistas, na coerção de eleitores recalcitrantes, no embate com a oposição federalista,

²⁹⁶ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MILLER, Innocencio de Mattos. Carta. Antonio Prado, RS, 13/2/1907. 2 folhas. Documento 00151. Descritores: Política Regional, Partido Republicano. Grifos nossos.

encontrava-se a importância do aparelho policial que se delineava de maior importância e prevalência na sua atribuição regimental de conservar a ordem.

Além da relevância junto às questões relativas ao processo eleitoral, parece pertinente destacar o uso do aparelho policial pelos poderes coronelistas locais para cristalizar suas posições e esferas de ação, prestígio e mando junto ao município na dinâmica de poder centrípeto diante da força unitária e centralizadora do Estado. A força policial funcionava como um dos pesos a favor dos poderes locais na balança que buscava o equilíbrio de forças entre o presidente do estado e os coronéis, que permitia e justificava a existência e permanência de ambos frente à política do Rio Grande do Sul durante a República Velha.²⁹⁷

No contexto das forças de coerção em nível municipal, destacamos a composição do aparelho policial municipal através da polícia “administrativa”, “judicial” e pelos soldados dos corpos provisórios populares da Guarda Civil. Apesar de concebermos e respeitarmos a existência de aparelhos cuja finalidade demonstrava ser a manutenção da ordem pública, a estrutura e organização policial surgem no Brasil, efetivamente, com a publicação da lei imperial nº 261, de 3 de dezembro de 1841, onde estabelece as polícias nas províncias cuja estrutura e funcionamento eram regulamentados pelo decreto nº 120, de 31 de janeiro de 1842. Essa legislação foi concebida para aperfeiçoar o Código de Processo Criminal de 1832, criando as polícias no Brasil. O Código de Processo Criminal não previa, em sua origem, as formas como os crimes deveriam ser reprimidos e tratados, justamente por não haver ainda um órgão estatal especializado com tal função, criando barreiras intransponíveis para a repressão dos delitos, pois, diante desse contexto, o Império criou os órgãos de polícia dedicados para esse fim.

A lei nº 261 estabelecia que no município da corte, Rio de Janeiro, e nas províncias do Império os cargos de chefe de polícia, delegados e subdelegados tinham como responsabilidades principais a manutenção da ordem e da tranquilidade pública, de reprimir os crimes previstos no Código Criminal de 1830. A lei estabelecia ainda as formas de acesso ao aparelho policial, ditando que o chefe de polícia seria apontado entre os desembargadores e juízes de direito, já os delegados e subdelegados entre quaisquer juízes e cidadãos, tendo como características a inamovibilidade e a obrigação do cargo. Seguindo a legislação imperial acerca do aparelho policial, o decreto nº 120, de 31 de janeiro de 1842, regulamentou a execução policial e criminal da lei nº 261, determinando

²⁹⁷ LEAL, op. cit., p. 200.

o modo operacional e a estrutura das polícias na corte e nas províncias. A principal inovação do decreto consistia na divisão entre o funcionamento da polícia administrativa e polícia judiciária. Essas definições acerca da estrutura, organização e funcionamento policial estendeu-se até a lei nº 11, de 4 de janeiro de 1896, baixada pelo então presidente do estado Júlio Prates de Castilhos, que organizou, sob o prisma positivista, o serviço policial no Rio Grande do Sul. A lei nº 11 manteve a dicotomia entre a polícia administrativa, que passava para os municípios, e a polícia judiciária, a cargo do Estado. Nessa lei ficava estabelecido o primeiro ordenamento do sistema policial desde a legislação do Império. Estabelecia que a instituição policial tinha por finalidade assegurar as garantias individuais, a ordem e a moralidade pública. Em suas competências básicas, a polícia administrativa seria essencialmente preventiva e exercida pelos municípios, ao passo que a judiciária tinha o caráter repressivo em relação a crimes e contravenções, estando sob a responsabilidade direta do Estado.²⁹⁸ Conforme João Giuliani, em comentários sobre a divisão das polícias do Rio Grande do Sul após a lei nº 11, de 4 de janeiro de 1896, cita os três primeiros artigos da lei, *in verbis*:

Art. 1º A instituição policial tem por objetivo primordial assegurar as garantias individuais, a ordem e a moralidade pública.

Art. 2º Em suas ramificações subdivide-se a polícia em administrativa e judiciária. A primeira essencialmente preventiva; a segunda tem por fim promover a repressão dos crimes e contravenções.

Art. 3º A polícia administrativa é puramente municipal; a polícia judiciária é exclusivamente do Estado.²⁹⁹

A omissão na Constituição de 1891 foi ajustada pela lei nº 11, ao passo que a Constituição política do estado do Rio Grande do Sul, sobre as questões relativas ao aparelho policial, apenas versava sucintamente sobre a Brigada Militar³⁰⁰ e a Guarda Municipal.³⁰¹ Inegavelmente a lei em análise traz à discussão questões importantes para

²⁹⁸ SIMÕES, Moacir Almeida. *Brigada Militar: trajetória histórica e evolução na constituição*. Porto Alegre: Edipucrs, 2014. p. 145.

²⁹⁹ GIULIANO, João. *Esboço histórico da organização da Polícia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957. p. 97.

³⁰⁰ Capítulo III, Art. 20º, que trata sobre as atribuições do Presidente do Estado, definindo que é prerrogativa do presidente, estabelece: 10º - Organizar a força pública do Estado, dentro da verba orçamentária destinada a este serviço, dispor dela, distribuí-la e mobilizá-la, conforme as exigências da manutenção da ordem, segurança e integridade do território. Se o alistamento voluntário não bastar ao preenchimento dos quadros, cada Município, na proporção do número dos seus habitantes, será obrigado a suprir, mediante sorteio, o contingente que os deva completar.

³⁰¹ O Título III, que trata sobre a Organização Municipal, contempla no Art. 70 - Haverá em cada município uma guarda municipal, incumbida do policiamento. Ao intendente compete organizá-la, distribuí-la e dispor dela, conforme as exigências do serviço, não excedendo a despesa consignada no orçamento. Fonte: Constituição Política Do Estado Do Rio Grande Do Sul, 1891. Disponível no Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/>>

a compreensão da dinâmica na área da segurança pública, inclusive por fazer clara a distinção das gerências e atribuições a serem exercidas pela polícia administrativa e pela polícia judiciária.

Na dinâmica coronelista das relações de poder entre presidente do estado, poderes locais coronelistas e eleitorado, a polícia administrativa, em razão tanto da sua esfera de gerência quanto das atribuições de sua esfera de ação, era como um agudo instrumento empregado na coerção de coronéis insurgidos em oposição à facção dominante nos municípios e contra eleitores intransigentes e insubordinados à direção política e administrativa local.

A polícia administrativa, por sua vez, em relação direta à gerência e atribuições da esfera de ação, funcionava como uma ferramenta de intervenção do presidente do estado nas disputas entre facções coronelistas municipais, atuando como aparelho de coerção, enfraquecimento e desprestígio aos coronéis opositores insurgidos, ou em disputas de facções internas do PRR, conduzidas por um ou mais coronéis poderosos do local, acompanhados pelos seus séquitos de correligionários emaranhados em suas redes de compromissos.

A polícia judiciária nos municípios era composta pelos delegados e subdelegados, submetidos ao secretário do Interior e Justiça, à chefatura de polícia e às quatro chefaturas regionais, que podiam dispor dos regimentos “brigadianos”, embora não estivessem sob seu comando direto.

O chefe de polícia costumava ser um indivíduo de influência no âmbito da rede de compromissos e aliado do chefe estadual. Ele tinha como principais atribuições a coordenação dos serviços de manutenção da ordem pública, a distribuição da força policial pelo estado, desenvolver ações de combate às diversas atividades criminais, além de intermediar negociações com os coronéis locais ou de grevistas urbanos e o governo estadual ou lideranças empresariais. Delineavam-se ainda chefes de polícia burocratas, uma vez que assumiam a função temporariamente e administrando a transferência do cargo para outra liderança de destaque.³⁰²

Via de regra, o chefe de polícia encontrava-se auxiliado por quatro subchefes, cada qual responsável por uma jurisdição específica numa determinada região do estado. As subchefaturas eram normalmente outorgadas a chefes políticos locais, sobre os quais o

Constitui%C3%A7%C3%B5es SulRioGrandenses/ tabid/3456/Default.aspx>. Acesso em: 1º jun. 2015.

³⁰² AXT, Gunter. *Gênese do Estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. p. 109-114.

presidente do estado e líder do partido buscava constituir uma relação de subordinação, na verdade, ocorria mais o trato de cooperação do que de subordinação. Essas lideranças locais ostentavam o posto da subchefatura como uma demonstração de força e sintonia com a rede de compromissos estadual e local. Delineando-se como mais que indivíduos responsáveis pela garantia da segurança pública, exerciam funções de agentes políticos e representantes do poder estadual nas regiões de atuação, arbitravam conflitos entre o poder estadual, as diversas facções e os coronéis, além de atritos entre autoridades policiais, judiciárias e administrativas. Agindo diretamente nos municípios, encontramos os delegados e subdelegados de polícia. Funcionários escolhidos num processo de combinação entre os coronéis locais e o chefe estadual, havendo a possibilidade de indicação de qualquer cidadão sem o pré-requisito de diploma ou concurso público.³⁰³

Conforme a ação do intendente de Venâncio Aires Caetano Reginatto, após utilizar os soldados do 8º Corpo Provisório na coerção de eleitores que corroboravam com a candidatura proposta pela Comissão Executiva, instituída pelo cel. Elysiario Paim Netto, usou sua influência junto à polícia judiciária para deter os corpos de delito que sustentavam os inquéritos movidos contra sua pessoa. Assim, compreendemos que o uso da força pública era fundamental para a manutenção do *status quo* de uma facção. Era constante por medida de fortalecimento da rede de compromissos e de poder de coerção centralizado no indivíduo, o delegado ou subdelegado ocupava também o cargo de subintendente. Esse artifício era especialmente adotado pelas chefias locais para manter a subordinação de “distritos difíceis”, com forte presença de eleitorado conflitante e/ou federalista, pois se garantia na unidade da polícia e da administração um comando forte.³⁰⁴

Não estão outros processos movimentados contra sua pessoa tão somente em vista de habilmente estarem três autos de corpo de delito sustados na delegacia de policia, sem vistas a Promotoria Publica da comarca, por falta do respectivo andamento processual.³⁰⁵

A função precípua do delegado responsável pelo município e dos subdelegados responsáveis da ação direta nos distritos concentrava-se na investigação criminal. Nesse âmbito, entre suas competências constavam a aferição de corpo de delito, busca e

³⁰³ MAUCH, Cláudia. Experiências de vida e trabalho de policiais em Porto Alegre no início do século XX. In: SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RS, II. *Caderno de resumos...* Porto Alegre: Arquivo Histórico do RS, 2002.

³⁰⁴ AXT, Gunter. *Gênese do Estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. p. 111.

³⁰⁵ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. DOTI, Jose. Carta. Antonio Prado, RS, 21/10/1924. 2 folhas. Documento 00161. Acompanha documento de nº 00161.1. Descritores: Partidos Políticos, Municípios, Executivo Municipal, Partido Republicano Rio-Grandense.

apreensão de documentos e instrumentos, obtenção de provas e esclarecimentos, formação de diligências na verificação de crimes e contravenções, prisão em flagrante delito ou sob mandato, inspeção das prisões e representação junto às autoridades judiciárias acerca de prisões preventivas de indiciados.³⁰⁶ Devido às suas funções policiais, os delegados e subdelegados eram, via de regra, importantes agentes tanto para a conquista de confortável margem de vantagem eleitoral quanto para a cristalização e conservação do prestígio da facção coronelista local.³⁰⁷

Conforme suas atribuições, a polícia judiciária tinha o encargo de investigar e descobrir os crimes que não fossem prevenidos pelas demais estruturas de polícia, além de colher e transmitir às autoridades competentes os índices e provas, indagar os autores e cúmplices e concorrer eficazmente para que fossem levados aos tribunais. Os subdelegados de ação distrital e os delegados de ação municipal eram obrigados a prestar contas e comunicar as ocorrências de sua jurisdição ao seu superior, os subchefes que, por sua vez, deveriam comunicar as ocorrências relevantes de sua jurisdição ao seu superior, de forma que o chefe de polícia, no topo da hierarquia, estivesse sempre ciente do conjunto de atividades policiais em nível estadual, funcionando como importantes ferramentas de esclarecimento, aconselhamento e intermediação entre os coronéis locais e o poder central de Borges de Medeiros na dinâmica de atritos e composições nas esferas de ações de cada um dos poderes.

À polícia administrativa cabia as questões relativas à prevenção de crimes pela vigilância constante e sistemática. A autoridade máxima era atribuída ao intendente municipal, secundada pelos subintendentes e pela hierarquia particular da instituição, que obedecia ao alferes, comandantes, sargentos, cabos e praças. De acordo com suas atribuições, a polícia administrativa se encarregava de fazer os códigos posturais municipais, manter a tranquilidade e circulação nas vias públicas, evitar atritos e compor as partes conflitantes, fazer cumprir mandatos de autoridade competente mediante prévia requisição, zelar pela segurança de edifícios públicos municipais, prestar socorro em casos de calamidades municipais e providências na extinção de incêndios. Consideramos nesta pesquisa o art. 2º, que apresenta sua ação e possibilidade de expansão do número de agentes vinculados à “alteração da ordem pública”, sendo a concepção e o decreto de

³⁰⁶ MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. p. 43.

³⁰⁷ AXT, Gunter. *Gênese do Estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. p. 112.

alteração de ordem pública estarem ao encargo do intendente e subintendentes, manipulada conforme a sua vontade.

Art. 1º - Fica, nesta data, reorganizada a guarda municipal de Guaporé, com seguinte efetivo:

1 alferes
1 2º sargento
2 cabos
15 praças

Art. 2º - Em caso de alteração da ordem pública e de acordo com as exigências do serviço, seu efetivo poderá ser aumentado.

Ficando a guarda municipal assim constituída:

Alferes comandante – Claro Alves Cordeiro

Cabo – Luiz Galvão dos Santos

Guarda Simples – Diniz Alves Pereira

Guarda Simples – Santiago Cabral

Guarda Simples – João Amândio de Oliveira

Guarda Simples – Pedro Alves Pereira

Guarda Simples – Patrocínio Maciel

Guarda Simples – Nazário da Silva

Guarda Simples – Jorge Fernandes

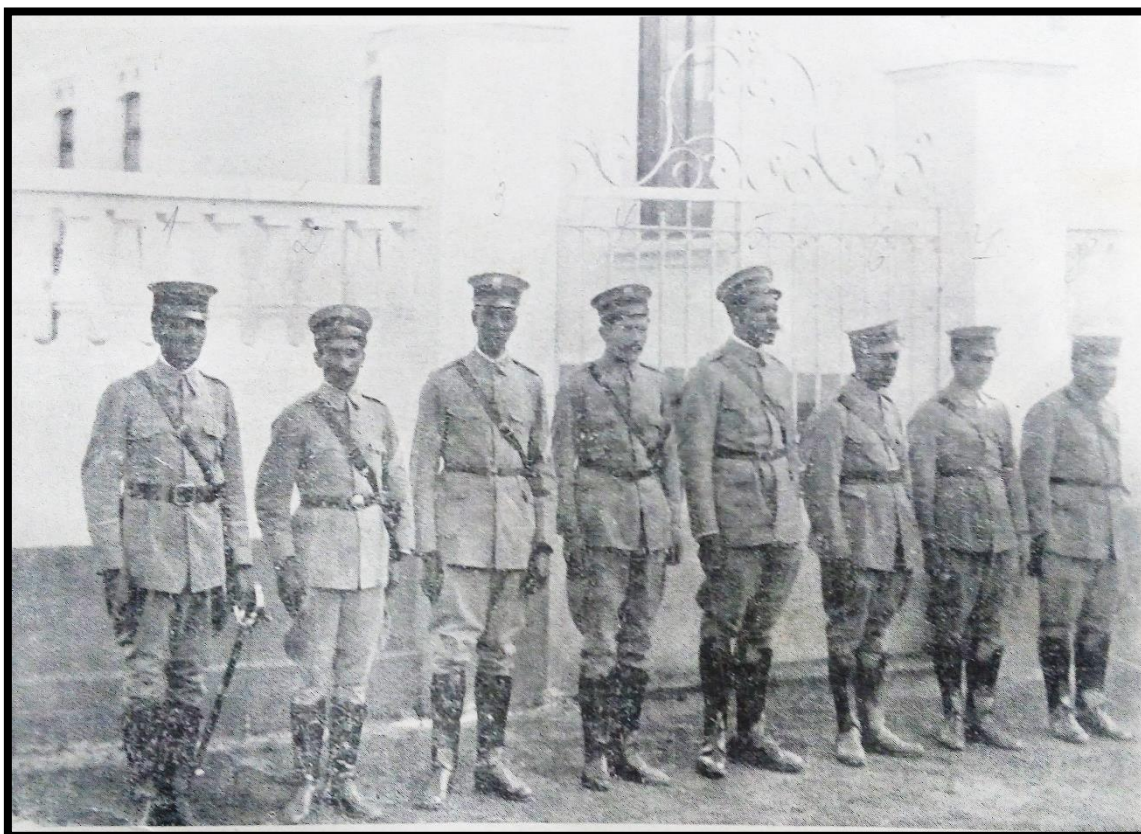
Guarda Simples – Bernardino Dutra

Guarda Simples – Alberto Martins³⁰⁸

O presidente do estado concentrava o controle mais efetivo dos subchefes de polícia, porém, as situações locais aspiravam dominar com mais abrangência a ação dos delegados e subdelegados e mantinha absoluto controle sobre a estrutura da polícia administrativa. O emprego da polícia administrativa pode ser compreendido através da análise da ação do cel. Atílio Maia, em 1923. Utilizando esse aparelho de coerção para esvanecer uma manifestação de apoiadores de Assis Brazil que adentrava em Guaporé, procedente de Passo Fundo, tendo como plano de fundo os atritos entre Medeiros e Brazil ocorridos em 1922-1923, compreendemos que através de intendentes e subintendentes, sob a autoridade dos coronéis, a polícia administrativa delineava-se como um órgão de braço armado empregado nos processos de coerção e violência.

³⁰⁸ AHMG. Relatórios da Intendência do Município de Guaporé. Intendente Agilberto Atílio Maia, ano de 1914, p. 19-20.

Figura 13 - Guarda Municipal a serviço do Cel. Agilberto Attílio Maia.



Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guaporé.

De acordo com os desígnios do poder local, atuava contra a insubordinação de coronéis opositores, eleitores recalcitrantes ou oposicionistas, contra ameaças federalistas e de toda forma de oposição que o coronel dominante percebesse e julgasse como nociva à manutenção da disciplina, da ordem pública, do prestígio e *status* da facção por ele conduzida.

Em 10 de Janeiro de 1923, quando inopinadamente chegou á Villa de Guaporé noticia de um conflicto, nas imediações das divisas daquelle município com o de Passo Fundo, entre praças da policia com um grupo dos intitulados

promotores da memorável manifestação cívica ao Dr. Assis Brazil, chefiados pelos celebérrimo Arthur Caetano [...].³⁰⁹

Em razão das várias questões pertinentes à importância do rito eleitoral, os acontecimentos que envolviam a manifestação de coronéis hostis, o sufrágio de eleitores opositores e a manifestação de federalistas apresentavam-se aos olhos da facção coronelista dominante como gravíssimas ameaças ao prestígio do coronel e perturbação e descontrole da ordem política estabelecida e vigorante. Nessas ocasiões vivenciava-se a extrema violência pela polícia administrativa que utilizava medidas enérgicas e urgentes para conter o avanço da crítica circunstância. Isso compreendido quando analisamos a política em Antônio Prado, então colônia do município de Vacaria, quando o coronel e intendente Avelino Paim promoveu insistente coerção no distrito colonial aos eleitores que apoiavam a candidatura de seu opositor cel. Laurindo.

A policia municipal pratica violência sobre violência pegaram homens e mulheres e dão bollos de palmatória que é uma verdadeira selvageria, em fim a policia da pancada a torto e a direito este povo anda horrorizado e fallam ainda em fazer mais selvageria. Isto que escrevo a V. Ex. não é despeito e nem para mixiricar, tudo o quanto escrevo posso provar.³¹⁰

A dinâmica política vigente dominada pelo clientelismo e mandonismo local com base num regime que buscava fatores de continuísmo, totalitarismo intervencionista, centralizadora, unipartidarista e personalista apresentava noções distintas de aparelho policial. Os indivíduos que compunham a polícia administrativa do município de Guaporé delineavam-se como elementos fiéis à facção coronelista, estranhos à comunidade municipal, sem laços afetivos com os elementos locais e sem vínculos sociais em suas ações. O alferes comandante Claro Alves Cordeiro, o cabo Luiz Galvão dos Santos e os guardas Diniz Alves Pereira, Santiago Cabral, João Amândio de Oliveira, Pedro Alves Pereira, Patrocínio Maciel, Nazário da Silva, Jorge Fernandes, Bernardino Dutra e Alberto Martins compunham a polícia como um instrumento político e partidário voltado para o processo de intimidação, coerção e violência, com o objetivo de manter a dinâmica de poder existente nesse espaço social.

³⁰⁹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. BURLAMAQUE, Arthur César. Carta. Guaporé, RS, 13/7/1925. 6 folhas. Documento 02476. Descritores: Política Regional, Municípios, Eleições, Partido Republicano Rio-grandense, Porto Alegre (grifos do autor).

³¹⁰ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. VIEIRA, Manoel Fabrício. Carta. Antonio Prado, RS, 13/3/1904. 4 folhas. Documento 00144. Acompanha documentos de nº 00144.1, 00144.2. Descritores: Política Regional, Partido Republicano (grifos nossos).

A atenção dispensada à organização e seleção dos funcionários encarregados do policiamento, como também as funções que eles cumpriam, prejudicava o conceito da organização policial. Muitas vezes, ao invés de transmitir confiança, segurança, respeito e estima, inspirava temor, revolta, inquietude e desafeição.³¹¹ Essa situação era ilustrada na ação da polícia de Antônio Prado, conforme os desígnios do sr. Caetano Reginatto, intendente e, até então, chefe unipessoal do PRR no município. A ação truculenta do intendente Reginatto resultou em uma comissão executiva do partido local, dirigida pelo representante de Borges de Medeiros, cel. Elysiario Paim Netto, com o fito de dirimir adequadas e inevitáveis pendências surgidas em torno da ação política intencional.

Pendências essas fundadas em muitas razões, dentre as quais, o que mais profundamente abalou é o facto de que, há alguns meses, neste município desenvolveram-se inqualificáveis desmandos sob a inspiração directa do mesmo snr. Caetano Reginatto, dentre esses o de virem as altas horas da noite os soldados do 8º Corpo Provisório chicotarem cidadãos pacatos e ao dia seguinte, o commandante desse corpo era o primeiro a sair publicamente dizendo que tais atrocidades se deram exclusivamente por ordem do snr. Caetano Reginatto.³¹²

Inversamente à polícia de carácter judiciário, a polícia administrativa exercia suas funções fardada e constituía a face mais visível da polícia. Atuava no patrulhamento cotidiano e, por consequência, relacionava-se mais frequentemente com a população. Conforme o regulamento da polícia administrativa de Porto Alegre, que inspirou os regulamentos dos demais municípios, essa era instruída para empregar todos os meios necessários em conhecer profundamente os habitantes da região de atuação, a fim de proteger as pessoas, as propriedades e a ordem pública.³¹³ Entretanto, a ordem pública era entendida conforme entendiam os subintendentes e alferes, sargentos, cabos e soldados da polícia administrativa que delineavam como executar as ordens de intimidações, coerções e violências contra os desígnios do intendente e do coronel, chefe político local. Em 1922, Arthur Caetano da Silva, deputado federalista eleito em 1921, dirigiu telegrama ao cel. Agilberto Atílio Maia em virtude de ter impedido a entrada, por ameaças

³¹¹ BARBOSA, Baltazar Gama. Poder de polícia e direito. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, n. 54, p. 14-19, out./dez. 1958.

³¹² Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. DOTTI, Jose. Carta. Antonio Prado, RS, 21/10/1924. 2 folhas. Documento 00161. Acompanha documento de nº 00161.1. Descritores: Partidos Políticos, Municípios, Executivo Municipal, Partido Republicano Rio-Grandense.

³¹³ MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. p. 48-49.

perpetuadas pela polícia administrativa norteadas pelo subintendente de São Luiz de Casca, do correligionário federalista Albano Davi.

Albano Davi, impedido penetrar esse município, tratar seus negócios, virtude ameaça violências lhe faz Sub-Intendente São Luiz Casca com policia. Peçovos providencias urgentes, confiando integridade vossa administração.

Saudações atenciosas Arthur Silva
Deputado Estadual³¹⁴

Em resposta ao telegrama do deputado Arthur Caetano da Silva, o cel. Atílio Maia, apesar de salientar que sua administração não cercearia direitos de nenhum indivíduo devido às suas concepções políticas, descreve as atividades políticas desenvolvidas pelo sr. Albano Davi no município de Guaporé, o que causou as restrições impostas a ele pelo subintendente do segundo distrito. O cel. Atílio Maia destaca a ação do sr. Albano Davi junto ao segundo distrito, onde, juntamente com capangas armados, intimidara o respectivo subintendente e o eleitorado, gerando uma forte abstenção nas urnas locais. Além disso, nas eleições de 20 de setembro de 1921, comparecera ao quinto distrito, Serafina Correa, na qualidade de fiscal de urnas onde também acompanhado de capangas armados coagiu ostensivamente o respectivo Conselho Eleitoral, tendo sido necessária a intervenção do aparelho policial para a regularidade dos trabalhos eleitorais.

Não é verdade individuo Albano Davi esteja impedido penetrar este município cuja administração – permita minha franqueza – não cercea direitos ninguém. David – que é arruaceiro contumaz e conhecido – ante vésperas eleições presidente Republica exhibira-se segundo districto acompanhado magote capangas armados, propalando abertamente trataria meios violentos prejudica regularidade funcionamento mesa eleitoral e agredira physicamente respectivo sub-intendente. Essas ameaças que felizmente não foram levadas efeito prejudicaram, entretanto, resultado pleito eleitoral attento abstenção verificada cobramos aterrorizados procedimento atrabiliario aludido David. Já eleições 20 de Setembro, qualidade vosso fiscal compareceu mesa quinto districto tambem acompanhado capangas armados fenestrou ostensivamente respectivos conselhos, tendo sido necessário intervenção autoridade garantia ordem regularidade trabalhos. Poucos dias, ainda, encontrei David Casa Franciosi este município facto este demonstra positivamente não estar aqui tolhido seu direito locomoção. Saudações Agilberto A. Maia³¹⁵

Efetivamente, na região de colonização italiana delineava-se um reduto valioso de votos para o borgismo. As ações de intimidação, coerção e violência praticadas pelo aparelho policial e executadas pela Brigada Militar e pelas polícias judiciária e

³¹⁴ Telegrama de Arthur Silva para Agilberto Atílio Maia. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MAIA, Agilberto Atílio. Carta. Guaporé, RS, 25/3/1922. 2 folhas. Documento 02460. Documento 02473. Acompanha telegrama. Descritores: Partidos Políticos, Municípios, Política Regional, Legislativo Estadual.

³¹⁵ Telegrama de Agilberto Atílio Maia para Arthur Silva. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo Borges de Medeiros. MAIA, Agilberto Atílio. Carta. Guaporé, RS, 25/3/1922. 2 folhas. Documento 02460. Documento 02473. Acompanha telegrama. Descritores: Partidos Políticos, Municípios, Política Regional, Legislativo Estadual.

administrativa eram fatos constantes no cotidiano das ditas “tranquilas ditaduras serranas”, variados conflitos manifestavam-se, em muitos casos em caráter demasiadamente intenso.

Em razão das disputas entre facções coronelistas pela direção política e administrativa municipal, eleitores cujos anseios e necessidades eram negligenciados por administrações corruptas ou omissas manifestavam seu descontentamento, abstando-se dos pleitos ou sufragando a oposição em consequência da proximidade das áreas das colônias de municípios de forte tradição oposicionista ao governo de Borges de Medeiros, como Guaporé e sua proximidade com os municípios de Passo Fundo e Lagoa Vermelha geravam constante vista de federalistas. Não podemos afirmar haver uma atmosfera de tranquilidade ou de ditadura político-partidária tanto nas relações do presidente do estado, dos chefes dos partidos e dos poderes locais coronelistas quanto das relações dos coronéis com os eleitores de origem imigrante e descendentes nesses municípios da região de colonização italiana.

Neste capítulo abordamos as práticas de coerção empregadas pelos coronéis intendentos, dirigentes administrativos e senhores políticos dos municípios da região de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Ressaltamos o coronelismo que se adaptava ao contexto político, econômico e sociocultural da região apesar de as alterações no perfil e nas formas das práticas de coerção não alterarem o caráter do coronel no poder local durante o período da República Velha. Buscamos delinear, seja por meio da manipulação do sistema judiciário, seja por meio do uso de forças policiais ou braços armados, o coronelismo manifestado na região de análise mostrou-se tão intenso e violento quanto no restante do Rio Grande do Sul e do Brasil. Assim como a inserção e a atuação dos imigrantes e seus descendentes na política local e regional se deram de forma muito mais complexa que as simplórias afirmações das “massas de manobra” e “currais eleitorais borgistas”, questões que retomaremos na nossa análise final.

Considerações finais

Ordeiros, trabalhadores e pacíficos. Sem vocação ou paixão pela política. Preocupados unicamente com seu horizonte econômico. Respeitosos e gratos às chefias políticas borgistas. Massa de manobra política. Atores atuantes no cenário político local. Recalcitrantes frente às reivindicações não atendidas. Promotores de rebeldias eleitorais e sublevações. O xadrez da inserção e atuação do imigrante italiano e seus descendentes na política do Rio Grande do Sul durante a República Velha não cabe, de forma alguma, na simples definição de “currais eleitorais borgistas”.

Da mesma forma podemos argumentar sobre o coronelismo colonial. Estranhos às comunidades locais, alheios aos poderes econômicos locais, subalternos hierárquicos, desprovidos de fortunas ou raízes locais. Funcionários públicos burocratas, bacharéis, serventuários de justiça, oficiais das forças policiais e militares, administradores e correligionários e homens de partido leais à facção palaciana. Líderes carismáticos e articuladores políticos que agregam a população em torno de si. Benfeitores que concedem graças. Senhores dos desígnios cujas vontades são leis. Mandatários violentos com o eleitorado recalcitrante e com a oposição federalista. Engrenagem na máquina política e da estrutura de poder castilhistaborgista, que estabeleceram profundas raízes e sólidos vínculos em suas esferas de atuação, que os tornaram sobreviventes à própria falência da estrutura que os sustentavam. Essas são as figuras dos coronéis intendentess da zona de colonização ítalo-germânica que de forma alguma cabem na simples definição de “coronéis burocratas”.

Entretanto, nesse complexo contexto das relações de poder na região de colonização italiana durante o período da República Velha, temos como fato a eternização desses intendentess coronéis nas administrações públicas e nas chefias políticas municipais. Como vimos, entre 1912 e 1924, Caxias do Sul elegeu sucessivas vezes o maj. José Penna de Moraes para a administração municipal. Em Bento Gonçalves, o cel. Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior nomeado e eleito para a Intendência entre 1892 e 1924. Antônio Prado esteve sob a direção do cel. Innocencio de Mattos Miller entre 1910 e 1923. Veranópolis permaneceu sob a administração do cel. Achyles Taurino de Resende entre 1910 e 1924, assumindo, inicialmente, como vice-intendente, posteriormente eleito por diversas vezes.

Por sua vez, Guaporé torna-se ainda mais relevante, pois o cel. Agilberto Attílio Maia esteve à frente da Intendência Municipal entre 1912 e 1924, novamente entre 1928

e 1937 como intendente, posteriormente como prefeito municipal, tanto indicado durante o período pós-Revolução de 30 quanto eleito no período constitucional seguinte. Se, por um lado, a eternização política se apresenta como fato conhecido, por outro, podemos afirmar que até então a historiografia não havia desenvolvido estudos mais profundos e abrangentes sobre as gestões políticas e administrativas nas áreas coloniais italianas.

Dessa forma, nosso objetivo foi preencher essa lacuna na história do Rio Grande do Sul. Buscamos delinear detalhadamente os mecanismos de barganha, cooptação e coerção utilizados entre intendentes e eleitores e, ainda, apresentar os detalhes da relação entre poderes locais centralizados nos coronéis coloniais e o poder central concentrado na figura do presidente do estado, Borges de Medeiros. Em relação ao perfil dos coronéis da região de colonização italiana, especialmente no caso do cel. Agilberto Attílio Maia, podemos afirmar, sem imprecisões, que esses não figuravam unicamente como burocratas com vínculos funcionais de carreira em uma completa situação de subalternidade hierárquica, acatando fiel e inquestionavelmente as decisões partidas de cima na estrutura do PRR. Rigorosamente, não era isso que ocorria nos casos analisados.

Compreendemos que os coronéis intendentes, estranhos e estrangeiros à região de colonização italiana, sem vínculos étnicos e desprovidos de estrutura de dominância econômica, como a posse da terra, retiravam seu poder da estrutura de estado provida por Borges de Medeiros e do PRR. As solicitações de abertura e manutenção de estradas, construção de pontilhões, os auxílios para erradicação de pragas, a indicação para as posições de juízes, delegados, subdelegados, notariados, coletores de impostos, o estabelecimento de aulas públicas e a nomeação de professores, o financiamento dos pleitos e a eleição dos elementos imigrantes economicamente ascendentes e todas as formas de distribuição de cargos públicos e prebendas partiam da estrutura burocrática do estado em que o coronel, elevado à posição de intendente, estava inserido e representante. Entretanto, compreendemos que esse contexto não transformou os coronéis da região de colonização italiana em simples burocratas. É necessário considerar também as distintas conjunturas regionais sobre as quais recaem as determinações desse sistema político, extremamente complexo e específico de acordo com a região em particular. Assim, uma vez que o coronelismo se adaptava ao contexto político, econômico e sociocultural da região, a alteração no perfil e nas práticas de cooptação e coerção não alteram seu aspecto como coronel, apesar de seu contorno de funcionário público, bacharel, administrador e homem de partido leal à facção palaciana. De acordo com os casos analisados nesta tese, compreendemos uma situação contrária, pois o estado

necessitava de coronéis de reconhecida autoridade e prestígio à frente das intendências coloniais.

Borges de Medeiros para sustentar sua política de legitimidade, estabilidade e continuidade necessitava de considerável reconhecimento e aceitação junto à sociedade e ampla margem de manifestação e concordância durante os pleitos. Esse contexto era fundamental para a sustentação do poder centralizado, sacerdotal e moderador exercido pelo presidente do estado e pela quase hegemonia política do PRR no Rio Grande do Sul. Apesar de reconhecermos a necessidade de Borges de Medeiros manter os coronéis em uma posição em que não se tornassem suficientemente fortes para promover uma intolerável oposição ao poder central, também compreendemos que não era do interesse do presidente do estado manter esses indivíduos como simples burocratas, atenuando e arriscando o reconhecimento, prestígio e autoridade desses indivíduos frente à sociedade e ao eleitorado local. Assim, ressaltamos que não caberia uma liderança fraca e sem raízes frente à sociedade, o que acarretaria uma capacidade de mobilização insuficiente em sua região de atuação, repercutindo tanto nos resultados dos processos eleitorais como no próprio fracasso no processo de introdução e aceitação da política e da hegemonia da política e dos políticos vinculados ao PRR.

No Rio Grande do Sul, o poder do Estado se relaciona à força coronelista, sem anulá-la, nem ser anulado; ao contrário, coexistia de maneira simbiótica, fazendo com que esta última contribuísse, paradoxalmente, para o próprio processo de centralização e consolidação do poder estadual. Os coronéis sozinhos não dispunham de prestígio e poder suficientes para manterem suas áreas de influência, por isso o auxílio da estrutura do Estado arquitetada e edificada pelo PRR. De outro lado, o presidente do estado necessitava, fundamentalmente, das práticas de coerção e cooptação perpetradas pelos coronéis. Nesse sentido ambos floresceram, o presidente do estado garantindo sua política de legitimidade, estabilidade e continuidade e os coronéis eternizando-se à frente das intendências dos municípios da região de colonização italiana.

Apesar da retórica discursiva de extremada sujeição entre as figuras-chaves ligadas à política do PRR que se eternizaram nas suas esferas de atuação, ressaltamos a existência muito mais de uma rede de compromissos do que uma conjuntura de subalternidade hierárquica ou de vínculos de funcionários públicos administradores. Apenas essa complexa, robusta e resiliente rede de compromissos, estabelecida entre o presidente do estado, os poderes coronelistas à frente das intendências e o eleitorado, permeando nesse caminho conselheiros municipais, autoridades policiais,

correligionários e capangas, cabos eleitorais, magistrados de distrito e comarca, preladados eclesiásticos e indivíduos de relevo socioeconômico, seria capaz de sustentar o PRR como partido dominante por quase três décadas.

Borges de Medeiros, presidente do estado e líder do PRR, necessitava impreterivelmente estabelecer sua rede de compromissos junto aos coronéis nas intendências e municipalidades. São exemplos dessa política de compromissos as atuações de Genes Gentil Bento, em Canguçu; Ramiro de Oliveira, em Santa Maria; Flores da Cunha, em Livramento; Vazulmiro Dutra, em Palmeira das Missões; Isidoro Neves da Fontoura, em Cachoeira do Sul, nos municípios da campanha, das missões e nos campos de Cima da Serra. Em relação aos municípios da região de colonização italiana, destacamos José Penna de Moraes, em Caxias do Sul; Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, em Bento Gonçalves; Innocencio de Mattos Miller, em Antônio Prado; Thomas Pereira, em Venâncio Aires, e Agilberto Atílio Maia, em Guaporé.

Apesar dessa conjuntura extremamente complexa e específica relativa à evolução política do Rio Grande do Sul, o processo político na região de colonização italiana implicava práticas de cooptação e coerção análogas ao coronelismo no restante do Brasil, tão-somente adaptadas ao contexto político, cultural e socioeconômico regional. Práticas que proporcionavam evidências conclusivas sobre a existência e manifestação do coronelismo na região de colonização italiana.

Entre as práticas coronelistas perpetradas na região de colonização italiana, o magistrado e a magistratura delineavam-se como uma importante engrenagem na máquina de coerção e cooptação estruturada por Borges de Medeiros e empregada pelos coronéis locais. Extinguindo ou diminuindo dolo e a responsabilidade, suprimindo ou criando testemunhas, fabricando ou eliminando provas, desacelerando ou antecipando trâmites processuais, manipulando sentenças e cambiando penalidades, entre várias outras maneiras de intervenção nos trâmites legais. O poder Judiciário funcionava como um aparelho de cooptação, prestígio da rede de compromissos, coerção e depreciação de adversários políticos e eleitores recalcitrantes. Promotores, juízes de distrito, de comarca e do Superior Tribunal eram indicados e nomeados de acordo com a sua inserção na rede de compromissos coronelista. Sob o manto do discurso da isonomia, da equidade, da impessoalidade e da paridade, a justiça e o Judiciário no Rio Grande do Sul se tornavam decisivos nas práticas coronelistas de cooptação e coerção. Processos cíveis, criminais, administrativos, disputas contratuais, julgamento, sentenças, apelações, testamentos,

interesses públicos e privados eram decididos de acordo com a intervenção e os desígnios dos coronéis estabelecidos nas intendências municipais.

As forças de segurança pública estabelecidas pela lei nº 11, de 4 de janeiro de 1896, estavam estruturadas na Brigada Militar, Guarda Nacional, polícia “administrativa” e “judicial” e, por fim, os corpos provisórios, conhecidos por “guarda civil”. Estes últimos convocados pelos coronéis sempre que a “estabilidade constitucional e social” era ameaçada. Com o princípio da livre nomeação dos chefes de polícia, delegados, subdelegados e, particularmente, os subintendentes, que exerciam as funções de autoridades policiais nos seus respectivos distritos de instituição, o aparelho repressivo no Rio Grande do Sul delineavam-se completamente composto de elementos ligados à rede de compromissos do coronel e sua área de influência e ação. Logo, a construção de um aparato coercivo policial com caráter partidário, onde a polícia era utilizada como instrumento comum de ação política, especialmente a Brigada Militar, instituição que registrava alto grau de fidelidade ao poder palaciano castilhistaborgista, tropa regida pelo Código Penal da Armada, que administrado pela comandância indicada pela Presidência do estado incluía sentenças, como castigos físicos e pena de execução.

A prática de cooptação do magistério ganhava gigantesca proeminência nas localidades de colonização italiana devido ao anseio dessas populações por alfabetização e, mais do que isso, pelo ensino da língua vernácula aos seus filhos, que em pouquíssimas exceções mantinham o italiano como o idioma materno. Dessa forma, não apenas colaborando com o incontestável progresso intelectual, cultural e social da população imigrante e a conseqüente melhoria da condição de vida, os maciços investimentos na área da educação apresentavam-se como eficientes mecanismos de cooptação de eleitores, uma vez que atendiam aos constantes requerimentos dos imigrantes e seus descendentes pelo estabelecimento de aulas públicas em suas linhas e distritos. Junto ao estabelecimento de aulas públicas, a conseqüente nomeação de docentes para as referidas aulas públicas ampliava consideravelmente o prestígio, a influência e a rede de compromissos do coronel em atender as constantes demandas dos docentes por exercerem suas profissões. A fundação de novas escolas e o estabelecimento de aulas públicas promoviam a alfabetização dos imigrantes italianos e de seus descendentes, formando novos eleitores passíveis de serem alistados nas eleições manipuladas pela estrutura coronelista vigente na região.

O clientelismo em Guaporé, na região de colonização italiana, no Rio Grande do Sul e no Brasil como um todo funcionava como uma das principais formas de cooptação

do eleitorado empregada pelos coronéis durante o período da República Velha. Nesse contexto, pleiteantes a cargos públicos ou membros já estabelecidos no funcionalismo público que ansiavam por ascensão na hierarquia, necessariamente buscavam o coronel e passavam a integrar sua rede de compromissos para sua indicação e nomeação para a função. As constantes solicitações procuravam a nomeação para cargos públicos, para si, para filhos ou para parentes, amigos e protegidos. Também eram constantes as solicitações de pequenos serviços prestados pela intendência, pequenos auxílios, algumas ajudas de custo, pecúlios, doações, empréstimos ou, mesmo, intermediações. Era comum tanto a criação de novos postos para a nomeação de correligionários recém-integrados à rede de compromissos quanto transferências para posições melhor remuneradas. Constantemente eram solicitadas promoções, gratificações, ajudas de custo, aumento de vencimentos, permutas com outros funcionários, licenças, dispensas, transferências e aposentadorias. O clientelismo aumentava o prestígio e a autoridade do mandão local, engrossando as fileiras que formavam “gente do coronel”, indivíduos leais que demonstravam sua fidelidade atuando e votando conforme lhes orientava o coronel.

Com a organização do sistema de produção e o estabelecimento das ligações entre o colono e a colônia, entre o trabalho, a terra e seus frutos, entre a produção, o comércio e o sustento da unidade produtiva, observamos a inserção dos colonos nos círculos comerciais e o desenvolvimento das atividades agroindustriais. As “picadas”, os caminhos vicinais e as estradas de rodagem interligavam os frutos da terra e das agroindústrias aos círculos comerciais, apresentando as possibilidades de comercialização das produções excedentes, a obtenção de capitais necessários para o desenvolvimento econômico e o consumo de gêneros não produzidos, ou fabricados, nas unidades coloniais familiares. A construção e a manutenção da malha viária nos municípios de colonização italiana possibilitavam o acesso aos novos mercados, a expansão da produção e das áreas cultivadas, promovia a cultura de novos gêneros e o intercâmbio de técnicas, além de alargar o horizonte cultural e tecnológico do colono imigrante. A administração da Intendência municipal, ao garantir estruturação e funcionalidade da “picada”, do caminho vicinal e da estrada, removendo a mata densa que tomava constantemente os caminhos, retirando rochas e cascalhos, construindo pontes e pontilhões, bueiros e sarjetas, cooptava o apoio político do pequeno proprietário rural, pois contribuía na dinâmica da produção, do escoamento e da comercialização dos frutos da colônia.

O florescimento econômico obrigou o coronelismo, manifestado na região de colonização italiana, a negociar com os poderes locais, aliar-se ou, em muitos casos, submeter-se em certas circunstâncias aos indivíduos de influência econômica, política e social. Essa integração e estrutura político-partidária do PRR local enfraquecia a potencialidade desestabilizadora contida nos indivíduos em razão de sua posição de influência junto à sociedade local. Além disso, a integração agregava ao governo correligionários de exponencial influência junto ao eleitorado colonial e conferia legitimidade simbólica aos representantes políticos da sociedade, ou seja, o ítalo-brasileiro politicamente representado pelo ítalo-brasileiro. Compreendemos, assim, um movimento de absorção de novos indivíduos na elite dirigente ou na estrutura partidária como forma de serem evitadas ameaças à estabilidade ou à própria existência da organização e da dinâmica política local.

No entanto, é necessário ressaltar, com raríssimas exceções, que todos os âmbitos do horizonte político mostravam-se acessíveis aos imigrantes e aos seus descendentes durante o período em que Borges de Medeiros esteve à frente da política no Rio Grande do Sul. Os altos postos na hierarquia do PRR, tanto estadual quanto municipal, durante considerável parte da República Velha rio-grandense não se encontravam acessíveis aos ítalo-brasileiros. Conforme analisamos durante esta tese, também temos como incorretas as afirmações de que os ítalo-brasileiros residentes nos municípios da região de colonização italiana se caracterizavam como ingênuas “massas de manobra” e “currais eleitorais” ou, ainda, que esses indivíduos estavam única e exclusivamente preocupados com as questões relativas à concretização de seus desejos e anseios econômicos e materiais.

O processo eleitoral delineava-se também como uma importante ferramenta para medir o alcance da influência de uma facção coronelista em ascensão, ou decadência. Levando às urnas ou afastando dessas o maior número possível de eleitores, o coronel confirmava a abrangência de sua influência, de sua capacidade de mobilização, manipulação, cooptação e coerção. As próprias fraudes, manipulações, compra de votos, coerções e violências se apresentavam como indicativos de capacidade de mobilização de uma facção coronelista.

Buscamos demonstrar nossa concepção de que, se a manipulação, a cooptação e a coerção forneciam a tônica do processo eleitoral, também é verdade que a inobservância dos anseios e da rede de compromissos estabelecida com poderes locais e os eleitores, levaria, inevitavelmente, ao apoio e sufrágio das dissensões do PRR, especialmente ao

Partido Liberal e às lideranças locais ausentes dessa dicotomia partidária, como as chefias ligadas à Igreja Católica. A manifestação desse descontentamento através das urnas revelava-se notadamente inquietante para o governo borgista. No contexto de uma oposição forte e presente cujas bases políticas e especialmente econômicas mantinham-se ainda vigorosas e de um governo cuja consolidação no poder ocorreu através de uma rede de compromissos estabelecida após uma revolução, estabeleciam um cenário complexo, ameaçando diretamente um governo cuja legitimidade, estabilidade e continuísmo estavam ancorados num discurso de aceitação baseado no consenso manifestado nas urnas.

Para o eleitor da região de colonização italiana, o último elemento que compunha a rede de compromissos que entrelaçava interesses do presidente do estado e chefe do partido, os correligionários do PRR e os poderes coronelistas locais, o ato de votar continha valores e significados específicos. Ao contrário dos grandes centros urbanos, em que, por diversos fatores que não nos cabe analisar, os maiores debates políticos alcançavam a multiplicidade do eleitorado. É de simples compreensão que as relevantes discussões acerca dos projetos políticos de âmbito nacional ou estadual dificilmente alcançavam os eleitores nos longínquos distritos rurais. Em especial nos municípios de recente emancipação na região de colonização italiana, em que fatores como despolitização do elemento imigrante e seus descendentes, ou a preocupação desses indivíduos com questões diretamente ligadas à materialização das perspectivas de seu horizonte econômico, extraíam grande parte da população da esfera política. Assim, o eleitor não dispndia seu voto como manifestação de apoio ou adesão a um determinado projeto político ou partido cujo programa representava seus ideais ou ideologia. O ato do sufrágio continha a afirmação e a reafirmação do apoio, da adesão, do pertencimento e do prestígio de um eleitor a um coronel e à rede de compromissos estabelecida entre esses atores sociais. Ressaltamos que o rito eleitoral, mesmo quando relativo a desígnio de distantes autoridades estaduais ou federais, significava para o eleitor distrital prestigiar ou recriminar o coronel local e sua rede de compromissos, pois ele se tornaria fortalecido ou enfraquecido, dependendo do resultado concebido pelo sufrágio.

Descartamos, assim, as análises que se baseiam em explicações que nos municípios de colonização italiana se desenvolveram em “tranquilas ditaduras borgistas” devido ao caráter de currais eleitorais do borgismo. Acreditamos que ameaçadoras manifestações de insubordinação poderiam ocorrer nos municípios onde o PRR era pouco menos que hegemônico, em especial nos distritos que reuniam grande número de

eleitores, estabelecidos em pequenas propriedades rurais devido ao processo de imigração e colonização. Nesses distritos os eleitores, repetidamente organizados em associações comunitárias, civis ou religiosas, sabiam valorizar seu poder de pressão política através do sufrágio, respondendo inobservância e desprestígio da rede de compromissos entre o coronel local e os eleitores, as administrações distritais corruptas, autoritárias ou ausentes através de fortes abstenções ou com sufrágios aos federalistas em épocas de campanhas estaduais e federais.

Referências

- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Ditadura, parlamentarismo e democracia*. Porto Alegre: Globo, 1908.
- AVANCINI, Elsa. *Coronelismo, cooptação e resistência – 1200 votos contra o coronel – a eleição da banha em Ijuí, 1934*. Projeto Melhoria da Qualidade de Ensino. Porto Alegre: Secretaria do Estado da Educação, 1993.
- AXT, Gunter. Apontamentos sobre o sistema castilhisto-borgista de relações de poder. In: AXT, Gunter et al. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 99-138.
- _____. *Gênese do estado moderno no Rio Grande do Sul 1889-1929*. Porto Alegre: Paiol, 2011.
- _____. O Judiciário e a dinâmica do sistema coronelista de poder no Rio Grande do Sul. *Metis: história e cultura*, v. 11, n. 21, p. 39-88, jan./jun. 2012.
- _____. Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista. In: *Justiça & História*, Porto Alegre: Departamento de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, p. 175-216, 2001. (Memorial do Judiciário).
- AZEVEDO, Tupinambá Pinto de. *Cachoeira do Sul, Comarca: 150 anos de história*. Cachoeira do Sul: Poder Judiciário, Comarca de Cachoeira do Sul, Museu Municipal, 1985.
- BARBOSA, Baltazar Gama. Poder de polícia e direito. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 54, p. 14-19, out./dez. 1958.
- BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Relações de poder coronelista na região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1938)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política*. 9. ed. Brasília: Editora da UnB, 1995. v. 1.
- DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. Coronelismo. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1984. p. 1598-1599.
- CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in Mérica: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- COSTA, Rovílio. *Povoadores das colônias: Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado*. Porto Alegre: EST Edições, 1997.
- ELMIR, Cláudio Pereira. *Cartas ao coronel: a construção da dependência e sua legitimação pelos subalternos*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Mato Grosso, Mato Grosso, 2009.
- ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: [s. ed.], 1922.

- _____. *Apontamentos para a história da Revolução Rio-grandense de 1893*. Porto Alegre: [s. ed.], 1919.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FRANCO, Sérgio Costa. Os coronéis burocratas da região colonial italiana na era Borges de Medeiros. *MÉTIS: história & cultura*, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, v. 2, n. 2, p. 131-138, jul./dez. 2002.
- _____. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2. ed. Porto Alegre: Ufrgs, 1988.
- _____. O sentido histórico da revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. 5ª série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia/Ufrgs, 1962.
- FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Editora da UCS; Porto Alegre: Movimento, 1975.
- GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul nos anos 1920*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- GIRELLI, Giovani. *A transformação de Guaporé: evolução urbana e memórias*. Guaporé: Editora do Autor, 2003.
- GIULIANO, João. *Esboço histórico da organização da Polícia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957.
- GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *O poder local e o coronelismo no Estado do Paraná: 1880-1930*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- GUALBERTO, João. *A invenção do coronel: ensaios sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: Edufes, 1995.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- KARAM, Eliane Maria Consoli. *Raízes da colonização; em destaque a colônia Guaporé e município de Dois Lajeados*. Porto Alegre: Corags, 1992.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977. p. 345-374.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- _____. O coronelismo e o coronelismo de cada um. *Dados*, v. 23, n. 1, p. 11-14, 1980.
- LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, estruturas de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 111-138.

- MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- _____. Experiências de vida e trabalho de policiais em Porto Alegre no início do século XX. In: SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RS, II. *Caderno de resumos*. Porto Alegre: Arquivo Histórico do RS, 2002.
- MEDEIROS, Borges de. *O poder moderador na república presidencial*. Caxias do Sul: EducS, 2002.
- MENDES, Maralucia Rodrigues. *Entre o “saber” e o “poder”*: os políticos profissionais do governo Castilhistas (1891-1900). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- PAIM, Antônio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998.
- PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias: 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PERES, Sebastião. *Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos autônomos*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- PESAVENTO, Sandra. O imigrante na política rio-grandense. In: LANDO, Aldir Marli (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 156-194.
- PINTO, Celi Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político alternativo*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975. v. 1. p. 155-190.
- _____. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Caxias do Sul: UCS, 1980.
- SGANZERLA, Cláudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: Editora Universitária UPF, 2001.
- SILVA, Marcio Antônio Both da. Sobre “aqueles que mandam no lugar”: coronelismo, dominação e resistência na região serrana do Rio Grande do Sul durante a primeira república. *Sæculum - Revista de história*, v. 26, p. 151-168, jan./jun. 2012.
- SIMÕES, Moacir Almeida. *Brigada Militar: trajetória histórica e evolução na constituição*. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A construção de uma nova ordem jurídica: o governo de Júlio de Castilhos. *Revista do IFCH/URGS*, ano XI/XII, p. 261-273, 1984.
- THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. *A colônia de Guaporé: passado e presente*. São Paulo: Paulinas, 1967.
- VALDUGA, Gustavo. *Para além do coronelismo: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da região Colonial italiana do Rio Grande do Sul*

(1924-1945). Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

VIEIRA, Evaldo. *Oliveira Vianna & o Estado corporativo* (Um estudo sobre corporativismo e autoritarismo). São Paulo: Grijalbo, 1976.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *A crise dos anos 20*. Porto Alegre: Ufrgs, 1992.